

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Mestrado em História

**NATUREZA SÃ, CIVILIDADE E
COMÉRCIO EM FEIRA DE SANTANA**

**ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE
SOCIAL NO INTERIOR DA BAHIA (1833-1927)**

Por:

Aldo José Morais Silva

Salvador

2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Mestrado em História

NATUREZA SÃ, CIVILIDADE E COMÉRCIO EM FEIRA DE SANTANA

**ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE
SOCIAL NO INTERIOR DA BAHIA (1833 -1927)**

Dissertação de final de curso apresentada ao
Mestrado da Universidade Federal da Bahia como
requisito para obtenção do grau de mestre em
História, sob a orientação do Prof. Dr Antonio F.
Guerreiro.

Salvador

2000

AGRADECIMENTOS

A todos que, de algum modo, contribuíram para a realização deste trabalho, mas, em especial, ao Prof. Antonio Guerreiro, pela liberdade com que me permitiu caminhar na execução deste trabalho; ao amigo Prof. Clóvis Frederico Ramaiana Oliveira, pela paciência com que leu versões preliminares de alguns dos capítulos e ainda pelas valiosas sugestões que me fez. Por fim, a minha esposa Izabel, por sua compreensão e amor nos momentos de dificuldade, bem como pelo auxílio que me deu em todas as etapas e de todas as formas possíveis, para concretização desta tarefa. A todos os meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

Agradecimentos	
Lista de ilustrações	04
Lista de siglas	05
INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I	
Feira de Santana: uma breve caracterização histórica	16
Outrora a cidade perigosa	24
Uma terra de sã natureza	28
CAPÍTULO II	
Da cidade perigosa à terra sã: a origem da idéia de especialidade climática em Feira de Santana	42
Sobre a pertinência das informações acerca da pouca mortandade causada pelo cólera na cidade	62
A saúde em Feira de Santana: entre o discurso e a realidade da cidade	67
Natureza sã e comércio próspero: uma explicação possível	74
CAPÍTULO III	
Climas amenos, terras salubres: da difusão das noções de salubridade e especialidade do meio ambiente pelos municípios baianos	82
A dimensão político-administrativa	109
CAPÍTULO IV	
Feira de Santana no contexto da Belle Époque	143
De cidade sã a cidade civilizada	157
Líderes, chefes e administradores: reordenações políticas e implicações para o ideal de cidade saudável	163
Um outro olhar sobre a cidade, ou sobre a persistência de uma imagem especial da terra entre a população	178
CONCLUSÃO	193
Anexos	199
Fontes documentais	207
Bibliografia	209

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Quadro evolutivo da cólera morbus em Feira de Santana (Ago / 1855 – Jul / 1856)	44
Gráfico 2	Registros eclesiásticos de óbitos (Ago / 1855 – Jul / 1856)	64
Tabela 1	Demonstrativo do perfil dos falecimentos na freguesia de Feira de Santana (Ago / 1855 – Jul / 1856)	65
Tabela 2	Atividades comerciais em Feira de Santana - 1923	77
Tabela 3	Giro comercial dos municípios baianos – 1923 (cinco principais)	78

LISTA DE SIGLAS

ACMFS - Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana.

ACDFS - Arquivo da Cúria Diocesana de Feira de Santana.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia.

APMFS - Arquivo Público Municipal de Feira de Santana.

CENEF - Centro de Estudos Feirenses / Museu Casa do Sertão / UEFS.

FCM – Fundação Clemente Mariane

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

INTRODUÇÃO

No verão de 1840 um homem respeitável e seu filho de oito anos saem de sua casa situada à rua Senhor dos Passos, a então segunda mais importante rua da próspera Cidade Comercial de Feira de Santana, conforme a intitulariam tempos depois. O destino do homem é a Rua Direita, a principal artéria do lugar, onde se concentram a maioria dos estabelecimentos comerciais e por onde passam quase que obrigatoriamente todos os viajantes, estejam eles a negócio ou simplesmente de passagem. Para chegar ao seu destino a dupla passa pela Praça do Comércio, cortando a imensa feira livre que ali há muito se estabelecia. Zeloso, o homem orienta o garoto a cobrir o nariz enquanto atravessam a profusão de gente e mercadorias, pois aquele ambiente, com seus produtos expostos, os eventuais montes de lixo, as águas servidas sendo jogadas ao chão sob o sol forte, tudo aquilo criava uma situação favorável à dispersão daqueles gases maléficos à saúde, os miasmas. Aquele homem sabia então que a cidade era um ambiente que exigia cuidados, pois era um meio por princípio perigoso, já que facilitava o surgimento ou contaminação de qualquer um por toda sorte de males.

Cerca de 38 anos depois, o garoto, agora um comerciante bem estabelecido, discute com alguns de seus colegas comerciantes, sob o sol do fim da tarde, acerca do desenvolvimento dos negócios e da política local. Ao fim da conversa o comerciante vai até sua residência, onde o esperam sua esposa e suas duas filhas. Após reunir-se, a família dirige-se a estação da estrada de ferro, nos fundos da Matriz de Santana. Ali, vêem consternados o desembarque daquele primo da ‘Bahia’. O rapaz, magro, esboça um sorriso de gratidão ao grupo que o recepciona, mas é logo sufocado por uma tosse seca que lhe rouba a expressão tranqüila e denuncia o motivo de sua visita: ele está tuberculoso. Em qualquer outro lugar, a

visão tão próxima de um tuberculoso teria causado temor e repulsa imediata ao pobre infeliz, mas na estação não há sobressalto, no máximo o rapaz vê a família que o aguarda exasperar-se ao vislumbrar seu momento de agonia, ou um passante mais rabugento resmungar — mais um! Não havia ali o terror característico aos habitantes da velha capital ante o mal que o acometia. Ele, como tantos outros na mesma condição, alguns até sob orientação médica, acreditava haver chegado à cidade que poderia curá-lo. Ele havia chegado à Feira e Santana, a cidade sã.

As passagens descritas acima são fictícias, mas episódios como estes foram absolutamente factíveis na cidade de Feira de Santana entre a primeira metade do séc. XIX e o início do XX. Com efeito, no decurso do período em questão, a compreensão dos feirenses acerca das características de sua terra mudou substancialmente, indo de um postura ‘desconfiada’ em relação ao meio citadino, até a exaltação de suas propriedades climáticas, mesmo em outros estados. Esta surpreendente mudança levou cerca de trinta anos para se estruturar e persistiu entre a comunidade por aproximadamente outros trinta anos. Após este período não foram necessárias mais do que duas décadas para que tal idéia caísse no esquecimento, a ponto de hoje causar absoluta estranheza a quem, na cidade, lhe seja apresentada.

De fato, chega mesmo a ser curioso que, na atualidade, seja um ‘lugar comum’ afirmar-se o quanto é instável o clima de Feira de Santana, e o quanto as suas súbitas e, por vezes, drásticas variações térmicas podem afetar os organismos mais sensíveis, provocando-lhes toda sorte de inconvenientes em relação à saúde. O trabalho que ora se inicia, pretende, pois, discutir o desenvolvimento deste fenômeno, que identificamos como sendo a construção de um ideal de cidade saudável em Feira de Santana, bem como o seu posterior esvaziamento junto a população. A compreensão destes fenômenos, por sua vez, nos permitirá reconhecer como se articulou o processo mais amplo de construção de uma identidade social urbana em

Feira de Santana, inicialmente em torno da idéia de uma cidade de clima especial, e depois, com o abandono desta, a partir de uma visão da cidade como espaço civilizado e progressista, cuja expressão mais concreta seria a maximização de suas potencialidades comerciais.

O período delimitado para o estudo diz respeito à fase em que, efetivamente, coube às autoridades municipais, e somente a elas, o cuidado com as ações relativas à saúde pública e ao fomento à atividade comercial no município. Isso implica dizer que o estudo abarca a fase do desenvolvimento de discursos específicos sobre a propiciabilidade do ambiente de Feira de Santana para a saúde, bem como sobre a civilidade e progressismo que posteriormente o tornam apto a realizar plenamente a sua vocação comercial, elementos que, como já foi assinalado, viriam a integrar o processo de construção de uma identidade social local.

Nesse sentido, 1833 é o marco inicial do trabalho, pois neste ano o município consegue a sua emancipação política, passando a contar então com os poderes executivo e legislativo a nível local, habilitando-se assim a tratar diretamente da administração da cidade - que até então dependia das determinações provenientes da Vila de Cachoeira, a qual Feira estava administrativamente subordinada¹. A delimitação da baliza final do estudo foi mais complexa, não apenas porque todo recorte temporal é por princípio arbitrário, mas porque, neste caso, não havia um marco histórico do tipo convencional que pudesse ser associado, ou que inferisse significativamente nas questões de nosso estudo. Na realidade, como nossa discussão final gira em torno de uma identidade social feirense baseada nas idéias de civilidade, modernidade e, por extensão, propensão comercial, falamos de algo que ainda serve para definir em grande medida a identidade da sociedade feirense na atualidade. Em outras palavras, nosso estudo aborda um momento de transição da identidade social feirense, e

¹ Cf. POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapoã, 1968. p. 24.

‘acaba’ por identificar uma conformação identitária que ainda caracteriza essa sociedade hoje (pelo menos no que diz respeito à propensão comercial), o que a rigor estenderia a baliza final do trabalho à atualidade². Obviamente, porém, tal extensão não seria viável. Assim sendo, optamos por usar como baliza final o ano de 1937, data em que o poeta feirense Eurico Alves Boaventura escreve o poema “a canção da cidade amanhecendo”, dedicado à Feira de Santana. Este, contudo, também não é um marco convencional, nada do tipo ‘antes e depois do poema’, mas é o registro de um tempo de características bem delineadas, expressão da percepção do poeta sobre sua cidade, quando a identidade desta já está configurada tal como é hoje.

Trata-se, pois, de uma proposta de estudo da pouco conhecida história feirense, a partir de uma abordagem cultural. De modo mais específico, podemos dizer ainda que é um estudo da história urbana de Feira de Santana, com enfoque nas imagens e representações produzidas da cidade. Nesse sentido, esse trabalho pretende contribuir para a linha dos estudos do fenômeno urbano no Brasil, particularmente no que concerne ao período das últimas décadas do Império até o advento da República. Nesta fase os espaços urbanos passaram a significar, como nunca o havia sido até então, a possibilidade de realização individual (por contraposição à ‘estagnação’ e poucas oportunidades de trabalho no campo,

² Nesse sentido, apenas a título de ilustração, podemos observar que, em 1997 as autoridades de Feira de Santana desencadearam, através dos meios de comunicação de massa do município, uma campanha publicitária denominada “Feira Faz Bem”. Com este *slogan* que sintetiza uma série de mensagens de caráter um tanto ufanistas, largamente veiculadas, buscou-se promover junto à população o sentimento de afinidade com a cidade “Princesa do Sertão”. Este fenômeno encontrou sua razão de ser na necessidade de contrabalançar os problemas decorrentes, em parte, do crescimento rápido e desordenado do município, que implica em inevitáveis desajustes sociais (marginalidade, desemprego, problemas com a saúde, queda na qualidade de vida) e de reagir à retração da atividade comercial que o atingia como reflexo ‘natural’ do momento de ‘reajuste’ da economia nacional. Ou seja, em função do seu comércio a sociedade organiza-se para reavivá-lo, e o faz exatamente através da evocação e valorização de uma idéia de especialidade da terra, muito embora não haja indícios de que esta campanha tenha tido qualquer inspiração, ou mesmo conhecimento, da idéia de especialidade feirense no séc. XIX. Ainda assim parece sintomático que a expressão “Feira Faz Bem” guarde um sentido ambíguo. A Feira faz bem porque nela os planos se realizam? Porque as idéias se concretizam através do trabalho *bem feito* de sua gente? Ou a Feira faz bem a quem nela vive? E viver nela é, por extensão, uma condição e um facilitador para o ‘estar Bem’?

impostas pelo mundo que a cercava”⁶. Ou seja, curiosamente ainda que o fato esteja apagado da memória da população, justamente nesta fase de crise, teve lugar em Feira de Santana o investimento, por parte da comunidade local, na imagem de uma Feira onde se vivia bem, de uma Feira saudável, num processo que implicava em última instância em uma revitalização do entusiasmo da população por sua terra, e consequentemente numa retomada do ritmo da vida local (inclusive quanto à sua economia), a partir de um argumento que, atualmente, qualquer feirense reluta em exaltar: o clima da “Princesa do Sertão”⁷.

De qualquer sorte, ao privilegiarmos a abordagem da questão urbana em Feira a partir das imagens dela produzidas, passamos a fazer uso, como já o assinalamos, da idéia de representação enquanto recurso teórico. E neste sentido fazemo-lo em conformidade com as formulações de Roger Chartier, que distingue dois possíveis empregos do conceito, enquanto elemento constitutivo do processo de formação de identidades sociais, sendo:

[um deles quando se] *pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma*; [e o outro] *que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá a si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade*⁸ [grifos nossos]

⁶ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia século XIX - uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 651.

⁷ O Município de Feira de Santana está situado na parte leste do Estado, a 257 metros acima do nível do mar. Seu clima é do tipo tropical sub-úmido. Isso significa que existem duas estações bem definidas durante o ano: uma chuvosa, que vai de abril a junho, e uma seca, onde só ocorrem chuvas esporádicas. É também uma região quente, onde a temperatura média oficial é de 23,5 ° centígrados, sendo a mínima de 19,6° C. e a máxima de 28° C. A despeito disso, informalmente se tem registrado temperaturas de 36 a 40° C. nos meses de verão, em áreas do centro da cidade. Sobre os dados oficiais, ver FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996* (Dissertação de mestrado). Salvador, 1998. p. 53-55.

⁸ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos avançados* 11(5), 1991. p. 183.

Em ambos os casos, como se observa, a idéia de representação liga-se à construção de ‘imagens’ acerca de si ou do outro, ‘imagens’ estas que visam atribuir sentido(s) a determinadas práticas sociais, construindo assim *realidades sociais*. Ou, como afirma Le Goff, ‘imagens’ que podem ser entendidas como “a tradução do mental de uma realidade exterior e [ligada] ao processo de abstração”⁹. É nessa perspectiva, portanto, que trabalharemos; considerando as representações como manifestações de um dado fenômeno ou ‘realidade’ apreendida, e depois expressa, através de um “processo de abstração” realizado a partir do referencial mental (imagens, conceitos, símbolos, etc.) preexistentes no indivíduo. Além do conceito de representação, nos será útil também a noção de *medicina urbana*, conceito foucaultiano, empregado aqui tanto com o objetivo de compreender a motivação de uma primeira visão negativa acerca da cidade, como para situar as ações disciplinarizadoras das autoridades sobre o ambiente urbano.

O trabalho foi desenvolvido mediante a consulta a fontes primárias, muitas delas inéditas, em arquivos e instituições de pesquisa na cidade de Feira de Santana e em Salvador, fontes estas de natureza variada, dentre as quais: documentos do legislativo e do executivo municipal feirense; mas também, artigos e material literário publicado pela imprensa local; e ainda, registros eclesiásticos de óbitos, dentre outros tipos distintos, num esforço que buscou perceber a sociedade em sua pluralidade de visões e, em especial, em suas articulações em prol de um objetivo comum.

Estruturalmente, o trabalho divide-se em quatro capítulos que, por sua vez, trazem, respectivamente, os elementos para a discussão sobre as diferentes etapas integrantes do desenvolvimento, e posterior abandono, da imagem da cidade saudável, tendo por ‘pano de fundo’ a construção e as transformações da identidade local. Assim, o primeiro capítulo

⁹ LE GOF, Jacques. apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. In. O Imaginário e a mentalidade. RBH, Vol. 15, nº 29, 1995, p. 15.

começa apresentando um breve histórico da cidade, ressaltando a vocação comercial da qual é fruto e que sempre a caracterizou, chegando mesmo a conformar-se como fator determinante para o desenvolvimento da imagem positiva do meio urbano. Em seguida, buscou-se demonstrar o que seria a visão originalmente negativa da cidade. Procurou-se, portanto, estabelecer a distinção entre as fases que caracterizam os discursos sobre o ambiente feirense, evidenciando a noção que o caracterizava até o fim da primeira metade do séc. XIX. Na seqüência buscou-se reunir e demonstrar os indícios de que Feira já foi efetivamente conhecida como um lugar de sã natureza. Para tanto foram elencadas algumas das principais notícias e ou referências à Feira como tal, veiculadas pela imprensa ou por publicações ao longo de aproximadamente 30 anos.

O segundo capítulo é dedicado à tentativa de explicação para o ‘nascimento’ da imagem da cidade sã. Assim sendo, analisa a incidência da epidemia de *cólera morbus* em Feira de Santana, em 1855, acontecimento esse que marcaria o imaginário popular e se constituiria no elemento de referência a partir do qual é estruturada a imagem da Feira sã.

Neste ponto, partindo dos elementos presentes no discurso sobre a especialidade da terra, e dos dados acerca da origem deste discurso, e ainda considerando que o desenvolvimento do ideal de cidade saudável passa, necessariamente, por uma compreensão acerca da política de saúde pública na cidade, buscamos compor uma visão geral acerca da saúde da população no decurso do período de vigência da imagem de terra especial, levando em consideração o problema das epidemias e endemias na cidade, além de tentar identificar o que era, por assim dizer, o cotidiano das mortes no município. O intuito, neste caso, é identificar a pertinência e a natureza da correlação existente entre as imagens da cidade e a realidade da saúde de sua população. Feito isto, segue uma investida na verificação do que seria uma motivação ou uma dimensão prática para a imagem positiva do ambiente feirense.

Trata-se de uma análise da relação entre o discurso sobre a Feira sã e atividade comercial, estabelecendo o sentido de tal idéia para aquele setor.

No terceiro capítulo, buscamos demonstrar que longe de ser um caso isolado, o desenvolvimento de um discurso sobre a especialidade do clima feirense, inseriu-se numa prática ostensivamente cultivada entre os municípios baianos do final do Império e início da República, para o que fizemos um levantamento das referências e autodescrições de dezenas de vilas e município em que a idéia de especialidade estava presente. Ao mesmo tempo, porém, procuramos identificar o que diferenciou o caso feirense e relação as outras localidades que se afirmavam especiais.

Este capítulo trás ainda uma análise do que chamamos de a dimensão político-administrativa do processo de construção da imagem especial de Feira de Santana. Ou seja, uma análise da relação entre o discurso sobre a especialidade do lugar e um conjunto de ações mais amplas, passíveis de ser identificadas como componentes de um projeto pela construção de uma realidade ideal na cidade: a realidade de uma cidade sã, capaz de acolher e garantir a atividade que é mesmo a sua razão de ser: o comércio. No decurso da análise dos elementos integrantes e do processo de construção deste projeto, consideramos, também, a participação do Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro que, a partir do seu conhecimento médico e da atuação à frente do Legislativo municipal, evidencia e incrementa o desenvolvimento do projeto pela Feira sã.

O quarto e último capítulo começa por caracterizar brevemente as transformações experimentadas pela sociedade brasileira durante a virada do século XIX para o XX e relacionar o furor destas transformações com o arrefecimento do anseio por uma sociedade civilizada. Em seguida, buscamos evidenciar como este anseio por civilização começa a provocar o abandono da idéia de uma terra sã, e ainda como as disputas políticas locais determinam o seu efetivo abandono enquanto projeto articulado dos dirigentes locais. A

este tempo, discutimos as reminiscências da idéia da especialidade da terra entre a população bem como o seu progressivo esmaecimento, ao que fechamos com uma análise dos elementos que, se sobrepondo à idéia da especialidade, passam a definir uma ‘nova’ identidade à sociedade feirense.

Os capítulos em questão representam o resultado de cerca de cinco anos de estudo, iniciado ainda no âmbito do curso de especialização em teoria e metodologia da história, da Universidade Estadual de Feira de Santana, do qual resultou a monografia “Terra de São Natureza: a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana (1833-1920)”. Obviamente, muito do que foi ali iniciado, foi agora retomado e, quero crer, aprofundado e esclarecido, mas também revisto e, quando necessário, negado. Entre aquela monografia e este atual trabalho permanece, porém, a determinação em produzir uma história de Feira de Santana, tão literária quanto possível ou permissível o for, e com isso contribuir para a ampliação do conhecimento acerca do passado desta terra do interior baiano que, como tantas outras, ainda hoje luta para se reconhecer e ser reconhecida historiograficamente.

* * *

CAPÍTULO I

*Feira de Sant'Ana do grande comércio de gado
nos dias poeirentos batidos de sol compridos
Feira de Santa'Ana
Das segundas-feiras de agitações mercenárias
correrias de vaqueiros encourados
tabaréus suarentos abrindo chapéus enormes
barracas esbranquiçadas à luz
e as manadas pacientes que vêm para ser vendidas
de bois do Piauí de Minas do Sertão brabo
até de Goiás*

Feira de Sant'Ana (fragmento)

Godofredo Filho

Feira de Santana: uma breve caracterização histórica

A origem do município de Feira de Santana remonta ao séc. XVIII quando, a partir do desmembramento da grande sesmaria de Tocós, de propriedade de Antônio Guedes de Brito, dá-se o estabelecimento de numerosas fazendas de criação de gado, atividade que já havia se mostrado adequada para a região desde meados do séc. XVII.

Dentre as muitas fazendas então surgidas, estava a de Santana dos Olhos d'Água, de propriedade do casal português Domingos Barbosa e Ana Brandão. Esta fazenda, a exemplo de outras de maior porte na região, transformou-se em pequeno povoado, sendo a capela ali erigida em louvor a S. Domingos e Santana, o ponto em torno do qual a população das circunvizinhanças passa a reunir-se periodicamente, dando origem assim a uma pequena feira, ainda no primeiro quartel do séc. XVIII.

O desenvolvimento do primitivo povoado de Santana dos Olhos d'Água, contudo, relaciona-se a atividade de criação e comércio de gado entre o litoral e o sertão. De acordo com o brasilianista Rollie E. Poppino, desde a afirmação da atividade pecuária nas terras do interior da Bahia, já no século XVI, a comercialização do gado produzido na região se fazia na feira de Capuame, no norte do Recôncavo. No final do século XVIII, porém, as pastagens de Capuame são incorporadas à atividade canavieira e a feira de gado é reorientada para outros povoados, dentre os quais Feira de Santana e Nazaré¹.

Sobre esse momento e o posterior destaque de Feira de Santana em relação a Nazaré, informa-nos então Poppino:

Durante algum tempo a mais importante [das feiras] foi a de Nazaré, ao sul da baía de Todos os Santos. Por essa época, só na Cidade do Salvador consumia-se uma média de mais de vinte mil cabeças de gado, anualmente. Uma grande parte provinha da feira de Nazaré. Os animais vendidos em Nazaré para consumo na Capital teriam que fazer o percurso em pequenas embarcações, ou dar a volta em toda a baía. Isso acarretava despesas e inconvenientes e os fazendeiros do interior passaram a enviar o gado, cada vez em maior número, para o mercado de Feira de Santana.

[e esclarece]

Feira de Santana foi escolhida para feira do gado por três razões importantes. Primeiro, porque estava situada no caminho mais direto entre o Recôncavo e as imensas pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do médio São Francisco. Em segundo lugar, porque o povoado estava rodeado de excelentes pastagens naturais. A terceira razão, de vital importância para uma zona sujeita a secas periódicas, é que a região era atravessada por dois rios e por numerosos riachos. Salvo nos períodos de seca prolongada, o suprimento de água dessa área bastava para milhares de cabeças de gado.²

¹ Cf. POPPINO, Rollie E. Op. cit. p. 55.

² Idem Ibidem. p. 54-55.

Uma vez estabelecida a feira de gado, no início primeira década do séc. XIX, o antigo arraial de Santana dos Olhos d'Água prospera e a feira livre avoluma-se ano após ano, atraindo um número crescente de tropeiros e comerciantes. Por volta de 1819 o lugar já é conhecido como a Feira de Santana, tal é o destaque que aquela alcança na região³.

Todo esse processo é fundamentado pela condição de entreposto que a cidade adquire, primeiro para o comércio do gado e depois, também, de mercadorias e viajantes entre o litoral e o sertão. De fato, conquanto as primeiras estradas sejam o resultado da condução das boiadas pelo sertão, após o declínio da feira de Capuame, o crescimento da importância econômica de Feira de Santana torna premente a construção de novas estradas. E tanto o governo municipal como o provincial mostravam-se atentos a essa carência, de modo que, seja por solicitação de um, seja por iniciativa do outro, proliferaram as vias de comunicação entre Feira e as regiões com as quais o comércio se realizava.

Se considerarmos apenas o período deste estudo, pelo menos dez importantes vias de comunicação entre Feira de Santana e outras localidades e regiões foram abertas ou iniciadas⁴, de modo que, mesmo na passagem do século XIX para o XX, Feira de Santana já se apresentava como o principal entroncamento viário do interior do Estado⁵.

³ Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 56.

⁴ As iniciativas oficiais nesse período podem ser assim enumeradas: 1837 - via unindo Feira à Morro do Chapéu (Idem Ibidem. p. 56.); 1847-1859 - estrada de Salvador a Feira (Cf. TORQUÍNIO, Mário. *Revista do IHGBa*, vol. 60, ano de 1934); 1856 - é concedido o direito de construção de uma estrada ligando São Félix e Conceição do Coité à Vila de Santa Izabel de Paraguassu, com ramal para Lençóis, Andaraí, baixa do Capoeirussu [em Cacheira] e Feira de Santana (APEB - Leis da Província da Bahia 1856-57. Lei n.º 592 de 22/06/1856); 1858 - estradas entre Feira e Monte Alegre, e Feira e Tucano (CENEF - Coluna Vida Feirense, *Jornal Folha do Norte* n.º 1567 de 22/07/1939); 1876 - inaugurado o tráfego ferroviário normal entre Feira e Cacheira, com a Companhia de estrada de ferro 'The Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company Limited', mais conhecida com 'Central da Bahia'; 1883 - as Câmaras de Feira de Santana e Coração de Maria dão início à construção de uma via para carroças entre os dois municípios (Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 197-206); 1898 - autorização para construção de duas pontes sobre o rio Pojuca, ligando os Municípios de Santo Amaro e Feira de Santana ao de Coração de Maria (CENEF - Leis da Província da Bahia 1898. Lei n.º 237 de 11/06/1898); 1912 - início da construção da Ponte Rio Branco, sobre o Rio Jacuípe, ligando Feira à estrada de Mundo Novo; 1913 - abertura do caminho para carros de Feira para o distrito de Maria Quitéria, chegando até Pacatú (Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 206-207). Ver, em anexo, mapa das conexões viárias relacionadas acima.

⁵ Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 205.

Evidentemente, essa facilidade de acesso sempre fez de Feira de Santana uma região com uma população flutuante bastante expressiva. As grandes e inúmeras tropas de animais carregados de mercadorias que passavam por Feira com destino aos sertões, ou deles vindos, traziam também seus condutores, os tropeiros, e, com eles, viajantes e aventureiros que se instalavam na cidade ou simplesmente pernoitavam e se abasteciam, para depois seguirem caminho. A facilidade de acesso e os recursos econômicos e naturais da região também tornavam-na o ponto de confluência natural para a população carente nos períodos de secas, o que tornava tais fases especialmente movimentadas para a cidade.

Um impulso significativo foi dado a esse ritmo de circulação humana, pelo advento do tráfego de passageiros da Central da Bahia, em 1876. Com a nova via férrea, a viagem de ida e volta a Salvador que outrora levava três dias, podia agora ser realizada em vinte e seis horas. Como resultado dessa facilidade, no seu primeiro ano de funcionamento, a estrada de ferro transportou cerca de 25 mil pessoas e 6 mil toneladas de carga⁶.

As implicações desta facilidade de acesso, para o montante e perfil da população, podem ser observados a partir dos números acerca da região de Feira. A primeira informação a esse respeito é dada por José Joaquim de Almeida e Arnizau, no relatório preparado para o governo imperial brasileiro, em 1825. Arnizau informa haver no “grande e populoso arraial de Santana dos Olhos d’Água”, 3 a 4 mil pessoas nas terças-feiras, dia da feira semanal àquela época⁷. Esta, porém, é a estimativa populacional de um momento de pico, por assim dizer, pois refere-se aos dias de feira, que reunia na cidade um número muito maior de pessoas do que aquele verificado no decurso da semana. Nos dias de feira chegavam os tropeiros, os mascates, os grupos que conduziam as boiadas, inclusive de outras províncias. À feira chegavam, também, um cem número de negociantes de gado e de demais artigos de

⁶ Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 197.

⁷ Cf. ARNIZAU, José Joaquim de Almeida e. apud POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 56.

comércio, além de para ela confluírem os moradores da área rural do município, bem como das regiões próximas, visando adquirirem os produtos de sua necessidade.

A referência seguinte à população de Feira data de 1875, apenas um ano antes à inauguração da ferrovia, portanto. Naquele ano, em publicação oficial intitulada *D'A Província da Bahia*, Manoel Jesuino Ferreira afirmava contar a Feira de Sant'Anna com 7.995 habitantes, sendo 4.327 homens e 3.769 mulheres; 7.624 livres e 371 escravos; 7.959 nacionais e 37 estrangeiros⁸. Em 1889, apenas quatorze anos depois da última estimativa, a população tão somente do perímetro da décima urbana já era contabilizada em 4.454 pessoas, sendo então 1.835 homens e 2.619 mulheres; 2.231 pardos, 1.402 brancos e 821 negros⁹.

Além desses dados, que provavelmente dizem respeito à população da cidade, temos uma segunda série, de cifras bem mais elevadas, pelo que tudo indica referindo-se ao conjunto da população no perímetro do município (compreendendo, portanto, também os seus distritos). É Poppino ainda quem nos apresenta tais dados em capítulo intitulado “Tendências da população em Feira de Santana, de 1860 a 1950”, e de acordo com o mesmo, a população de Feira de Santana em 1860 podia ser estimada em 30.000 pessoas, sendo posteriormente contabilizadas 51.459 em 1872 e 63.000 em 1900¹⁰. A estes dados podemos acrescentar, por fim, a informação do anuário estatístico da Bahia, relativo ao ano de 1923, segundo o qual Feira de Santana contava então com 77.600 habitantes, o que o fazia o quarto município mais populoso do Estado, atrás de Salvador (com 283.422 hab.), Santo Amaro (com 84.930 hab.) e Conquista (com 84.038 hab.)¹¹.

⁸ CENEF - Coluna Vida Feirense. Jornal Folha do Norte n.º 1.639 de 07/10/1940.

⁹ CENEF - Coluna Vida Feirense, Jornal Folha do Norte n.º 716 de 01/11/1924.

¹⁰ Estes números são apresentados por Poppino com base em diferentes recenseamentos feitos pelos governos imperial e republicano, entre 1872 e 1909. Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 245-246.

¹¹ IBGE – BARBOSA, Mário Ferreira. *Anuário Estatístico da Bahia - 1923* – estatísticas: financeira, demográfica, instrução, administrativa e judiciária, justiça civil e criminal, associações e de assistência. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924. p. 389-392.

Conquanto estes números e a desproporção entre as séries suscitem a necessidade de uma análise mais aprofundada do desenvolvimento populacional de Feira de Santana durante o período deste estudo, parece certo afirmar que o município, e portanto a cidade, experimentou de fato um significativo aumento de sua população. Este aumento, viabilizado pelo comércio em torno da feira livre e do gado, torna possível, por sua vez, o incremento do setor comercial varejista local. Com efeito, diferentes fontes indicam que o número de estabelecimentos comerciais da cidade passa de 100, em 1875, para 102 em 1881, saltando para 472, em 1916¹².

Some-se ao fortalecimento dos negócios formais, a inegável importância do sempre presente comércio de gado que, por volta de 1880, movimentava em Feira mais de 10 mil animais durante os meses de verão, quando chegavam as grandes boiadas de Goiás e Piauí, e que, durante a década de 1910, chega a abarcar 60 mil cabeças de gado por ano¹³. Mas foi Poppino quem de fato melhor definiu a estreita relação de Feira de Santana com o seu comércio ao defender que:

Pode-se afirmar que o comércio representa, em sentido amplo, a própria razão de existir de Feira de Santana. O arraial, que se transformara em cidade, a Segunda da Bahia, tivera por base o comércio e, em grande extensão, a sua evolução e a sua prosperidade refletem a importância crescente das atividades comerciais. A feira semanal, que deu vida ao arraial, desde logo constituiu-se no ponto alto de todo o comércio. A maior parte das pessoas que freqüentavam a feira atraíam negociantes, que pouco a pouco se instalavam definitivamente em Feira de Santana. Muitas das empresas fundavam-se para adquirir as mercadorias do sertão, enquanto outras se especializavam na venda de produtos manufaturados e de luxo da Cidade do Salvador. Tais estabelecimentos preenchiavam lacunas e desde o início floresceram todos os negócios por atacado e varejo.

¹² De acordo com dados do período, os seus 102 estabelecimentos faziam de Feira de Santana a terceira maior praça comercial da Província, perdendo apenas para Cachoeira, detentora de 189 estabelecimentos, e Santo Amaro, que abrigava 104. Cf. FREIRE, Antonio. *Almanak da Província da Bahia*, Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881. Os demais números são apresentados por POPPINO, Rolie E. Op. Cit. p. 243.

¹³ Cf. POPPINO, Rolie E. Op. Cit. p. 151-154.

*Pela sua localização nos entroncamentos dos principais estradas entre a costa e o sertão, era evidente que Feira de Santana progrediria como o centro comercial líder do interior. O papel vital do comércio na economia de Feira de Santana ficara patente, em 1873, quando recebeu o qualificativo oficial de cidade comercial e, de novo, no século vinte, quando foi batizada de Princesa do Sertão.*¹⁴

O entendimento dessa relação é ponto fundamental para compreensão do fenômeno que pretendemos aqui estudar, bem como de seu processo de constituição. Parece realmente que esta acentuada vocação comercial tanto foi o fator primário a viabilizar o direcionamento dos esforços da comunidade local em prol de um objetivo comum, no caso, a elaboração de um discurso segundo o qual a Feira de Santana era uma cidade (e uma região) de clima privilegiado, uma terra de sã natureza, como foi também o elemento determinante para o desenvolvimento do caráter urbano de Feira em seu sentido mais amplo. Isso implica dizer que a vocação comercial da cidade gera as condições para florescimento da idéia de terra de atributos naturais, mas determina igualmente a sobreposição desta pela idéia da cidade pulsante, dinâmica, laboriosa em seus negócios.

Isso posto, podemos considerar que o desenvolvimento de um discurso sobre a natureza feirense, implica na formação de uma imagem, um diferencial positivo para a cidade. E em torno desse diferencial a comunidade local passa, gradativamente, a aglutina-se, conformando-o em um primeiro elemento identitário: o ser morador da terra sã, o pertencer à terra especial. Em outras palavras, o desenvolvimento de um discurso sobre a natureza especial de Feira de Santana pode ser entendida como um momento ou um aspecto do fenômeno mais amplo de construção de uma identidade social feirense.

Essa identidade, construída inicialmente mediante o recurso a imagem da terra sã, viria a se definir posteriormente em torno da atividade principal do município – o

¹⁴ POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 306-307.

comércio. Mas mesmo esta ‘nova’ identidade nem sempre é percebida facilmente, sobretudo por aqueles que não têm ou tiveram uma vivência e uma relação de proximidade com a *Princesa do Sertão*. Bastará, porém, um olhar mais atento para que esta assuma logo o perfil da diversidade, da familiaridade e aceitação ao novo e ao transitório.

Em última instância, uma identidade comercial é a do feirense, historicamente habituado e receptivo ao forasteiro e as mudanças que este traz. Não lhe surpreendem nem causam estranhamento, portanto, os novos rostos e sotaques, pois eles já compõem há muito o seu cotidiano.

Isso, porém, nem sempre é compreendido por aquele que chega, pois freqüentemente herdeiro de uma experiência histórica distinta, vê nessa ‘frouxidão’ de costumes, algo que lhe parece muito mais ausência, ausência de caráter, de identidade. É preciso reafirmar, todavia, que esta é apenas uma visão distorcida, é o resultado de uma inabilidade (natural e momentânea, é bem verdade) para reconhecer as sutilezas de uma outra forma de relacionar-se com o passado e o presente, é a dificuldade para compreender uma sociedade que tem no comércio seu compromisso e seu fôlego, bem como na diversidade a sua característica mais acentuada.

Mas façamos aqui uma pausa nesta breve reflexão, pois esta poderá ser retomada posteriormente com mais propriedade e com melhor proveito. Por ora, ela deve apenas situar melhor o fenômeno que começamos a investigar, evidenciando a relação entre o projeto de construção de uma imagem urbana e social por parte de uma comunidade, e a dinâmica da afirmação de sua identidade.

Outrora a cidade perigosa

Um viajante que chegasse a Feira de Santana na primeira metade do século XIX, encontraria uma comunidade cuja compreensão acerca de sua cidade, em nada diferia da visão do morador de qualquer outra cidade imperial, ou seja, para ele a cidade não tinha nada de especial e se alguma coisa ela fazia à saúde de seus habitantes, não era nada de bom. Nesse momento inexistem registros que façam referência a Feira como detentora de um clima especial. Há antes, pelo contrário, um sentido de preocupação em relação às condições de vida no ambiente da cidade.

É próprio desta fase, por exemplo, o cuidado expresso no final do verão de 1844, pelo juiz e delegado municipal da Feira de Santana, Vicente Ferreira dos Santos, que dirigiu ofício à Câmara solicitando providências para que fossem plantadas grandes árvores nas praças e ruas da cidade, de modo a beneficiar os viandantes (poupando-os dos rigores do sol) e purificar o ar. Observava o juiz que a falta de arborização era especialmente sentida nos dias da grande feira de gado, quando a maior parte da população ficava “inteiramente desabrigada e suportando sol fortíssimo, o que talvez a alguns já [tivesse] ocasionado a morte...”¹⁵. Oito anos mais tarde, em postura de 27 de março de 1852, a Câmara proibia que fossem acesos fogos nas praças, nos dias de feira, por ser tal prática considerada prejudicial às pessoas e às árvores que se achavam plantadas¹⁶.

Nestas referências, que revelam a preocupação com relação aquilo que chamaríamos hoje de condições de vida na cidade, está presente uma visão negativa do meio urbano. De acordo com uma concepção originada na Europa, e que perdurou até as primeiras

¹⁵ CENEF - Coluna Vida Feirense, Jornal Folha do Norte. nº 677 de 07/04/1923 - transcrição do ofício do juiz e delegado Vicente Ferreira dos Santos à Câmara Municipal de Feira de Santana, de 04/04/1844.

¹⁶ APEB - Sessão Legislativa, Série Posturas. Assembléia Legislativa Provincial do Estado da Bahia (Feira de Santana) 1835/1883. Livro nº 857.

décadas do século XX, as cidades de um modo geral eram vistas como espaços potencialmente perigosos, propícios ao surgimento e disseminação de doenças¹⁷, raciocínio também aplicado para a Feira de Santana. A idéia da negatividade do meio ambiente derivava então tanto de um entendimento empírico acerca do que seria um estado de ‘bem estar’ (o desconforto dos transeuntes, expostos aos rigores do sol, é um dos argumentos do juiz Vicente Ferreira), quanto das noções médico-científicas vigentes, relativas aos elementos que determinariam a qualidade de um ambiente.

Estas noções médico-científicas fundamentavam-se no paradigma miasmático, idéia vigente desde o séc. XVIII, segundo a qual as doenças resultavam das emanções de gases e vapores - os *miasmas* - via de regra, ocasionados pela decomposição de matéria orgânica, ou simplesmente do acúmulo desta¹⁸. Uma vez que estes gases se desprendessem da matéria orgânica decomposta, permaneciam (acreditavam os médicos) presentes na atmosfera, até que fossem dissipados pelos ventos ou inalados por alguém. Se isso ocorresse, o indivíduo estaria sujeito a toda sorte de febres e infecções. Em todos os casos, porém, o mau cheiro era normalmente o elemento de alerta para a presença de miasmas, de modo que tudo que fosse fonte de odores desagradáveis era visto como um perigo em potencial, uma provável fonte de emanção miasmática.

De fato, tão temidos eram os miasmas que nem situações extremas permitiam o descuido das autoridades para com estes. Durante a chamada Revolução dos Alfaiates de 1798, por exemplo, quatro dos líderes sediciosos capturados foram degolados e esquartejados, devendo sua partes ficarem expostas ao público, de acordo com a prática de intimidação exercida pelo governo colonial. Logo, porém, o Provedor de Saúde da cidade e o médico cirurgião do Senado observaram a necessidade de sua remoção, alegando que a “corrupção

¹⁷ Cf. VIGARELLO, Georges. O trabalho dos corpos e do espaço. *Proj. História*, São Paulo, nº 13, 1996. p.07.

¹⁸ Cf. REIS, João José. *A Morte é uma Festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 247-248.

dos corpos mortos e o mau cheiro que deles emanava causavam ‘gravíssimo prejuízo aos moradores’¹⁹.

Apesar da noção básica acerca da matéria orgânica em decomposição, a definição das causas dos miasmas sempre foram imprecisas, de modo que eventualmente o solo remexido ou escavado poderia ser considerado um foco emanador de miasmas. Determinados tipos de terreno, em especial aqueles de maior umidade como brejos e pântanos, eram considerados como especialmente perigosos. Até mesmo a simples aglomeração de pessoas (sobretudo em locais fechados) e a decorrente emissão de vapores e odores (suores, ar respirado) poderiam provocar os tão temidos gases. Daí a preocupação do Juiz e dos vereadores com as árvores, que teriam a capacidade de *absorver* os miasmas²⁰. Elas eram especialmente necessárias a aquele ambiente - a feira livre - onde, acreditava-se, o sol forte e o constante e volumoso acúmulo de pessoas, animais e dejetos criavam o ambiente perfeito à disseminação de toda sorte de males, condição agravada pela existência das inúmeras lagoas, alagadiços e *olhos d'água* que sempre caracterizaram a região.

Assim sendo, a cidade de Feira de Santana, ou mais especificamente o espaço urbano ali constituído, com suas aglomerações, sua feira livre, suas habitações (muitas delas cortiços ou casebres) e a precariedade dos serviços de infra-estrutura disponibilizados à população, como esgotos, recolhimento de lixo e abastecimento de água (carências sentidas, aliás, até mesmo nas principais centros urbanos do Império), fazia-se alvo das preocupações

¹⁹ JANCÓS, István. *Na Bahia, contra o império* – história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo / Salvador: Hucitec / EDUFBA, 1996. p. 16.

²⁰ CENEF - Jornal Correio de Notícias, de 10 setembro de 1885. Em coluna intitulada “Diversidades” lê-se “A luz absorve os miasmas dos espíritos, como as árvores os miasmas dos pântanos”. De fato as árvores seriam tanto mais úteis se fossem da família das plantas cítricas. Tal idéia derivava da teoria medieval dos “contra-aromas”, em que certas essências seriam capazes de neutralizar os odores dos miasmas. Além disso, as plantas cítricas pertenceriam à categoria dos vegetais cultivados e, portanto, ao “universo da natureza domesticada”. Cf. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. De árvores e cidades – ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In. SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D’Água, 1999. p. 36-37.

das autoridades, mas, principalmente, fazia-se perceber como um ambiente *a priori* perigoso, um ambiente a ser permanentemente vigiado, porque essencialmente negativo.

Da necessidade de controlar o ambiente com tais características, resulta o conjunto de práticas voltadas para vigilância dos elementos presentes no meio urbano: ar, águas, solos, aglomerações, práticas estas que Michel Foucault define como integrantes de uma *medicina urbana*.²¹ Uma noção, aliás, amplamente incorporada como política urbana pelo governo baiano durante todo o período desse estudo, especialmente (mas não apenas, obviamente) em Salvador²². Pensar a Feira de Santana da primeira metade do século XIX, portanto, é pensar uma comunidade gerida a partir de tais princípios.

É bem verdade que muitas das práticas emblemáticas desta fase permaneceram mais ou menos presentes em momento posterior, quando a visão acerca do meio ambiente da cidade torna-se positiva, a exemplo da preocupação com o controle sobre as ‘coisas’ do meio citadino: o ar circundante, a água, os acúmulos humanos e de matérias orgânicas, as habitações, os mortos e os cemitérios²³. Mas aí, em lugar de concorrer para negar a possibilidade de uma vida saudável no ambiente urbano, tais cuidados servem ao propósito de melhor ajustar as condições concretas da urbe à idéia de especialidade da terra.

Ao evidenciarmos a existência de discursos distintos acerca da cidade e seu meio ambiente, fica claro que a idéia de especialidade não é algo passível de associação às origens do município. Ou seja, não tratamos aqui de uma ‘tradição’ que justificasse, por exemplo, o povoamento da região, ou qualquer inferência dessa natureza. Tratamos, isto sim, de um fenômeno cuja ocorrência está situada num momento específico do desenvolvimento

²¹ Cf. FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 92.

²² Cf. UZEDA, Jorge Almeida. *A morte Viglada: a prática da medicina urbana 1830-1930*. (dissertação de mestrado) Salvador: UFBA, 1992. p. 18-19.

²³ Idem, Ibidem. p. 36-37.

de uma comunidade do interior da Bahia, cumprindo assim, portanto, determinar historicamente os fatores que o viabilizaram.

* * *

Uma terra de sã natureza

Se o comércio foi sempre a essência a animar a existência da sociedade feirense, o seu principal elemento de reconhecimento junto à população e ante outras regiões foi, da segunda metade do séc. XIX à primeira década do séc. XX, a especialidade do seu clima. Com efeito, no decurso do período em questão, expressões como *cidade sanatorium* ou “Petrópolis da Bahia”²⁴ tornam-se comuns e já revelam, de imediato, a visão de que a especialidade da terra encontrava-se em sua capacidade de cura e/ou preservação da saúde daqueles sob sua influência.

Além disso, a alegoria da cidade ‘gêmea’, ou seja, da cidade como uma “Petrópolis da Bahia” evoca não apenas as características climáticas (que, de fato, também busca associar), mas o caráter extraordinário daquele lugar, que era o ‘refúgio’ do imperador, um dos lugares mais apreciados pelo monarca e onde construiu sua residência de verão. Era, enfim, o lugar de ares aristocráticos e clima ameno que toda urbe gostaria de ser, e que Feira de Santana esforçava-se efetivamente por se tornar. Desse esforço, a alegoria da “Petrópolis

²⁴ Cf. MONTEIRO, Joaquim Remédios. A Feira de Sant’Anna como ‘sanatorium’ da tuberculose pulmonar. *Gazeta médica da Bahia* – Série III, Vol. II. Bahia: Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, Junho / 1884. p. 30.

baiana” é, ao mesmo tempo, indicativo e resultado, pois na medida em que a cidade é vista como tal, evidencia a importância não apenas de difundir a idéia de uma terra de clima especial, mas também de destacar essa especialidade como um fator de distinção, um atributo em função do qual sua população podia reconhecer-se subjetivamente (como tão aristocrática quanto a da Petrópolis carioca, por exemplo), e com isso reforçar a sua identidade social. As possibilidades do recurso a tais imagens para afirmação de identidades nos são apresentadas por Sandra Jatahy Pesavento, que afirma: “se é o olhar que qualifica o mundo, a narrativa literária ordena o real e lhe confere um valor, exercendo uma espécie de ‘pedagogia da imaginação’. A retórica, o estilo, os registros de linguagem que selecionam palavras e fazem uso de metáforas são responsáveis pela formação do museu imaginário de cada um”²⁵.

É difícil precisar o momento em que a articulação dos discursos produzidos sobre a cidade se consolidam em torno do seu clima, mas é certo que durante a década de 1870 a cidade já era conhecida e recomendada como um lugar adequado a pessoas com doenças respiratórias, como o prova a biografia do Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro, talvez a personagem mais importante no processo de consolidação do discurso pela Feira sã. Nesse trabalho, seu biógrafo, o intelectual feirense Filinto Bastos, informa-nos que a transferência do Dr. Monteiro da então Província do Rio de Janeiro para Feira de Santana, em 1877, deu-se por sugestão de um colega médico, exatamente como uma tentativa de amenizar o grave estado em que se encontrava, por conta de uma tuberculose que o consumia há vários anos²⁶.

Da figura e da atuação do Dr. Remédios, como ficou conhecido em Feira de Santana, voltaremos a tratar mais adiante, em detalhes. Por enquanto importa destacar que esta referência a sua mudança, que mesmo de modo subliminar registra a mais antiga menção

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit. p. 14.

²⁶ BASTOS, Filinto. Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro – Biografia. *Revista do IGHB*, nº 17: Set. 1898. p. 468 a 513.

aos atributos especiais do clima feirense, já diz respeito a uma cidade afamada. Vale observar que antes de transferir-se para Feira, era na cidade de Resende, na Província do Rio de Janeiro, que residia o Dr. Remédios, e foi lá que recebeu a notícia da especialidade do clima feirense, de modo que, tanto o discurso sobre a Feira sã já estava plenamente formado por essa época, como já conseguia extrapolar em muito os limites de suas fronteiras.

A primeira referência ao clima feirense, ainda que um tanto vaga quanto à sua especialidade, e oriunda da própria cidade, diria respeito ao ano de 1869. Ali, a propósito de chamar atenção da população para problemas de saúde pública, o periódico feirense “O Comercial” anunciou em sua edição de número 11: “reïnham atualmente febres podres, câmaras de sangue e outras enfermidades de terrível caráter, e esta vila já vai sentindo infectado o seu ar tão puro pela falta de asseio público”²⁷.

Uma referência mais explícita, contudo, só foi localizada em periódicos locais a partir de 1885. Trata-se de uma das notas da coluna que anunciava ao público os visitantes da cidade, publicada na edição de 22 de outubro de O Correio de Notícias. Neste os leitores feirenses ficaram sabendo que “Chegaram da capital, com sua exma. Família, em busca da salubridade que soe ter esta cidade, os Srs. Raymundo Lima e João Lima. Aquele, distinto estudante de direito, deixou temporariamente as lides acadêmicas por haver adoecido [...]”²⁸.

Chama a atenção aqui o tom corriqueiro da notícia, a absoluta falta de excepcionalidade do fato, sugerindo-nos claramente ser a chegada dos Lima apenas uma repetição daquilo que, oito anos antes, levou o Dr. Remédios a buscar Feira de Santana.

A partir de então tornam-se relativamente freqüentes, em diferentes jornais feirenses, as notícias que dão conta da passagem de doentes pela cidade. Um desses periódicos, o Correio de Notícias, anunciou em 1886 a chegada do Sr. Frutuoso Silva,

²⁷ CENEF – Coluna Vida Feirense, Jornal Folha do Norte. Nº 2.087, de 09 de julho de 1949, em alusão à nota publicada pelo jornal O Comercial. nº 11, de 09 de julho de 1869.

²⁸ CENEF – Jornal Correio de Notícias, Nº 15 de 22 de outubro de 1885.

fazendo saber à população que: “Acha-se entre nós, vindo da capital, o illm. Sr. Dr. Fructuoso Pinto da Silva, que, em busca de melhoras aos sofrimentos de sua exma. Sra., aqui pretende demorar-se por algum tempo”²⁹.

Em 1900, O Progresso, outro periódico feirense, publicava artigo em que a idéia da terra de clima especial é reafirmada, exatamente porque a realidade da seca pela qual passava região parecia contradizê-la. Assim se expressava o autor (não identificado) sobre a questão:

Do relatório apresentado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade se depreende que, durante o ano passado, foram sepultados no cemitério da mesma Santa Casa, o único cemitério público, setecentos e cinco cadáveres, isto é, o dobro do que foi sepultado no ano de 1889.

Esse acréscimo de mortandade foi devido única e exclusivamente aos efeitos da terrível seca, devastadora dos nossos sertões.

Não é estranho ao público o número de retirantes que se acumularam entre nós, vindos de diversos pontos, tangidos pela miséria em busca de confortos, e, ao chegarem a esta hospitaleira cidade, sempre caridosa para com os miseráveis, não podiam mais suportar tratamento, pagando desapiedadamente o inexorável tributo da morte.

Quem conhece as condições naturalmente higiênicas, a salubridade do clima da Feira de Santana, apelidado o sanatório do Estado da Bahia, há de considerar a estatística apresentada pela Santa Casa, como um documento muito significativo dos prejuízos causados na população baiana pela seca...

*A triste estatística de que nos ocupamos, não vem desmerecer os créditos de que goza a Feira de Santana, uma das mais salubres cidades do centro; vem apenas mostrar os estragos da seca nos próprios retirantes; vem avisar aos governos que não deixem em abandono o nosso centro.*³⁰

E embora a situação descrita possa sugerir-nos algum tipo de fragilização quanto ao discurso em torno das qualidades da terra, as notas seguintes afastam por completo

²⁹ CENEF – Jornal Correio de Notícias, Nº 44, de 11 de fevereiro de 1886.

³⁰ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 02, de 09 de junho de 1900.

tal possibilidade, como o demonstra o obituário dedicado ao Dr. Antonio José P. da Silva Araújo, onde constata-se a seguinte informação sobre suas passagens por Feira de Santana em busca de melhoras para tuberculose: “Antes de ir residir na capital federal esteve algumas vezes na Feira de Santana, cuja salubridade não cessou de elogiar. Não há muitos meses ainda o fez na reunião da Sociedade de Medicina do Rio, quando se tratou de fundar sanatórios para cura da tuberculose pulmonar”³¹.

A nota sobre o Dr. Antonio Araújo evidencia assim o que deve ter sido uma das formas mais profícuas de divulgação dos atributos do clima feirense, pois não apenas é o testemunho da cura, como o é com a autoridade de um homem da ciência, um médico. E é numa reunião da Sociedade de Medicina que externa seu pensamento sobre a cidade que “não cessou de elogiar”, oportunidade em que, ante a expectativa de criação dos tais sanatórios, muitos bem podem ter optado por recomendar a seus pacientes o tão bem falado clima da “Petrópolis baiana”.

Para além das conjecturas, porém, estão as evidências da continuidade da procura pela cidade. Pouco tempo depois da nota sobre o Dr. Araújo, chega ao público a referência ao falecimento do alemão Carlos Sondermamm, vitimado pela tuberculose. Segundo o jornal “o finado era empregado da capital na casa comercial dos Srs. Conde Filho & C., tendo vindo a poucos dias para esta cidade em busca de melhoras a sua saúde, bastante alterada pela cruel enfermidade que o levou a sepultura”³².

O número seguinte de O Progresso informava a chegada à Feira do farmacêutico Joaquim Pires, que “veio da capital em busca de melhoras a sua preciosa saúde”³³. Sete anos mais tarde as notícias relacionando a cidade e a especialidade do seu clima tornam-se mais freqüentes. É novamente O Progresso, então órgão pró governo

³¹ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 04, de 23 de junho de 1900.

³² CENEF – Jornal O Progresso, Nº 23, de 20 de setembro de 1900.

³³ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 24, de 23 de setembro de 1900.

municipal, o veiculador das notas, que permanecem tratando com grande naturalidade a chegada de enfermos à Feira.

A primeira desta nova série de notícias é apresentada aos leitores do jornal em janeiro de 1907, informando a chegada do Monsenhor Victor Soledade, “a procura de melhoras para sua preciosa saúde levemente alterada”, ao que conclui “... [fazendo] votos para que sua revma. encontre nessa cidade o restabelecimento de sua preciosíssima saúde”³⁴. Cerca de duas semanas depois O Progresso noticiava: “Por espaço quase de um mês achava-se nesta cidade com sua digníssima família, em busca de melhoras para sua saúde levemente alterada, o Ex.mo. Sr. Dr. Francisco Prisco Paraíso, ilustre e inteligente deputado federal, pelo 2º distrito deste Estado...”³⁵.

Em fevereiro a notícia era de que se encontrava de viagem: “para a cidade de Belmonte [...], o Sr. Tenente Antonio José da Rocha, que por muitos meses estava [sic] nesta cidade, em procura de melhoras a sua saúde, voltando completamente restabelecido. Dissemos [...] que em breve estaria novamente entre nós, onde pretende fixar residência ...”³⁶. No mês seguinte chegava ao público a informação de que:

Há dias acha-se entre nós em busca de melhoras para sua preciosa saúde, levemente alterada, o ilustre Dr. Affonso G. da Cunha Maciel Filho, inteligente e honrado promotor público da comarca do Conde [...]

*Apresentamos a sua senhoria as nossas boas vindas, fazendo votos para que encontre na salubridade do nosso clima o necessário lenitivo para sua saúde e o conforto preciso para sua digníssima família*³⁷.

³⁴ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 360, de 06 de janeiro de 1907.

³⁵ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 362, de 20 de janeiro de 1907.

³⁶ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 364, de 03 de fevereiro de 1907.

³⁷ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 370, de 17 de março de 1907.

A próxima referência veio em maio e de forma bem mais sutil, com o artigo intitulado “Radotage VII”. Nele observamos a preocupação em evidenciar não apenas a especialidade do clima, mas também os outros elementos que, associados a este, faziam de Feira uma lugar atraente para quem dela necessitasse. E assim ponderava seu autor:

Sim senhor, está a nossa terrinha tirando o pé da lama, como se costuma dizer por aqui.

Passeios e mais passeios; festas e mais festas, o que outra coisa não é do que o mais solene atestado da beleza desta cidade, amenidade do seu clima e, sobretudo, a hospitalidade que despensa, predicado que mais eleva os seus naturais, e tanto é real esta nobre circunstância a seu favor, que aqueles que a visitam uma vez, ambicionam faze-lo mais...³⁸

Esta série de notícias veiculadas por O Progresso apresentou ainda uma última nota, de características já bem familiares, em que se informava ter chegado à Feira de Santana “... com sua exma. família, o Sr. Capitão de Corveta Francisco de Mattos, distinto oficial da armada, em procura de melhoramentos para saúde de sua exma. consorte.”³⁹.

O fim da série identificada não significou, porém, o término das notícias sobre a especialidade da clima feirense. Como resultado de alterações no cenário político local, em 1910 era a vez de O Município, um periódico ligado ao grupo que até dois anos antes fazia a oposição, assumir, conforme seus interesses, a responsabilidade por propalar as benesses dos ares da cidade *sanatorium*. E a contribuição desse periódico veio em coluna sugestivamente intitulada “Collaboração”, onde o Sr. Arthur Penna apresenta uma ode à cidade que o teria atraído e curado.

Vejamos então como se apresentava a Feira de Santana a esse ‘forasteiro’:

³⁸ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 379, de 19 de maio de 1907.

³⁹ CENEF – Jornal O Progresso, Nº 388, de 19 de maio de 1907.

Feira de Sant'Ana

*A natureza, desfeita em afagos
Quis dar-te pr'a duradouro condão,
Esse ar puro que hauri em longos tragos,
E que é honra e fama do teu sertão*

*Não sei de céu mais belo e encantador,
Nem de alboradas de frescura tanta !
Sei que em teu regaço confortador,
A vida ressurge, vigora e encanta
Batido por teimosa enfermidade,
— Oh, momento feliz de minha vida !
Abriguei-me ao teu clima divinal;*

*E, agora, em plena vitalidade,
Traduzo de minha alma enternecida,
O agradecimento perenal*

Feira – Maio de 1910

*Arthur Penna*⁴⁰

Como se observa, o testemunho do Sr Arthur apresenta-nos detalhes significativos acerca da visão ainda vigente sobre a cidade, mas fora dela (pois ele foi para ela atraído), naquele início de século XX. Um primeiro e mais evidente diz respeito à continuidade das idéias sobre a especialidade climática de Feira para além dos seus limites, pois que ela é *honra e fama do seu sertão*. Os atributos que correm com esta fama são atraentes, haja visto que nela *a vida ressurge, vigora e encanta*. E como se não bastassem tais referências, há ainda o testemunho efetivo da cura, a cura que provem a *plena vitalidade* não apenas contra a enfermidade trivial, mas também - e principalmente - contra aquela *teimosa*, aquela que persiste ao conhecimento médico e não dá alternativa ao enfermo que não seja a de buscar junto à própria *natureza*, ou nos locais por ela agraciados, os recursos para a cura.

É importante reafirmar que esta é, nesse momento, a visão de alguém de fora. Isso porque, como veremos melhor em capítulo posterior, nesse instante – 1910 – parte da

⁴⁰ CENEF – Jornal O Município. Nº 96, de 29 de maio de 1910.

municipalidade já não se identifica mais com a idéia da especialidade da terra. Essa visão de fora, porém, nos esclarece muito sobre a imagem da cidade sã, no que esta era para o Sr. Arthur Penna, e no que havia sido anos antes para a comunidade feirense. E o que nos revela a visão do Sr. Penna é uma cidade onde impera a natureza. Mais do que qualquer característica urbanística, cultural ou econômica, é a presença sensível da natureza na cidade, é a sua aura campesina que permite a percepção da frescura das alvoradas e do ar (que se conserva) puro, e que por isso mesmo a distingue em relação a Salvador, por exemplo, que era vista como uma cidade velha, cuja condição de metrópole apenas agravava seus problemas e degenerava o seu meio ambiente⁴¹. Em outras palavras, o que o Sr. Penna nos demonstra é que, na visão dos ‘de fora’, a cidade podia ser sã porque ainda não havia sido ‘contaminada’ pelo mal das metrópoles, isto é, pelas multidões, pelo inchaço urbano e a deficiência visível dos serviços de saneamento básico, ou mesmo pelo agravamento das tensões sociais, resultante do contato mais estreito entre as classes sociais. Para a população local, ao que parece, estas idéias também valeram, (quando da vigência da idéia da terra especial) mas perdem campo exatamente quando passou a vigorar o anseio de se tornar a cidade mais moderna, mais metrópole.

Atenhamo-nos um pouco mais, porém, ao primeiro dos elementos destacados da ode à Feira. A fama da cidade certamente vem explicar a sequência de notícias localizadas nos periódicos feirenses, anunciando a chegada ou partida de pessoas em busca de melhoras para problemas de saúde. Por outro lado, é bem verdade que numa primeira avaliação a sequência de notícias pode ser questionada como estatisticamente limitada (pouco mais de dez notas ao longo de vinte e dois anos) para, em si mesma, dar sustentação a afirmativa sobre o discurso da especialidade do clima feirense. Em outras palavras o problema que se apresenta

⁴¹ Cf. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se – ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador – 1912-1916*. (dissertação de mestrado) Salvador: UFBA, 1996. p. 26-29. Ver também ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarra nas ruas – comemorações da independência na Bahia 1889 - 1923*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 21-25.

é: por que há proporcionalmente tão poucas notas sobre o clima feirense? Até que ponto tais notas mostram-se como evidências concretas de tal fenômeno?

As respostas a estes questionamentos parecem estar no perfil dos anunciados pelas notas supra relacionadas. Tratam-se de comerciantes da capital, médicos, oficiais das forças armadas, políticos e estudantes de direito ou medicina, figuras detentoras de posições privilegiadas na estrutura social do Brasil imperial e do início da República, figuras ‘colunáveis’, para usar uma expressão atual. De fato, tanto nas notas apresentadas como nas muitas outras existentes nas colunas “visitantes”, que na absoluta maioria dos casos anunciam o gozo de férias, passeios e visitas, a ênfase maior é exatamente sobre *quem* está prestigiando a cidade com sua presença, em lugar do *por quê* dessa estadia.

Tal constatação leva-nos facilmente à conclusão de que um número muito maior de pessoas não ‘colunáveis’ buscava as benesses do clima feirense, sem que sua chegada a cidade fosse motivo de registro público. É bem verdade que não podemos inferir qualquer estimativa acerca deste grupo em específico, mas o já mencionado tom de naturalidade conferido à chegada de doentes à Feira, indica muito fortemente que tratava-se de um fato corriqueiro para a população local.

Há que se considerar, todavia, que não falamos de quaisquer doentes, mas principalmente de tuberculosos, pessoas portadoras de um mal capaz de causar terror a qualquer comunidade, mesmo durante boa parte do século XX. Decorre então que, mesmo em Feira de Santana, como demonstraremos no decurso deste trabalho, haviam aqueles que protestavam contra a constante chegada dos tuberculosos à cidade⁴² (particularmente a partir do momento em que parte da municipalidade, como mencionado, já não se identificava com a idéia da terra sã). Mas o fato de existirem tais protestos apenas reforça a evidência de que a

⁴² CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 88, de 07 de outubro de 1911.

cidade era vista e efetivamente procurada como *sanatorium* e de que o grosso da população, a despeito da ameaça representada pelos doentes, sentia-se segura em sua terra de sã natureza.

O discurso sobre a especialidade do clima feirense encontrou ainda um outro importante meio de difusão. Trata-se das publicações oficiais produzidas entre as últimas décadas do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, descrições das vilas e municípios do Estado, nas quais Feira de Santana é sempre apresentada como um lugar apropriado para o restabelecimento de doentes.

Estas publicações merecerão uma análise bem mais detalhada em capítulo próximo, mas a citação a uma delas ilustra muitíssimo bem a forma como a cidade foi retratada em tais empreendimentos. A obra em questão é “Descrições Práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias das cidades, vilas e povoações”, publicada em 1888 por Durval Vieira de Aguiar, em que da Feira de Santana se diz:

[...] Hoje a é uma cidade adiantada, limpa, de ruas espaçosas, excelentes edifícios, grande casa da Câmara, bonitinho e asseado quartel - cadeia; está embelezada com bonitas, modernas e perfeitamente sortidas casas comerciais, açougues higienicamente preparados em tudo superiores aos da nossa capital, decentes repartições públicas, dois hotéis, teatro, etc., etc.

[...]

*A feira de Santana, pelo seu bom clima e alta posição, é aconselhada pelos médicos para os doentes do peito, tanto mais quando o excelente leite e a carne verde que se vendem, constituem o melhor remédio, higienicamente auxiliado pelo puro ar que se respira; entretanto no inverno o frio é pouco severo (variável de 15° a 18° centígrados)...*⁴³

Assim como os demais trabalhos desta natureza, as “descrições” de Aguiar ganham significado no processo de difusão do discurso que analisamos por vários motivos: o

⁴³ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias das cidades, vilas e povoações*. Salvador: Tipografia do Diária da Bahia, 1888. p. 110 a 113.

primeiro deles diz respeito ao fato de terem sido impressas, o que confere as idéias ali apregoadas a autoridade da palavra escrita. Com a impressão aquelas idéias não eram mais apenas ‘coisas que se diziam’, elas agora ‘estavam escritas nos livros’, noção tão cara a nossa cultura letrada⁴⁴.

Além de investidas de autoridade, aquelas idéias podiam, via publicações, chegar a qualquer lugar da Bahia ou fora de seus limites, sem a necessidade de um propagador, de quem sempre se poderia duvidar. Com efeito, não havia como assegurar veracidade de um testemunho pessoal, salvo pela credibilidade do depoente. Se o meio a que chegam tais idéias é estranho, contudo, o recurso à credibilidade de quem informa não surte efeito, problema que a publicação supera com facilidade, pois não há como duvidar do relato ‘objetivo’ que descreve, em meio a tantas outras vilas e municípios, uma(s) com características especiais. A publicação, portanto, não apenas leva mais longe e amiúde o discurso da especialidade da terra, como o faz com autoridade e foros de cientificidade. Por fim, os trabalhos como o de Aguiar têm a seu favor o fato de possuírem um caráter oficial, a oficialidade que lhes confere legitimidade ante a população, e com eles, as idéias que difundem.

Os anúncios de visitantes, as recomendações por parte de médicos e artigos em jornais locais por certo constituem um indicativo seguro da legitimidade alcançada pelo discurso que analisamos, junto à comunidade feirense. Mas além destes, há também os relatos que buscavam captar, sintetizar e transmitir uma identidade feirense, então associada à idéia de uma terra campesina e saudável. São dos artista tais esforços ambiciosos, ao mesmo tempo desprovidos das intenções práticas de políticos e administradores, e municionados com os recursos a símbolos e alegorias, abstrações muitas vezes bem mais eficientes que as descrições e análises dos técnicos.

⁴⁴ Cf. CAMPOS NETO, Joaquim Vieira de. Letrados em ‘A cidade das letras’. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, p. 205-209, jun. 1996. Resenha de: RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Um bom exemplo deste tipo de empreendimento, que ao mesmo tempo constitui indicativo substancial acerca do discurso da especialidade da terra, é o Hino à Feira, um dos principais elementos de representação da cidade, no qual a idéia da Feira saudável foi efetivamente incorporada e, por assim dizer, imortalizada.

Idealizado na segunda década do século XX pela Professora Georgina Erismann, um dos expoentes da história da música e da educação no Município, o Hino à Feira tem, desde então, apresentado à população e às autoridades nas cerimônias públicas, ainda que de modo sutil, a idéia da Feira sã, através destes versos:

Hino à Feira

Coro

*Salve oh! Terra Formosa e bendita
Paraíso com nome de Feira ...
Toda cheia de graça infinita,
És do Norte a princesa altaneira*

Solo I

*Bem nascida, entre verdes colinas,
Sob o encanto de um céu azulado ...
Ao estranho tu sempre dominas,
Com o poder do teu clima sagrado*

Coro

Solo II

*Sorridente como uma criança
Descuidosa de sua beleza ...
Do futuro és uma linda esperança,
Terra moça de sã natureza*

Coro

Solo III

*Poetiza do branco luar ...
Pelas noites vazias de agosto,
Fiandeira que vive a fiar
A toalha de luz do sol posto*

*Coro**Solo IV*

*De Santana és a filha querida
 Noite e dia por ela velada ...
 E o teu povo tão cheio de vida
 Só trabalha por ver-te elevada*

Coro

*Georgina Erismann*⁴⁵

É óbvio que, ao compor a letra do hino, a Profª. Georgina buscou ufanar as virtudes das terras feirenses, como aliás, o fazem quase todos os hinos cívicos. Chama a atenção, contudo, o destaque dado exatamente aos elementos que corroboram a visão da Feira como terra especial para a saúde. A segunda estrofe é a mais emblemática desta visão, num conjunto que inicia por identificar a ‘razão’ da especialidade da região e conclui reconhecendo a especial capacidade que a Cidade ganha de *ao estranho dominar*, com um clima cujo potencial de cura assume o vulto de *sagrado*. As outras estrofes trazem também elementos desta visão. A última delas, por exemplo, sinaliza o fato de que em complemento ao ‘domínio’ que tem sobre o estranho, a Cidade garante que seu povo esteja sempre *cheio de vida*. Vivacidade que apenas reflete o ambiente geral de uma terra *de sã natureza*.

Conquanto o hino já se apresente como um reminiscência, ele reitera o que buscamos demonstrar: a existência de imagem positiva da cidade, a idéia de que Feira de Santana era um lugar em que as propriedades climáticas naturais podiam, mais do que em qualquer outro ambiente, proporcionar a cura a quem lhe procurasse.

* * *

⁴⁵ CENEF – Hino à Feira. In. Hinário da Escola Normal de Feira de Santana, 1928. p. 05.

CAPÍTULO II

Da cidade perigosa à terra sã: a origem da idéia de especialidade climática em Feira de Santana*

Como foi demonstrado no capítulo anterior, em contraposição a uma percepção inicialmente negativa do ambiente urbano, por volta da década de 70 do século XIX, Feira de Santana já era afamada como localidade de clima especial, até mesmo em províncias distantes, dentre as quais a própria capital do Império. As referências a essa especialidade da terra, contudo, não dão indicativos acerca do momento ou do motivo pelo qual a percepção sobre a cidade é alterada. De fato, se tomássemos apenas as referências positivas da cidade, e desconhecêssemos a visão negativa anterior, a imagem que teríamos daquela Feira de Santana seria a de um ambiente naturalmente saudável desde os seus primórdios.

Entre os pólos desse discurso temos um acontecimento extraordinário, a grande epidemia de *colera morbus* de 1855. A dimensão do impacto dessa epidemia tem sido já algum tempo objeto de investigação de diferentes estudiosos da sociedade baiana do séc. XIX, dentre os quais Johildo Lopes de Athayde¹, Anna Amélia Viera Nascimento² e mais recentemente, com maior amplitude, Onildo Reis David³. De acordo com as análises desenvolvidas por estes autores, a epidemia implicou em profundas alterações no cotidiano

* Uma versão preliminar deste texto integrou a monografia de minha autoria: *Terra de sã natureza – a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana 1833-1920*. (monografia de especialização) Feira de Santana: UEFS, 1997.

¹ ATHAYDE, Johildo Lopes de. *Salvador e a grande epidemia de 1855*. Salvador, Publicações do Centro de Estudos Baianos 133 - UFBA, 1985.

² NASCIMENTO, Ana Amélia V.. *Dez freguesias da cidade do Salvador*, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. p. 151 a 165.

³ DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível. - epidemia na Bahia do séc. XIX*. Salvador: EDUFBA / Sarah Letras, 1996.

da população que assistiu aterrorizada seu alastramento. O alastramento de um mal ante o qual os médicos eram praticamente impotentes e que a muitos se afigurava como um castigo divino. David chega mesmo a afirmar, acerca da epidemia, que esta foi uma “excepcional causa de crise de abastecimento, de mudança de costumes e de mortandade”⁴, que chegou, aliás, a 36.000 pessoas⁵.

A despeito da inegável qualidade como um todo e, em particular, do êxito em demonstrar as profundas modificações sociais provocadas pela epidemia, o trabalho de David não possui a amplitude que pretende em relação à Bahia. De fato, sua análise da “epidemia na Bahia do século XIX” restringe-se quase que exclusivamente à Salvador, ainda que muitas de suas conclusões possam ser projetadas para a realidade da Província.

Com efeito, a ocorrência do fenômeno no interior da província não é discutida senão de forma esporádica e superficial. Apenas os capítulos IV e V, relativos à crise do comércio e à morte e mortandade, respectivamente, dedicam alguma atenção a localidades do interior, mas tanto nestes capítulos, como no corpo geral da obra, estas ‘outras localidades’ são quase sempre aquelas do então ainda importante recôncavo baiano.

Chamamos atenção para essa lacuna do trabalho de David, exatamente para indicar que é a partir das ‘brechas’ nessa visão homogeneizadora do fenômeno do *colera* a partir da capital, que encontraremos um viés explicativo para o complexo processo de construção de uma imagem de cidade saudável em Feira de Santana. De modo mais específico, contrariando a noção imposta pela visão da epidemia a partir da experiência da capital, verificamos que, apesar da rapidez e intensidade com que o *colera* espalhou-se pela Província, a cidade de Feira de Santana foi muitíssimo pouco atingida, a despeito da sua condição mais característica - ser um entreposto comercial de enorme fluxo populacional com

⁴ DAVID, Onildo Reis. Op. cit. p. 18.

⁵ Idem. Ibidem. p. 129.

outras localidades. Localidades estas onde a epidemia grassava impiedosa, como a cidade de Cachoeira, onde morreram 8.200 pessoas; a Vila de Santo Amaro, onde morreram 8.500 pessoas; a cidade de Nazaré, que perdeu 3.215 moradores; Ilhéus (ao sul da Província), onde morreram 690; ou até mesmo cidades consideradas pequenas, como Camamu, onde contaram-se ‘apenas’ 229 mortes⁶. A estas cifras Feira de Santana contrapõe-se com um número inferior a 130 mortes confirmadas durante os cerca de onze meses de duração da epidemia⁷.

Por esta razão, vale aqui um olhar mais demorado sobre a chegada e a manifestação da epidemia na cidade, de modo a melhor compreendermos seu impacto e sua persistência sobre o imaginário da sociedade feirense.

O primeiro registro confirmado de cólera em Feira aconteceu no dia 18 de agosto de 1855⁸, 28 dias depois do início da epidemia em Salvador⁹. Uma vez instalada, a doença fez algo entre 46 e 48 vítimas fatais até 28 de setembro¹⁰, quando começa a diminuir gradativamente até aparentar extinguir-se na primeira quinzena de outubro. Nesse momento o Delegado municipal chega mesmo a julgar que a sociedade estivesse “livre desse terrível flagelo”¹¹. Logo em seguida, porém, o mal recrudesce, fazendo 71 mortes entre 15 de novembro e 29 de dezembro¹². A partir de então a epidemia voltou a enfraquecer até que, em

⁶ Cf. DAVID, Onildo Reis. Op. Cit. p. 137.

⁷ Este número resulta da análise da correspondência entre as autoridades municipais e a Presidência da Província, especialmente dos ofícios do Delegado Municipal Jaime Carlos Leal, de 28/08/1855 e 19/04/1856, bem como registros sobre a epidemia, apresentados pela Coluna Vida Feirense do jornal Folha do Norte. Nº 2.216, de 29 de dezembro de 1951, como será evidenciado no decurso do texto.

⁸ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do Subdelegado João Bernardino Borges ao Pres. da Província, datado de 20/08/1855.

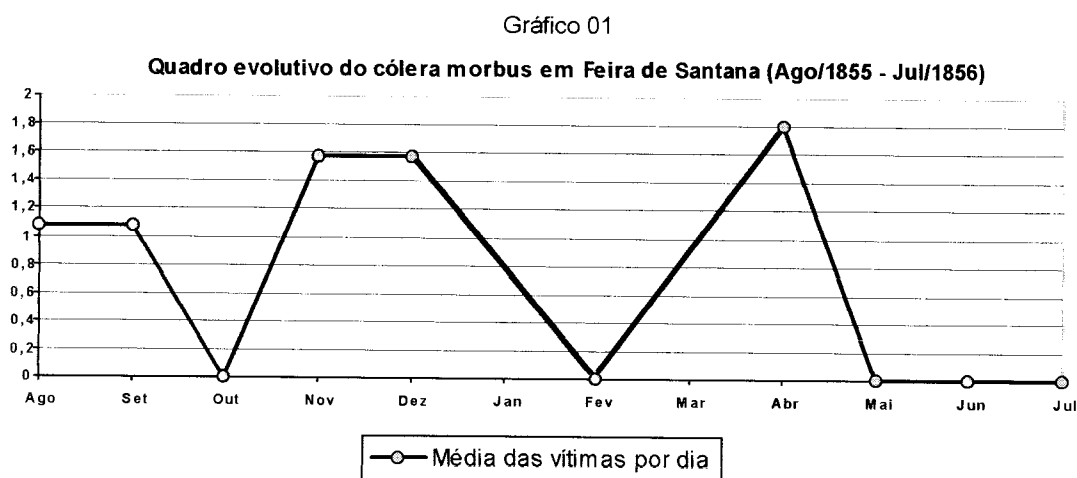
⁹ A 21 de julho de 1855 são registrados os primeiros dois casos de cólera, na localidade do Rio Vermelho, em Salvador. Cf. DAVID, Onildo Reis. Op. Cit. p. 15.

¹⁰ O dado nos é fornecido pelo do Delegado Municipal Jaime Carlos Leal ao informar que, até aquela data, já se havia “perdido dentro da vila quarenta e tantas pessoas”. APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do Delegado Municipal Jaime Carlos Leal ao Presidente da Província, datado de 28/09/1855.

¹¹ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do Delegado Municipal Jaime Carlos Leal ao Presidente da Província, datado de 13/10/1855.

¹² CENEF – Coluna Vida Feirense, informa que “segundo as notas da sub-delegacia de polícia [datadas de 29/12/1855] a *colera morbus* vitimou, nesta vila, nos últimos 45 dias, 71 indivíduos”. Jornal Folha do Norte. Nº 2.216, de 29 de dezembro de 1951.

22 de fevereiro de 1856, já se houvessem passado alguns dias sem mortes ou novos casos entre a população¹³. É quando, mais uma vez, a epidemia ganha força, chegando a fazer 12 vítimas entre os dias 13 e 19 de abril¹⁴, para só então entrar definitivamente em declínio. Em 03 de maio, a Câmara informava à Presidência da Província que desde o dia 1º daquele mês não se registravam casos fatais e que diminuía o número de pessoas atacadas na cidade¹⁵. Pouco depois, em 18 de julho de 1856, o delegado suplente Innocencio Affonso do Rego declarava extinta a epidemia na cidade, passados 336 dias desde o seu aparecimento¹⁶. A incidência do cólera de Feira de Santana, a partir dos dados das autoridades locais, pode ser ainda observada no gráfico abaixo:



Por ocasião do primeiro caso, porém, já havia entre a população um estado de grande excitação e medo tanto em relação à doença em si (em ofício de 12 de agosto ao Presidente da Província, o Pres. da Câmara Municipal informava estar a população *aterrada*

¹³ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do médico Antonio Eduardo Tairbanks Presidente da Província, datado de 26/02/1856.

¹⁴ Idem, Ofício do Delegado Municipal Jaime Carlos Leal ao Presidente da Província, datado de 19/04/1856.

¹⁵ Idem, Ofício dirigida pela Câmara Municipal ao Presidente da Província, datado de 03/05/1856.

¹⁶ Idem, Ofício do Delegado Suplente Innocencio Affonso do Rego ao Presidente da Província, datado de 18/07/1856.

com as notícias da doença em Cachoeira¹⁷), como quanto às suas conseqüências para a ordem social. Temia-se que o pânico e o eventual enfraquecimento da guarda local criasse o ambiente propício a uma subversão geral da ordem. Neste sentido, era sintomática a preocupação do subdelegado local, João Bernardino Borges, ao solicitar ao Pres. da Província, em ofício de 20 de agosto, o envio de médicos (a Vila contava, até então, com apenas um) e praças para reforçar o destacamento local de 12 homens, em vista do que, argumentava o subdelegado: “... o estado horrível que nos ameaça pede alguma segurança policial [...] por que [...] receamos algum assalto não só da classe escrava, como também da classe livre desmoralizada”¹⁸.

No mesmo dia, o responsável pela guarda municipal, Tenente Agostinho Marinho de Sá Queiroz, oficiaria ao Pres. da Província, solicitando em tom extremamente preocupado o envio de praças para o reforço da guarda municipal, afirmando não poder garantir a ordem com os homens de que dispunha¹⁹.

O desenvolvimento da epidemia na cidade revelou, contudo, que as medidas extras de segurança não se fariam necessárias. Conquanto ainda manifestassem uma preocupação constante, as autoridades locais não tardariam a expressar a condição amena do cólera na cidade, através dos relatos e comunicações às autoridades da Província. Uma das primeiras e mais completas destas comunicações foi feita pelo médico enviado pela Província, José dos Santos Carneiro Pinto. Sua correspondência, datada de 25 de setembro, é longa e detalhada, preocupando-se em relatar tanto a incidência do mal, como as medidas adotadas para remediá-lo. Por suas características, portanto, passamos a reproduzir os trechos mais

¹⁷ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do Presidente da Câmara municipal Manoel Joaquim Pereira Sampaio ao Pres. da Província, datado de 12/08/1855.

¹⁸ Idem, Ofício do Subdelegado João Bernardino Borges ao Pres. da Província, datado de 20/08/1855.

¹⁹ Idem, Ofício do Tenente Agostinho Marinho de Sá Queiroz ao Pres. da Província, datado de 20/08/1855.

substanciais deste relato, ressaltando que, ainda que seja um tanto extenso, esclarecerá muito acerca das ações e do entendimento sobre o mal na cidade.

Informava então o médico ao Presidente da Província:

A Providencia, Excelentíssimo Senhor, parece querer proteger aos habitantes deste lugar de um mal tão devastador, não isentando-os de serem acometidos dele, mas sim tornando-o muito mais benigno do que em outros lugares, e por conseguinte muito menos susceptível de ceifar tantas vidas: poucas tem sido as vítimas, que por azar tem sucumbido ao cólera; de sorte que posso áfiançar a Vossa Excelência que se o número ainda não excede a vinte dentro do centro da Vila, sendo contudo de notar que grande parte da população já tem sido dele atacada. Em geral a diarréia é o primeiro sinal precursor da moléstia, a que sendo logo combatida, deixa o doente livre do perigo, se porem é desprezada, aparece dai a um, dois ou três dias, quando muito, resfriamento nos membros, as vezes caibras e raridades das ourinas, e se nestas circunstancias o doente não procurar o pronto socorro ao médico, sucumbe vítima do seu próprio desleixo; as vezes também e de preferência no sexo feminino, em primeiro lugar aparecem vertigens, cephalalgias intensas, espasmos no coração e outros acidentes nervosos, que cedem facilmente a qualquer sudorífico, e antispasmodico: muitas raras vezes finalmente a moléstia apresenta-se logo no estado algivo, e nestes casos o doente morre instantaneamente, apesar dos socorros do médico.

Não tem havido, Excelentíssimo Senhor, regularidade na intensidade da epidemia por que se em um dia ou dois aparecem um só caso de cólera, ou deixa absolutamente de haver, vem dias também em que aparecem 4, 6, 10, e muitos ainda, como tem acontecido, porem sem gravidade e por isso não posso asseverar a Vossa Excelência se a epidemia quer tomar maior incremento ou acabar-se inteiramente.

A maior parte das pessoas acometidas é de indigente, e desvalida: e com efeito, Excelentíssimo Senhor, a indigência de muitos destes indivíduos é tal que nada mais possuem do que a vida e a moléstia, que com ela luta !!! E nestas circunstancias como pode o médico ser bem sucedido, se falta tudo ao doente para poder seguir, o que o médico cuidadosamente lhe prescreve !? Eu e o facultativo Alvin requeremos ao subdelegado [...] uma casa para servir provisoriamente de hospital, afim de que esses desvalidos sejam nela recebidos, e ele, certo da aprovação de Vossa Excelência, deu prontas providencias, de sorte que o hospital já está funcionando, e assim a pobreza ficará livre muitas vezes das garras da morte, e

*por certo bem dirá dos desvelados cuidados de tão incansável protetor. [...]*²⁰

Como se observa, a correspondência apresenta um considerável volume de informações, dentre as quais podemos destacar a identificação do perfil social da população mais atingida pela epidemia – os indigentes e desvalidos – e uma breve indicação acerca das formas de tratamento adotadas. Em ambos os casos as informações estão de acordo com os dados apresentados por David²¹.

Uma observação do Dr. José Pinto, contudo, diferencia o desenvolvimento da epidemia na cidade em relação ao quadro descrito para as principais cidades da Província, pois de acordo com este o cólera em Feira estaria sendo *muito mais benigno do que em outros lugares*. Esta não era uma posição isolada do médico. Dias antes, um ofício da Câmara, ao passo que solicitava o envio de mais médicos, reconhecia a condição benigna da epidemia na cidade²². Algum tempo depois, em comunicação de 18 de dezembro (em plena fase de recrudescimento do mal, portanto), o próprio Presidente da Câmara, Manoel Joaquim Pedreira Sampayo, reiterava a idéia junto às autoridades provinciais ao informar que continuava o cólera grassando, porém de forma benigna²³. O Delegado Municipal, Jaime Carlos Leal, defendia a mesma idéia, e, não obstante se mostrasse bastante preocupado com o andamento dos casos de óbito, já a havia expressado claramente em comunicação aos seus superiores provinciais, em 28 de setembro. Ponderava ele então: “...a Feira ate agora deva se considerar

²⁰ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do médico José dos Santos Carneiro Pinto ao Pres. da Província, datado de 25/09/1855.

²¹ Sobre as práticas médicas para o tratamento do cólera e o perfil social das vítimas do mal ver David, respectivamente, Cap. III - Medicina e Religião: duas versões sobre o cólera, e Cap. V - Morte e mortandade. Op. Cit. p. 84 e 137-138.

²² APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do Presidente da Câmara Manoel Joaquim Pereira Sampaio ao Pres. da Província, datado de 20/08/1855.

²³ Idem, datado de 18/12/1855.

felicíssima, visto como o mal não tem feito o estrago que se tem dado em outros lugares atacados...²⁴.

Em face desta impressão geral sobre a benignidade da epidemia, não tardariam também a surgir as primeiras tentativas de explicação para o fenômeno. Estas tentativas não terão, contudo, quaisquer pretensões acadêmicas, não seguirão qualquer metodologia de investigação, até porque os profissionais médicos, nesse momento, não possuíam nem a formação, nem o interesse para tanto²⁵. Mas, talvez, exatamente por não estarem fundamentadas em uma estrutura de análise então considerada como científica, e desenvolverem-se, portanto, a um nível discursivo mais próximo do cotidiano do indivíduo comum, tais explicações podem ter encontrado larga aceitação entre a comunidade, marcando profundamente o imaginário social feirense acerca das qualidades desfrutadas em seu meio ambiente.

O primeiro a tentar explicar a benignidade da epidemia foi o Delegado Jaime Carlos Leal, em 02 de abril de 1856, pouco antes do município entrar na fase proporcionalmente mais mortífera da epidemia. Na ocasião ele afirmara que : “... Continua a epidemia nesta Vila e seus contornos, se bem que ate aqui não tenha apresentado com a intensidade dos outros lugares acometidos, talvez devido isso a sua posição, todavia quase vai regulando 1 vitima por dia” [grifo nosso]²⁶.

²⁴ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do Delegado Jaime Carlos Leal ao Pres. da Província, datado de 28/09/1855.

²⁵ De acordo com Lília Moritz Schwartz, a formação dos profissionais de medicina por esta época era extremamente deficitária, sendo a atividade na maioria dos casos exercida por “curandeiros ‘herbalistas’, herdeiros de conhecimentos africanos e indígenas, ou por práticos, que tinham suas atividades fiscalizadas, até 1872, pelos ‘cirurgiões-mores’”. Somente na década de 70 do séc. XIX as escolas de medicina passam a assumir um perfil mais científico, o que viabiliza o surgimento de periódicos especializados e de uma ‘cultura’ da pesquisa. Essa mudança é, em parte, condicionada pela própria cólera que, juntamente com outras epidemias do período, evidenciam a carência de profissionais habilitados e despertam a idéia da “missão higienista” do médico na sociedade. Cf. SCHWARTZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 192-198.

²⁶ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado pelo Delegado Municipal, Jaime Carlos Leal, ao Presidente da Província, em 02 de abril de 1856.

A que *posição* estaria se referindo o delegado? Certamente ele não pensava na posição geográfica da Vila, pois esta tornava-a uma passagem obrigatória a praticamente todo comércio entre o interior e a Capital. Esta situação de passagem já havia sido, por ele mesmo, identificada - ainda que de modo indireto - como um dos fatores responsáveis pela chegada da epidemia, ao afirmar que esta havia tido início após a passagem de pessoas vindas de Cachoeira e Santo Amaro²⁷. Nesse sentido, até mesmo a Câmara, ainda antes que a epidemia começasse a se manifestar na cidade, já demonstrava preocupação com a grande possibilidade de contágio em função do fluxo humano entre as regiões. Tal preocupação fica patente em ofício do Presidente da Câmara Municipal, Manoel Joaquim Pedreira Sampaio ao Presidência da Província, em 12 de agosto, onde o primeiro afirmava que: “[...] esta Vila está toda aterrada com a notícia da peste que está assolando a Cachoeira, temendo-se não apareça já nesta Vila, pela grande comunicação que todos os dias temos com aquela cidade ...”²⁸.

O delegado Jaime Leal ao que tudo indica não possuía uma formação médica. Todavia, a sua posição de autoridade municipal e o conseqüente contato com as ‘autoridades médicas’ (inclusive com os médicos enviados pelo governo provincial, para o socorro às vítimas da epidemia) certamente o puseram a par das noções mais comuns acerca da teoria miasmática e, conseqüentemente, fizeram-no reconhecer a necessidade de garantir sempre a circulação adequada do ar, de modo a dissipar os miasmas. O delegado deve então ter partido desta premissa para julgar o altiplano que abriga a cidade, um *local* propício, atribuindo a essa característica a propriedade de estar amenizando o mal desconhecido, dissipando qualquer que fosse o seu agente causador. A relação devia parecer óbvia: Cachoeira e Santo Amaro, os pontos de referência mais próximos e de onde os contatos e as notícias do mal chegavam com

²⁷ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado pelo Delegado Municipal, Jaime Carlos Leal, ao Presidente da Província, em 28 de setembro de 1855.

²⁸ Idem.

maior frequência, eram cidades situadas em vales, ficavam às margens de rios (os pontos mais baixos das suas respectivas regiões). eram lugares, portanto, onde a circulação do ar era prejudicada pelas barreiras naturais do terreno que naturalmente se erguia em elevações para além dos estreitos limites dos vales que as abrigavam. Ar parado ... ar estagnado ... proliferação de miasmas ... proliferação da peste.

Alguns dias depois da comunicação do delegado, o Dr. Eloy Martins de Souza também arriscaria uma explicação para o fenômeno da benignidade da epidemia em Feira de Santana, ao concluir que “não é de esperar que ela [a epidemia] aqui faça grandes estragos em vista das condições higiênicas que oferece esta importantíssima Vila em prol de seus numerosos habitantes, obstando assim o progresso do mal”²⁹.

Quais seriam estas condições higiênicas, mencionadas pelo Doutor (que, aliás, era soteropolitano)? Estariam elas também associadas à condição elevada da cidade? Sendo de Salvador, o Doutor Eloy certamente tinha como elemento de referência para as condições de vida (boas ou más) na cidade, a sua própria terra natal. Consequentemente, em comparação com a topografia acidentada da capital e, principalmente, em comparação com a presença de numerosas áreas de alagadiço, geradoras dos tão temíveis miasmas, o altiplano feirense deve ter-lhe parecido limpo e, sobretudo, arejado.

Mas será mesmo possível estabelecer um paralelo tão imediato entre a elevação da cidade e as ditas condições de higiene? Não estaria o Doutor se referindo a características, digamos, mais atuais de uma ‘cidade limpa’, de uma ‘cidade saudável’?

Talvez a questão aqui seja realmente um problema de perspectiva, pois as dificuldades relativas à higiene em Feira de Santana só poderiam ser consideradas pequenas se vistas e avaliadas com os olhos de um habitante da grande, acidentada e desordenada

²⁹ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado pelo Doutor Eloy Martins de Souza, ao Presidente da Província, em 29 de abril de 1856.

Salvador. Ainda assim, eles certamente existiam e se faziam sentir junto à população. No ano de 1888, por exemplo, o periódico feirense “Cidade da Feira”, publicava artigo intitulado “Matadouro Público”. Afirmava então o dito artigo estar *retomando* a questão por conta de ser esta relativa à higiene e segue referindo-se as condições do Campo do Gado:

[...] Sempre reputamos a remoção do matadouro para lugar mais apropriado como o mais útil melhoramento que nos poderia advir, afastando de nós aquele foco de miasmas, produtor de toda espécie de febres.

A decomposição das matérias orgânicas, o sangue das rezes coagulado ali diariamente sem que seja levado transforma aquele éden (o Campo do Gado, um dos sítios mais belos da cidade, onde sobra tudo quanto falta aos outros pontos, sombra e espaço) em cloaca pelo mau cheiro intolerável em certos momentos, a quem se avizinhar-se daquele sítio.

Segue o artigo informando sobre a ação dos *princípios pútridos*, citando estudos sobre os efeitos da inalação dos mesmos para o sistema circulatório, e conclui: “[...] Toda vez que se tenta remover os detritos orgânicos daquele miserável e estúpido edifício, espalha-se por toda esta cidade intolerável mau cheiro [...]”³⁰.

É bem verdade que o artigo só foi escrito trinta e dois anos depois das considerações do Doutor Eloy sobre a higiene na Cidade. A despeito disso, contudo, ele trata de duas questões que sempre estiveram presentes na vida feirense, a saber: o comércio e o abate de gado na Cidade. Os problemas então citados não eram, de fato, uma novidade momentânea. Constituíam, pelo contrário, questões crônicas relativas ao processo de abate dos animais e nada faz crer que as condições do processo em 1855-56 fossem, de algum modo, melhores que as do posterior ano de 1888. Além disso, outras questões pertinentes à saúde pública - segundo a concepção vigente acerca desta - estavam também presentes

³⁰ CENEF - Jornal Cidade da Feira, nº 07, de 21 de dezembro de 1888. Coluna Cidade da Feira.

naquele momento, como por exemplo, os enterros em igrejas, a criação de animais no perímetro urbano³¹ ou mesmo os acúmulos de lixo pelas ruas. Este, aliás, permaneceria ainda por muito tempo como problema visível e abertamente criticado pela comunidade, como ocorreu em 1869, quando “O Comercial” publicou a seguinte quadra, dirigida à Câmara Municipal:

*As ruas são matagais,
Servem também de despejo,
Nelas se bota o estrume
Sem cerimônia e sem pejo.*³²

Assim, temos aqui mais uma vez a contraposição entre Salvador, a cidade metrópole, com todos os seus problemas em grande escala, e a Feira de Santana onde, aos olhos do soteropolitano, ainda parecia haver um ‘domínio da natureza’, e consequentemente uma possibilidade de se remediar os problemas ‘menores’ que a sua pequena e recente urbanização começava a trazer.

Desse modo, os extremados “bons olhos” com os quais o médico via a realidade de Feira de Santana, determinavam uma percepção minorizada dos problemas de salubridade no seu ambiente urbano o que, por sua vez, implicava em uma valorização das características ‘naturais’ do lugar, como o arejamento geral do meio ambiente, por exemplo.

Esta idéia parece ter-se difundido, do modo que, muito tempo depois, a noção da salubridade feirense viria a ser efetivamente vista como uma decorrência das suas

³¹ APEB - Sessão Legislativa, Série Posturas. Assembléia Legislativa Provincial do Estado da Bahia (Feira de Santana) 1835/1883. Livro nº 857. As posturas de nº 07 de 18/05/1856 e 08 de 10/06/1872 tratam respectivamente de reiterar a proibição dos enterros nas igrejas e/ou seus adros na Cidade; e de proibir a criação de porcos soltos pelas ruas.

³² CENEF - Coluna Vida Feirense, Jornal Folha do Norte n.º 2.076 de 32/04/1949, em referência a O Comercial, de 1869.

características, digamos, ambientais. E o que se deduz da correspondência enviada pela Câmara Municipal à Presidência da Província em 1883, a propósito de solicitar um mapeamento da cidade, pois essa medida iria “concorrer consideravelmente para a regularidade desta bela cidade, alinhando suas edificações e para a higiene pública desta zona que é pelas suas felizes condições topográficas e climáticas um verdadeiro abrigo sanitário”³³.

A idéia da benignidade do cólera, na Vila, era ainda corroborada pela identificação de muitas das vítimas como *forasteiras*. Pessoas vindas de locais considerados como focos da epidemia, de modo que suas mortes não eram imputadas ao ambiente feirense. Elas já teriam vindo contaminadas e o mal dera-lhes tempo apenas para chegar à Feira, onde aconteceu de padecerem, ficando a cidade, portanto, isenta desta ‘responsabilidade’. Curiosamente, esta associação das mortes com os forasteiros será feita exatamente pelas mesmas pessoas que apregoam a idéia da benignidade da epidemia em Feira. Isso fica evidente na correspondência do Presidente da Câmara que, ao comentar a epidemia, afirmava haver “todas as semanas mortes dela principalmente em pessoas vindas de Cachoeira e Santo Amaro”.³⁴ Alguns dias depois, ele reafirmaria que, na Vila, continuavam os casos de mortes “quase repentinos de pessoas vidas de fora...”³⁵

Mas esta ‘confiança’ das autoridades na especialidade do ambiente feirense e na decorrente benignidade da epidemia não deve ser superestimada em relação ao temor causado pelo cólera entre a população. O mal estava por demais próximo para deixar qualquer um tranquilo quanto ao seu destino. De fato, toda a circunvizinhança de Feira estava sendo perigosamente assolada, e as notícias não paravam de chegar dando conta do crescente

³³ APEB. – Sessão Colonial e Provincial / Corresp. Recebida (Feira de Santana). Série Câmaras – maço 1313. Ofício enviado pelo Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Pires Ramos, ao Presidente da Província, em 09/03/1883.

³⁴ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado pelo Presidente da Câmara Municipal, Manoel Joaquim Pedreira Sampayo, ao Presidente da Província, em 18 de dezembro de 1855.

³⁵ Idem, em 28 de dezembro de 1855.

número de mortos. Da próxima freguesia de Riachão, por exemplo, informava-se “haver cinquenta e tantas pessoas atingidas”³⁶. Os distritos de Bonfim e Limoeiro, informavam as autoridades, continuavam fortemente atingidos em janeiro de 1856, e só neste último, 25 pessoas haviam morrido em uma de suas localidades³⁷. Mas a melhor narrativa acerca da difusão da epidemia nos arredores de Feira nos é dada por um dos médicos enviados pela Província, o Dr. Antonio Eduardo Tairbanks, que parece ter sido especialmente designado para o tratamento das circunvizinhanças. O médico relatava então aos seus superiores, em 26 de fevereiro de 1856:

*... Quanto a Vila tenho a satisfação de participar a Vossa Excelência que nenhum caso de cólera se manifestou depois da minha chegada até o dia 22, tendo nestes dois últimos dias contudo falecido aqui um individuo vindo de Santo Amaro e a mulher do mesmo. Não acontece porém assim nas suas imediações, onde ainda graça a epidemia, particularmente nas margens do Rio Jacuípe, nos lugares denominados Candialinho, Batalha, Mundo Novo, Coqueiro, Baixa Fria, Chapada, Galhardo, Descanso, Crauá, Fazenda Velha e Buril [este, distando apenas uma légua da Feira], lugares que foram por min visitados por diferentes vezes: o número de pessoas atacadas sobe a mais de 100, tendo já falecido mais de 60 no decurso deste mês...[grifo nosso]*³⁸.

A notícia das mortes nas proximidades e, sobretudo, na própria Vila, bem como o desconhecimento acerca de um tratamento eficaz, trazia ao feirense o mesmo pavor observado entre as populações de outras localidades atingidas pelo cólera, ainda que - naturalmente - em menor escala, dada a amenidade do mal na cidade. Ainda assim, contudo, chega a constar dos relatos das autoridades, casos de pessoas que, tendo sido atacadas pelo

³⁶ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado pelo Presidente da Câmara Municipal, Manoel Joaquim Pedreira Sampayo, ao Presidente da Província, em 28 de setembro de 1855.

³⁷ Idem, em 08 de janeiro de 1856.

³⁸ Idem, pelo Dr. Antonio Eduardo Tairbanks ao Presidente da Província, em 26 de fevereiro de 1856.

cólera, foram abandonadas pelas famílias³⁹. Como fora observado em outros estudos sobre a grande epidemia de cólera na Bahia, também em Feira o medo do desconhecido e o imperativo de sobreviver à adversidade altera padrões de comportamento social, incidindo inclusive sobre família, rompendo laços afetivos e tradicionais práticas de ajuda mútua.

O medo também se impôs à população em relação a seus mortos. A prática dos enterros e velórios dá lugar à aversão pelos corpos contaminados, e a polícia tem de intervir, pois, como afirmara o Delegado Municipal, as famílias se negavam a conduzir seus cadáveres ao cemitério⁴⁰. Esta resistência ao cemitério bem poderia ser associada à persistência dos enterros nas igrejas (ainda uma prática em Feira, a essa época), mas um ofício do Delegado Suplente, Innocencio Affonso do Rego, indica que tal relutância em relação aos cadáveres devia-se mesmo ao medo do contágio, por parte da população livre, pelo que o Delegado solicitava ajuda argumentando que: “a falta de pessoas para condução de cadáveres, enterramentos e lavagem das roupas do hospital é o que mais se dificulta...”⁴¹.

Segue então o Delegado Innocencio solicitando mais dois escravos e uma escrava, provavelmente para o serviço de “lavagem das roupas” (na ocasião, dois escravos já haviam sido cedidos pelo Governo Provincial para o trabalho no hospital), uma vez que entre a população não havia quem quisesse fazer tais serviços, como ainda afirmaria o delegado ao dizer que “ainda [que] por salários extraordinários não se acha quem se preste aqueles trabalhos”.

Além do medo das vestes contaminadas, a aversão pelo trabalho no hospital, em particular, está sem dúvida relacionado a visão que se forma em torno deste, como sendo um local de morte. Isso, pelo menos, é o que nos indica os relatos acerca de outros hospitais

³⁹ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado ao Presidente da Província pelo Delegado Municipal, Jaime Carlos Leal, em 28 de setembro de 1855.

⁴⁰ Idem, em 02 de abril de 1856.

⁴¹ Idem, pelo Delegado Suplente, Innocencio Affonso do Rego, em 10 de maio de 1856.

no período, como a Santa Casa de Misericórdia de Salvador⁴², e um ofício do delegado municipal, observando que todos os doentes que eram levados ao hospital feirense morriam. O delegado tenta explicar a mortandade, atribuindo a sua responsabilidade aos próprios enfermos, que demorariam a procurar ajuda, já chegando ao hospital, portanto, com o mal em estado avançado. Ainda assim, conclui afirmando não saber a que atribuir a repugnância da população pelo hospital, cogitando, todavia, a possibilidade de dever-se esta atitude a uma possível falta de zelo do médico encarregado⁴³.

O receio da população pelo hospital tinha, assim, sua razão de ser por diferentes motivos. O primeiro e mais imediato deles dizia respeito a própria limitação do conhecimento médico oitocentista ante a epidemia. Desconhecida, rápida e fatal, uma vez que o cólera atacasse uma pessoa, o desfecho mais provável para a mesma era a morte. E o hospital, ao receber os indivíduos reconhecidamente acometidos pelo mal, era, por associação (e por fatos, como bem mencionou o delegado) visto como uma espécie de ‘última parada’. Mas, além desta incapacidade médica ante o fenômeno específico do cólera, está o fato de que o hospital do séc. XIX não era, de fato, concebido como um local de cura, mas antes um ambiente de isolamento. Sua função primeira era preservar a sanidade da cidade, recolhendo o elemento doentio, impedido assim a contaminação dos sãos⁴⁴. Além de não garantir a cura, o hospital ainda representava, portanto, o afastamento do doente do convívio social, de modo que em nada aquele ambiente poderia ser visto com bons olhos pelos feirenses.

Diante do estado sobressaltado da população e da ameaça constante da epidemia, as autoridades municipais não tardam a tomar providências para combater ou, pelo

⁴² Cf. DAVID, Onildo Reis. Op. Cit. p 64 a 67.

⁴³ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado pelo Delegado Municipal Jaime Carlos Leal, ao Presidente da Província, em 02 de abril de 1856.

⁴⁴ Sobre este modelo de hospital de isolamento, Telarolli Júnior afirma não ser o seu propósito o de curar ou garantir a saúde do enfermo, mas de confinar doentes pobres e desvalidos. Cf. TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Poder e Saúde – as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. p. Cit. p. 149-155.

menos, minimizar a ação da mesma. A variada correspondência que tem subsidiado esta análise é um primeiro e inegável indício do empenho das autoridades em pleitear, junto ao Governo Provincial, o envio de médicos, medicamentos e recursos financeiros. Mas a municipalidade não se limitou apenas a solicitar a ajuda da Província. De fato, além da imprescindível presença dos médicos, algumas das mais importantes medidas tomadas contra o cólera partiram efetivamente da esfera municipal, como é o caso da montagem do hospital provisório.

A primeira menção a este hospital é feita cerca de um mês após o início da epidemia na cidade, em ofício do Delegado Jaime Carlos Leal, que afirma ter feito observações ao Presidente da Câmara, sobre os enterros nas igrejas e o decorrente mau cheiro exalado, razão pela qual o Presidente deu início às preparações para construção de um cemitério e um hospital, ambos em “lugar adequado”, sendo que este último, por ocasião do ofício, já se encontrava em funcionamento com dois médicos e quatro enfermeiros (dois homens e duas mulheres)⁴⁵. O hospital seria, contudo, prematuramente desativado pelo Delegado no dia 13 de outubro, após a primeira diminuição do surto de cólera, sob o pretexto de evitar despesas superfluas.

A municipalidade também se preocupou com aquelas que ainda não haviam sido atingidos pelo cólera. Neste sentido, pois, insere-se a ação da Câmara que, se orientando pelo princípio da contaminação do ar pelos miasmas, designa dois “pretos” e 22 mil réis para cortar e queimar arbustos aromáticos pela cidade, no intuito de “extinguir a epidemia”⁴⁶.

⁴⁵ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado pelo Delegado Municipal Jaime Carlos Leal, ao Presidente da Província, em 28 de setembro de 1855.

⁴⁶ CENEF - Jornal Folha do Norte, nº 706 de 27/10/1923. Coluna Vida Feirense, em menção a correspondência da Câmara Municipal, de 25/10/1855.

Também em relação aos sãos se estabeleceriam “medidas cautelares” contra a disseminação da epidemia. O Delegado Municipal não exitaria, por exemplo, em solicitar mais praças ao Governo provincial de modo a que se fizesse “cumpri as ordens das autoridades” em relação aos enterros no cemitério. Para o delegado, por certo o medo também não era desculpa suficiente para que a lei não fosse cumprida e ante a repulsa da população diante dos mortos, ele afirmaria: “... tem si luctado com a grande falta de quem queira carregar os cadaveres, [e] ainda com o offerecimento de boa paga, tem sido preciso algum rigor por parte da polícia”⁴⁷.

Mas a medida que mais alterou os costumes feirenses foi, sem dúvida, a criação do cemitério local. Até o advento do cólera, pelo menos no perímetro da cidade, os enterros continuavam a ser feitos na igreja matriz, fato que já se tornara alvo das críticas das autoridades. A emergência da epidemia e o perigo da contaminação pelos miasmas nas igrejas tornaram imprescindível, portanto, a criação do cemitério. A iniciativa contudo será tomada pelo subdelegado, José Henriquez Proiz, que assim se justificaria ao Presidente da Província:

*Não tendo nesta povoação lugar onde se faça inumações aos mortos, providenciei a factura de um cemitério em lugar alto, arejado, e fora da povoação, sendo edificado com alicerces de pedra e barro, as paredes de adobes dobradas, e o portão: teve início no dia 22 do passado setembro [...] sendo a obra orçada por três operários em seis centos mil réis ...*⁴⁸

Prontas providências foram tomadas para construção do cemitério, de acordo com as características exigidas. Este, contudo, ao cabo de sua execução, não ficaria tanto

⁴⁷ APEB - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361, ofício enviado pelo Delegado Municipal Jaime Carlos Leal, ao Presidente da Província, em 28 de setembro de 1855.

⁴⁸ Idem, ofício enviado pelo Subdelegado Municipal José Henriquez Proiz, ao Presidente da Província, em 08 de outubro de 1855.

“fora da povoação” quanto desejara o subdelegado. O rápido crescimento da área urbana muitíssimo brevemente transformaria a área do cemitério em zona central da cidade e muito ainda se discutiria sobre sua incômoda proximidade. A despeito disso o cemitério, que receberia o nome de Piedade, persiste em seu lugar, inicialmente sob a responsabilidade da Câmara (que se encarregara de sua construção), e depois, a partir de 29 de outubro de 1864 até o presente, sob a administração da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana⁴⁹.

Lamentavelmente, os primeiros registros de óbitos do cemitério foram perdidos, de modo que não há como saber exatamente quantas pessoas foram ali enterradas, vitimadas pelo cólera na cidade. Certo, contudo, é que não foram muitas se comparadas aos considerados “focos da epidemia” na região, Cacheira e Santo Amaro. Certo também, é que sejam lá quanto tenham sido os enterros, foram feitos num cemitério cuja existência não apenas representava a ruptura do tradicional hábito de enterramento no ‘solo sagrado’ da igreja (o que, portanto, devia facilitar o ingresso do ente querido no “reino dos céus”), mas que, sobretudo, apresentava-se como um verdadeiro monumento ao medo e à impotência do homem ante o inimigo desconhecido.

Passada a epidemia e o medo, as autoridades voltam suas atenções para tentar restabelecer a normalidade da vida na cidade, pagando as despesas contraídas durante a epidemia. A Câmara ainda destinaria ofícios à Presidência da Província, agradecendo os médicos enviados e informando a devolução de 128.500, de um total de 548.000 réis, destinados ao atendimento dos doentes, bem como pedindo orientação acerca do destino dos negros cedidos para o trabalho no hospital.

Como se vê, entre os pólos dos discursos acerca do meio ambiente feirense, tem-se a grande epidemia de 1855. E nas tentativas de explicação de sua amenidade em Feira,

⁴⁹ CENEF - Jornal Folha do Norte, nº 1529 de 29 de outubro de 1939. Coluna Vida Feirense, em referência a notícia de 29/10/1864.

esboços de uma argumentação que, ao que tudo indica, parece ser a base, a gênese do posterior discurso sobre a Feira Saudável. A incorporação de todos estes acontecimentos pelo imaginário popular, o que viria posteriormente expressar-se, em última instância, sob a forma do discurso da Feira de ares benéficos, não ocorre imediatamente. Só com o paulatino restabelecimento do fluxo humano e comercial com as demais localidades, a decorrente tomada de consciência acerca da dimensão do fenômeno nos arredores e, ainda, o gradual processo de difusão (oral) de tais informações entre a população, é que o espanto e o choque pela vivência da realidade da epidemia na cidade deu, gradativamente, lugar ao espanto e ao choque ainda maiores pela consciência da sorte da sociedade feirense.

O processo de apropriação da concepção popular por parte das autoridades deve ter-se desenvolvido de modo paralelo, até porque, neste caso, não há como estabelecer uma distinção rigorosa entre a visão popular e a visão das autoridades que vivenciaram a epidemia e suas conseqüências. A cidade de localização elevada, onde o ar circulava com facilidade, dissipando os maléficos miasmas, mostrava-se confiável, pois fora capaz de resistir melhor que outras tantas ao tão temido flagelo. Certo, contudo, é que aquela idéia de uma cidade de ares especiais, benéficos, vinha ao encontro dos interesses mais bem zelados das autoridades. A Feira não era mais apenas a passagem de comércio obrigatória, era agora, também, a passagem segura.

* * *

Sobre a pertinência das informações acerca da pouca mortandade causada pelo *Cólera* na cidade

A nossa análise da incidência da cólera em Feira baseou-se, como demonstrado, na percepção que as autoridades médicas e municipais a atuar naquele momento tiveram acerca da (pouca) gravidade da epidemia. Ocorre que estes mesmos relatos suscitam-nos algumas questões relativas aos números das mortes, exigindo assim uma reflexão maior, no sentido de tentarmos precisar melhor o que foi esta ‘pouca gravidade’.

Um primeiro ponto diz respeito exatamente ao referido grande e constante fluxo humano entre Feira e as localidades circunvizinhas, e à atribuição de muitas das mortes a forasteiros, que chegando contaminados ‘apenas’ morreriam em Feira. A questão a que somos induzidos aqui é: devemos nos perguntar sobre a possibilidade da epidemia ter tido proporções maiores do que aquela registrada pelas autoridades feirenses, em função dessa predisposição em negar a responsabilidade sobre as mortes de pessoas advindas e/ou transferidas para outros lugares? Em outras palavras, devemos levar em conta a possibilidade das autoridades terem distorcido os números do cólera no Município, seja por desconsiderarem a morte dos ‘forasteiros’ ou ainda por não contabilizarem a morte dos feirenses que buscassem ajuda em outras localidades maiores? Este seria inquestionavelmente um raciocínio possível, mas é preciso avaliá-lo por partes.

Em primeiro lugar, parece pouco provável que tivesse havido uma evasão significativa da população para outras localidades maiores pois a suposta segurança destas, naquelas circunstâncias, era extremamente incerta. Cachoeira e Santo Amaro, as cidades de maior porte mais próximas estavam entre as que sofriam mais pesadamente com a epidemia (fato reconhecido pelas autoridades e muito provavelmente também pela população), o que certamente desestimulou uma movimentação significativa. Em relação à possibilidade de que

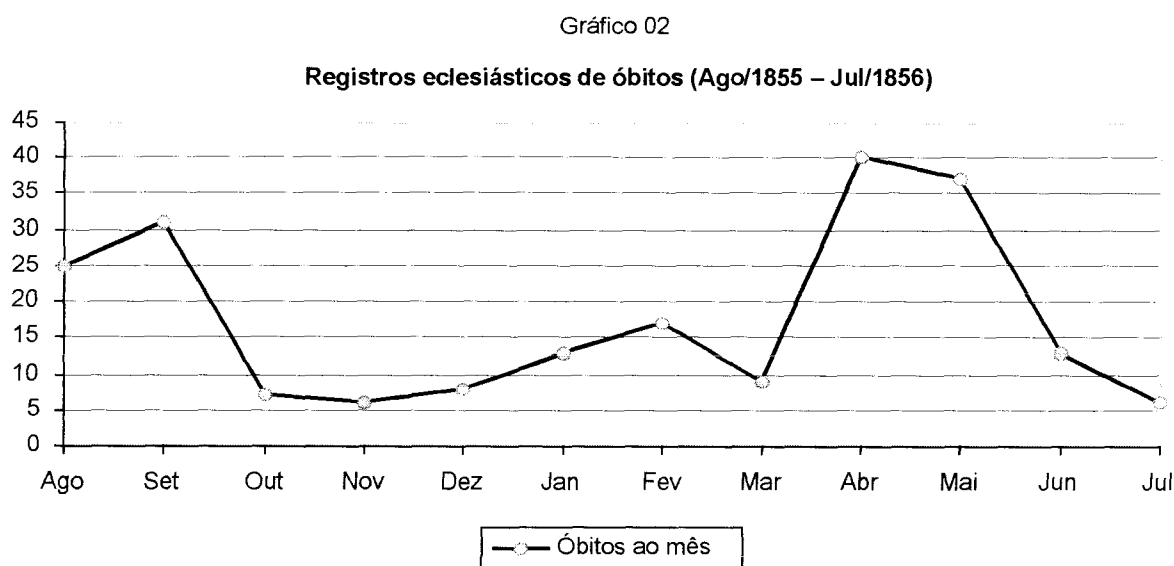
os enfermos tivessem sido transferidos para a Santa Casa de Cachoeira, por exemplo, parece remota – inclusive pela montagem, em Feira, de um hospital para o atendimento dos acometidos. A capital, por outro lado ficava muito distante. O caminho mais próximo era pela própria infestada Cachoeira, e mesmo esse implicava em uma viagem de dois dias até a chegada a Salvador. A alternativa ao caminho por Cachoeira seria a ainda mais penosa e longa viagem por terra – pela estrada de boiadas – até Salvador. Viagem esta em que o indivíduo ainda ficava sujeito aos infortúnios de um percurso sem a possibilidade de atendimento, caso o mal se manifestasse durante o caminho.

Um segundo aspecto da questão refere-se à idoneidade dos dados sobre a mortandade, registrados pelos médicos encarregados. Nesse sentido vale recordar que tais médicos haviam sido enviados de Salvador para tratar do mal. Eram, portanto, pessoas de fora e, em princípio, descompromissadas com qualquer idéia de valorização da cidade (salvo pela mencionada contraposição entre a cidade metrópole e a cidade ‘campestre’, por assim dizer) ou promoção dos interesses locais. Ainda assim estes médicos apresentam números pequenos para a mortandade na cidade. Elas teriam sido, já o dissemos, cerca de apenas 128 casos confirmados, em três momentos, sendo respectivamente 47 vítimas (estimadas) entre 18/08 e 28/09, 71 vítimas entre 15/11 e 29/12/1855, e 12 vítimas entre 13 e 19/04/1856. Estas seqüências, que são alternadas ainda por períodos de mortalidade zero⁵⁰, geram intervalos com índices diários de mortalidade média em torno de 1,08, 1,57 e 1,8 casos respectivamente. A média entre estas médias, por sua vez, quando projetada para os 336 dias de duração da epidemia, resulta no número aproximado de 215 óbitos.

Com os dados em questão temos, portanto, dois valores bem distintos: 128 casos confirmados (mas resultado de informes momentâneos, não relativos a todo o período da epidemia) e 215 casos estimados. Comparemos agora estes dados com os do gráfico

⁵⁰ São eles: 15 de outubro de 1855, 22 de fevereiro e 1º de maio a 18 de julho de 1856. Ver tabela da página 44.

abaixo, montado a partir dos registros eclesiásticos de óbitos, da freguesia de Feira de Santana⁵¹:



De acordo com estes dados, faleceram cerca de 212 pessoas na freguesia Feira de Santana, e estes falecimentos concentraram-se nos momentos identificado como os de maior mortandade pelo cólera na cidade, salvo pelo período de 15/11 a 29/12/1855, identificado anteriormente como de acentuada mortandade e que aqui se apresenta em situação oposta⁵². Embora a existência desta disparidade quanto aos momentos de pico na mortalidade suscitem a necessidade de investigações futuras sobre a mortandade na cidade⁵³,

⁵¹ ACDFS – Registros Eclesiásticos de Óbitos (Freguesia de Feira de Santana). Livros 01 e 02 – 1828 a 1855, 1855 a 1866, respectivamente.

⁵² Ver Gráfico 01. “Quadro evolutivo do cólera morbus em Feira de Santana (Ago/1855 – jul/1856)”. p. 45.

⁵³ Se buscarmos uma possível explicação, ainda que provisória, para essas disparidades, talvez possamos vislumbrá-la no fato de que as fontes dos dados acerca dos picos de mortalidade coincidentes (ago. e set. de 1855 e abril de 1856) foram os originais das correspondências entre autoridades feirenses e provinciais, ao passo que o pico não coincidente (15/11 a 29/12/1855), resultou de um registro de segunda mão: a coluna Vida Feirense, do Jornal Folha do Norte. A questão aqui é que a mencionada coluna representou um esforço dos responsáveis pelo Folha do Norte, de resgatar uma memória feirense, através da consulta a documentação e à tradição oral, como nos informa Clóvis F. R. M. Oliveira em análise dos periódicos feirenses do início do séc. XX. Apesar deste esforço de resgate, e embora muitos dos dados fornecido pela coluna já tenham sido confirmado por consultas a outras fontes (o que obviamente lhe confere credibilidade), neste caso em específico não há como atestar a pertinência absoluta das informações. Isso significa que é possível, embora improvável, que as informações sobre este pico não coincidente resultem de alguma falha no resgate das ‘notícias’ sobre a epidemia do cólera em Feira de Santana. Esta possibilidade, porém, não compromete nossa análise pois se desconsiderássemos os dados da coluna, o que teríamos seria um número de mortes ainda menor. A Feira teria sido assim ainda menos atingida, o que apenas reforçaria a impressão sobre a pouca mortalidade no município. Sobre as características da coluna Vida Feirense, ver OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório à princesa do sertão* – projetos civilizatórios em Feira de Santana 1893-1937 (dissertação de mestrado). Salvador: UFBA, 2000. p. 90.

em linhas gerais os dados apresentados revelam que as nossas projeções iniciais estariam muito próximas da realidade.

Ocorre que os registros de óbitos analisados (1828 a 1866) não trazem, salvo raríssimas exceções, a indicação da *causa mortis*. O que significa dizer que não podemos atribuir todos os 212 óbitos do período à cólera. De fato, dos registros em questão, em apenas cinco casos a epidemia foi efetivamente reconhecida como sendo a causa do óbito, como se pode constatar na tabela abaixo:

Tabela. 01
**Demonstrativo do perfil dos falecidos na Freguesia de
Feira de Santana (Ago./1855 – Jul./1856)**

Mês	Casos	Sexo		Caracterização					Escravo	Vítimas reconhecidas do cólera
		M	F	Branco	Negro	Pardo	Criolo	Cabra		
Ago	25	09	16	—	—	01	02	—	04	—
Set	31	18	13	01	04	02	03	—	07	—
Out	07	07	—	—	—	—	01	—	01	—
Nov	06	03	03	01	01	—	—	—	—	02
Dez	08	08	—	—	—	01	03	—	—	02
Jan	13	07	06	—	—	—	—	—	01	—
Fev	17	08	09	—	—	—	—	—	02	—
Mar	09	01	08	—	—	—	—	—	01	—
Abr	40	14	26	02	—	05	—	04	05	01
Mai	37	21	16	06	—	10	—	05	07	—
Jun	13	07	06	—	—	01	—	—	03	—
Jul	06	03	03	—	—	02	—	—	—	—
Totais	212	106	106	10	05	22	09	09	31	05

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Feira de Santana. Livros de Registros de Óbitos

É evidente que um índice tão baixo de reconhecimentos não descarta a doença como causa ‘velada’ de outras mortes, como aliás o prova o registro de óbito do médico José Caetano Alvin, datado de 25 de novembro de 1855⁵⁴. Neste não há qualquer menção à cólera,

⁵⁴ ACDFS – Registros Eclesiásticos de Óbitos (Freguesia de Feira de Santana). Livros 02 – 1855 a 1866. p. 05v.

embora esta tenha sido reconheciamente a causa de sua morte⁵⁵. Por outro lado, a aludida tabela mostra um aumento do número de mortes de escravos nos momentos identificados como os de pico da epidemia (exceção ao mês de maio de 1856, quando esta já havia enfraquecido), o que constitui mais um indício de que estes eram realmente vítimas do cólera, haja vista terem um maior contato com as pessoas contaminadas no hospital ou mesmo nas casas de família, onde eram compelidos a cuidar dos enfermos⁵⁶. A mesma conclusão nos é suscitada pela acentuada mortandade (cerca de 21,2 % dos óbitos) de ‘pessoas de cor’, em suas várias designações⁵⁷, mesmo considerando o baixo índice de identificação das características dos mortos. Ainda que confirmando, subliminarmente, que o cólera fez vítimas na cidade, porém, os registros de óbito do período da epidemia não nos permitem avaliar com segurança quantos dos 212 óbitos, foram efetivamente provocados pelo cólera. A única certeza é que não podem ter sido todos os óbitos, o que nos leva a presumir um número intermediário entre as 128 mortes oficiais e o número obtido a partir dos registros eclesiásticos. Qualquer que seja tal número, porém, será menor que aqueles verificados nas cidades circunvizinhas⁵⁸. Em outras palavras, tudo leva a crer que Feira de Santana foi, de fato, poupada dos rigores da epidemia.

De qualquer forma, toda essa problemática em torno da pertinência da idéia da baixa mortalidade em Feira durante a epidemia de cólera, ganha uma nova dimensão quando levado em conta o seguinte: mesmo que consideremos, a despeito das indícios enumerados

⁵⁵ A coluna Vida Feirense, do Jornal Folha do Norte, informa que a Câmara Municipal registrou ter o cirurgião José Caetano Alvin, médico designado para tratar dos doentes pobres, morrido contagiado pelo cólera. Ali, porém a data atribuída para sua morte (mas, provavelmente equivocada) é 20 de agosto de 1855. CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 1.519, de 20 de agosto de 1938.

⁵⁶ De acordo com David, a mortandade entre os escravos, durante a epidemia de cólera em Salvador, ficou em torno de 32% dos casos (conforme amostragem levantada). Esse alto índice entre os escravos se explicaria pelo fato de que os cativos eram muito usados para lidar com os cadáveres e os enfermos da doença, o que os expunha mais ao contágio. Cf. DAVID, Onildo Reis. Op. Cit. p. 134-135.

⁵⁷ Idem, Ibidem. p. 137-138.

⁵⁸ Ver os dados sobre a mortandade em cidades da região. p. 44.

acima, que houve de algum modo uma grande evasão populacional da cidade, ou mesmo que foram muito maiores – e não computadas – as mortes no perímetro do município, permanece o fato de que a sociedade incorporou a noção de que tais possíveis mortes não foram efetivamente de responsabilidade do ambiente feirense. Ou seja, o que importa em última instância é que, mesmo que a mortalidade tenha sido alta, a sociedade ‘optou’ por adotar uma determinada visão de sua terra. E se essa visão corresponde ou não à realidade é questão secundária do ponto de vista da construção de significados e da representação que ela – a sociedade – fazia de si mesma. Nesse sentido, como indica Le Goff, toda memória (expressa sob a forma dos documentos) “resulta de um esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”⁵⁹.

* * *

A saúde em Feira de Santana: entre o discurso e a realidade da cidade

Temos discutido até o momento a existência e constituição da idéia da especialidade do meio feirense. Nesse processo, como já o indicamos anteriormente, importa em última análise verificar a visão que aquela comunidade construiu de si e para si, na inter-relação com sua terra, com sua cidade, sendo a conformidade entre esta imagem projetada pelo discurso e a realidade da saúde ou salubridade no município uma questão secundária.

⁵⁹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 548.

Ainda assim, contudo, cumpre verificarmos se há, de fato, alguma relação mais ampla entre a imagem apregoada, a da cidade de clima especial, e o cotidiano da saúde da população.

Presta-se bem a esta verificação um novo olhar sobre o trabalho do brasilianista Rollie E. Poppino, que dedica um capítulo exclusivamente ao tema. Capítulo este cuja característica mais acentuada é o reconhecimento de uma série de epidemias e endemias a incidir sobre a população. A primeira referência a esse respeito nos é dada por Poppino, ao tratar da varíola na cidade. Segundo o autor, a doença, sempre presente, chegou a atingir proporções epidêmicas em sete ocasiões diferentes: os anos de 1837, 1844, 1851, 1882-83, 1899-1900, 1913 e 1919-20⁶⁰. A malária, também endêmica, seria outro mal que sempre castigara a população local. A esse respeito afirma Poppino:

*Durante muitos anos a malária constituiu uma ameaça ainda maior que a varíola, em Feira de Santana, onde pelo menos alguns casos ocorriam em cada verão. É fato que uma grande parte da população das zonas rurais padecia de uma forma benigna de malária, durante toda a existência, sem assistência médica alguma*⁶¹

Além desta condição *benigna*, contudo, a malária apresentara-se epidêmica em, pelo menos, cinco ocasiões: 1883, 1894, 1913, 1918 e 1926⁶². Poppino segue fazendo menção às incidências de febre amarela, tífica e paratífica em Feira. Informa que os males foram sempre comuns, freqüentemente tornando-se epidêmicos, como a febre amarela, em 1849 e 1857⁶³. O brasilianista informa, ainda, que tais males voltariam a apresentar-se de forma epidêmica nos anos de 1883, 1894 e 1913; embora não faça distinção acerca de qual,

⁶⁰ Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 99 e 264.

⁶¹ Idem, Ibidem. p. 264-265.

⁶² Idem, Ibidem (nota nº 02). p 265.

⁶³ Idem, Ibidem. p. 99.

especificamente, das doenças ocorre nos referidos anos, ou mesmo quantas foram as vítimas de cada uma delas. Esta imprecisão dos dados é atribuída, por Poppino, à indefinição da descrição dos males feita à época, que caracterizava-os genericamente como *febres perniciosas*, não permitindo, assim, uma identificação individualizada.

Vale ainda mencionar a última grande epidemia a atingir Feira de Santana. Trata-se da *influenza* espanhola (também referida como gripe espanhola). Sobre ela, fala-nos Poppino:

*O primeiro caso, uma forma de influenza muito fraca, registrou-se nos meados de outubro de 1919. A primeiro de novembro, mais de duzentas pessoas tinham sido atacadas, sempre ainda de maneira benigna. Após mais três semanas, contudo, sobreveio uma influenza de natureza virulenta. Todos os serviços médicos foram convocados para acudir ao mal, porque pelo menos três mil casos se contavam a 20 de novembro e oito mortes já se atribuíam a essa causa. A epidemia só desapareceu, quase subitamente, na segunda semana de dezembro, no dia 14. Conquanto nesses dois meses o total de casos excedesse de cinco mil, os falecimentos, contudo, foram em número insignificante. Pouco mais do que vinte pessoas morreram de influenza, por essa época no município*⁶⁴

Como se observa, a exemplo do ocorrido durante a incidência do *cólera morbus*, Feira de Santana vê-se acometida sim, porém, de uma forma que, ao contrário das expectativas, as conseqüências para a população podem ser consideradas extremamente brandas.

Além destes males de maior notoriedade, por assim dizer, o perfil da saúde em Feira, ainda segundo Rollie E. Poppino, deve considerar também a presença - registrada desde o período colonial - da peste bubônica, ainda que propriamente epidêmica esta só ocorra no século XX, mais especificamente nos anos de 1922, 1925 e 1930. Sua presença, contudo,

⁶⁴ POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 266-267.

sempre despertou a atenção das autoridades municipais, a ponto de medidas serem tomadas no âmbito do legislativo. Uma dessas medidas, apenas a título de exemplo, foi a lei de 1860 que proibia a instalação de estábulos no perímetro urbano⁶⁵ (pois, como ressalta Poppino, as autoridades sabiam que a disseminação da doença estava ligada ao acúmulo de sujeira e à proliferação dos ratos). Esta preocupação não teria sentido se a doença não se fizesse presente e sentida pela população.

Dignas, ainda, de nota são as indicações acerca da presença da *dracontíase* (uma variedade de infestação por parasita intestinal), em Feira de Santana. Estas indicações nos são dadas por estudos realizados sobre esta enfermidade, por estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia. Em um desses trabalhos, publicado em 1877, pela Gazeta Médica da Bahia, sob o título de *Helmintologia - Nota sobre a filaria medinense (Bicho da Costa); endemicidade d'este parasita na provincia da Bahia, e seu ingresso no corpo humano pela água em bebida*, o estudante J. F. dos Santos Lima discute a incidência da doença na região de Feira de Santana, sua provável origem e, por fim, considera a possibilidade do mal estar extinguindo-se na região, como o indicava a falta de casos⁶⁶.

O estudante Lima ainda assinaria outro artigo sobre o assunto, em 1891, intitulado *Medicina Geográfica: Patologia histórica e geográfica, e nosologia das boubas do maeúlo e dracontíase no Brasil - causas da sua actual raridade ou extinção* (também publicado pela Gazeta Médica da Bahia) onde, novamente, discute a incidência do *dracunculo* no Brasil (trazido das Antilhas por escravos), mais especificamente na região de Feira de Santana e circunvizinhanças, considerados à época como focos endêmicos do bicho da Costa na Bahia. O futuro médico iniciou, então, seu relato evocando as referências existentes acerca da doença em Feira:

⁶⁵ Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 266.

⁶⁶ Cf. LIMA, J. F. dos Santos. *Gazeta Médica da Bahia* - 2ª série. Vol. II, 1877.

*decorre tanto da tradição [oral], como de documentos, a exemplo do periódico MUSAICO (de 1847), onde lê-se 'Presentemente em muitos lugares da nossa província apareci o bicho da Costa reinando epidemicamente [...] N'este verão [de 1847] eles [os bichos], lavraram a Vila da Feira da Sant'Anna, que é uma povoação de 5000 almas, pouco mais ou menos, e em pouco tempo se contavam quase 100 pessoas doentes do bicho, quase todas pessoas de baixo vulgo, pobres e pouco dadas ao asseio'*⁶⁷

O autor do referido artigo segue atribuindo o desenvolvimento do *dracunculo* a fonte pública Tanque da Nação, que qualifica de “*imunda cisterna*”. O estudante de medicina informava ainda que seu trabalho consistia em registrar a diminuição dos casos do mal. Tal diminuição dever-se-ia às eventuais medidas adotadas com relação aos locais onde se desenvolvia o bicho da Costa (lajes, tanques, etc.), que teriam sido limpos (como foi o caso do citado Tanque da Nação) ou simplesmente secaram como decorrência das repetidas secas que atingiram a região. Advertia contudo, o doutor, que a diminuição dos casos não significava necessariamente o fim da doença, mas antes o seu caráter de endemicidade, em função desta poder manifestar-se a intervalos relativamente longos de até 20 anos, como se registrara então.

Estas menções são particularmente interessantes, em primeiro lugar, porque indicam a persistência do mal durante toda a fase de nosso estudo - inicialmente com a referência ao periódico de 1847 e, depois, com as observações do estudante Lima nos anos de 1877 e 1891 (mesmo considerando a aparente extinção do mal em 91). Em segundo lugar, as considerações apresentadas nos estudos em questão, dão um indício claro das condições de uso das fontes de água comuns pela população feirense no período. A “*imunda cisterna*” do Tanque da Nação continuaria, ainda por muitos anos, a ser um dos principais pontos de abastecimento d'água da população, sobretudo nos períodos de seca. E a despeito da

⁶⁷ LIMA, J. F. dos Santos. *Gazeta Médica da Bahia*. maio / 1891. nº 11 - Ano XXII.

mencionada limpeza, muitas ainda seriam as reclamações com relação a falta de higiene no local.

Se as fontes contaminadas eram o principal elemento propagador da draconíase, o eram também para um sem número de outras enfermidades de natureza parasitária associadas a utilização de águas impuras. Do mesmo modo, se o tratamento da água disponibilizada à população seria a solução mais lógica para o problema, os muitos anúncios de venda de água e as repetidas queixas quanto à falta do serviço, indicam que o povo feirense não contaria com tal recurso por tão cedo⁶⁸.

Não por acaso uma breve análise dos óbitos ocorridos na cidade em seis diferentes anos, entre 1868 e 1889⁶⁹, revela-nos uma ‘morte quotidiana’ estreitamente associada à pobreza da população e à endemicidade de uma série de moléstias.

Nos óbitos do período em questão, que totalizam 1.683 casos, há a referência a 96 diferentes tipos de *causas mortis*. Deste número, mesmo se extrairmos os óbitos por situações violentas, como assassinatos e suicídios, e reduzirmos a uma só, as diferentes designações para uma mesma doença (a exemplo da tuberculose, citada como *thizica*, *thizica pulmonar*, *tuberculos*, *etc.*), ainda assim, teremos 87 diferentes tipos de óbito (ver tabela em anexo).

⁶⁸ Jornal Folha do Norte nº 1499 de 26/03/1933. Coluna Vida Feirense, onde lê-se que a 26/03/1916, a Folha do Norte publica artigo que apresenta o abastecimento d’água como ‘o maior problema que a Feira tem a resolver’.

⁶⁹ Os anos escolhidos para serem observados foram selecionados em meio a um quadro mais amplo dos Registros Eclesiásticos de Óbitos da Cúria Diocesana de Feira de Santana, compreendendo quase todo o século XIX (1828 a jul. de 1894), tendo como critério de escolha o fato de apresentarem picos nos índices de óbitos. Assim, foram identificados doze livros de óbitos relativos aos anos de 1828 a 1968, dos quais os oito primeiros volumes - 1828 a 1894 - foram selecionados por dizerem respeito ao período a que se propõe o estudo. Dentre estes, por sua vez, foram novamente selecionados os livros com a indicação das *causas mortis*. Em seguida, os anos com ocorrência de elevações nos índice de óbitos foram analisados individualmente como amostras, sendo eles: 1869, 1874, 1878, 1882 e 1889. Além destes, o ano de 1868 foi incluído como ano “normal” para que se pudesse avaliar o que era exatamente a anormalidade dos anos subseqüentes e se esta anormalidade comprometia a apreensão do cotidiano das mortes nos outros anos.

Nesse universo o grupo das *causas* citadas com mais frequência compreende: a varíola - 100 casos (5,94 % do total); as febres - 200 casos (11,88 % do total) e as moléstias internas - 387 casos (22,99 % do total). Como se observa, neste grupo, as definições são imprecisas e, a exceção da varíola, não indicam doenças específicas, mas tão somente conjuntos de sintomas, ou nem isso.

A tuberculose (em suas várias designações⁷⁰), perfazendo um total de 91 casos, naturalmente também estava presente entre a população, o que pode ser compreendido em parte como o resultado da procura dos doentes pelos ares da cidade, e ainda como uma evidência do quadro de deficiência nutricional, no caso da população local. Neste sentido, a presença de um grupo de doenças diretamente relacionadas a carências de vitaminas⁷¹, torna ainda mais evidente as dificuldades da população - ou pelo menos de uma parte dela - no que concerne à obtenção dos padrões alimentares mínimos.

Mas certamente é o conjunto de 130 casos de diarreias⁷² que dá a melhor indicação do quotidiano dos óbitos e, por extensão, das condições de saúde na cidade, na medida em que estão normalmente associados às condições gerais de higiene e, mais especificamente, à incidência de infestações parasitárias (das quais, os estudos acerca da *draconíase*, anteriormente citados, são um claro indicativo).

De um modo geral, portanto, fica a certeza de que a população feirense, além da exposição às epidemias e à ação dos muitos males endêmicos, estava também sujeita a um quadro de condições de saúde onde as avitaminoses e, sobretudo, os parasitas intestinais eram agentes poderosos contra a saúde da população. Situação agravada, naturalmente, pela

⁷⁰ A tuberculose é identificada ao longo do período do levantamento, de cinco formas diferentes, a saber: *moléstia pulmonar* - 17 casos; *thizica* - 58 casos; *thizica pulmonar* - 04 casos; *tosse convulsa* - 11 casos e *tuberculos* - 01 caso.

⁷¹ *Anemias, beribéri e escorbuto* perfazem um total de 25 casos de óbitos durante os anos analisados.

⁷² Literalmente, são citados 76 casos de *jatos*, 01 caso de *jato de sangue* e 25 casos de *desinterias/diarreias*, totalizando 130 casos.

limitação dos recursos médicos da época, bem como pela falta de profissionais para o atendimento da população.

Por outro lado, e em última análise, se é verdade que a existência de um quadro marcado pelas deficiências quanto à saúde da população não chega a comprometer o processo de construção de um discurso positivo sobre a cidade, também o é que tal disparidade denota o vigor deste discurso positivo, que persiste inabalado ante uma realidade que o contradiz.

* * *

Natureza sã e comércio próspero: uma explicação possível

Como ressaltado no primeiro capítulo deste trabalho, a origem e desenvolvimento da cidade de Feira de Santana está intrinsecamente associada a atividade comercial entre o interior (o sertão) e a capital. Esta relação entre a vida da cidade e o seu comércio, longe de ser uma constatação hodierna, foi percebida e cultivada por várias gerações de administradores públicos e, em última instância, pela própria população. Assim é que em situações de ameaça a tal atividade, administradores e comunidade prontamente reagem visando garanti-la.

Em 1889, por exemplo, quando o município sentia os efeitos de uma severa seca, a Câmara local enviou ofício à Presidência da Província pedindo recursos para o financiamento de uma ponte sobre o rio Jacuipe. A medida visava, de imediato, “socorrer a pobreza por meio do trabalho”, o que obviamente garantiria a continuidade das atividades do comércio varejista. Além do propósito de resolver a situação dos desvalidos, porém, o ofício

reconhece na obra proposta um benefício para o comércio que, durante o período das cheias, tinha o seu fluxo interrompido⁷³.

Seis anos antes, os integrantes da gestão anterior na Câmara Municipal haviam sido ainda mais enfáticos em sua defesa da atividade comercial. O momento era então marcado pela ameaça imediata de uma das muitas epidemias de varíola vistas pelo município, em função do que a Câmara apressa-se em solicitar ajuda à Presidência da Província argumentando que:

*[...] O estado precário dos cofres municipais obsta a qualquer das medidas aconselhadas urgentemente para profligar a temerosa epidemia, de tal forma que a não virem os precisos socorros em tempo de atalhá-la em começo, é de crer que derrame livremente suas costumeiras calamidades dizimando a população e retraindo pelo terror toda vida comercial*⁷⁴

Cuidar do bom desempenho do comércio era, desta forma, uma preocupação constante das autoridades, sempre atentas e dispostas a eliminar qualquer embaraço à atividade. E é nessa preocupação constante que podemos vislumbrar a dimensão prática do discurso acerca da cidade de clima especial.

Em outras palavras, o desenvolvimento do processo de construção do ideal de cidade são, em Feira de Santana, é um fenômeno que está inserido no contexto mais amplo dos interesses locais, ou, se quisermos ser mais precisos, dos grupos ligados à condução da política e, sobretudo, da sua mais importante atividade econômica, o comércio. Dizer isso, contudo, não é falar em algo inusitado. Com efeito, o desenvolvimento histórico das cidades, particularmente quanto aos seus aspectos urbanísticos, sempre esteve associado ao

⁷³ APEB – Sessão Colonial e Provincial / Corresp. recebida (Feira de Santana). Câmaras - maço 1313, ofício enviado pela Câmara Municipal ao Presidente da Província, em 04 de setembro de 1889.

⁷⁴ Idem, em 11 de janeiro de 1883.

favorecimento de suas funções econômicas, notadamente comerciais. Assim o foi com as cidades antigas, cuja própria idéia de mercado estava associada à junção de vias de acesso⁷⁵, ou com a cidade contemporânea, planejada ou simplesmente transformada para melhor servir à sua finalidade econômica, como o observa Pesavento ao referir-se à Paris haussmaniana:

*... a legitimidade de tais intervenções não se dão apenas em torno de exigências científicas, mas também de uma lógica econômica e financeira do capitalismo triunfante. Demolir, construir, desenvolver as comunicações e otimizar a prestação de serviços públicos configuram-se como oportunidades lucrativas para o investimento dos capitais. Portanto, a idéia do lucro se conjuga e reforça os imperativos da estética, da higiene e da técnica*⁷⁶.

Esta mesma lógica orientou ainda, em nossa realidade baiana, as ações de administradores públicos não apenas quanto ao planejamento da cidade, mas também quanto ao seu controle, como bem o indica o já mencionado trabalho de Jorge Uzeda, que associa as prioridades médico sanitárias dos gestores municipais muito mais com as funções comerciais da capital baiana do que com a saúde da população soteropolitana⁷⁷.

Assim, enquadrando-se nesta tendência geral, o desenvolvimento do ideal da cidade sã está em íntima associação com o processo de expansão do setor comercial do Município, que em última instância sempre foi o maior auferidor dos benefícios decorrentes da existência de uma cidade segura, sanadora, confiável. Diante da ‘propaganda’ feita sobre o seu ambiente revitizador, não havia, por exemplo, o risco de as boiadas e seus tropeiros cessarem seu movimento em decorrência do receio de uma epidemia (embora, de fato, elas tenham sido sempre constantes), os demais segmentos do comércio tampouco viam-se

⁷⁵ Cf. MUMFORD, Lewis. *A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 85.

⁷⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit. p. 93.

⁷⁷ Cf. UZEDA, Jorge. Op. Cit. p. 09.

ameaçados pela diminuição no fluxo das vendas, feitas basicamente aos moradores das localidades vizinhas, que para a Feira afluíam todas as segundas. Por fim, o ambiente seguro é, também, o ambiente acolhedor para novos estabelecimentos de comércio, novos investimentos e, em última instância, novos moradores que, por sua vez, tornar-se-iam consumidores locais, mantenedores do comércio.

O comércio feirense realmente floresceu de modo significativo no decurso do período que estudamos. No primeiro capítulo deste trabalho já demos, citando o brasilianista Rollie E. Poppino e outros, como o setor comercial prolifera entre os anos de 1833 e 1881, com o desenvolvimento da atividade varejista em decorrência do aumento da população e da sofisticação crescente do padrão de vida de então, além do mencionado contato comercial com as populações das localidades circunvizinhas. Essas atividades consolidam a posição de importância do município no cenário econômico baiano, de tal forma que, em 1923, este já contava com 705 estabelecimentos comerciais, com destaque para aqueles envolvidos no comércio do gado e com os de ‘produtos diversos’⁷⁸, conforme tabela abaixo:

Tabela 02
Atividades comerciais em Feira de Santana (1923)

Atividade	Nº de Comerciantes
Comércio de diversos produtos	242
Comércio de gado	262
Comércio de tecidos	48
Padarias	03
Total	705

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia 1923

⁷⁸ Vale observar que este comércio de gado é, em 1923, o maior do Estado. Jacobina, que ocupa o segundo lugar no comércio de gado, possui 150 comerciantes desta natureza, contra os 262 de Feira de Santana. Cf. BARBOSA, Mário Ferreira. Op. Cit. p 104-122.

O volume de negócios proporcionado por esses estabelecimentos fez de Feira de Santana, por essa época, a terceira economia dentre os municípios do Estado, perdendo apenas para Ilhéus e Itabuna, que se encontravam impulsionados pelo fenômeno da produção cacaueteira, conforme tabela abaixo:

Tabela 03
Giro comercial de municípios baianos (1923)
- cinco principais -

Município	Giro
Ilhéus	18.799:000\$000
Itabuna	7.827:000\$000
Feira de Santana	7.450:750\$000
Conquista	7.344:000\$000
Santo Amaro	7.042:750\$000

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia 1923

É certo que para servir efetivamente à atividade comercial o discurso sobre a cidade precisou ser acompanhado por ações, mais ou menos incisivas, visando adequar a realidade urbana feirense à visão positiva da mesma (considerando que, como vimos, esta realidade estava longe de corresponder integralmente à imagem de salubridade tão apregoada). Discutiremos tais ações de forma detalhada em capítulo posterior, mas podemos adiantar que estas encontravam-se em conformidade com a já mencionada prática da medicina urbana: o controle dos espaços públicos, dos acúmulos, dos ares, das águas, da circulação de indivíduos e produtos. É na atuação diferenciada de tal política sobre as distintas áreas da cidade, nos pontos por ela cobertos e mesmo em suas omissões (omissões que efetivamente existiram) que podemos perceber o tipo de preocupação que orientava o projeto maior da edilidade.

Não surpreende, portanto, o fato de paralelamente ao desenvolvimento das ações e do discurso pela Feira sã, haver também, ainda que esporadicamente, observações e

queixas por parte da imprensa, a respeito de problemas que, segundo aquele projeto, não deveriam existir (ou, para todos os efeitos, não existiam), como acúmulos de lixo, esgotos, etc. Um caso exemplar destas queixas foi publicado pelo Correio de Notícias, em janeiro de 1886. Tratava-se da carta enviada por um colaborador (assim identificado), sob o sugestivo título de “A verdade antes de tudo”, onde lia-se:

*A primeira impressão em nosso espírito determina sempre a nossa ação relativamente ao fato, que assim nos tocou. Foi, o que nos sucedeu nesta bela cidade, quando nela entramos; suas espaçosas ruas, bem alinhadas, e com o devido asseio inspiram-nos a mais bela criação imaginária e procuramos estudá-la em todos os sentidos, e quase foi completa a nossa satisfação. E maior seria ela, se pudéssemos dispensar o quase, fundado apenas na falta de asseio em alguns becos, o que seria reparado com pequeno dispêndio, que não determinaria a paralisação de uma câmara composta de moços ativos e esclarecidos, que muito tem concorrido para o seu atual embelezamento [...]*⁷⁹

Era preocupação da municipalidade a manutenção das vias principais, que deveriam mostrar-se limpas, espaçosas (donde subentende-se, arejadas, livres de miasmas) e seguras. Contudo, tal preocupação restringia-se, ou pelo menos concentrava-se, nas ditas vias principais, acessos, por excelência, dos viajantes à cidade, canais por onde o comércio e seus produtos fluíam. Os becos não tinham importância econômica comparável, conseqüentemente não eram objeto das ações da municipalidade, não fazia sentido destinar-lhes os mesmos cuidados e energias. O ideal da Feira sã poderia passar sem eles.

Mas as palavras daquele colaborador não foram as únicas a chamar a atenção das autoridades para os problemas de saúde e saneamento da cidade, o mesmo ‘Correio’ já

⁷⁹ CENEF – Jornal Correio de Notícias nº 43, de 31 de janeiro de 1886.

havia anteriormente levado a público artigos sobre tais questões. O primeiro deles, um edital, saiu com o título “Reclamação” e fora destinado à Câmara, com a seguinte queixa:

Aos ilustrísimos senhores vereadores da câmara municipal pedimos que envidem todos os esforços afim de que seja murado um terreno á rua do Senhor dos Passos, uma verdadeira montureira.

*Ao proprietário desse terreno, por sua vez, lembramos a necessidade de aproveitar melhor a sua posse entregue ao abandono e ao desleixo de quem quer que seja que pretende converter a mais saudável e principal rua desta cidade no mais nauseabundo foco de infeção [...]*⁸⁰

Observe-se que nesta nota ficam evidenciados tanto o nível de difusão e aceitação da noção de Feira sã, como, paradoxalmente, os problemas de saneamento por ela enfrentados, pois ao mesmo tempo em que se reafirma a salubridade de determinadas áreas da cidade (no caso, a rua Senhor dos Passos), reconhece-se intrinsecamente a existência de áreas menos saudáveis, ou seja, toda aquela zona que fosse desinteressante ao comércio.

O Correio de Notícias apresentaria ainda um terceiro artigo sobre o problema dos acúmulos e dos becos. Neste, a propósito de reclamar sobre a existência de esterqueiras em diferentes pontos da cidade, chama a atenção para a antigüidade do problema que já teria sido tema do artigo de um outro periódico municipal, ‘O Feirense’, que em 1862 relacionara a presença de tais acúmulos em cinco diferentes becos, muitos dos quais exalando mau cheiro pela vizinhança.⁸¹ Tanto este como os demais artigos evidenciam não apenas a persistência dos problemas, até porque seria ingenuidade julgá-los inexistentes, mas a existência de um problema controlado, mantido restrito a determinadas áreas. Áreas cuja deficiência não ameaçava a ‘função’ comercial da cidade.

⁸⁰ CENEF – Jornal Correio de Notícias nº 36, de 08 de janeiro de 1886.

⁸¹ CENEF – Jornal Correio de Notícias nº 41, de 24 de janeiro de 1886.

Em síntese, a existência tanto destes problemas específicos, como de toda a questão da saúde quotidiana da população apenas reiteram a lógica da existência de um projeto, expresso por um discurso e por ações, em prol da Feira sã. As impressões e especulações acerca da salubridade da terra, surgidas durante a epidemia do *cólera*, coadunam-se perfeitamente com os interesses comerciais da sociedade feirense.

Para ser de fato a ‘Cidade Comercial de Feira de Santana’ ela deveria oferecer condições à realização desta atividade, logo, cumpre agir sobre os elementos que pudessem vir a ameaçar a sua atratibilidade, reforçando assim a imagem de uma terra especial, saudável e segura. Segurança desfrutada pela população e, por extensão, pelo comércio e seus agentes, na região. Em síntese, a cidade precisava comerciar, portanto, trabalhou-se através de discursos e ações para que ela reunisse as condições para desenvolver seu principal propósito.

* * *

CAPÍTULO III

Climas amenos, terras salubres: da difusão das noções de salubridade e especialidade do meio ambiente pelos municípios baianos

Durante a segunda metade do século XIX e pelo menos até 1908 (no que diz respeito às autoridades municipais) e final dos anos vinte (em se tratando da comunidade), o meio ambiente feirense foi reconhecido como especial. Uma especialidade decorrente de sua salubridade, de acordo com registros da época. Até que ponto essas afirmações são aplicáveis apenas à Feira de Santana? Estaríamos mesmo aqui tratando de um discurso excepcional?

Neste ponto de nossas discussões parece-nos viável uma avaliação mais detalhada das diferentes descrições de outras localidades e/ou regiões, de modo a tentar perceber se o recurso à evocação de elementos naturais (especialmente o clima) foi utilizado, como no caso feirense, para estruturação de um determinado discurso política e economicamente concebido. Em síntese, objetiva-se com essa avaliação perceber se o recurso à idealização do clima, por assim dizer, foi um fenômeno usual e recorrente no período que estudamos, o que, em se mostrando verdadeiro, pode mesmo vir a reforçar a pertinência da idéia sobre a construção de um ideal de cidade saudável em Feira de Santana.

Para viabilizar essa avaliação, lançamos mão de sete obras produzidas entre 1888 e 1934, com a característica comum de buscarem apresentar um ‘panorama’ dos municípios, cidades e vilas que compunham a Bahia no decurso destes quarenta e seis anos¹,

¹ Outros trabalhos poderiam ainda figurar nesta relação, a exemplo de *Estado da Bahia, posição geográfica, dimensões, povoação e clima*, publicação oficial de 1897, ou ainda o *Almanaque da Província da Bahia*, de Antônio Freire - 1881. Ocorre que tanto estes como os sete títulos analisados são obras raras (sobretudo estas últimas, ao que parece), de modo que a disponibilidade daquelas (ainda que dispersas em diferentes instituições, vale ressaltar) foi, de fato, o principal determinante na ‘escolha’ da bibliografia.

sendo tais obras: *Descrições práticas da província da Bahia*, de Durval Vieira Aguiar, 1888; *Memória sobre o Estado da Bahia*, de Francisco Vicente Vianna, 1893; *Municípios da Bahia e Terra prodigiosa* de Guimarães Cova, 1913 e 1934 respectivamente; *A Bahia e os seus municípios*, publicação custeada pelo Estado em dois volumes, 1916 e 1917; *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*, de Francisco Borges de Barros, 1923; e o *Álbum Artístico, Comercial e Industrial do Estado da Bahia*, de Manoel Rodriguez Folgueira, 1930².

Definido então o *corpus* a ser trabalhado, cabe aqui fazer duas observações acerca da metodologia de análise que adotamos: a primeira diz respeito ao fato de que, como buscamos destacar a frequência com que são utilizadas as referências a climas e meio ambiente como sendo especiais, necessitamos identificar e apresentar tais referências, a despeito do seu elevado número. A segunda observação refere-se ao fato de que, como trabalhamos com sete obras, buscando perceber os mesmos elementos em cada uma delas, optamos por analisar uma de cada vez, da mais antiga à mais recente, esperando assim uma maior clareza e visão de conjunto.

Estas duas estratégias podem implicar, contudo, em uma estrutura de texto aparentemente (e pelo menos no que diz respeito aos registros de *tipo de clima*, de fato) repetitiva, acarretando assim certo prejuízo ao caráter literário dessa empreitada. Acreditamos, todavia, que esses recursos são realmente necessários para dar sustentação à nossa posição, pois é justamente de repetição que falamos. Interessa-nos mostrar que aquelas idéias foram extensivamente utilizadas em diferentes localidades, em diferentes momentos, para a construção de uma imagem, talvez uma identidade entre aqueles que delas se valiam.

² A localização dos trabalhos em questão é a seguinte: Aguiar e Vianna podem ser encontrados no CENEF, nas dependências do Museu Casa do Sertão, da Universidade Estadual de Feira de Santana – Campus Universitário Km 03 – BR 116, Feira de Santana - Ba. O segundo trabalho de Cova (*Terra prodigiosa*) e o de Barros, encontram-se no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, situado na Praça da Piedade, Salvador – Ba. As demais publicações, o primeiro trabalho de Cova (*Municípios da Bahia*), os dois volumes de '*A Bahia e seus municípios*', bem como Folgueira, encontram-se na Fundação Clemente Mariani, na Rua Miguel Calmon, 57 – Edifício Conde Pereira Marinho (3º andar). Comércio, Salvador – Ba.

Feitos os esclarecimentos quanto à metodologia, podemos iniciar nossa análise considerando que, no que diz respeito a identificação do clima, o que se constata nas diferentes obras que buscam caracterizar o Estado, é uma freqüente omissão de tais informações. Todavia, nos casos em que as mesmas são mencionadas, pode-se observar algumas tendências. Uma delas seria a dos municípios ou vilas cujo clima e/ou meio ambiente é descrito de forma mais ou menos técnica, ou seja, buscando-se uma caracterização com base na menção de temperaturas, intensidade de chuvas, definição de estações etc.; uma segunda é a que faz referência (ainda que um tanto vaga) à salubridade do clima, e uma terceira em que o clima é exaltado como sendo de algum modo especial.

Exceção a esse padrão é a primeira das obras que analisaremos, *Descrições práticas da Província da Bahia* (1888), de Durval Vieira de Aguiar, onde além das tendências supra mencionadas, encontramos também referências negativas às características climáticas e/ou ambientais de algumas localidades. Essa distinção talvez possa ser explicada pela forma como esta obra foi feita. De fato, dentre todos os trabalhos a que tivemos acesso, o de Aguiar parece ser o único concebido e desenvolvido sem a ‘supervisão’ do governo ou sob encomenda direta deste, ainda que tenha sido posteriormente acolhido como de interesse para o Estado.

As informações que deram origem ao trabalho são resultantes das observações e anotações colhidas pelo autor durante suas incursões pelas diferentes regiões da então Província, em serviço como oficial de polícia. A despreocupação em produzir um *documento oficial* propiciou a Aguiar elaborar um relato eivado de espontaneidade que, se por um lado carece de um maior rigor metodológico, por outro mostra-se riquíssimo em detalhes acerca da cultura e natureza dos lugares por onde passa, o que faz de *Descrições práticas da Província da Bahia*, a mais bela das obras de seu tipo.

E é justamente por conta dessa espontaneidade e desobrigação com um

discurso oficial que surgem as impressões pessoais (e parciais) do autor acerca de meios que lhe desagradam. Surgem os locais onde, por exemplo, “é a poeira insuportável”³, o verão tem “clima muito quente [e no inverno] muita lama se encontra por toda parte”⁴. Distingue-se, portanto, uma outra percepção e um outro discurso, cuja motivação – ainda que por antítese – é, ao mesmo tempo, explicação para o padrão discursivo que se estabelecerá nas publicações posteriores, mas que só a análise e conseqüente visão de conjunto nos possibilitarão avaliar com maior precisão.

Por ora cabe analisar mais detidamente a obra de Aguiar que, como já foi adiantado, possui a peculiaridade de apresentar visões negativas de algumas localidades. Esse é o caso de Santo Sé (p. 63), Santana do Catu (p. 100), Jacobina (p. 125), Belmonte (p. 276) e Porto Seguro, acerca do qual, afirma o autor: “A morada do alto é excelente pela beleza e bons ares; porém na parte baixa, onde aliás reside a maioria da população, é úmida e às vezes doentia” (p. 282).

Em relação à identificação dos locais salubres, podemos verificar uma variação nas propriedades destacadas por Aguiar, que vão desde a definição de “clima sadio e seco” de Abrantes (p. 101) – ao que se assemelham os de Bom Conselho (p. 81), Itapicuru (p. 86), Camisão (p. 116), Monte Alegre, através de Mundo Novo, sua freguesia (p. 129), Orobó (p. 130), Macaúbas (p. 166), Caetité (p. 182) e Caravelas (p. 286) – até a definição de *salubre*, propriamente dita, como em Carinhanha (p. 21), Remanso do Pilão Arcado (p. 62), Vila Nova da Rainha (p. 119), Riacho de Santana (p. 178), Vila das Almas (p. 190), Viçosa (p. 295) e Nova Lage onde, a exemplo das demais localidades, diz-se que “o clima é geralmente agradável e salubre em qualquer parte que se chegue” (p. 245).

A identificação dos climas especiais fica por conta de duas localidades. A

³ Referência à vila de Santo Sé, onde além da poeira, o “clima é bastante quente”. p. 63.

⁴ Referência ao Município de Santana do Catu, sobre o qual informa ainda Aguiar ser, no inverno, “a atmosfera impregnada de úmidos vapores.” p. 100.

primeira das quais é justamente Feira de Santana, que o autor descreve como sendo um lugar onde :

... a abundância, a comodidade, a familiaridade e a excelente qualidade dos alimentos se associam ao seu agradável e salubérrimo clima.. (p. 110)

[...]

[sendo que] a Feira de Santana, pelo seu bom clima e alta posição, é aconselhada pelos médicos para os doentes do peito [...] pelo ar puro que se respira... (p. 112)

Note-se que no caso de Feira, o termo usado foi “salubérrimo”, e não apenas *salubre* como nos outros casos, o que por certo já lhe confere certa distinção, ainda que não fique clara a motivação para essa ênfase. Associe-se a isso, porém, a menção aos conselhos médicos e poderemos começar a perceber a atuação de um segundo elemento na formação da concepção do autor sobre a cidade, que não apenas as suas impressões sensoriais individuais. Isto considerado, talvez tenhamos um indicativo mais consistente sobre o que tornava a Feira, para Aguiar, um local “salubérrimo”.

A segunda localidade especial é Maracás onde, de acordo com Aguiar, “o clima em qualquer parte [...] é o mais salubre possível, e muito aproveitado à cura de certas moléstias de peito cujos doentes vão ali se restabelecer” (p. 218).

Aguiar ainda chama atenção para a especialidade de dois outros locais onde não necessariamente o clima, mas um outro elemento do meio ambiente assume certa especialidade em relação aos demais. Tratam-se de Inhambupe (p. 88) e Cachoeira (p. 232). No primeiro as “águas do rio são salubres e potáveis”. No segundo, também as águas do rio (o Caquende) são “mais procuradas, por serem salsadas, por os que sofrem da pele ou da sífilis”.

Das referências técnicas temos Andaraí (p. 144), Rio de Contas (p. 153), Areia (p. 247) e Valença, donde se diz que “o clima do município é úmido, e quente durante o

verão”. (p. 253).

A segunda das obras sobre as quais nos deteremos é a de Francisco Vicente Vianna, *Memória sobre o Estado da Bahia* (1893). Trabalho realizado por solicitação direta do governador, sua finalidade é apresentar a melhor imagem possível da Bahia àqueles que a desconheciam, como se depreende da nota introdutória à obra, que não é nada menos senão a transcrição do despacho oficial onde é ‘encomendada’ a pesquisa ao seu executor⁵.

A obra em questão busca inegavelmente ser criteriosa e detalhista na descrição do estado, suas cidades e vilas. A unidade de estilo verificada permite reconhecer ainda um rigorosa orientação metodológica, o que certamente confere ao trabalho o mérito de ser um dos mais completos dentre seus similares.

A sua primeira parte, caracterizando o estado como um todo, está dividida em tópicos, a saber: *limites, extensão, Natureza da Costa, Configuração do Terreno, Clima – Temperatura média – estações – ventos dominantes, Salubridade – epidemias e moléstias reinantes, Flora, Fauna*, (seguindo com os minerais encontrados) *Ouro, Diamantes, Prata; Cobre, Chumbo e ferro [...], População*, ao que segue a descrição da estrutura administrativa do Estado. A segunda parte é constituída por uma minuciosa caracterização de 32 cidades e 90 vilas, totalizando 122 localidades.

É curioso notar que na descrição geral do Estado, ao contrário de outros trabalhos (anteriores e posteriores), e mesmo ao contrário do que será observado na sua continuidade, mais especificamente quando são feitas as descrições das cidades e vilas, a noção de ‘clima’ esteja separada da de ‘salubridade’. Assim, o que em outros momentos é

⁵ A nota em questão apresenta o seguinte texto: “Palácio do Governo do Estado Federado da Bahia, em 22 de junho de 1892. SEÇÃO 2ª. – N. 138. — Devendo figurar na exposição de Chicago uma notícia minuciosa sobre o Estado da Bahia, que deverá constar principalmente da descrição política e geográfica do mesmo Estado suas riquezas naturais, amenidade do seu clima, estatística, obituário, etc. tenho resolvido encarregar-vos desse importante trabalho. Comunicando-vos esta minha resolução confio que desempenhareis cabalmente semelhante comissão, adicionando aos indicados pontos outros e todos os de mais esclarecimentos que vos sugerirem a vossa inteligência e conhecimentos essenciais. Saúde e fraternidade, Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima” [Governador do Estado].

apresentado como em associação e complementaridade (clima salubre), é nesse primeiro momento posto em campos, áreas temáticas distintas. Novamente, uma análise do significado dessa diferenciação no tratamento do clima, fica na dependência de uma visão de conjunto dos trabalhos, de modo que, por hora, apenas chamamos atenção para sua existência, ao passo em que partimos para um conhecimento maior do teor dessa publicação.

Desse modo, dentro das características que nos interessam perceber, tem-se como referências técnicas aquelas como a da cidade de Andaraí, a qual é descrita como “[gozando] do clima geral das lavras; quente durante o dia frio durante a noite e com manhãs nebulosas” (p. 422). Esta tendência é apresentada também na cidade de Santo Antonio de Jesus (p. 466) e na vila de Inhambupe (p. 514).

As descrições com referência a salubridade, são como as da cidade de Barra do Rio Grande, da qual se diz que “... O clima é muito salubre e permite a plantação dos frutos europeus...” (p. 424), ou da vila de Almas, à qual está “situada [...] em posição muito salubre e clima quente...” (p. 478). Descrições semelhantes são feitas ainda das cidades de Condeúba (p. 437) e Serrinha (p. 461), bem como das vilas de Maracás (p. 521), Purificação (p. 538), Riacho de Santana (p. 542), Santa Rita do Rio Preto (p. 546), Trancoso (p. 556) e Vila-Viçosa.

Já como clima especial tem-se mais uma vez a cidade Feira de Santana, cuja referência é a de estar “situada numa vasta planície [...] com bom clima aconselhado pelos médicos aos doentes do peito; [sendo que] sua temperatura no inverno é de 15° a 18° cent.” (p. 431-432), e Itaparica, acerca da qual informa que “... descobriu[-se] serem os ares e a água da cidade (*fonte da bica*) proveitosos aos doentes de beriberi...” (p.445).

Além de Feira e Itaparica não há mais cidades cujos climas sejam identificados como especiais, embora haja casos em que se reconheça especialidade em outros elementos naturais. Nesta configuração é citada Cachoeira, que seria:

...banhada pelos rios Pitanga e Caquende, que lhes fornecem ótima água potável, principalmente o primeiro, e o segundo, ricos banhos naturais, aproveitados diligentemente pela população pelas repetidas cachoeiras, que proporcionam ricas quedas de uma água, a que se atribuem, além disto qualidades terapêuticas nas moléstias de pele e sifilíticas. (p. 427).

E Caetité, em que se observa uma curiosa associação de elementos naturais e sociais, o que a fazia dotada de:

...[um] clima delicioso, frio de maio a agosto e temperado nos outros meses...

[...]

Seus habitantes gozam de merecida reputação de afáveis, obsequiosos e civilizados, o que trouxe à cidade o nome de Corte do Sertão.

[...]

[e] a três léguas da cidade, no sítio de Água Quente, há uma fonte termal de Santa Luzia, que é concorrida por sifilíticos. (p. 441).

Dentre as vilas, não há nenhuma dotada de clima especial. Há, porém, dois casos em que também verifica-se outros elementos naturais que lhes conferem distinção. Água Quente é um desses casos, pois ali “a maior notabilidade da vila são dois poços de águas termais muito proficuas nas doenças gástricas e dermaticas.” (p.476). A segunda vila de ‘natureza distinta’ de acordo com Vianna, seria Jaguaripe, onde se observaria “...Junto à casa do Conselho [...] uma ponte, chamada de bica, cuja água, de natureza medicinal, tem dado saúde a muitos doentes que a têm procurado.” (p. 518).

Vistos os primeiros dois trabalhos, já podemos nos deter aqui numa reflexão inicial sobre um dos elementos presentes em suas narrativas. Trata-se do sentido atribuído nestas obras à noção de salubridade. A questão pode parecer um tanto óbvia já que o significado do termo não varia de dicionários do início do século, como o de Antonio Moraes

Silva (editado pela segunda vez em 1804), até os hodiernos, permanecendo como tal o “conjunto das condições favoráveis à saúde” ou a “qualidade de salubre”, que por sua vez indica a condição de “saudável; sadio; propício à saúde; de cura fácil.”⁶

Parece óbvio, mas de fato não é, pois a despeito desta continuidade em seu sentido formal, podemos notar certas discrepâncias na forma como é concebido para caracterizar as regiões mencionadas até o momento. No trabalho de Aguiar, por exemplo, podemos ler sobre a localidade de Carinhanha, que o clima é “perfeitamente seco e salubre” (p. 21). Nessa definição ‘seco’ e ‘salubre’ tanto podem estar colocados como elementos distintos (é seco e é salubre), como em condição de implicação e complementaridade (é seco, portanto, é salubre). Ora, se compreendemos tal premissa como uma implicação temos de identificar a salubridade às características dos climas secos, ou seja – no caso da Bahia nordestina – temperaturas de médias a altas, umidade atmosférica reduzida e pouca incidência de chuvas, e tudo que se distanciasse desse ‘modelo’, distanciar-se-ia também da condição de salubre.

Quando descreve a Vila Nova da Rainha, porém, Aguiar afirma que seu clima é “ameno e perfeitamente salubre” (p. 119). Ou seja, se não chega a associar, no mínimo põe lado a lado amenidade climática (temperaturas menos elevadas e, possivelmente, maior incidência de chuvas, pelo menos) e salubridade, o que obviamente inviabiliza o entendimento de que: é seco, portanto, salubre. Fica assim afastada a possibilidade de a salubridade ser uma decorrência exclusiva dos climas secos.

Vem ainda complicar essas identificação dos condicionantes da salubridade, a descrição feita (ainda por Aguiar) da localidade de Riacho de Santana, cujo clima “é seco, porém salubre” (p.178) [grifo nosso]. Em outras palavras, de acordo com essa descrição, um clima seco pode não apenas não ser determinante, como pode mesmo constituir-se em um

⁶ Dicionário Escolar do Professor. Guanabara: Serviço Gráfico do IBGE/ MEC, s/d. p. 1.127.

impeditivo à salubridade. De um modo geral, portanto, parece claro por essas referências que a noção de salubridade não está associada a qualquer especificidade climática, o que nos faz retomar a nossa premissa inicial: clima e salubridade são elementos distintos.

Nesse ponto, poderíamos até considerar que a falsidade de uma premissa implica na imediata veracidade da outra e por-nos à busca de prováveis explicações acerca do que seriam – dentro do raciocínio do autor – as causas ou características determinantes para a salubridade de uma cidade, vila ou região. De fato, dentro dessa lógica, talvez pudéssemos mesmo reconhecer que o entendimento sobre a salubridade é, para Aguiar, determinado pela ‘altura’ de uma localidade. É isso pelo menos que sugerem descrições como a de Belmonte, cujo clima (igual ao de Canavieiras, segundo o próprio) é “úmido e pouco salubre nas baixas e beiras de rios; fresco, saudável e salubre nos lugares altos” (p. 276), ou do já citado Porto Seguro. Em ambos os casos os locais baixos são tidos como doentios, ao passo que as partes altas são salubres.

Um olhar mais atento sobre outras descrições pode revelar-nos, todavia, que essa solução é apenas aparente, pois em outros momentos a associação clima / salubridade reaparece, negando a distinção que julgamos clara momentos antes. Reveja-se nesse sentido a descrição do “salubérrimo clima” de Feira de Santana. É pelo “bom clima e [novamente] alta posição” [grifo nosso] que os médicos o recomendam, é por isso que reconhecem-no como salubre. O mesmo ocorre em Maracás, onde é o “clima [...] o mais salubre possível.” Nestas descrições, portanto, o clima é *salubre*, ou a *salubridade* é decorrência do bom clima.

Note-se que nos restringimos a verificar os condicionantes da salubridade apenas junto a Durval Vieira Aguiar, exatamente para deixar clara a ‘imprecisão’ de fatores em um mesmo autor, não sendo preciso evidenciar que tais ‘imprecisões’ aprofundam-se ainda mais entre autores distintos. Certo é que, se há continuidade no significado etimológico do termo, o mesmo não se pode dizer do entendimento sobre sua razão de ser, ora associada,

ora apresentada como independente das condições climáticas ou ainda de característica geográficas e topográficas, como demonstramos acima.

Essa imprecisão, vale observar, inclusive nem mesmo se restringia à percepção dos observadores locais. Ela se fazia presente também desde há muito tempo nas análises de estrangeiros sobre a natureza e as condições de salubridade da Bahia. Isso é o que nos indica, por exemplo, Moema Parente Augel, no artigo intitulado “tesouros anônimos”. Ali Augel descreve os relatos registrados na obra *Sketches of Brazil* (1852), de autoria do Dr. Robert Dundas, médico inglês que viveu na Bahia de 1819 a 1842, como funcionário do Hospital Britânico de Salvador. Este, por sua vez, esteve sempre preocupado em compreender os fatores que tornavam a capital baiana de “singular salubridade”, uma idéia francamente oposta à noção geral desenvolvida sobre Salvador. Mas vejamos que nos diz Augel acerca do relato do Dr. Dundas:

As questões ligadas à saúde e à salubridade estão no centro das preocupações do médico inglês. Ao descrever a cidade de Salvador, detém-se nas ruas irregulares e estreitas, com valas pelo meio cheias de sujeira e detritos jogados pelos moradores das casas adjacentes. Estas não possuem instalações sanitárias nem boa ventilação. Quando caem as chuvas, e isso ocorre em todas as estações do ano, a cidade baixa fica inundada e contaminada pelo lixo e imundícies que descem da cidade alta, inclusive animais mortos. Há verdadeiros montes de dejetos apodrecidos, fermentando sob o sol implacável, favorecendo toda sorte de vapores nauseabundos e nocivos à saúde.

E o cientista se pergunta, atônito: “Como, então, explicar essa enorme e singular salubridade da cidade da Bahia?”. Pois, na verdade, tudo ali aponta para grandes catástrofes epidêmicas, as condições climáticas, geográficas e de higiene levariam a se esperar exatamente o contrário do que é constatado. Como ele mesmo afirma, considera-se com autoridade bastante para expressar um tal julgamento, pois, na qualidade de médico do exército britânico, percorreu muitas terras, “as praias mais mortais da África e das Índias Ocidentais, os desolados charcos da Luisiania, os clássicos pântanos dos arredores de Roma”, e podia assegurar que em nenhum lugar viu os elementos comumente considerados necessários para provocarem os miasmas próprios

dos locais pantanosos em tal concentração e em tão mortal intensidade como em certas regiões da cidade da Bahia, notadamente o subúrbio do Bonfim.

Contrariamente a todas as expectativas, a localidade era aprazível e gozava da justa fama de ser, em algumas épocas do ano, um dos mais saudáveis distritos brasileiros, com o privilégio de ser escolhida como estação balneária pelos ricos baianos durante os meses mais quentes do ano, isto é, de dezembro a março, justamente quando o sol, quase vertical, exerce o seu maior poder e desencadeia em abundância todos os tipos de eflúvios maléficos. É quando o Bonfim se enche de visitantes que, segundo o costume do país, passam uma grande parte da noite ao ar livre, sujeitos, portanto, à influência dos miasmas prejudiciais à saúde. Enquanto ali, no verão, os casos de febre intermitente são praticamente desconhecidos, as vilas do Rio Vermelho ou Itapoã acusam essa enfermidade durante todo o ano.⁷

Diante de tanta imprecisão, parece-nos pertinente afirmar que de fato não há parâmetros concretos sobre os quais nós possamos (ou eles pudessem) caracterizar o condicionamento da salubridade. E se tal caracterização não é viável, resta-nos concluir que o entendimento da salubridade passa exclusivamente por uma avaliação subjetiva do observador de um local. A ‘terra salubre’ pode ser então aquela onde o observador sinta-se bem, acorde bem disposto após uma boa noite de sono, depois de dias de viagem, ou sinta-se revigorado pelo consumo de alimentos frescos depois de várias refeições à base de alimentos salgados ou defumados. De igual modo, chegar a uma localidade num dia em que o ‘tempo’ estivesse ‘fechado’ poderia determinar a classificação daquela como insalubre. Condição possivelmente identificada também pelo viajante que habituado, por exemplo, a um clima mais árido, sentisse a diferença de uma região mais fria ou úmida.

Por ora vale reafirmar a constatação da subjetividade no reconhecimento da salubridade das terras. Esta subjetividade “ingênua”, porém, foi característica apenas dos primeiros trabalhos, vindo a modificar-se com a continuidade da produção das publicações

⁷ AUGEL, Moema Parente. Tesouros Anônimos. *Jornal A Tarde*. 27 de abril de 2000. (Caderno Cultural)

descritivas da Bahia, como veremos em seguida.

Os *Municípios da Bahia* de Guimarães Cova (1913) é a terceira das obras que nos interessa conhecer. Difere das demais, contudo, por ser fragmentada em vinte volumes, como o indica o próprio Cova, importando dessa estrutura um trato mais elaborado na descrição de cada município. Lamentavelmente, destes vinte volumes apenas um pode ser localizado, valendo mencionar que, por outro lado, fomos agraciados por ser este único, justamente aquele no qual figura também Feira de Santana.

Uma vez que neste trabalho é descrito um número menor de municípios por volume, torna-se possível uma apresentação mais completa daqueles que nos interessam. Assim sendo, do Município de Cairu, fala-se:

[...]

A natureza dotou-o de tudo que há de mais útil e belo na criação. Ali há sorrisos por toda parte, sem que possamos observar a mínima transição de tristeza, a mais leve cambiante de pesar na imponência dos quadros. (p. 03)

[...]

É um município que tem incontestável importância entre os seus irmãos do Sul, não só pelas riquezas naturais, como pela sua posição geográfica, que o torna opulento e de rara salubridade. O clima caracteriza sua superioridade no grande número de macrobios e na ausência de farmácias por todo município. (p. 04)

No caso de Morro de São Paulo, a fala refere-se a um de seus distritos, afirmando que:

Esse povoado tem as mesmas proporções do que acabamos de descrever [Cova da Onça] relativamente ao número de habitantes; entretanto possui melhor edificação, clima superior e é de mais fácil comunicação para a Capital, da qual dista apenas 5 horas, sendo ponto do vapor da linha Valença – Taperoá. (p. 11)

[...]

Pela excelência do clima intitulam o Morro a Europa dos pobres.

De fato, não conhecemos na Bahia um ponto de mar tão apropriado para se edificar uma casa de saúde. (p. 12)

É interessante notar que, mesmo reconhecendo tamanha especialidade, num momento anterior pondera o autor sobre o não desenvolvimento das atividades agrícolas no município dizendo: “sentimo-nos penalizados, porque essas terras, até hoje, transbordantes de vida, palpitantes de seiva, pela excelência do humos, da sílica e da argila de que se compõem, chamem os braços benéficos dos agricultores que dormem influenciados pelo descuidos dos que nos governam”. (p. 06)

Esse ‘descuido’ das autoridades, percebido pelo autor, bem pode se estender (ou estar relacionado) a uma não incrementação da imagem do local, através de algo (como o clima, por exemplo) que ou já é percebido como especial pelos moradores do local, ou foi assim entendido apenas por seus observadores.

Note-se porém que se trata de uma região em que, pela sua descrição, a presença humana ainda é pequena – fala-se das matas, riachos, cascatas etc. Trata-se assim de uma zona de clima privilegiado, mas que não é uma área citadina/urbana. Nesse contexto talvez possamos especular que, por dizerem respeito a uma região de natureza praticamente intocada, os comentários de Cova podem estar condicionados por uma visão paradisíaca da natureza, impulsionada pelo romantismo remanescente do século anterior. Mais significativo que isso, contudo, é certamente a referência que faz do Morro como sendo conhecido por “a Europa dos pobres”, uma associação que viria a se repetir em relatos de outros autores sobre diferentes regiões. Esta porém foi a primeira referência localizada desse tipo.

Mas continuemos nossa visão do trabalho de Cova conhecendo a sua descrição do distrito de Muritiba, no município de São Félix. Aqui tem-se, a exemplo do que ocorre em Feira de Santana, a associação das características locais aos da afamada região de Petrópolis.

Associação esta que implica necessariamente em um reconhecimento de certa especialidade do ambiente, do qual se diz: “esse povoado tem um dos melhores climas daquela zona porque está a quatro metros acima do nível do mar, circunstância esta que muito concorre para lhe emprestarem os foros de Petrópolis sanfelixta” (p. 33).

A seqüência do trabalho apresenta-nos a descrição do município de Feira de Santana, destacando que:

Deix[ando] o litoral, fazendo o nosso desembarque na heróica cidade de Cachoeira.

A partir do laborioso centro industrial de charutos, rumo Norte, de devesa em devesa, subindo sempre, galgamos o extenso tabuleiro que nos conduz a uma das mais belas cidades da Bahia – Feira de Sant’Anna, colocada a 233 metros acima do nível do mar e distante desta capital 123 Km.

[...]

A população do município é de sessenta mil habitantes, espalhados pelos seus dez distritos de Paz, importantes povoações que estão situadas nos melhores pontos daqueles terrenos – nos sopés das serras, ao longo das planícies, dentro das caatingas, mas todas eles servidas de um clima especial e ameníssimo. (p. 62)

[...]

Cortam os terrenos do salubre município os rios Jacuipe e Pojuca (p. 68-69)

Chama a atenção o fato de que, em contraste com os primeiros trabalhos, Cova não reconhece Feira de Santana como um local especialmente benéfico para cura de males de saúde. De fato, o termo ‘salubre’ sequer chega a ser utilizado exclusivamente para o município, de modo que, se possui tal mérito, não o tem mais que outros.

A despeito do aspecto pouco exuberante que assume a descrição do município como um todo, contudo, Cova menciona um “clima especial e ameníssimo”, onde talvez possamos reconhecer os resquícios de uma visão mais influenciada pelo discurso sobre uma Feira de sã natureza. A relação é um tanto arriscada, sabemos, mas se tomada numa

perspectiva mais ampla, que leve em conta os indícios já apresentados, esta parece-nos pertinente.

Sobre o município de Cachoeira não há menção específica às características climáticas, nem mesmo as mais gerais. A exceção, neste caso, fica por conta do Distrito de Conceição da Feira, acerca do qual afirma-se: “além de ter uma das ótimas águas pela sua limpidez e qualidade, Conceição da Feira é um dos melhores pontos da Bahia para se veranear pela excelência de seu clima” (p. 94). Do município de Santo Amaro (último citado no volume) não se diz nada em relação a aspectos climáticos, embora seja exaltada a sua natureza, fauna e flora.

A próxima obra a ser vista é *A Bahia e seus municípios* (vol. I, 1916 – vol. II, 1917), e duas observações devem ser feitas acerca desta: a primeira é a de que embora se proponha a tal, a mesma não contempla de fato todos os municípios baianos restringindo-se a apenas 57 destes. Esta restrição pode dever-se a dois possíveis motivos: um, o de serem os municípios contemplados, áreas da ‘base política’ do governo estadual (governo Seabra).

Um segundo motivo pode ter sido a disponibilidade de material (informação) acerca dos municípios em questão, o que nos leva à segunda observação sobre a obra: trata-se, aparentemente pelo menos, de um material elaborado sem qualquer planejamento prévio. Ao que tudo indica as informações utilizadas foram fornecidas diretamente (e provavelmente de forma acabada – textos redigidos) pelos municípios, de modo que uns iniciam por apresentar seus históricos de criação, outros por situá-los geograficamente, outros por apresentar características do meio ambiente, ao que seguem a identificação das atividades econômicas, bem como das instituições civis e/ou oficiais locais.

Tais informações são em alguns casos apresentados sob a forma de textos, noutros organizados em tópicos como: localização, história, comércio, clima etc. Importa destacar que tal característica implica em que temos uma visão daquilo que os representantes

ou responsáveis pela elaboração desse material nos municípios contemplados tinham de suas próprias áreas. Ou seja, temos acesso à visão que tais municípios tinham de si mesmos.

Aqui também as descrições podem ser grupadas em tendências, das quais temos como descrições técnicas (no volumes I) o Município de Abadia, identificado como de clima “Quente e úmido, nas baixadas; seco nas partes altas” (p. 129). Ou ainda (no volume II) o município de Caetité, que apresentaria clima “temperado de setembro a abril e frio de maio a agosto” (p. 23), no que se assemelham as descrições dos municípios de Tucano (p.31), Riachão do Jacuípe (p. 57) e Juazeiro (p. 60).

Os climas salubres ou saudáveis são identificados (no vol. I) por descrições como as do Município do Prado, do qual se diz que: “O clima é úmido devido à constância das chuvas; é saudável, entretanto, na região do Monte” (p. 107), ou ainda de modo mais sucinto, como no caso de Capivari, que seria detentor de um clima “ameno e salubre” (p. 118). Forma esta que foi também utilizada para caracterização de outros quatro Municípios⁸.

No volume II descrições semelhantes são feitas de outros seis municípios, a exemplo de Nova Lage, que teria um clima “salubre, quente no verão e frio no inverno” (p. 33)⁹. Já os climas ditos especiais aparecem apenas no primeiro volume, e somente duas cidades os teriam. São elas Monte Cruzeiro e Sant’Anna do Catu. Na primeira o clima é descrito como “Salubre. São muito puros os ares e águas e procurados pelos convalescentes” (p. 114). Enquanto que a outra “tem um clima salubérrimo que a faz muito procurada para as vilegiaturas de verão, pelas famílias da Capital” (p. 127).

Vejamos agora o segundo trabalho de Francisco Borges de Barros “Dicionário Geográfico e Histórico da Bahia” (1923). Este é dividido em duas partes: a primeira é um

⁸ Os municípios aludidos são: Condeúba – “Clima: ameno e salubre” (p. 119), Macaúbas “[...] Clima: salubre” (p.123), Gameleira do Assurua “[...] Clima: salubre” (p. 124) e Serrinha “Clima: agradável” (p. 130).

⁹ Os outros municípios são: Irará – “clima ameno e salubre” (p. 37); Wagner – “Seu clima é temperado e salubre” (p. 49); Curralinho – “Seu clima é dos mais salubres. No verão é seco e agradável. No inverno é frio e seco” (p. 51); Rio de Contas – “O seu clima é muito salubre”.

dicionário propriamente dito, identificando termos regionais e localidades baianas; a segunda parte, apresentada sob a identificação de “Notícias Históricas e Corográficas dos Municípios do Estado da Bahia”, é uma espécie de catálogo com informações básicas dos mesmos.

Essa segunda parte difere dos outros trabalhos descritivos pelo maior rigor metodológico de sua elaboração. Procurou-se padronizar informações estabelecendo tópicos informativos básicos e comuns a todos os municípios descritos. Curiosamente, tal tentativa implicou na supressão do item ‘clima’. Seria isso mero esquecimento ou representaria uma tentativa de evitar o grande subjetivismo e imprecisão desse item? Via de regra são estes os itens pelos quais são identificados os municípios: histórico, altitude, superfície, população, floresta, lavoura, minerais, indústrias, comércio, vias de comunicação, povoados, potamografia, e eventualmente, adesão à república e outras especificidades como a menção a atuação de vultos ou figuras de destaque em suas regiões, a exemplo de Maria Quitéria e Lucas da Feira.

O *Álbum Artístico, Comercial e Industrial do Estado da Bahia* (1930), de Manoel Rodrigues Folgueira é o próximo trabalho a ser analisado. Publicação patrocinada pelo governo estadual, o Álbum privilegia os registros fotográficos, apresentando uma ampla ‘visão’ da Bahia em 1930, destacando atividades e setores sob a responsabilidade do Estado, como o econômico, o educacional e o de saúde. Além disso, apresenta também registros visuais da Capital e dos principais municípios do Estado.

Mesmo privilegiando o registro visual, o trabalho abre espaço para uma breve descrição da Bahia, sob o título de *Descrições Geográficas do Estado da Bahia*, e alguns de seus municípios, que identifica como *Principais Cidades*, sendo estas em número de 37.

Chama a atenção aqui uma certa distinção entre o tipo de caracterização adotada para o estado como um todo, e aquela de algumas de suas *principais cidades*, pois enquanto o estado (especialmente o interior) é apresentado como detentor de um clima

salubre, o mesmo não se reconhece quanto às ditas cidades. Com efeito, na maioria dos casos o elemento climático sequer é mencionado, cedendo lugar a caracterização das localidades a partir da proeminência do seu comércio ou da agricultura. Mas vejamos como se dá, na visão de Folgueira, a caracterização climática do estado:

CLIMA – Goza o Estado de clima variado, em virtude da grande extensão do montanhosos território, que apresenta diferentes altitudes. É quente e úmido no Recôncavo e no Sul é seco, e quente no sertão. No verão a temperatura média é de 28° e no inverno é de 22°. As estações não variam, havendo apenas a diferença entre uma e outra na freqüência e intensidade das chuvas.

No interior as estações são bem definidas: a seca e a chuvosa. Nas margens do São Francisco as chuvas são freqüentes de novembro a maio. O clima da Bahia é salubre. A população é sadia e vigorosa, sinal evidente da benignidade do clima. No alto sertão são muitos os casos de longevidade, sendo ali raras certas moléstias que tanto afligem a humanidade, tais como a tuberculose, a malária, as verminoses, existentes nos lugares alagadiços. (p.260) [grifo nosso]

Como já foi mencionado, esta salubridade geral do clima baiano não é reconhecida ou reafirmada quando mencionados os municípios individualmente. De fato, as alusões de algum tipo aos climas aparecem em apenas quatro de suas “cidades principais” (p.266-267) e mesmo assim em apenas um caso há uma ênfase específica à salubridade. São elas:

Serrinha – servida pela estrada de ferro Prolongamento; com bom clima, criação de gado e cultura de tabaco de ótima qualidade.

Feira de Santana – linda cidade, situada numa planície distante uma légua da margem esquerda do Jacuipe e oito da Cachoeira, com a qual se comunica por estrada de ferro. O clima é excelente. A cidade foi assim denominada em virtude das célebres feiras que se fazem ali semanalmente.

Caetité – Na serra do Espinhaço, a 850 m sobre o nível do mar,

com bom clima, frio de maio a agosto e temperado nos outros meses. Está a 625 Km da Capital. Exporta algodão e gado. O município possui boas madeiras, plantas medicinais, salitre, cristal e esmeralda, e a 3 léguas da cidade existe uma fonte termal, no lugar chamado Água Quente.

Barra do Rio Grande – na confluência do Rio Grande com o São Francisco, com clima saudável e próprio para cultura de frutas européias. O comércio está muito animado, sendo as feiras quase diárias. A indústria pastoril é ali feita em grande escala.

Note-se que até em Barra do Rio Grande, onde se reconhece o clima saudável, a descrição é complementada com a dimensão econômica da propiciabilidade para a agricultura, estabelecendo assim um ponto em comum com as demais referências.

Fechamos essa visão de conjunto acerca dos trabalhos descritivos da Bahia com a segunda das obras produzidas por Guimarães Cova: Terra Prodígiosa – Livro regionalista que põe em evidência as maravilhas e riquezas naturais da Bahia (1934). Neste, a especialidade climática é também evocada em referência ao Estado da Bahia como um todo, como ocorre no primeiro capítulo intitulado “Superfície, baías, costas, serras, população e clima do nosso Estado”, onde Cova indica:

[...] nos pontos mais altos, o nosso clima é verdadeiramente assemelhado ao dos países da Europa Meridional, resultado, por certo, da baixa temperatura por ali registrada na estação invernal. A Bahia possui, como em nenhum outro estado brasileiro, sensível variedade de climas, podendo receber por isto imigrantes do mundo inteiro. (p. 04)

Como se observa, embora ainda reconheça especialidade ao clima, esta não está mais associada necessariamente à salubridade e sim a sua ‘versatilidade’ em abrigar os imigrantes do “mundo todo” com um clima “europeu”. Tal idéia voltou a ganhar destaque na conclusão da obra, quando afirma Cova:

Não devemos, de modo algum, temer o dia de amanhã, que será por certo, melhor que o dia de hoje. Confiados neste princípio, prossigamos sem esmorecimentos a lutar pela grandeza da Bahia; dessa Bahia amada, que possui imensos tesouros por toda parte; tesouros na fertilidade de suas terras, que se prestam a todas as culturas; [...] tesouros nos seus fartos pomares; tesouros enfim na amenidade do seu clima tão variado e benéfico, que nele podem viver filhos do mundo inteiro. (p. 151)

Como vemos, uma primeira e evidente constatação que pode ser feita a partir do conjunto das obras apresentadas é a da difusão da prática da evocação à idéia de salubridade para caracterização regional, por praticamente todo o território baiano. Ao mesmo tempo, porém, verificamos que tal idéia não possui um significado único ou mesmo preciso, estando muito mais condicionado às idiossincrasias de quem experimenta e descreve uma determinada terra, do que a qualquer característica ambiental ou climática. De fato, até mesmo dentre as referências à salubridade identificadas como ‘especiais’, só pudemos reconhecer os elementos beneficiados por tal condição, mas não a sua causa. Esse é o caso da já citada Maracás em que uma sempre indefinida salubridade seria “aproveitada [pelos portadores] de certas moléstias de peito”¹⁰, ou mesmo de Itaparica, onde os ares e a água seriam benéficos “aos doentes de beriberi”¹¹.

Pudemos constatar também certa persistência de tal prática em boa parte das descrições apresentadas pelos autores supra relacionados, sobretudo entre 1888 e 1917, ainda que com variações quanto à espontaneidade e frequência das referências. A distinção em relação à espontaneidade dos relatos, por exemplo, é nítida entre os trabalhos de Aguiar e de Vianna, acentuando-se ainda mais nas publicações oficiais posteriores, implicando a mesma

¹⁰ AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da província da Bahia*. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1888. p. 218.

¹¹ Cf. VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia*. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1893. p. 445.

em posições que vão de uma visão crítica das terras baianas (aquela que reconhece francamente locais salubres e insalubres), à uma posição progressivamente apologética, traço de união entre “A Bahia e seus municípios” e o “Álbum artístico geográfico e histórico da Bahia”, por exemplo.

Ao mesmo tempo, porém, podemos verificar uma gradual mudança de significados quanto à especialidade de diferentes regiões. Nos primeiros trabalhos a relação salubridade/especialidade é evidente, exceção feita a primeira publicação de Guimarães Cova, de 1913, em que este reconhece a especialidade de certos climas (dentre os quais o de Feira de Santana), mas não faz uma associação direta entre tal especialidade e a condição de salubridade (termo que, de fato, ele sequer chega a utilizar)¹². Mais do que uma mera questão de linguajar, a não associação daqueles elementos parece revelar uma visão diferenciada de Cova acerca do que conferiria distinção a uma terra, uma vez que ele estabelece uma outra inusitada relação, a da especialidade/“europeidade” (se nos permitem o neologismo) do clima, ou seja, a semelhança de certas regiões com o ambiente ou clima europeu.

No caso das publicações posteriores a 1917 a questão da salubridade apresenta-se progressivamente mais difusa. No dicionário de Borges de Barros¹³, como demonstramos, o item ‘clima’ (que daria margem às referências à salubridade) nem mesmo é mencionado para a caracterização do Estado. Talvez possamos ver na escolha pela supressão desse tópico uma tentativa de conferir objetividade ao trabalho, já que aparentemente o recurso às noções de clima e salubridade ou clima salubre, vulgarizou-se, tornando-se artifício meramente discursivo (sobretudo nas publicações oficiais). Destituídos de objetividade, tornam-se os conceitos meros elementos de retórica, um floreado, uma referência recomendável, mas que

¹² Veja-se nesse sentido as já apresentadas descrições dos municípios de Cairu (p. 04), Morro de São Paulo (p. 11 e 12) e São Félix (p. 33). In. COVA, Guimarães. *Os Municípios da Bahia* – descrição minuciosa, em 20 volumes, de tudo que possuem os municípios do Estado. Bahia: Tipografia Baiana, 1913.

¹³ Cf. BARROS, Borges de. *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*, 1923.

Barros, a bem da cientificidade de sua empreitada resolveu ignorar. Manoel Rodrigues Folgueira, em seu “Álbum artístico, comercial e industrial do estado da Bahia” foi mais condescendente com a ‘tradição’ ao reconhecer a salubridade do clima baiano em geral, e até mesmo ao município de Barra do Rio Grande¹⁴. Mas tanto a drástica redução da frequência à alusão de tais características, como a associação das poucas feitas a outros elementos (no caso a correlação salubridade - propiciabilidade agrícola) denotam claramente a acentuada perda de valor argumentativo da idéia de salubridade. Ela, por si mesma, já não era capaz de dizer muito a Folgueira e, provavelmente, também a seus leitores.

“Terra prodigiosa” é o último dos trabalhos vistos, e o segundo de Guimarães Cova. Aqui o autor reafirma a especialidade do clima baiano, mas não por sua salubridade, e sim novamente em função de sua semelhança ao clima europeu¹⁵. Ou seja, nesse segundo empreendimento Cova afasta-se por completo da obscura noção do clima salubre, que cede lugar a uma especialidade mais bem direcionada. Eis que surge a Bahia de clima especificamente europeu, e com tal, pronta a receber os imigrantes (europeus) do “mundo todo”. Ao adotar tal posição Cova está, na verdade, revelando integrar (ou pelo menos coincidir com) uma elite intelectual que a muito esforçava-se por demonstrar a possibilidade de adaptação de povos de origem européia ao ambiente tropical, como parte necessária de um processo de embranquecimento da sociedade brasileira. Em seu estudo acerca das políticas médicas no Império, Sidney Chalhoub dá-nos exemplos de tal preocupação ao analisar discursos e ações dos sanitaristas para combater a febre amarela e criar condições mais

¹⁴ Cf. FOLGUEIRA, Manoel Rodrigues. *Álbum artístico, comercial e industrial do estado da Bahia*. Bahia: s/e, 1930. p. 260-267.

¹⁵ Cf. COVA, Guimarães. *Terra prodigiosa* – livro regionalista que põe em evidência as maravilhas e riquezas naturais da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1934. p. 06, 151.

favoráveis à aclimação da imigração européia, durante as décadas de setenta e oitenta do séc. XIX¹⁶, sobre o que conclui:

*Apesar de a linguagem assentada na noção de ambiente continuar a predominar entre médicos e autoridades na virada do século, o fato é que tais personagens haviam passado a atuar a partir do pressuposto de que o objetivo principal das políticas de combate às doenças era promover o embranquecimento da população. Agora vulneráveis, senão à linguagem, ao menos às consequências últimas das teorias racistas européias e norte-americanas, os brasileiros inventaram um racismo à sua feição: ao combater a febre amarela e negligenciar as doenças que flagelavam a população negra, os doutores, na realidade, procuravam mudar o ambiente com o intuito de auxiliar a natureza. E o trabalho da natureza, coadjuvada pela imigração e pela miscigenação, era a eliminação paulatina da herança africana – isto é, a herança da ‘raça inferior’ – presente na sociedade brasileira.[grifo do autor]*¹⁷

No caso do discurso de Cova sobre o clima baiano, é bom observar, que há uma sutil diferença em relação ao processo descrito por Chalhoub, pois enquanto este fala de ações politicamente concebidas para adequar o ambiente à imigração européia, Cova acena com a descrição de um clima naturalmente propício às populações e mesmo à agricultura de características européias, o que certamente o (re)aproxima, em termos de argumentação, dos demais autores que, como ele, situam a questão (da especialidade e/ou propicialidade) no âmbito da natureza, extrínseca, portanto, à história e à ação humana. Isso não significa dizer, porém, que a Bahia tenha estado a parte do movimento analisado por Chalhoub. Com efeito, temos como claro indicativo da dimensão baiana de tal fenômeno, a nota informando sobre a publicação da obra “D’A Província da Bahia” de Manoel Jesuíno Ferreira, em 1876, para a

¹⁶ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril – cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 86-96.

¹⁷ Cf. Idem, ibidem. p. 95.

exposição de Filadélfia. Ali, entre outras descrições, são assim identificados os “climas e ventos” da província: “Seu sertão é quente e seco, havendo sítios como Monte Alto, Caetitê, Jacobina, Maracás, Feira de Santana e outros onde o clima não é inferior ao mais ameno do sul da Europa”¹⁸.

Podemos reconhecer ainda tal fenômeno na Bahia através do comentário de Durval Vieira Aguiar acerca do que chama de “a colonização estrangeira”, no já analisado “Descrições práticas da província da Bahia”. Neste, ao descrever a localidade de Orobó, Aguiar menciona uma área de mata até então praticamente intocada e de grande riqueza natural que identifica como sendo as “matas do Orobó”. E é justamente sobre o aproveitamento de tal área que afirmará:

Pela bondade do clima, abundância de rios e facilidade de comunicações, parece-nos presentemente o mais apto terreno para colonizar-se, não com europeus que ali iriam morrer todos dizimados pela febre, pela indígena alimentação; aterrados e desanimados pela grandeza da escuridão das matas, pelos urros das onças e abundância das cobras; não com o europeu que nos chega caríssimo, exigindo, até impondo, além das grandes despesas de transportes, que se lhe forneça sua especial, para nós cara, alimentação, durante um ano; que se lhe dê hospedagens, que se lhes apronte a casa, que se lhe derrube ou roce um pedaço de suas matas; que se lhe forneça ferramentas, pastores, médicos, boticários, escolas, templos etc., etc., cujas despesas não pode a província suportar.

Mas sim com nacionais, com os nossos patrícios que entrarão naquelas matas como quem entra em sua própria casa; que fazem seu rancho em 24 horas; que só exigirão uma foice, um machado e um enxada; que nada pedirão ao governo, que se alimentarão, enquanto não tiverem meios, da caça, dos frutos, da pesca e das raízes das árvores; que zombarão da onça, da cobra e da febre; que não pedem pastores nem igrejas, nem médicos, nem boticários e, infelizmente, nem escolas, como podem afirmar os que já lá se acham, que só possuem uma língua, uma religião e os nossos mesmos hábitos.

Sim, parece-nos um erro agora a colonização estrangeira, quando

¹⁸ CENEF – Jornal Folha do Norte nº 1589, de 23/12/1939. Coluna Vida Feirense, em alusão ao recebimento de exemplar da obra D’A Província da Bahia, em 23/12/1876.

os exemplos de dois ensaios já nos mostram o que ela é. [refere-se Aguiar às colônias de Comandatuba e Caravelas]

[...]

Não combatemos a colonização européia; mas reconhecemos que para nosso país ela precisa de três condições: tempo, espontaneidade e lugar; pelo que julgamos um erro, e erro desumano, que nos dará no futuro sérios prejuízos, se enchermos a província de colonos europeus, para virem trabalhar entre tantos braços ociosos [nacionais], que só esperam meios de ocupação.[...]¹⁹

Como já o indicamos no início deste texto, o trabalho de Aguiar possui a peculiaridade de ter sido produzido sem a pretensão de ser um registro oficial, do que resulta a sua postura descomprometida e o seu olhar crítico sobre a colonização européia (crítica esta que se estende ainda por cerca de página e meia) e, vale lembrar, sobre as localidades que descreve como insalubres (os únicos casos dentre todas as obras consultadas). De qualquer modo, ainda que por negação, Aguiar reconhece uma política oficial promotora da imigração européia, da qual Comandatuba e Caravelas seriam os exemplos maus sucedidos²⁰. Não por

¹⁹ AGUIAR, Durval Vieira. Op. Cit. p. 133-134.

²⁰ Ao descrever a localidade de Comandatuba Aguiar analisa o que foi ali a colonização estrangeira, promovida pelo Conselheiro Policarpo Lopes e pelo Barão de Muniz. Avalia que, a despeito da “superior qualidade” da terra e do “clima verdadeiramente europeu”, as dificuldades de acesso e, principalmente, o perfil dos emigrantes determinaram o fracasso da empreitada. Sobre esses últimos, em particular, Aguiar afirma serem uma “péssima mistura da escória austríaca, alemã e polaca, comprada [grifo do original] livremente no porto da Antuérpia”, de modo que das três páginas que usa para caracterizar aquela localidade, duas são destinadas a registrar os conflitos entre autoridades e colonos, em função das dificuldades de adaptação, que lhes traziam as doenças, o malogro no trato da terra e, conseqüentemente, a miséria, a fome e a morte. Esse quadro drástico é sintetizado por Aguiar, com a afirmação de que “Quem escapou da morte fugiu para não morrer, e veio esmolar, febril, andrajoso e faminto nas ruas desta capital, até que a caridade pública abrigou a uns e o governo repatriou a outros”. Ao que conclui, pondo-se mais uma vez na contramão do pensamento dominante em seu tempo: “Sirvam esses erros recentes de exemplos para a européia colonização; de afirmativa que a esse respeito já temos escrito e de apoio à nossa opinião quanto à preferência que devemos dar aos nacionais, ótimos econômicos e já aclimatados trabalhadores, em tudo superiores a essa viciada plebe, comprada à força de dinheiro para nos dar o trabalho de aqui guardá-los ou contê-la à força de baionetas”. No caso de Caravelas a colonização se deu por iniciativa da companhia da estrada de ferro operante na região, para o que, segundo Aguiar, “mandou buscar ou comprar [grifo do original] espanhóis, que estabeleceu em três núcleos; garantindo-lhes seis meses de alimentação gratuita.” Mas o resultado destes não diferiu dos primeiros, pois de acordo ainda com Aguiar, “aos colonos que não puderam fugir fomos encontrar famintos, cadavéricos, outros esverdeados de inflamações, ou roídos pelos bichos de mosca e de pé, nos tristes e imundos ranchos onde se abrigavam sustentados pela Providência [grifo do original], quando não se podiam arrastar para comerem alguma fruta ou alguma raiz de mandioca. [...] Não sabemos se por lá ainda existem colonos, mas o real foi que todos os que puderam fugir vieram para a capital para regressarem à pátria, onde sem dúvida não exaltam o tratamento que aqui tiveram. Cf. AGUIAR, Durval Vieira. Op. Ci. p. 271-272 e 289-290, respectivamente.

acaso elenca a “espontaneidade” como uma das condições necessárias (e não existentes, já que concebido e financiado com os recursos da província) para tal processo, acrescentando ainda que o mesmo se faz em detrimento direto dos “tantos braços ociosos [nacionais]”, evidenciando assim o caráter eugênico do empreendimento.

Mas o que podemos concluir dos dados extraídos do conjunto dessas obras e, do modo mais específico, como se insere o caso de Feira de Santana nesse quadro geral? Bem, parece-nos claro, em primeiro lugar, que recursos tão amplamente utilizados não podem ser compreendidos como acasos ou coincidências, de modo que acreditamos ser possível falar da prática de construção de imagens (e auto imagens) a partir da valorização de características do meio natural, especialmente o clima, conferindo-lhes o impreciso atributo da salubridade, entre as décadas de 1880 e 1910. Ao mesmo tempo, porém, podemos afirmar que, embora persistente, tal prática não é estática, permitindo ora sua supressão, ora o deslocamento do sentido da especialidade, seja para a agricultura, seja para a viabilidade à imigração européia. No caso de Feira de Santana, temos sem dúvida exemplo de um dos casos de maior persistência da associação da idéia de salubridade à região. Além de persistente, porém, o caso feirense destaca-se pela ênfase dada à especialidade do clima, o único recomendado pelos médicos, bem como o único a ser descrito com o recurso a expressões superlativas. Sua especialidade climática, a exemplo de outros municípios, reside em uma salubridade que beneficiaria de modo particular os enfermos por moléstias respiratórias. E, no seu caso, tal salubridade estaria associada às características geográficas, que a fariam alta, bem iluminada e arejada, condição ideal para a dispersão constante das maléficas emanações miasmáticas.

Assim, o fenômeno da salubridade de Feira de Santana, sem dúvida fez parte de uma tendência mais ampla sim, mas o fez de forma especial. A cidade, mais do que qualquer outra parece ter explorado essa imagem como estratégia para construção, afirmação

e difusão de sua identidade, estratégia esta que só abandonará em nome de um ideal ainda mais caro à identidade feirense: o foro de cidade civilizada.

* * *

A dimensão político-administrativa^{*}

Se é relativamente fácil verificar a existência e o nível de difusão do discurso sobre a Feira de natureza especial, também é certo que tal construção não se manteve por tanto tempo sem que a municipalidade tivesse tomado alguns cuidados com aquele ‘meio privilegiado’. Assim, desde sua origem o discurso acerca da cidade foi acompanhado (ou complementado) por ações políticas e administrativas que, ora mais, ora menos intencionalmente, lhe davam sustentação ao combater os elementos e/ou problemas que viessem a contradizê-lo. Naturalmente, dizer isso não implica supor a eliminação efetiva de tais problemas, até porque, como vimos no texto dedicado à saúde em Feira de Santana, a realidade das condições enfrentadas pela população no dia a dia estava longe de corresponder à imagem de uma terra ‘salubérrima’, provedora de plena saúde a seus habitantes. Mas é certo também que tais ações por parte da municipalidade constituíram fatores importantes para preservação do discurso, tanto por atacarem e, em dada medida, minimizarem concretamente determinados problemas urbanos (pelo menos em algumas áreas da cidade – aquelas de maior interesse ao comércio), como por se apresentarem à população como um claro indicativo de

^{*} Uma versão preliminar deste texto integrou a monografia de minha autoria *Terra de sã natureza – a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana – 1833-1920*. (monografia de especialização) Feira de Santana: UEFS, 1997.

que sua terra era zelada, e de que sua salubridade (climática) não seria comprometida por condições urbanas negativas.

Também é certo, por outro lado, que aquela população feirense sabia da impossibilidade de eliminação total dos ditos problemas por quaisquer medidas das autoridades. A feira semanal, por exemplo, sempre que realizada trazia uma pequena multidão à cidade, bem como mercadorias e animais. Ao seu término, a quantidade de detritos deixados para trás, como cascas de frutas e verduras, produtos estragados, excrementos de animais, restos de comidas das ‘barracas restaurante’, águas servidas etc., não devia ser desprezível (não o são nem mesmo nas feiras-livres hodiernas). Ainda assim tal condição provavelmente não despertava a estranheza dos habitantes da cidade que se pretendia especial²¹. Trata-se, desse modo, de uma situação em que, como afirma Sandra J. Pesavento acerca dos empreendimentos urbanísticos para a Paris do séc. XIX, os projetos para o espaço urbano não são concebidos para serem plenamente realizados. Ao que complementa argumentando que:

*[...] Não se trata de realizar o que se poderia chamar de uma “história de fracassos”, ou de projetos que não deram certo, mas [...] entendê-los como estratégias discursivas para **maîtriser** a realidade. Nesse sentido, o projeto arquitetônico-urbanístico é, sobretudo, um processo que se exprime em idéias e imagens de uma cidade de desejo, que poderá – ou não – resultar em medidas práticas e concretas, mas que expressou, num dado momento, uma possibilidade, uma intenção, um vir-a-ser constituído dentro de um momento histórico específico.*²²

No que diz respeito a sua dimensão concreta, porém, as primeiras medidas da municipalidade em prol da preservação da qualidade de meio citadino estão relacionadas a já

²¹ Arriscamos aqui tal afirmação por não ter sido localizada nas fontes consultadas qualquer referência específica ao ‘problema’ do lixo gerado por tal atividade, embora se discuta com frequência, por exemplo, o serviço da limpeza regular (semanal) das ruas e praças, ao longo das décadas de 80 do séc. XIX a 20 do séc. XX.

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit. p. 54-55.

mencionada prática da medicina urbana, como o policiamento sobre os acúmulos (geradores de miasmas), o cuidado com a garantia da circulação do ar e da água e as precauções quanto à disposição dos serviços de água e esgoto, visando evitar a comunicação entre estes²³. Esta visão gerou um conjunto de leis e disposições acerca do espaço urbano que permaneceriam possibilitando o controle e distribuição de atividades e elementos pelos dirigentes sociais, mesmo quando a idéia predominante a tal prática (a insalubridade do meio urbano) já não encontrava eco em Feira de Santana²⁴.

Vamos encontrar tais leis e disposições sobretudo nos códigos de posturas municipais. Tratam-se de posturas que, via de regra, visam disciplinar o ambiente urbano, mediante o controle dos tradicionais alvos da medicina urbana: acúmulos, águas, esgotos, ares, mortos e cemitérios. Algumas destas medidas, a exemplo da normatização para criação e usos de cemitérios²⁵ e da instituição da vacinação obrigatória²⁶, apenas refletem, a nível municipal, as determinações provinciais para com a saúde pública. É o que se constata, por exemplo, no Registro de Leis e Resoluções de 1893, em capítulo 2º, onde estabelece-se o teor das contravenções contra a higiene para aquele ano. A preocupação com a salubridade da

²³ Cf. UZEDA, Jorge Almeida. Op. Cit. p. 34-35.

²⁴ Vale lembrar, contudo que, em relação à medicina urbana e Feira de Santana “quando muito, pode-se afirmar que esse posicionamento aplica-se, e mesmo condiciona, a fase da visão negativa acerca da cidade, período que antecede a epidemia do *cólera morbus*. Mas o elemento diferenciador do caso feirense não é apenas a divergência entre os discursos sobre a cidade. Há, neste caso, um elemento a mais que não apenas o de medicalizar a cidade. Objetiva-se ‘construir’ uma Feira que, não apenas não adoeça, mas que também seja capaz de curar. Não se trata, portanto, de negar a presença e aplicação da medicina urbana em Feira de Santana, mas de reconhecer que a sua eventual utilização por parte das autoridades municipais está imbuída de um significado mais amplo que o usual.” SILVA, Aldo José Morais. *Terra de sã natureza – a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana. 1933-1920* (monografia de especialização). Feira de Santana: UEFS, 1997 p. 70-71.

²⁵ A Lei Provincial de n.º 404, de 2 de agosto de 1850, de acordo com o Conselho de Salubridade, regulamenta o estabelecimento, administração e pessoal dos cemitérios, determinando, entre outras coisas, a proibição da sua instalação no perímetro urbano, o isolamento da área por muros, as formas de sepultamento, etc. APEB - Leis da Província da Bahia - 1856 / 57.

²⁶ Segundo o Art. 22, dos Atos expedidos pelo Presidente da Província em 1862, todos na província seriam obrigados a vacinar-se qualquer que fosse a idade, sexo, estado ou condição (exceção feita apenas a alguns casos especiais: doenças que contra-indicavam a aplicação da vacina, ou casos em que o indivíduo já houvesse sido vacinado recentemente). APEB - Coleção de Leis e Resoluções - Regulamentos e Atos de 1862.

cidade, mediante a vigilância sobre os acúmulos, eram então questões imperativas, sobre o que rezava, pois, o registro de Leis:

Art. 15 - jogar lixo ou imundices nas ruas ou em lugares em que prejudique a saúde pública : pena de 12\$000 de multa ou 4 dias de prisão.

Art. 17 - Ter em mau estado de asseio pátio, quintal ou qualquer dependência de prédio particular ou público: pena de 6\$000 de multa ou 2 dias de prisão.²⁷

A visão da cidade como ambiente propício à disseminação de epidemias, própria ao entendimento da medicina urbana, ainda aparece - como resquício - nos itens referentes ao contágio por moléstias:

Art. 21 - Ter, dentro do prédio da décima urbana, pessoa atacada de moléstia contagiosa, sem participar a autoridade competente a fim de acordar-se sobre a sua remoção e providenciar-se no sentido de evitar a propagação do mal: pena de 30\$000 de multa ou 10 dias de prisão.²⁸

No conjunto, porém, tais medidas não são passíveis de uma associação a uma personalidade específica, são as ações da ‘municipalidade’, que se apropria das práticas da medicina urbana para implementar aquele ideal de cidade. Não há, nesta fase, uma personalidade única à frente do processo, embora as ações gerais das autoridades municipais consigam uma efetiva divulgação da Feira como uma terra sã.

A mudança nesta forma de agir estabelece uma nova fase das ações; fase em que se pode identificar a ação individualizada e personificada de autoridades municipais.

²⁷ APMFS - Registro de Leis e Resoluções Promulgadas - 1893-1902; Feira de Santana. p. 02 (verso).

²⁸ APMFS - Registro de Leis e Resoluções Promulgadas - 1893-1902; Feira de Santana. p. 03.

Nesse contexto, o presente estudo passa a deter-se da figura do já mencionado Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro, como elemento sintetizador da nova postura. Não se trata, porém, de fazer aqui uma ‘história da administração’ do Dr. Remédios Monteiro (presidente da Câmara durante o quadriênio 1887-1890), mas de considerá-lo como elemento representativo (ao passo que, em grande medida, formador) de uma determinada postura político-administrativa. Consideramos pois a sua participação no processo que estudamos, por entender que a sua experiência apresenta-se como caso exemplar em que, como afirma Hebe Castro, uma vivência histórica individual, passível de ser parcialmente reconstruída, constitui-se em um nível privilegiado de observação, para rever e formular novos problemas à explicação histórica.²⁹

Objetivamente, a participação do Dr. Remédio Monteiro deu-se tanto a nível prático-legislativo como discursivo. Esta amplitude de ação está relacionada ao próprio perfil intelectual do Dr. Remédios; um ‘típico’ homem da ciência do século XIX, aquele doutor que, como afirma Madel Luz, era o brilhante orador dos salões, versado em latim e que entremeava seus discursos com expressões francesas³⁰. Aos atos políticos e administrativos, pelos quais é responsável enquanto presidente da Câmara, somam-se, portanto, os discursos, artigos e publicações do ‘doutor intelectual’ em função do enaltecimento das qualidades de Feira, ou mesmo, de alguma outra elevada questão moral, apropriada que fosse a ser objeto de sua pena.

A atuação do Dr. Remédios Monteiro em prol do discurso sobre a cidade não pode, todavia, ser entendida como uma mera articulação política, ela está, de fato, inicialmente muito mais relacionada a sua história de vida e à sua busca por saúde do que a qualquer outra motivação. Homem de largo conhecimento humanístico, formou-se em

²⁹ Cf. CASTRO, Hebe. *História Social - evolução*. In. *Domínios da História*. Rio de Janeiro, 1997. p. 53-54.

³⁰ Sobre tal ‘perfil’ do intelectual do séc. XIX, ver LUZ, Madel. *Medicina e Ordem Política Brasileira*. apud UZEDA, Jorge. *Rodízio da Febre Tifóide*. In. *Op Cit*. p. 92-93.

medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1851, tornando-se posteriormente membro da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa³¹. Como era apropriado ao homem da ciência de sua época, partiu para Europa, em 1855, em busca do seu aprimoramento profissional. De Paris, regressa então para o Rio de Janeiro, em 1858, para logo transferir-se para o Município de Resende. Já por esta época, contudo, informa-nos seu biógrafo, Filinto Bastos³², o Dr. Remédios padecia com uma tuberculose que o levaria a procurar os ares serranos da cidade do Desterro, capital da Província de Santa Catarina. Podemos ter uma idéia de o quanto então eram funestas as perspectivas para o Dr. Remédios, pelo relato que nos deixou sob a forma de memórias (infelizmente parcialmente destruídas por sua filha). Ali, por exemplo, registra o temor de ser vencido pelo mal que o acometia, afirmando que:

*[...] Em maio de 1863 parti de Santa Catarina na persuasão de que a deixava para sempre e de que pouco tempo me restava de vida. Desde então ocorre-me freqüentemente a idéia da morte. Este pensamento gera no meu espírito um aniquetamento [sic] total que rouba-me toda alegria, me abate toda energia física e moral. Nem a confiança na misericórdia divina, nem a recompensa do bem que tenho praticado diminui a intensidade dessa idéia. Apavora-me a eternidade e a idéia da morte acompanha-me como a sombra segue o corpo.*³³

Mais adiante esse temor torna-se uma certeza, que o Dr. recorda ao memorar a volta a Rezende, após breve período de afastamento, antes de sua definitiva mudança para Feira de Santana: “Voltei a Rezende convencido de que nunca mais tornaria a mudar-me e

³¹ CENEF – Jornal Folha do Norte nº 1590, de 30/12/1939. Coluna Vida Feirense, em alusão a nota informando sobre os originais da monografia produzida pelo Dr. Remédios Monteiro, *Feira de Santana como sanatorium*, em 30 de dezembro de 1890.

³² Esta biografia do Dr. Remédios Monteiro foi publicada no Diário da Bahia, em fev. de 1897, e depois reeditada pela Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. CENEF – Rev. do IGHB, nº 17: Set. 1898. p. 468 a 513.

³³ CENEF – MONTEIRO, Joaquim Remédios. *Memórias* [manuscritos]. DM – Mem – 01. p. 22-23.

que ali tranqüilamente terminaria meus dias entre bons e antigos amigos: assim não tinha de acontecer...”³⁴.

E aconteceu que justamente em função da busca pela melhora de sua condição de saúde, Dr. Remédios Monteiro transfere-se, em 1877, para a cidade de Feira de Santana, seguindo então a orientação do Dr. Antonio José Pedreira de Araújo. Uma vez estabelecido em Feira, ao que tudo indica, o Dr Remédio Monteiro realmente logrou melhoras em sua condição de saúde, tendo por isso fixado residência na cidade até o final de sua vida. Como já o afirmamos em outro momento, contudo, a sua transferência para Feira já se dá num contexto em que a cidade é vista como sanadora. O Dr. Remédios então apenas constata esta propriedade do lugar e, com a legitimidade de quem experimentou a cura (ou pelo menos pode conviver com a doença), passa a integrar as fileiras dos defensores e propagadores da boa imagem da terra, a ponto mesmo de chamá-la de “céu formoso, e assim datar as cartas que expe[dia] a amigos do porte do Visconde de Taunay e Virgílio Várzea”³⁵. Sua atuação diferiria, contudo, daquela empreendida por seus antecessores, por ser muito mais objetiva, pois a cidade não ganhara apenas um médico/orador. Em Feira, o Dr. Monteiro tornou-se também um homem da política e, como tal, não tardou a ingressar no cenário da administração local, para então, como médico e como beneficiado pelo clima da terra, trabalhar pela continuidade da construção daquele ideal de cidade sã.

Existem, portanto, duas dimensões da atuação do Dr. Remédios Monteiro a serem consideradas com atenção: a do médico que produz e difunde um discurso sobre a cidade, e a do político que trabalha a nível prático-administrativo para concretizar os elementos que integram e são difundidos por este discurso. Estas facetas estão,

³⁴ CENEF – MONTEIRO, Joaquim Remédios. *Memórias* [manuscritos]. DM – Mem – 01. p. 24.

³⁵ CENEF – Jornal Folha do Norte nº 1590, de 30/12/1939. Coluna Vida Feirense, em alusão a nota informando sobre os originais da monografia produzida pelo Dr. Remédios Monteiro, *Feira de Santana como sanatorium*, em 30 de dezembro de 1890.

evidentemente, em estrita relação entre si, e a rigor não podem ser tomadas separadamente, na medida em que coexistem e complementam-se. Apenas para efeito de clareza na explanação, contudo, podemos iniciar uma análise por suas ações políticas, das quais temos registros em maior quantidade.

Como já foi mencionado anteriormente, o Dr. Remédios Monteiro ocupou a presidência da Câmara Municipal durante o quadriênio de 1887 a 1890. Nesse período, atuou de modo a incrementar a legislação existente relativa ao controle e disciplinarização do meio urbano e seus elementos. Desta legislação, que como as características bem o indicam, estava associada à política da medicina urbana (não apresentando, desse modo, novidades quanto ao seus ‘alvos’), temos como exemplo a disposição sobre o abandono de enfermos ou cadáveres, apresentada à Câmara em agosto de 1887, onde a partir de suas indicações estabelece-se que: “abandonar enfermo ou cadáver na porta do hospital, igrejas ou qualquer outro lugar [implicaria em] pena de prisão por oito dias, ou multa de 30\$000 aplicada ao mandante ou mandatário”³⁶.

Mas a atuação do Dr. Monteiro seria bem mais ampla e sistemática que uma simples proposição ao código de leis municipais. O controle por ele pretendido sobre a cidade pressupunha, por exemplo, um conhecimento pleno de sua disposição geográfica e estrutural; o espaço urbano precisava, então, ser conhecido para poder ser melhor ‘administrado’. Assim, uma de suas primeiras medidas como presidente da Câmara será exatamente neste sentido, reiterando a solicitação para execução de um mapeamento da cidade³⁷, como registra a ata da sessão ordinária da Câmara do dia 27 de outubro de 1887: “o presidente da Câmara Dr.

³⁶ Esta proposição seria incorporada ao Registro de Leis e Resoluções do Município, onde figura no Capítulo 4º - Das contravenções contra a decência e bons costumes, artigo 22. Difere ali, contudo, no valor estipulado para multa, então fixado em 24\$000, ou 8 dias de prisão e na menção ao abandono de crianças (p. 3v.). ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 19 de agosto de 1887.

³⁷ Uma primeira solicitação para o mapeamento da cidade foi enviada pela Câmara Municipal à Presidência da Província, em ofício de 09 de março 1883. APEB. – Sessão Colonial e Provincial / Corresp. Recebida (Feira de Santana). Câmaras – maço 1313.

Remédios Monteiro, concomitantemente a proposta de observância as condições da higiene pública, solicita a vinda de um engenheiro para fazer uma planta da cidade³⁸.

Por esta ocasião Feira de Santana já contava com duas representações cartográficas de sua área. A primeira delas, faz parte do mapeamento realizado para implantação do ramal ferroviário entre Cachoeira e Feira, datado de 1867, ano da inauguração do tráfego entre as duas cidades. A segunda representação cartográfica, de 1878, e é identificada como “Planta da Cidade da Feira de Sant Anna”. Esta segunda, contudo, é uma mera reprodução da primeira, diferindo apenas na escala utilizada para sua execução. O primeiro mapa descreve todo o percurso do ramal ferroviário entre as duas cidades, e Feira aparece na condição de ‘estação final’. No segundo, a cidade é tomada como objeto em si mesmo. É a cidade que se busca representar, mas esta representação, como foi dito, é baseada no levantamento que serviu de base ao primeiro mapa, em 1867. Existem, portanto, dois mapas nesse momento, mas apenas um *mapeamento* fora realizado (ver reproduções dos mapas em anexo).

É curioso notar que pouquíssimos são os pontos identificados individualmente nos mapas em questão. O primeiro deles é menos preciso na identificação destes pontos, o que é natural dado o seu objetivo de representar o ramal ferroviário e não a cidade propriamente dita. Ainda assim, o hospital, o cemitério, a praça da feira e a estação terminal da estrada de ferro são citados. O segundo mapa é um pouco mais detalhado nesta identificação e, embora suprima a legenda ‘hospital’, identifica a igreja matriz e seu largo, as três então principais vias da cidade (as ruas Direita da Matriz, a General Câmara e a Sr. dos Passos) e ainda o Campo do Gado, além dos pontos citados no primeiro mapa, comuns a ambos.

É realmente sintomática a opção feita pelos pontos a serem identificados, pois, com exceção da igreja e seu largo (num primeiro momento, pelo menos), todos os outros

³⁸ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 27 de setembro de 1887.

locais ou são alvos preferencias da política da medicina urbana - cemitérios, hospitais - ou têm relação direta com o caráter comercial da cidade (sua característica mais marcante) como a praça da feira e as ruas de maior concentração de comércio, ou adequam-se ainda a ambas as preocupações, como o Campo do Gado, habitual alvo das queixas dos que olhavam pela saúde da cidade e, ao mesmo tempo, espaço vital para a economia feirense por abrigar o tradicional comércio e abate de gado.

Os primeiros mapas do perímetro urbano de Feira de Santana já revelam, portanto, a preocupação com a inter-relação dos elementos que orientavam a vida da cidade: seu comércio, sua acessibilidade, a salubridade do seu ambiente, de modo que importa conhecer e evidenciar a disposição dos pontos em que tais ‘funções’ se processam. Importa, por exemplo, verificar as distâncias entre áreas perigosas (cemitérios, hospitais, abatedouros) dos pontos significativos para a atividade comercial e as vias por onde tal atividade flui, o que se faz questão de evidenciar com a utilização de um vermelho vivo que contrasta com a monotonia uniforme do nanquim negro.

Não se sabe se o mapa da cidade, solicitado por Dr. Remédios, chegou a ser executado. Ao considerar-se, porém, a sua solicitação, deve-se levar conta duas possíveis situações: a primeira delas seria a de que, em 1887, o Presidente da Câmara desconhecesse a existência dos mapas feitos um vinte, e o outro nove anos antes, respectivamente. Nesse caso, importa observar que, segundo sua avaliação, a municipalidade poderia, doravante, pensar o meio urbano numa perspectiva tridimensionalizada, facilitando assim o planejamento e as estratégias de atuação e controle deste meio. Não por acaso, a proposta para execução do mapa é feita “concomitantemenete â observância das condições da higiene pública”.

A segunda possibilidade a ser considerada é a de que o Dr. Remédios conhecesse os mapas existentes, mas julgasse necessária a execução de um novo levantamento cartográfico da cidade, o que se justificaria pela antigüidade dos mapas

existentes. Já observamos, em momento anterior, que cerca de 25 mil pessoas e 6 mil toneladas de carga foram transportadas pela estrada de ferro apenas no seu primeiro ano de funcionamento (1876). Um tal volume de negócios e circulação humana sem dúvida deve ter provocado significativas transformações na vida e na estruturação física da cidade. Qual seria então o quadro destas modificações nove anos após a inauguração do tráfego ferroviário? A cidade certamente crescera, novas áreas comerciais despontavam, dentre as quais, obviamente, as imediações da estação do trem. O novo volume de cargas exigia novos armazéns, e o acentuado número de passageiros demandava novos serviços como pousadas e restaurantes. Finalmente, parte destes passageiros aspiravam estabelecer-se na florescente (e saudável) Feira de Santana, o que implica dizer que novas áreas, ou pelo menos um certo número de edificações residenciais se instalaram. Novos elementos ou a ampliação dos existentes, demandavam agora uma visão atualizada da cidade, demandavam um novo mapeamento de sua área. Em ambos os casos, portanto, a preocupação do Dr. Remédios era dispor de um recurso que lhe tornasse possível uma melhor ‘administração’ imediata do espaço urbano.

Esta preocupação com as condições de higiene da cidade, mesmo antes da solicitação do mapa em questão, já haviam inspirado medidas concretas por parte do Dr. Remédios, pois a Câmara, por sua indicação, solicitara cópia do regulamento do serviço de limpeza da cidade do Desterro, visando organizar um similar para a Feira,³⁹ o que, talvez, fosse mais um motivo a determinar a confecção do mapeamento da área citadina.

Como este recurso ao exemplo inspirado pela cidade do Desterro bem o indica, o Dr. Remédios valeu-se significativamente de sua larga experiência de vida e dos muitos contatos que tivera com diferentes sociedades e suas respectivas formas de lidar com a questão da salubridade urbana, para por em prática, em Feira, uma nova percepção e,

³⁹ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 15 de setembro de 1887.

consequentemente, um novo modo de tratar tal problema. Neste sentido, marcante deve ter sido seus contatos com Paris e, no Brasil, com a capital do Império, o Rio de Janeiro. Na primeira cidade deve ter-lhe impressionado o processo de redimensionalização do espaço, com a abertura de largas avenidas e praças, entendidas como condições imperativas para o ‘bem estar’ da cidade⁴⁰. Quanto ao Rio, já se delineavam por essa época, o que Chalhoub denomina de a “ideologia da higiene”, responsável por uma política de controle de habitações que em grande medida fundamenta o processo de reformas urbanas na virada do século na Capital da República⁴¹. Como resultado destas influências, não tardaria para que o Presidente da Câmara fizesse a seguinte proposta a seus colegas do legislativo municipal:

*Sendo de necessidade a formação de uma praça em frente da cadeia desta cidade, não só em benefício das más condições higiênicas dessa cadeia, que deverá ser em uma praça ou antes fora do perímetro da cidade, e não encravado no centro desta, apesar das reclamações da imprensa local e de uma representação em tempo desta edilidade ao Presidente da Província, como também constituindo um embelezamento ou lugar de recreio e uma medida higiênica de grande vantagem; proponho que esta câmara proceda parcial ou totalmente a desapropriação dos casebres que existem em frente a cadeia e da rua Senhor dos Passos que for necessária a este fim*⁴²

A proposta foi imediatamente aprovada e a praça viria a ter o nome de seu idealizador como homenagem. Atente-se, contudo, para os elementos presentes à argumentação do Dr. Remédios: a cadeia, um local de perigoso acúmulo humano, era um prédio cuja existência demandava cuidados especiais. Os acúmulos promotores dos temíveis miasmas deveriam, a rigor, ficar o mais distante possível da cidade de modo a não contaminar o ar. Era preciso então criar as condições necessárias a que os ares circulassem o suficiente

⁴⁰ Recorde-se que o Dr. Remédios chega a Paris (1855) em plena gestão do Barão Georges-Eugène Haussmann como Prefeito da capital francesa (1853-1870). Cf. PESAVENTO, Sandra J. Op. Cit. p. 89.

⁴¹ Cf. CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 29-35.

⁴² ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 19 de outubro de 1887.

para dissipar estes miasmas. Daí a praça (onde antes não deveria haver mais que uma rua estreita) ter-se configurado numa verdadeira ‘medida higiênica’.

O imperativo de ‘cuidar da cidade’ deveria igualmente justificar quaisquer atos considerados necessários para este fim. Assim, não havia inconveniente em desapropriar casebres que, de resto, eram também focos indesejáveis de miasmas, na medida em que não apresentavam as condições tidas como ideais para a moradia, mas pelo contrário, mostravam-se como locais onde o acúmulo de pessoas e a previsível falta de higiene deveria torná-los alvos obrigatórios das autoridades.

Antigos problemas também foram tratados sob esta nova ótica do Dr. Remédios e um bom exemplo disto é a questão do matadouro municipal. Pelo menos desde 1884, a Câmara vinha discutindo a contratação de serviços de limpeza e, concomitantemente, preparando orçamentos para recuperação do matadouro público, já então visto como velho⁴³ e como estando “prejudicando a saúde publica”⁴⁴. Tais medidas, em particular a mencionada recuperação do prédio, não foram executadas satisfatoriamente na fase anterior à administração do Dr. Monteiro, chegando mesmo a haver protestos por parte da imprensa local com relação ao mau cheiro provocado pelos detritos resultantes do abate⁴⁵. Ao retomar a questão, o Dr. Monteiro faria nova proposta à Câmara, com as seguintes considerações:

Proponho que esta Câmara faça a aquisição de um terreno para a construção do novo matadouro público, visto ser necessário remover o atual por prejudicar a saúde publica e privada. E mais que sejam ouvidas as opiniões dos médicos desta cidade, além da do médico da municipalidade, a respeito da conveniência não só

⁴³ Consta que a aprovação, pela Câmara, dos recursos necessários a construção do matadouro deu-se em 28 de abril de 1838, devendo a sua conclusão ser, portanto, estimada em período não superior a dois anos a partir de então. CENEF – Jornal Folha do Norte, nº 681 de 05/05/1923; Coluna Vida Feirense.

⁴⁴ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893. Ata da Sessão de 05 de junho de 1884.

⁴⁵ Vale lembrar a nota intitulada ‘Matadouro Público’, publicada pelo periódico feirense Cidade da Feira, a 21/12/1888.

*da mudança do matadouro para outra localidade, como também da escolha dela*⁴⁶

Na visão do Presidente da Câmara não bastava, portanto, reformar o velho prédio. Era necessário removê-lo do perímetro urbano, afastando da cidade mais aquele foco em potencial de miasmas. Mais significativa que a radicalidade de sua proposta, contudo, é o fato de que o Dr. Remédios condiciona todas as medidas necessárias à remoção e construção do novo matadouro ao aval do conhecimento médico-científico do Município. Mediante tal recurso, o Dr. Remédios, estabelece a efetiva participação das autoridades médicas sobre a condução do processo de saneamento da cidade⁴⁷. Como o trecho acima bem o indica, já havia, na estrutura administrativa local, a figura do médico da municipalidade. Agora, entretanto, a administração municipal deveria considerar o parecer não apenas de um funcionário isolado, mas de toda a classe médica⁴⁸, que assim auferia o poder de agir de modo determinante na condução da cidade aos padrões desejados para um ideal de Feira sã.

Esta determinação em comprometer e condicionar a administração pública ao conhecimento médico estava muito além da mera formalidade. Com efeito, o Dr. Remédios não hesitou em agir severamente contra as ameaças de desrespeito às determinações em favor da saúde na cidade. Um caso típico de seu posicionamento pode ser observado na questão envolvendo a construção de uma casa, que se pretendia fazer próxima ao cemitério. Sobre o fato registra então a ata da sessão da Câmara, de sete de junho de 1889:

⁴⁶ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 12 de abril de 1888.

⁴⁷ Podemos vislumbrar um paralelo (não por acaso, obviamente) entre tal poder de intervenção pretendido pelo Dr. Remédios para os intelectuais médicos em Feira, com as atribuições da Junta Central de Higiene, órgão atuante na Capital do Império, para fazer cumprir-se as determinações da “ideologia da higiene”. Cf. CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 30.

⁴⁸ A proposta de envolver toda a classe médica de Feira na administração da saúde da cidade era, na verdade, algo perfeitamente factível na Feira de Santana da segunda metade do século XIX, pois como nos indica Poppino, embora “as estatísticas não [indicassem] o número exato de facultativos no município entre 1860 e 1950, [...] é provável que nunca fossem mais que seis a um só tempo”. Um número assim restrito facilitaria, portanto, o contato e o envolvimento dos diferentes membros. Cf. Poppino, Rolie E. Op. cit. p. 267.

*Pelo Senhor Presidente [Remédios Monteiro] foi dito, que, tendo ele mandado esbarrar a construção de uma casa ao largo do cemitério desta cidade, obrigando-o a isso não só a falta do cumprimento das posturas em vigor, como pela inconveniência de uma tão próxima ao dito cemitério, foco de emanações de miasmas, prejudiciais a saúde, trazia assim ao conhecimento da câmara para proceder conforme melhor entendesse. A câmara resolveu examinar a referida casa, afim de na próxima sessão delibera com acerto e justiça.*⁴⁹

Como prometido, a Câmara daria o seu parecer na sessão seguinte: “A câmara deliberou que se procedesse a demolição da casa que se está edificando no largo do cemitério, não só por se estar ela construindo sem a respectiva licença, como por estar fora do devido alinhamento e não convir a salubridade pública edificações de prédios nas proximidades do mesmo cemitério”⁵⁰.

O desrespeito às posturas era também o desrespeito às autoridades médicas pois, como vimos, o próprio Dr. Remédios, por esta época, já havia contribuído com o código de leis municipais, ao fazer incluir-lhe a disposição sobre o abandono de enfermos e cadáveres em locais públicos. Tolerar eventuais descon siderações às leis equivaleria, portanto, a desautorizar as autoridades em geral (especialmente a classe médica), bem como todo o projeto pela construção da cidade sã. Diante de tantos interesses em jogo, a medida adotada não poderia apenas ser repreensiva; ela deveria ser, também, exemplar. Aos proprietários do imóvel irregular, que por ignorância ou acintoso desrespeito, não observaram as normas estabelecidas, é impingida então não uma mera multa e/ou advertência, mas a perda total do capital já investido na construção. A casa deveria ser inquestionavelmente demolida e, com ela, as resistências da população ao projeto maior da municipalidade.

⁴⁹ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 07 de junho de 1889.

⁵⁰ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 01 de agosto de 1889.

Manter a cidade livre das ameaças da insalubridade era tarefa a ser cumprida dia a dia, contra os novos e velhos problemas do meio urbano. E faziam parte do dia a dia urbano da Feira, as sempre presentes epidemias, contra o que o Dr. Remédios pretendeu, mais uma vez, buscar uma ‘nova’ solução, em contraposição aos paliativos usualmente adotados. A oportunidade de combater o fenômeno das epidemias na cidade veio com a ocorrência de casos de varíola, para o que o Dr. não tardou a pensar uma solução que a Câmara assim registrou: “Pelo [...] senhor Doutor presidente foi participado a Câmara que já se haviam dado nesta cidade diversos casos de varíola; pelo que, para evitar a propagação e desenvolvimento de semelhante flagelo, propunha a aquisição d uma casa, fora da cidade, para onde se retirassem os atacados do referido mal”⁵¹.

A rigor, esta não era a primeira vez que a instalação de um hospital para variolosos era cogitada na cidade. Registra-se que em novembro de 1874 um movimento de caridade, promovido por figuras ilustres da sociedade local, articulou-se para estabelecer numa das fazendas da região, denominada ‘Gonçalo’, um hospital provisório para as vítimas do mal em questão, oportunidade em que a Câmara chegou a contribuir com roupas, leitos e utensílios suficientes para doze enfermos.⁵² Não chega, tampouco, a ser uma novidade o modelo de hospital pretendido pelo Dr. Remédios. A casa *fora da cidade* tinha exatamente a mesma função que a, necessariamente, afastada fazenda *Gonçalo*, ou seja: isolar o enfermo do ambiente urbano, evitando a disseminação da doença.

O hospital do Dr. Remédios, assim como os demais hospitais originados no contexto da medicina urbana, não objetivavam curar o enfermo, existiam antes para segregá-

⁵¹ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 26 de dez. de 1889.

⁵² CENEF – Jornal Folha do Norte, nº 1531 de 12/11/1938. Coluna Vida Feirense, em nota referente ao dia 12/11/1874, sobre o qual informa literalmente: “Tendo os Srs. Antonio Fernandes da Silva, Sidronio Simões Ferreira, Manuel Ribeiro de Macedo, Florentino Gomes de Sá e Tito Rui Bacelar iniciado um movimento de caridade no sentido de estabelecer, na fazenda denominada ‘Gonçalo’ um hospital provisório para variolosos, a câmara municipal manda fornecer aquela comissão roupas, leitos e utensílios para 12 enfermos.” Alguns anos mais tarde, o Jornal Folha do Norte noticiou a transferência de uma mulher atacada pela varíola para o “isolamento Alto Gonçalo”, indicando assim que a propostas daquele grupo concretizou-se. CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 160, de 02 de março de 1913. p. 01

lo do resto da comunidade, pois, como enfermos, eram ameaças à saúde pública, à saúde da cidade. O elemento inovador na proposta do Dr. está, portanto, não na natureza do hospital, mas em sua condição de existência. O novo isolamento não seria mais uma medida paliativa, mantida pelos esforços isolados, de caráter caritativo, de membros da sociedade. Ele seria criado e mantido, efetiva e permanentemente pela municipalidade, o que garantiria a sua disponibilidade sempre que se fizesse necessário (e constantemente era necessário) proteger a cidade da ameaçadora presença de portadores de moléstias epidêmicas. Uma vez mais, a Câmara aprovou a proposta por unanimidade.

A mudança do regime político trouxe, também à Feira, alterações na estrutura do poder. Com a República, torna-se imperativa a composição de uma nova Câmara, desvinculada da antiga estrutura administrativa do Império. Este momento marcaria, pois, o afastamento do Dr. Remédios Monteiro da condução direta do projeto para a cidade. Mas esse afastamento não parece ter sido um ato pessoal contra o Dr., era antes, parte de uma necessidade de afirmação política mais ampla do novo regime. Exatamente por conta disto, fosse por mera formalidade política, fosse pelo real desejo de que permanecesse a frente do processo, ao mesmo tempo em que a nova Intendência era empossada, o Dr. Remédios era nomeado, pelo Governador, para a função de Conselheiro Municipal, de modo a que pudesse “continuar conduzindo os destinos da cidade.”⁵³ Ao que parece, contudo, esta função não oferecia os atrativos, ou o poder, aos quais Remédios Monteiro estava acostumado a dispor e usar sistematicamente, razão pela qual não chega a assumi-la, alegando problemas de saúde.

Esta negativa bem poderia ser o parâmetro para encerrarmos a análise acerca do Remédios Monteiro legislador. Vale, contudo, insistir um pouco mais nas ações do legislativo feirense no período posterior à presidência do Dr. Monteiro, pois aí veremos,

⁵³ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 01 de fevereiro de 1890.

também, a força de sua influência e o prejuízo causado ao projeto da Feira sã, por sua ausência.

Um primeiro e forte indício do prestígio do Dr. Monteiro é demonstrado pela Câmara na primeira sessão após a reestruturação do poder municipal, ao estabelecer-se que:

Pelo Sr. Intendente Joaquim de Mello Sampaio foi dito que em homenagem aos relevantes serviços prestados a este município pelo ilustrado Sr. Doutor Joaquim dos Remédios Monteiro, propunha a continuação da desapropriação dos casebres em frente a cadeia e também à Rua Senhor dos Passos, para completar a abertura da nova praça ali enceta por aquele patriota cidadão, a qual seria denominada 'Praça do Doutor Remédios Monteiro'.⁵⁴

Na mesma ocasião anunciavam-se os ajustes finais para inauguração do matadouro público, iniciado sob a orientação do Dr. Remédios, sendo dado destaque ao tratamento do sangue proveniente do abate, mediante o que se pretendia garantir o funcionamento do prédio “sem prejuízo da salubridade e higiene pública”.

Mais do que sinal de reconhecimento por serviços prestados, a manutenção das medidas e dos projetos implementados pelo antigo presidente da Câmara indicava que a sua proposta havia sido entendida e assimilada pela municipalidade. Pelo menos no que diz respeito às suas linhas gerais, a concretização do projeto da Feira sã já não dependia indissociavelmente da figura do doutor.

A Câmara voltaria a reafirmar essa determinação na sessão seguinte, ao retomar a discussão sobre o isolamento para variolosos, agora considerando, também, a instalação de um cemitério, ao apresentar o seguinte parecer:

⁵⁴ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 05 de fevereiro de 1890.

A comissão encarregada de adquirir uma casa e terreno apropriados para o lazareto e cemitério de variolosos, apresentou o respectivo parecer no qual opina para comprar-se a roça de Ilonorio de tal, em terreno próprio, sita ao noroeste desta cidade, o qual pode valer quinhentos mil reis. Depois de breves considerações feitas pelo conselheiro Martins Catharino, relativos a falta de mananciais d'água no mesmo terreno, o conselho autorizou a [...] compra com a possível brevidade.⁵⁵

A sessão posterior a este parecer registraria, ainda, a confirmação da compra do terreno para instalação do lazareto e cemitério de variolosos, pela Comissão de Higiene.⁵⁶ Aqui, contudo, a ausência do Dr. Remédios deve ter sido sentida, pois um projeto desta envergadura representava a perspectiva de gastos significativos para a municipalidade, sendo necessário o prestígio de uma expressiva personalidade político-administrativa para fazê-lo concretizar-se. A nova Câmara, destituída de seu referencial, por assim dizer, científico, não tinha como, baseada unicamente numa visão político-financeira, encontrar argumentos para viabilizar o dispendioso lazareto e cemitério. A ata da sessão do dia 16 de maio de 1890 mencionaria, ainda, um pedido para prorrogação do prazo para conclusão das obras do cemitério⁵⁷, mas ao que tudo indica (ou até que nova documentação venha provar o contrário) este projeto não chegou a ser efetivamente concretizado, uma vez que não há mais qualquer menção ao mesmo na documentação oficial posterior que nos chegou às mãos.

Se, porém, a presença do Dr. Remédios tornou-se sentida quanto a questões de peso, no dia a dia da gestão da saúde no Município, as autoridades já haviam encontrado um caminho seguro, ainda que mais limitado e barato, onde também ecoavam suas idéias. É o que se constata, por exemplo, no conteúdo da ata da sessão da Câmara, de 27 de abril de 1890, onde a propósito de se regulamentar e, eventualmente, proibir a criação de porcos na cidade,

⁵⁵ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 13 de fevereiro de 1890.

⁵⁶ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 20 de fevereiro de 1890.

⁵⁷ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 16 de maio de 1890.

menção-se a convocação do Delegado de Higiene e da Comissão de Higiene, reafirmando assim o condicionamento das questões pertinentes à saúde da cidade, ao crivo dos representantes do conhecimento médico-científico. Obviamente, porém, ao reconhecermos isso não estamos afirmando que tais condicionamentos tenham sido um fenômeno exclusivamente feirense (até porque, pelo contrário, tal medida também está condicionada pela política da medicina urbana), tampouco que tenha sido algo original por parte do antigo presidente da Câmara, mas sim reconhecendo que tais práticas são viabilizadas ou tornadas usuais em Feira pelo Dr. Remédios.

Mas não apenas as autoridades incorporaram os procedimentos desenvolvidos ou adotados pelo Dr. Remédios para a manutenção da salubridade da cidade. De fato, também a população incorpora muitos dos procedimentos legais pertinentes a esse projeto. Um exemplo desta assimilação, por parte da população, foi o documento lido na Câmara no dia 28 de agosto 1890, a respeito da Lagoa do Prato Raso. Tratava-se do seguinte requerimento: “De diversos cidadãos residentes nas imediações da Lagoa Prato Raso, solicitando o escoamento das águas ali estagnadas, que estão produzindo já diversos casos de febres palustres”⁵⁸.

Não eram mais apenas as autoridades as únicas a preocupar-se com a salubridade do meio urbano. Após ver praças serem abertas em nome da fluência dos ares, casas demolidas para combater os perigosos acúmulos humanos, o matadouro reconstruído e posto a uma distância segura da cidade, dentre outras tantas medidas, a população passa a compreender o projeto em seu conjunto, reconhece as medidas como necessárias e reforça as determinações gerais, ao incorporar a preocupação e a argumentação técnico-científicas em suas reivindicações por um meio saneado. O caminho fora então aberto, e muito bem aberto, junto à população. O povo, ou pelo menos uma parte dele (aquele não fosse parte da ameaça –

⁵⁸ ACMFS - Atas das Sessões Ordinárias da Câmara 1883-1893, Ata da Sessão de 20 de agosto de 1890.

os doentes, os moradores dos cortiços...), tornara-se agora, não uma massa desinformada a obstar a viabilização do processo de saneamento da cidade, mas um parceiro, um agente avançado com o qual as autoridades passavam a contar para construir o ideal da cidade sã.

A mudança do regime político e as conseqüentes reordenações na estrutura da administração municipal determinaram o afastamento do Dr. Remédios Monteiro da condução direta, a nível do legislativo, do projeto pela Feira sã. Seu distanciamento da vida política e administrativa da cidade não significou, contudo, o seu desvinculamento das fileiras dos propagadores dos discursos sobre a cidade. Com efeito, mesmo antes, durante e depois de sua passagem pelo legislativo, Remédios Monteiro exercitou a sua faceta de médico-orador em proveito de seu projeto administrativo e daqueles que considerava serem os interesses maiores da municipalidade.

Afeito à produção de artigos e publicamente reconhecido como homem de grande ‘ilustração’, o Dr. Remédios sempre colaborou com a imprensa local, enviando-lhes textos em favor da abolição de escravatura, educação, saneamento da cidade, abertura de ruas e estradas, entre outros assuntos⁵⁹. Embora estes artigos não tenham, lamentavelmente, chegado até nós, esta ‘relação de temas’ é suficiente para evidenciar que Remédios Monteiro não se limitou a atuar a nível dos instrumentos legislativos que, de resto, não contam, via de regra, com a simpatia popular. É provável, portanto, que a já mencionada adesão de determinados extratos da população ao projeto da Feira sã deva-se em grande medida a este ‘trabalho de divulgação’ junto a imprensa.

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre o material escrito pelo Dr. Remédios, que conseguimos reunir, vale ainda uma observação acerca desta ‘relação de temas’ de seus artigos. Jurandir Freire Costa, em seu já clássico *Ordem médica e norma familiar*, afirma que

⁵⁹ CENEF – Jornal O Progresso, nº 83 de 04 de agosto de 1904, em artigo intitulado “Dr. J. Remédios Monteiro”.

o projeto higienizador do séc. XIX não tinha como meta disciplinar apenas o meio urbano, o espaço público, mas também o meio ambiente privado e a sua matriz, a família. Este processo de higienização da família dar-se-ia, entre outras coisas, através da segregação do escravo do ambiente familiar. O escravo, que durante o período colonial fora visto como um elemento (ou um mal) necessário ao funcionamento da casa e, conseqüentemente à vida da família, era agora visto como um perigo à mesma e, por extensão, ao projeto higienizador. Assim, nas palavras do próprio Jurandir Freire Costa:

A medicina redefiniu o poder do negro, fazendo-o portador de uma força incoercível, a força da doença e da imoralidade. A casa branca viu-se, de repente, invadida por um inimigo de cuja presença jamais suspeitara. O escravo promiscuo tornou-se seu espantalho. Fantoche médico, ele foi manipulado das mais diversas formas, sempre com o objetivo de desequilibrar a família através da estratégia de tensão que resultou na edificação do “intimismo”.

[...]

[...] A nova força doentia de que foram dotados [os escravos] funcionou como espelho da fragilidade do poder patriarcal. Tal como foi apresentada ela era irredutível à tradicional punição. Para subjugar-lá só havia duas soluções, ambas médicas: ou evitar absolutamente o contato fazendo desaparecer o escravo, ou estabelecer sobre ele o julgo disciplinar proposto pela higiene.⁶⁰

Ora, coincidentemente o maior empreendedor do projeto pela cidade saneada, higienizada, assim como pela participação e autoridade do médico na condução da sociedade, também é um dos maiores expoentes do abolicionismo em Feira, o que equívale a dizer que é um dos maiores defensores da segregação do negro do meio familiar. Talvez se possa objetar que a falta dos artigos em questão torne discutível o estabelecimento de uma tal relação e que seja possível que os escritos do Dr. Remédios estivessem realmente imbuídos de uma preocupação abolicionista não inserida, por assim dizer, no projeto pela Feira sã. Com efeito,

⁶⁰ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 126.

tais considerações podem realmente ser procedentes. Mas vale lembrar que uma postura abolicionista não é necessariamente incompatível com uma visão depreciativa acerca do negro. O próprio Freire Costa, a propósito de discutir questão análoga, menciona a declaração de um ‘verdadeiro abolicionista’, em favor da libertação dos escravos, onde tampouco deixa de haver toda sorte de preconceitos aos mesmos, trata-se do discurso abolicionista de Gomes Jardim, em que se lê:

Diz-se: “eles são preguiçosos; não têm temperança; são devassos;” seja assim, porém que mal resulta para vós? [...] Diz-se também: “Eles não têm leis, nem verdadeira religião”. [...] Embora venham com todos os seus argumentos especiosos para apoiarem a escravidão; em nosso pensar ela é injusta, bárbara e contra a natureza [...]”⁶¹

Estes brevíssimos trechos trazem a fala sincera de um abolicionista e, no entanto, ela é também uma fala eivada de preconceitos e de uma concepção na qual o negro, mesmo tendo o direito à liberdade é essencialmente inferior; na melhor das perspectivas, moralmente mais fraco. Do mesmo modo, nada exclui a possibilidade de que o pensamento do Dr. Monteiro compartilhasse de semelhante contradição. Sua explanação pode, pois, muito bem ser legitimamente abolicionista e, ainda assim, estar inserida numa perspectiva de higienizar o ambiente familiar e, num sentido mais amplo, a própria cidade.

Essa possibilidade é ainda fortalecida pelo fato de que o Dr. Monteiro manteve correspondência (pelo menos uma vez) com pensadores como Nina Rodrigues, que chega mesmo a citá-lo em sua obra “Os Africanos no Brasil”. Ali, ainda na introdução, ao tratar do que acredita ser uma tendência ao desaparecimento da raça negra nos estados do sul do país por conta das características climáticas, Nina Rodrigues fundamenta seus argumentos em

⁶¹ GOMES, Jardim apud COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit. p. 127.

informações cedidas pelo Dr. Monteiro, ao qual da voz afirmando que: “Um observador brasileiro, o Dr. Remédios Monteiro, [lhe] informava em carta de 11 de abril de 1899: ‘A raça negra tende a desaparecer em Santa Catarina por efeito do clima: as crianças enemiam-se [sic], escropulizam-se e tuberculizam-se, enquanto as que não são de tal origem criam-se bem’”⁶².

Isto posto, a menos que se opte por dar crédito absoluto à grande coincidência do médico-higienizador ser também o abolicionista, e de que o Dr. mantivesse contato com Nina Rodrigues apenas pelo mero interesse em assuntos do clima, por parte deste último, esta deve ser, pelo menos, mais uma possível tática do Dr. a ser considerada no conjunto de suas ações pela Feira sã.

Se, a despeito dos indícios, um raciocínio desta natureza não poder ser considerado para muito além do nível da especulação, devido à falta dos artigos onde suas idéias estivessem expressas e fossem, portanto, constatáveis, o mesmo não ocorre com os demais elementos integrantes do discurso em prol da cidade. O primeiro registro produzido por Remédios Monteiro acerca do que ele acreditava ser a especialidade do clima feirense, fora escrito a 4 de agosto de 1884, e publicado pela *Gazeta Médica da Bahia*, com a qual colaborou repetidas vezes⁶³. Trata-se do artigo “A Feira de Sant’Anna como ‘Sanatorium’ da Tuberculose Pulmonar” em que procura demonstrar a propiciabilidade do meio feirense para a cura do mal em questão. Nada melhor, porém, do que dar voz ao próprio Dr. Remédios na exposição de seus pensamentos, razão pela qual transcrevemos aqui trechos do artigo que acreditamos mais elucidativos:

⁶² MONTEIRO, Joaquim Remédios. apud RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935. p. 24-25.

⁶³ Consta, por exemplo, que em 1876 o Dr. Remédios publica na *Gazeta Médica* de nº 08, um artigo sobre a “Transusão de sangue”, e em 1877, inicia uma série de artigos sobre a “Vacina”. CENEF – *Jornal Folha do Norte*, números 2096, de 10/09/1949 e 2099, de 01/08/1949. Coluna Vida Feirense, respectivamente.

A cidade da Feira de Sant'Anna dista 22 léguas da cidade da Bahia.

Acha-se colocada num planalto de muitas léguas de extensão.

As ruas são em geral largas. De dez anos para cá tem se construído muitos prédios novos.

A temperatura mínima é de 17.º cent. no inverno e a máxima no verão de 30.º

Com estas duas temperaturas extremas pode-se bem considerar a Feira de Sant'Anna apropriada a uma residência fixa de verão e de inverno.

O solo é extremamente duro e seco, de sorte que para se obter água é necessário cavar poços de 15 metros de profundidade.

No inverno predominam os ventos do quadrante sul e no verão os do norte, ambos sem impetuosidade.

A atmosfera é pura e agradável e por vezes sentir-se-á embalsamada pelas emanações aromáticas do alecrim silvestre que viceja nos terrenos incultos das circunvizinhanças.

Nos meses de setembro, outubro e novembro há dias frescos, bonitos, agradabilíssimos e esplendidos.

A Feira de Sant'Anna é uma estação sanitária encantadora, alegre como o sol que a doura.

Junte-se a isto a facilidade de comunicação com a capital e a vantagem de gozar de uma vida confortável, de uma alimentação rica, de muito bom leite e excelente carne.

Já em um dos meus escritos denominei-a – Petrópolis da Bahia.

As mulheres, os homens, as crianças enervadas, definhadas pela malária urbana da capital, sem molestias caracterizadas, vigoram-se neste clima, aliás pouco conhecido e ainda não estudado por homens profissionais. Já se faz sentir a necessidade de um estudo a respeito da Feira, onde tardiamente os doentes vem procurar o restabelecimento, um estudo em que se atenda às suas condições térmicas, hygrométricas, anemológicas, altitude, etc.

A esta primeira caracterização da terra e suas benesses segue-se o relato da melhora do seu estado de saúde e a relação desta melhora com a cidade, bem como o reconhecimento da impotência do conhecimento médico de então ante o combate à tuberculose:

Há 5 anos vim procurar nesta cidade lenitivos aos meus crônicos sofrimentos pulmonares. Ha 24 anos sobreveio-me a primeira hemoptises e depois tantas, tantas outras até o ano passado que já perdi a conta: tinha eu então 33 anos de idade.

Serei tão excepcionalmente favorecido pela sorte, terei a ventura de Duverney, um grande anatomista da França (Fontenelle. Eloges des Samus), que aos 30 anos sofreu de um mal violento dos pulmões, uma ulcera como então chamavam, uma caverna na linguagem hodierna, e entretanto morreu com 82 anos?...

[...]

O fato é que os tubérculos pulmonares são a vergonha da medicina, o desespero da clinica diária, a macula negra do quadro terapêutico em todos os tempos passados e presentes enquanto a moderna e importante descoberta do alemão Koch do microorganismo da tuberculose não justifique uma terapêutica consoante a nova teoria: por enquanto esta terapêutica falta realmente.

Segue-se então algumas considerações acerca da natureza bacteriológica da tuberculose e da confirmação da existência do *bacillus tuberculosis*, seu agente causador. Tais considerações apenas ressaltam, contudo, a insuficiência ou, na melhor das perspectivas, a insipiência do conhecimento médico para tratar da doença, razão pela qual a ênfase de sua análise acaba por recair sobre a potencialidade da natureza, através dos elementos climáticos, para curar ou amenizar o mal. Assim, pondera então o Dr.:

Enquanto pelo trabalho perseverante da observação microscópica e clinica, da experimentação dos meios anti-sépticos, se procura pacientemente chegar a um tratamento menos empírico, mais proveitoso, do que o ate hoje empregado, aconselha-se aos enfermos respirar um ar bem puro, em quantidade ilimitada, longe das cidades, fora do estreito contato, perdoe-se-me a exageração, da humanidade.

É sabida a poderosa influência benéfica do ar puro e seco, em que viva-se mergulhado. A umidade do ar é o mais terrível inimigo dos que sofrem moléstias de peito; e neste ponto os climas quentes e úmidos, os frios e úmidos assemelham-se perfeitamente em seus desastrosos efeitos.

Após estabelecer, portanto, as características naturais da cidade e as possibilidades de cura intrínsecos aos elementos naturais, o Dr. Remédios conclui

apresentando a Feira como uma solução viável e segura para o controle da tuberculose, uma vez que a cidade reunia as condições necessárias:

Uma circunstância que convém fazer sobressair é esta cidade achar-se longe da atmosfera marítima.

[...]

*O Clima da Feira de Sant'Anna só encontra rival nos Campos do Jordão na Província de S. Paulo, situados quase a dois mil metros acima do nível do mar, cujos salutareos efeitos foram demonstrados pelos Srs. Dr. Luiz Pereira Barreto no **Diário oficial** de 6 de março de 1884 e Dr. Clemente da Cunha Ferreira, medico residente na cidade de Rezende em um opúsculo e em sua monumental tese para o doutorado em medicina sobre tísica pulmonar, sustentada no Rio de Janeiro em 1880. Estes dois colegas tecem os maiores e os mais ardentes encômios aos Campos do Jordão.*

Não tenho palavras para também exaltar devidamente o clima da Feira de Sant'Anna no tratamento de uma moléstia que por enquanto zomba dos esforços da ciência, pois o tuberculoso marcha fatalmente para a sepultura. [...]

Quanto desde cedo os tuberculosos procurem a Feira notarão que a marcha da moléstia diminui ou para nesta atmosfera oxigenada, neste ar puro, seco e refocitante. E se por acaso não se restabelecerem, os doentes gozarão ao menos de uma cura relativa achar-se-ão no estado que o professor Jaccoud caracteriza nas seguintes frases: — en état de vivre avec ses “lésions tuberculeuses reduites a l’impuissance de nuire”.

*“Curabilité et traitement de la phthisie pulmonare, pag. 16 – Paris 1881”. [...]*⁶⁴

Em seu desfecho, o Dr. Remédios ainda argumentaria que “o clima pode muito, mas não pode tudo”, em alusão aos casos em que a doença já se achasse em estado por demais avançado, não havendo mais a possibilidade de o clima e os recursos naturais restabelecerem a saúde ao enfermo. Esta é, todavia, uma consideração realmente menor dentro do conjunto das idéias que expõe. Ela caracteriza-se muito mais como uma demonstração, aos seus colegas médicos, do seu ‘bom senso’ científico (que não permitiria

⁶⁴ Biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia – Gazeta Médica da Bahia, Série III. Vol. II. s/d. (Nº de ordem 1.616). p. 29 a 34.

uma defesa apaixonada e irrestrita da causa pela qual advoga), do que uma restrição real à potencialidade da cidade e seu clima. Ademais, mesmo esta observação não chega, de fato, a desmerecer a capacidade curativa da terra, pois, segundo seu raciocínio, se um enfermo não se restabelecesse, a responsabilidade seria antes sua, por não haver providenciado a própria remoção para a cidade em tempo hábil para que a natureza pudesse agir em seu benefício. Esta responsabilização do indivíduo por seu malogro na busca pelo restabelecimento voltaria a ser, aliás, objeto das observações do Dr. em suas memórias, quando afirma:

*A cidade acha-se sobre um planalto a que chamam tabuleiro. O ar que se respira é puro e seco [...]. O calor e o frio são moderados no verão e no inverno. Possui a cidade enfim as mais belas condições para quem procura saúde e repouso. Ao lado de um clima por assim dizer eternamente bom, a Feira de Sant'Anna oferece todos os comódios da vida. No interior da província da Bahia não há localidade que com ela rivalize. Entretanto os homens ricos da capital não a procura para vilegiatura: apenas doentes, as vezes inteiramente, absolutamente perdidos é que vem passar algum tempo.[...]*⁶⁵

Como já foi dito, o artigo “Feira de Santana Como *Sanatorium* da tuberculose pulmonar” foi escrito especialmente para a Gazeta Médica da Bahia e, embora tenha sido efetivamente publicado, dirigiu-se a um público restrito, a classe médica. O Dr. Remédios certamente não se contentou com uma divulgação tão limitada e, após a elaboração dos já mencionados artigos para a imprensa local, resolveu reunir suas idéias em um trabalho de maior vulto. Como resultado desta determinação, o Dr. Remédios escreveria sob a forma de monografia, em 1898, “Feira de Sant’Anna como *Sanatorium*”, obra que certamente espelhava um conjunto de suas observações sobre a cidade ao logo dos seus anos à frente da administração pública. Os originais desta obra foram enviados à Intendência Municipal, para

⁶⁵ CENEF – MONTEIRO, Joaquim Remédios. *Memórias* [manuscritos]. DM – Mem – 01. p. 146-147.

serem publicados. Os muitos anos de afastamento da vida pública devem ter diminuído, contudo, o prestígio do velho Dr. junto aos representantes do poder de então. Assim sendo, seja em decorrência da falta de verbas (ou da falta de prioridade) para bancar a publicação, seja pela determinação política em não reconhecer (ou relembrar) a atuação do antigo presidente da Câmara, a obra, ao que tudo indica, jamais chegou a ser impressa e, muito lamentavelmente, perdeu-se em alguma eventual queima de ‘papel velho’, para que algum funcionário pudesse ter mais espaço em seu gabinete.

Antes que se perdesse, porém, a imprensa local transcreveu trechos desta obra, de modo que podemos ter uma breve idéia de seu conjunto. E, em seu conjunto, “Feira de Sant’Anna como *Sanatorium*” era um verdadeiro compêndio de tudo aquilo que o Dr. Remédios Monteiro já havia, em algum momento, dito sobre a Feira. Por esta razão, mesmo sendo breves os trechos transcritos pela imprensa, sua reprodução integral seria redundante no que diz respeito ao que já foi apresentado em relação às idéias de Remédios Monteiro. Alguns fragmentos, porém, se não chegam a apresentar novos dados acerca de suas idéias, reiteram e ilustram muitíssimo bem a convicção do Dr. na benignidade da terra feirense e, por extensão, no seu grande projeto da Feira sã.

Assim iniciava o Dr., sua fala sobre a cidade:

Quem parte da ribeirinha cidade da Cachoeira situada na margem esquerda da Paraguassu, que em alguns pontos me fazem recordar o Reno, logo que passa da estação – Belém – da estrada de ferro parece que entrou em uma outra região, em outro clima; sente a cada inspiração penetrar nos pulmões como que uma nova vida. Aí por diante já não são os vales ensombrados, é a planície dilatadíssima, é o aroma das plantas silvestres embalsamando o ar com os seus perfumes e assim vai percorrendo, sem quase mudar de plano, a ferrovia ate chegar a cidade da Feira de Sant’Anna.⁶⁶

⁶⁶ CENEF - Jornal O Progresso, Nº 83, de 04 de agosto de 1904.

E a esta introdução seguem-se novamente as menções às características físicas e climáticas da região; a referência às temperaturas moderadas⁶⁷, seguindo-se a alusão aos bons ares exalados pela vegetação dos campos e, em especial, à extraordinária capacidade de curar enfermidades, em particular a tuberculose. Mas além de reafirmar o que já havia dito sobre Feira em outros momentos, o Dr. Remédios acresceu a suas reflexões sobre a natureza da cidade observações acerca da luminosidade do ambiente, que também influenciaria positivamente para o bem estar da população:

Uma das coisas que revela fazer notar é a luminosidade dos dias daqui. É do maior interesse avaliar a quantidade de luz que impregna, a um tempo determinado, a atmosfera.

Compreende-se facilmente que a luminosidade de uma região deve singularmente agir sobre a vida humana pelo que os higienistas não deixam de ligar toda importância a esta particularidade climática. Encontra-se na diferença da luminosidade uma das melhores explicações da predominância das afecções escrupulosas e raquíticas dos países nevoentos, bem como o vigor dos habitantes do campo, de tez tisonada, em relação aos da cidade, de pele transparente. Não há quem desconheça os maus efeitos dos nevoeiros de Londres (London fogs) sobre o físico e sobre o moral dos seus habitantes.

Este céu todo de turquesas, estes dias esplendidos, são cousas peculiares à Feira de Santana.

Nem o Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina vi jamais céu de tão clara transparência e profundidade. O inteligente magistrado Sr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, Juiz de Direito da Comarca de Feira de Santana, que por moléstia foi obrigado a passar algum tempo nas águas mineiras de Carambú, no Estado de Minas Gerais assegurou-me que lá não viu manhãs e dias que se pudessem equiparar aos de Feira de Santana em beleza, que expandem neste firmamento puríssima.

Parece-me que eu vejo um céu verdadeiro, porque este é, bem sei, uma ilusão produzida pela atmosfera. Parece-me ver o céu que nos ensina a fé e onde estão aqueles que amamos nesta vida e vão esperar por nós na outra.

[...]

⁶⁷ Ainda que corrigidas em relação aquelas divulgadas anos antes: de 17º mínimos e 30º e máximos para 18 e 32 graus, respectivamente. CENEF – Jornal Folha do Norte nº 1590, de 30/12/1939. Coluna Vida Feirense, em alusão a nota informando sobre os originais da monografia produzida pelo Dr. Remédios Monteiro, *Feira de Santana como sanatorium*, em 30 de dezembro de 1890.

As noites não são menos formosas, clareadas por um luar que aparece dia ou pelas estrelas a fulgirem com todo brilho. Os decantados dias e noites do Mediterrâneo e de Andalusia não são superiores ao desta cidade.[...] ⁶⁸

Como já ressaltamos, nenhuma das duas obras aqui apresentadas chegou a ser efetivamente conhecida pelo grande público. A especificidade do público a que uma era destinada e o esquecimento ao qual foi relegada a outra, determinaram tal desconhecimento. Mas desconhecer as obras não significa desconhecer seu conteúdo, uma vez que, vale reafirmar, tais idéias devem ter estado presentes nos artigos escritos por Remédios Monteiro, e com estes a população indubitavelmente teve contato.

No conjunto deste discurso difundido pelo Dr. Remédios, alguns pontos ficam então evidenciados: 1º) O meio ambiente feirense é naturalmente privilegiado, por desfrutar de condições climáticas estáveis e amenas; 2º) esta rara combinação de elementos naturais seria extremamente propícia ao tratamento de problemas de saúde ligados notadamente às vias respiratórias; 3º) o conhecimento médico-científico, embora mostre-se como o ‘lastro seguro’ sobre o qual as autoridades devem sedimentar suas decisões na ordenação do meio urbano, não é suficiente para fazer frente aos rigores da tuberculose, restando o recurso à natureza, porém não a qualquer natureza e sim àquela que apresenta qualidades especiais. Todos os elementos coadunam-se, portanto, no sentido de apresentar a Feira de Santana como a alternativa àquilo que o homem não pode resolver.

Mas certamente não bastava apenas alardear tais atributos. Aqueles que, eventualmente, tivessem contato com as notícias das proezas da terra de sã natureza, deveriam encontrar uma cidade que atendesse a suas expectativas de ambiente salubre e vivificante. Daí

⁶⁸ CENEF – Jornal Folha do Norte nº 1590, de 30/12/1939. Coluna Vida Feirense, em alusão a nota informando sobre os originais da monografia produzida pelo Dr. Remédios Monteiro, *Feira de Santana como sanatorium*, em 30 de dezembro de 1890.

a atuação paralela do Dr. Remédios no Legislativo Municipal, garantindo que a cidade se adequasse àquilo que dela era dito. Daí a preocupação com os acúmulos, com as ruas largas, as praças abertas, a ar circundante, os miasmas dispersados e tudo mais que não estivesse em acordo com o seu projeto maior.

Embora naturalmente complementares, estas diferentes dimensões da atuação do Dr. Remédios parecem revelar ainda uma certa imprecisão na definição dos elementos condicionadores ou causadores dos males de saúde e, por extensão, também dos elementos capazes de restabelecer a mesma. Trata-se da confusão natural de um homem que viveu entre a vigência de dois dos mais importantes paradigmas médicos já existentes. Uma época onde, como homem da ciência bem informado, o Dr. Remédios devia levar em conta as descobertas mais recentes acerca da natureza microbiológica de muitas doenças para fazer ver que não estava alheio às novas concepções impostas pelo paradigma microbiano. Por esta razão o seu artigo à *Gazeta Médica* faz citação a Koch. Por isso, também, o aspecto de cientificidade do qual se envolvem as considerações sobre a temperatura, umidade, etc., na justificação da benignidade do ambiente feirense. Mas caminhando lado a lado com tais novas concepções, está o tão largamente difundido e sedimentado paradigma miasmático, do qual são indícios inegáveis a menção ao *cemitério*, *foco de emanações de miasmas*, ou mesmo o objetivo intrínseco à determinação para demolição de casebres e abertura de ruas por onde o ar circulasse melhor. Certamente não nos é possível determinar com precisão até que ponto cada um destes diferentes paradigmas influenciavam, mais ou menos, os atos e os discursos do Dr. Monteiro. Talvez estivesse mais condicionado pelo paradigma miasmático, e as características de seu artigo à *Gazeta Médica* fossem uma formalidade científica, ou talvez o Dr. já estivesse convencido da superioridade científica do paradigma microbiano e suas referências constantes aos perigos dos miasmas fossem um recurso argumentativo junto aos seus colegas do legislativo que, embora não fossem médicos, já haviam assimilado tal conceito. O certo é que

tanto os argumentos de um, como de outro paradigma foram usados, e bem usados, para respaldar a idéia da cidade sã junto à população, a médicos, a viajantes, autoridades, enfim, a todo aquele sobre quem tal ideal pudesse surtir um efeito positivo.

Como assinalou-se anteriormente, o Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro não foi a primeira nem a última autoridade municipal a preocupar-se a empreender esforços pela concretização do ideal da Feira sã. Malgrado, foi o Dr. Remédios quem melhor soube convergir forças para este fim. Sua visão e conhecimento médico acerca dos problemas da saúde pública, sua experiência com os centros da Europa e com as respectivas medidas adotadas pelas cidades do velho mundo para solucionar questões da saúde, a sua preocupação em agir tanto no âmbito do legislativo como junto à população (mediante a divulgação que fazia através da imprensa) e, ainda, a sua própria experiência pessoal (sua melhora – ainda que parcial – da tuberculose), tornaram-no um potencializador do discurso positivo acerca da cidade. De fato, com ele este projeto tomou forma, estabeleceu metas e definiu campos de ação. A partir de suas qualificações pessoais pode fazer avançar, como até então ninguém o fizera individualmente, aquele projeto para além do mero discurso, transformando física e ‘mentalmente’ a cidade, fazendo-a identificar-se, portanto, com aquela cidade desejada, e com isso “sobrepondo a cidade imaginada à cidade real.”⁶⁹

O olhar mais atento e demorado sobre a figura política e científica do Dr. Remédios Monteiro situa-se pois neste contexto: o conhecimento acerca da construção do ideal de cidade saudável, de ambiente seguro, propício e restabelecedor. Nem tanto, porém, por suas virtudes intelectuais ou administrativas, mas pelo fato de que suas realizações ‘apenas’ vinham ao encontro dos interesses mais amplos do Município, razão pela qual seus atos eram, como vimos, sempre imediatamente acolhidos, unanimemente acolhidos.

⁶⁹ Cf. PESAVENTO, Sandra J. Op. Cit. p. 161.

Considerar a atuação do Dr. Remédios é, por fim, levar em conta não apenas as ações de um homem, mas os objetivos gerais de toda uma comunidade.

* * *

CAPÍTULO IV

Feira de Santana no contexto da *Belle Époque*

No decurso da última década do séc. XIX e as duas primeiras décadas do séc. XX, fase que pode ser compreendida como a da instauração do regime republicano no país, profundas alterações se fizeram sentir na sociedade, frutos da nova realidade política e econômica. O conjunto destas mudanças apontava, porém, para uma mesma direção: a da modernização do país, expressa pela expectativa de superação de uma série de estigmas denunciadores de nosso atraso ante os países europeus, como a ausência de um setor industrial relevante, a insalubridade crônica de nossas principais cidades – verdadeiros túmulos de europeus – ou mesmo a natureza mestiça da população. Transpor tais dificuldades equivalia a igualar-se à Europa (industrializada, saneada e branca) e, portanto, à civilização. Viabilizar a todo custo essas mudanças era pois a missão do novo regime.

Vale observar, porém, que a busca pela civilidade não é um fenômeno exclusivamente republicano, uma vez que, como bem o indica a bibliografia sobre o tema, a preocupação e a intenção de ‘civilizar’ a sociedade já eram uma constante entre os dirigentes políticos das últimas décadas do Império, e se expressava através das ações em torno do controle das habitações, hábitos de higiene e padrões de sociabilidade¹. Assim o indicam, por exemplo, o já mencionado trabalho de Chalhoub, sobre as políticas para controle dos cortiços

¹ Sobre a relação entre tais elementos e a idéia de civilização, afirma ainda Rinaldo Leite: “Da ligação estabelecida, a princípio, entre o estado da saúde e a estrutura urbana, fundou-se um vínculo inexorável entre higienização e urbanização [...] que prosseguiu estabelecendo vínculos sucessivos, contíguos, múltiplos e recíprocos entre muitos outros fenômenos: modernização, urbanização, higienização, normatização, moralização dos costume, ações de controle social, regulamentação dos usos do espaço, etc... Tornaram-se, todos eles, corolários, e seguiram um decurso tal que se referir a modernização ou à urbanização ou à higienização implicava sempre referir-se sempre a outras tantas ‘ações’. Uma expressão, entretanto, pela abrangência que adquiriu resumia todo este complexo de relações: civilizar.” Cf. LEITE, Rinaldo C. N. Op. Cit. p. 11.

e epidemias no Brasil imperial²; bem como Carlos A. C. Lima, em seu estudo das ‘novas’ habitações republicanas, ao observar a legislação destinada ao controle e normatização das habitações, deixada pelo Império³. Walter F. Filho, ao discutir o desenvolvimento da intolerância da comunidade para com a figura dos mendigos, vistos como “ameaças à ordem social”⁴. Ou ainda J. J. Reis, que apresenta-nos os esforços das autoridades provinciais para civilizar as práticas da população baiana diante da morte⁵. No caso da Feira de Santana imperial esta tendência se manifesta nas preocupações com a urbanização, nas disposições sobre as construções e alinhamentos das casas, cuidados que garantiriam a salubridade da cidade e, por extensão, a sua civilidade. Lembre-se também, nesse sentido, as ações do Dr. Remédios Monteiro, preocupado em demolir casebres, abrir praças, isolar o cemitério, garantir enfim a conformidade geral com as normas de higiene.

O novo ideal de civilização encampado pela sociedade republicana, contudo, exacerba, por assim dizer, as expectativas em torno da possibilidade de realização de uma nova sociedade, seja quanto às suas conquistas materiais, seja quanto ao seu estilo de vida. De fato, a sociedade vê o advento do regime republicano, em 1889, como sendo a expressão concreta da superação do atraso nacional, então associado à condição de nação colonizada e, por extensão, ao antigo regime, como o indica Nicolau Sevcenko ao afirmar que:

Tanto o episódio de Canudos como o da Revolta da Vacina, com suas evidentes afinidades, são dos mais exemplares para assinalar as condições que se impuseram com o advento do tempo republicano. Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a

² Cf. CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. especialmente os capítulos 1 e 3.

³ Cf. LEMOS, Carlos A. C. A Cidade que a República encontrou. In. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 13-14.

⁴ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios – na Bahia do século XIX*. São Paulo / Salvador: HUCITEC / EDUFBA. 1996. p. 135-150.

⁵ Cf. REIS, João José. Op. Cit. Capítulos 10 e 11. “Civilizar os Costumes” I e II.

vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização a 'qualquer custo'.

[...]

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos.⁶

O teor desta idéia de civilização já tem sido discutido pela produção historiográfica dos últimos anos, na abordagem das grandes transformações experimentadas pela sociedade brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. Mas podemos caracterizá-la aqui brevemente, observando que está associada ao grande entusiasmo provocado pelo desenvolvimento de novas tecnologias, progressivamente incorporadas ao quotidiano da população, como resultado direto da chamada Revolução Científico-Tecnológica (ou Segunda Revolução Industrial), protagonizada pela Europa por volta de 1870 e que, conseqüentemente, possibilitou um “impulso extraordinário [...] para a consolidação da unidade global do mercado capitalista”⁷. Deste fenômeno resulta a expansão européia sobre a Ásia, África e Oceania, evidenciando a sua superioridade bélica e, ao mesmo tempo, desencadeando um processo de transformação do “modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica”⁸. Some-se a isso a crença, entre os europeus, na missão civilizadora da raça branca, viabilizada através da colonização. Tal idéia, baseada nos princípios do Darwinismo Social de H. Spencer, postulava a superioridade da

⁶ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. Vol. 3.p. 27-28.

⁷ Idem, Ibidem. p. 8-11.

⁸ Idem, Ibidem. p. 13.

raça branca como resultado natural da evolução das espécies e, conseqüentemente, o seu direito de dominar os povos de ‘raças de cor’, bem como suas terras, suas culturas.⁹

Para nós, as realizações tecnológicas dos europeus, o crescimento de suas indústrias e o seu crescente domínio sobre novas regiões do globo eram vistas como indicadores seguros da eficácia do seu modelo e processo de desenvolvimento, e até mesmo da pertinência de suas crenças sobre a superioridade racial branca. Assim, no afã de encontrar o caminho para a superação do atraso do país, negando seu passado colonial, a sociedade volta seus olhos para a Europa e os Estados Unidos, glorificando seus modos de vida, seus valores, identificado-os como civilizados e dispondo-se a reproduzi-los como ‘fórmula’ segura para alcançar aquela civilidade.

O advento da República também significou a realização do projeto burguês de internalização do capitalismo no país¹⁰, permitindo o estabelecimento de uma elite dirigente burguesa, preocupada em estar sintonizada com o modo de vida europeu e, como decorrência, em estender seus valores à sociedade, fossem eles expressos pelos ditos novos padrões urbanos, fossem aqueles relativos à dimensão social. No primeiro caso temos a redimensionalização dos espaços, com a intenção de livrar a cidade daquilo que era compreendido como característico de sua ‘incivilidade’. Nesse sentido se desenvolveram no Rio de Janeiro, por exemplo, a reforma do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana, todos os processos relacionados à demolição do velho casario colonial, fosse para viabilizar a circulação de mercadorias entre o porto e a cidade, fosse para dotar a região de uma ambiência mais europeia (e mais civilizada)¹¹. Tais objetivos eram levados à cabo tanto através da adoção de um novo padrão arquitetônico inspirado nas reformas urbanas de Paris, como pelo afastamento, do centro, das ditas classes perigosas, identificadas com a população

⁹ Cf. BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. São Paulo: Atual, 1994. p. 8-14.

¹⁰ Cf. PESAVENTO, Sandra J. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 12.

¹¹ Cf. SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. p. 22-23.

pobre em geral¹². Para isso, aliás, bastava o recurso às justificativas dos médicos higienistas, pois o perigo das classes populares vinha em grande medida dos seus hábitos e formas de habitação, ambos contrários aos preceitos necessários à salubridade da cidade.

Um segunda dimensão desse processo, complementar e indissociável, envolveu a pretensão de associar às reformas urbanas, outras de natureza social, alterando ou extinguindo certos costumes e práticas populares. Algumas destas práticas estavam relacionadas às questões de ordem médica, outras envolviam aquilo que podemos definir como a moral burguesa, voltada entre outros aspectos para a valorização do trabalho e negação do ócio, como bem convinha ao ideário do incipiente capitalismo nacional¹³.

Certo é que este conjunto de elementos, combinando-se de modos variados nas diferentes realidades regionais, desencadearam alterações e conflitos de características próprias, não redutíveis à experiência da capital federal, ainda que esta tenha, por assim dizer, dado o exemplo e o rumo na busca por um novo ideal de civilidade.

As informações de que dispomos acerca destas outras experiências são o resultado de estudos localizados, mas que vão ajudando a compor um quadro mais compreensível deste momento da história nacional. Este o caso do artigo de Laura Antunes Maciel “a higiene como *pedagogia do cidadão*”¹⁴, em que a autora discute a mudança da imagem vigente sobre Cuiabá, como parte de um esforço civilizatório da sociedade matogrossense, entre 1880 e 1920, buscando superar a idéia de incivilidade que a caracterizava e que se expressava no atraso dos costumes, das condições de vida e até mesmo na natureza mestiça de sua população, sobre o que afirma:

Apesar de pequenos deslocamentos no âmagô, maior ou menor firmeza nos traços, Cuiabá foi retratada com as mesmas cores até,

¹² Cf. CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 20-29.

¹³ Cf. PESAVENTO, Sandra J. Op. Cit. p. 62-71.

¹⁴ Cf. MACIEL, Laura Antunes. *A higiene como pedagogia do cidadão*. 'R. História, São Paulo, nº 127-128, p. 85-96, ago-dez/92 a jan-jul/93.

pelo menos, os primeiros anos do séc. XX. Esses relatos compõem uma imagem una e coerente da capital matogrossense, moldada ao longo do séc. XIX, que a representou sob os signo do passado e do atraso, sinônimos de inúmeras experiências malogradas, sem perspectivas e promessas de futuro.

Pouco a pouco porém, se verificará uma modificação sutil nas crônicas sobre a cidade. Lentamente começa a tomar corpo a idêia de que Cuiabá nada lucraria com os eternos lamentos sobre sua decadência. Os seus problemas concretos e constantes assim como os limites para sua solução [...] eram conhecidos por todos. Portanto, a continuidade da exposição de seus males através dos jornais apenas serviria aos interesses dos seus eternos “detratores”, sempre prontos a denegrir ainda mais, dentro e fora do estado, a sua já tão comprometida imagem.

Será a partir das primeiras décadas deste século que um outro discurso, porta-voz do progresso e da mudança, tomará corpo em Cuiabá tendo como veículo privilegiado a imprensa diária ou semanal, os folhetins e as revistas. Em suas páginas a cidade foi descrita e analisada, seus problemas esmiuçados e as “receitas” do que fazer para torná-la moderna e civilizada foram apresentadas.¹⁵

E fizeram parte da “receita” para civilizar aquela capital, informa-nos ainda Maciel, artifícios que foram da reinvenção do passado da cidade¹⁶, à adoção de uma postura pedagógica ante à população, o que implicava basicamente em adotar a estratégia da informação (em lugar da punição) sobre o comportamento higiênico, o valor da saúde, a identificação e censura aos costumes “condenáveis”. Esta ação pedagógica, aliás, será o traço de união entre esta busca pela civilização em Cuiabá e em Belo Horizonte.

¹⁵ Cf. MACIEL, Laura Antunes. Op. Cit. p. 90-91.

¹⁶ De acordo com Maciel, um dos elementos importantes nesse processo de transformação de Cuiabá, foi o investimento na construção de um passado dissociado da visão negativa vigente sobre a capital até então. Para isso “os filhos ilustres da terra propuseram uma verdadeira cruzada em prol da renovação da capital de modo a que ela pudesse comemorar os seus duzentos anos (1919) de maneira condigna. A condição básica para o desenvolvimento dessa campanha pressupunha o apaziguamento das divergências políticas, a superação dos freqüentes abalos institucionais e a reafirmação das mais puras tradições matogrossenses e de um suposto passado de glórias, conquistas e riquezas, dos quais o cuiabano julgava-se o legítimo guardião e herdeiro. Os elementos para construção heróica desse passado foram buscados na origem do povo matogrossense – particularmente do cuiabano – descendente direto dos ‘audazes’ bandeirantes paulistas responsáveis, por sua vez, pela chegada da civilização até o mais recônditos dos sertões, pela conquista do territórios aos índios ‘bravios’ e pela definição e defesa das fronteiras ocidentais do país. Alia-se a este mito de origem, do qual resultaria a intrepidez, coragem e altos ideais dos caiabanos, a lembrança dos tempos passados em que Cuiabá teria surgido como o ‘eldorado’ brasileiro onde o ouro brotava do chão sem esforço. Apegado a esse passado e ao culto de suas tradições o cuiabano e a própria capital teriam sobrevivido, esquecidos pelo restante do país, isolados e entregues à própria sorte”. Cf. MACIEL, Laura Antunes. Op. Cit. p. 91.

Sobre a capital mineira quem nos informa é Rita de Cássia Chagas Henriques em estudo intitulado “A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte – 1907-1908”¹⁷. Neste a autora discute a difusão do ideário liberal-burguês entre as camadas subalternas da sociedade através de um discurso, veiculado pela imprensa, que se anunciava como modernizador. E este discurso voltava-se especialmente para a moralização da população, ou seja, para a adequação desta aos “valores e modelos de comportamento” apropriados ao séc. XX. Na prática, isso significava educar a população para o trabalho (da sociedade industrializada que se pretendia erigir), negando os elementos que viessem de encontro aos princípios positivos e cientificistas sobre os quais se fundamentava o dito discurso modernizador, a exemplo da vadiagem, da prostituição e das crenças populares (associadas a charlatanismos e credences). Henriques sintetiza então este momento da história mineira afirmando que:

*Plena de contradições, a República em Minas foi sendo imposta em nome da modernidade. Inimiga histórica do centralismo monárquico e aspirando a uma democracia liberal, a elite política mineira restringiu a participação política a seus fiéis representantes, que se alocavam como clientes em todas as esferas do poder. A um estado forte, construído segundo necessidades autenticamente mineiras, deveria corresponder uma população igualmente limpa dos costumes de outros tempos. A cooptação popular se deu por um discurso que apresentava o Estado como a força eficiente e capaz de promover melhorias em todas as instâncias da vida em coletividade. O maior exemplo: a construção de Belo Horizonte, cientificamente projetada, urbanizada segundo os melhores moldes estrangeiros, sem dúvida a versão arquitetônica da modernidade erguida no centro de Minas. A cidade exigia um novo modo de vida, tanto quanto a República o trabalho assalariado, a nova concepção de família, de lazer, de sociabilidade.*¹⁸

¹⁷ Cf. HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. *A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – BH – 1907-1908*. Cadernos de história, Belo Horizonte, v. 2, p. 57-63, out. 1997.

¹⁸ HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. Op. Cit. p. 62.

Experiência semelhante foi vivenciada ainda por Belém, preocupada em integrar-se à onda de ‘desenvolvimento e civilização’ que toma o país. Para isso, a exemplo do que ocorria nas demais capitais, autoridades locais não hesitam em iniciar a disciplinarização dos espaços urbanos, mediante demolições, controle e restrições às moradias, à comercialização de alimentos e ao combate às epidemias, bem como através da vigilância e repressão às condutas impróprias, principalmente a mendicância¹⁹. Este padrão na atuação das camadas dirigentes se estendeu inclusive ao sul do país. Em Porto Alegre, por exemplo, a despeito de suas especificidades regionais²⁰, a instauração da República determinou a busca da modernidade e a construção de uma imagem do urbano identificada com a grande metrópole européia. Uma imagem que, diga-se de passagem, a caracterizaria por muito tempo mesmo sem encontrar parâmetros na realidade da cidade²¹, lembrando inclusive o expediente da imagem de cidade sã, em Feira, mesmo quando a realidade da saúde pública no município negava tal idéia.

¹⁹ Cf. SARGES, Maria de Nazaré. Belém, um outro olhar sobre a “Paris dos trópicos”. In. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D’Água, 1999. p. 49-74.

²⁰ De acordo com Sandra J. Pesavento, as especificidades regionais na instauração do regime republicano manifestaram-se nas características assumidas pelo regime. Assim, “para os cafeicultores paulistas, pensava-se numa República liberal, inspirada no liberalismo clássico do séc. XIX; para os positivistas gaúchos, tratava-se de impor uma República autoritária, baseada nos princípios de Augusto Comte. Na prática, o que vigorou foi o estabelecimento, no plano nacional, de um Estado burguês baseado num liberalismo excludente, controlado pelas elites, enquanto que, no Rio Grande do Sul a Constituição estadual implantou um regime autoritário, altamente hierarquizado e fundamentado numa rígida estrutura partidária”. PESAVENTO, Sandra J. Op. Cit. p. 11-12.

²¹ Em artigo que busca discutir as representações possíveis do espaço urbano, Sandra J. Pesavento analisa a persistência entre os gaúchos de uma imagem metropolitana de Porto Alegre até a década de 1930. Sobre tal visão comenta a autora: “Devemos entender que o espaço construído, ordenado e transformado [...] suscitava sensações, percepções e a elaboração de representações para aqueles que viviam o processo de mudança na cidade. Sem dúvida, estas vivências eram testadas frente ao consumo de padrões de referência já estabelecidos: as largas avenidas, os viadutos ou o saneamento urbano, com a ‘varrida dos pobres’ do centro da cidade, eram práticas sociais ligadas ao conceito da cidade moderna e da civilização. exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade se ‘ser’ e ‘parecer’ moderno. Mesmo que o processo de renovação urbana em curso não se aproximasse, em termos de escala, do das metrópoles reais que suportavam o conceito, a população afetada pelas demolições vivenciava a situação como pertinente ao acesso à modernidade. Em suma, os porto-alegrenses sentiam a sua cidade como metrópole e a representavam como tal em suas crônicas de jornais, poesias, imagens e discursos variados. Estaríamos diante de um imaginário social sobre a cidade-metrópole que, sem correspondência efetiva com o real concreto, tinha uma existência claramente delimitada pelos padrões de referência conceitual vigentes no mundo capitalista. Poderíamos dizer que Porto Alegre se sentia metrópole sem o ser realmente, mas esta sensibilidade fazia com que a representação imaginária ganhasse força de realidade.” PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995. p. 282.

Na Bahia, ou mais precisamente em Salvador, esse desejo de modernização é analisado pelo já aludido trabalho de Rinaldo Leite, que evidencia os esforços das elites locais para por a capital em sintonia com civilização à européia. Assim, discute as conquistas e limitações do processo (determinadas sobretudo pela falta de um suporte econômico). Considera as diferentes dimensões da experiência soteropolitana, observando os trabalhos de reurbanização da cidade, inspirados nos processos análogos do Rio e de Paris, e de reeducação/controlar dos costumes para adequação aos novos tempos, a partir de elementos do cotidiano (expressões, hábitos, sociabilidades, estética etc.), representativos e identificadores da almejada civilidade²².

Em Feira de Santana, a exemplo do que ocorria nos principais centros do país, a virada do século e o advento do novo sistema republicano levam a sociedade feirense a se engajar na busca por um novo ideal de civilidade. Curiosamente, porém, o desenvolvimento de tal idéia, na cidade, implica em sua progressiva sobreposição à percepção da salubridade especial da terra, como era entendida até então. Com efeito, na medida em que se difundem as idéias acerca da inexorabilidade do progresso e do papel da ciência para a melhoria da vida e crescimento da sociedade, altera-se o discurso sobre a natureza da cidade. Esta natureza deixa de ser o elemento de referência para uma caracterização e identificação local. Expressões como cidade *sanatorium* ou Petrópolis baiana perdem espaço, cedendo lugar a idéia da sociedade civilizada.

É através da imprensa que podemos perceber a difusão de tais idéias e suas características em Feira de Santana. Na cidade, como na capital e mesmo em outras regiões do país, a imprensa toma para si o papel de difusora dos novos princípios da modernidade. Veja-se nesse sentido, aliás, o já mencionado artigo de Laura A. Maciel, em que esta comenta a atuação dos jornais para modificação da imagem negativa da Cuiabá do início do século, afirmando que “através da imprensa pretendeu-se reformar hábitos, imprimir novos costumes,

²² Cf. LEITE, Rinaldo C. N. Op. Cit. Especialmente os capítulos 2 e 4.

moldar outra imagem da cidade, extirpar todos os males que pudessem comprometer o seu desejo de progresso e modernização”²³. Também Rita de Cássia C. Henriques, discute o papel da imprensa e, mais especificamente, do Diário de Notícias de Belo Horizonte, como “único elo de ligação entre governo e cidadãos (assim entendidos porque o jornal se destina em primeira instância aquele que lê – e quem lê vota)”, na divulgação do discurso higienista e dos valores da nova elite burguesa republicana²⁴. Desta forma, como estes e outros trabalhos demonstram²⁵, os responsáveis pela imprensa possuem plena consciência da importância de sua ‘função’ para a consolidação da República e, por extensão, para condução da sociedade à civilização.

É então nesse sentido que deve ser percebida a decisão de declarar publicamente tal ‘função’ como o fez o jornal Folha do Norte, de janeiro de 1913, ao afirmar que “a missão da imprensa não é so censurar, mas, principalmente, orientar, traduzindo em fórmulas concisas as necessidades sociais e, quando justas, as aspirações populares”²⁶. Era necessária a esta orientação, porém, antes de mais nada identificar os elementos a serem trabalhados na sociedade, os indicativos da ‘incivilidade’.

Um artigo em especial dá uma boa idéia de como as práticas não civilizadas eram identificadas na sociedade, de modo a serem superadas. Curiosamente o referido artigo não trata diretamente de nenhuma questão ligada aos ordenamentos urbanos ou de saúde

²³ Cf. MACIEL, Laura Antunes. Op. Cit. p. 91.

²⁴ Cf. HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. Op. Cit. p. 58.

²⁵ . Aqui as referências poderiam se multiplicar, mas podemos mencionar, a título de ilustração que em São Paulo, é Rodolpho Telarolli Júnior quem analisa o papel da imprensa, no início da República, quanto aos debates e a atuação dos serviços públicos de saúde no combate às epidemias de febre amarela na zona cafeeicultora, evidenciando o jogo de interesses dos jornais de situação ou oposição e, em última instância, seu papel para consolidação do regime em suas áreas de influência. Cf. TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Imprensa e saúde pública no estado de São Paulo no século XIX*. História, São Paulo, nº 15. p. 267-285, 1996; Pesavento, em *O cotidiano da república*, embora não se proponha a discutir especificamente a imprensa, vale-se desta, através da análise de periódicos como o *Democracia Social*, o *Proletário*, o *Operário*, a *Gazeta da Tarde* e a *Gazetinha*, dentre outros, para compor um quadro da instalação do regime republicano no Rio Grande do Sul. Cf. PESAVENTO, Sandra J. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1998. p. 22-31.

²⁶ Jornal Folha do Norte. nº 152, de 04/01/1913.

pública, mas indica, como já o dissemos, os elementos da civilidade ao tratar de um tema tão aparentemente corriqueiro como a moda.

Trata-se da coluna ‘Chispas’, publicada pelo Folha do Norte entre os anos de 1911 e 1912, e cujo autor identifica-se sempre pela enigmática letra ‘F’. A edição de nove de abril de 1911 apresentou a ‘Chispas’ de número 03, sob o título “Em torno da Moda. A ‘Saia-Calção’”. O artigo é demasiado longo para ser transcrito na íntegra, mas por sua riqueza de idéias passamos a reproduzir seus trechos mais significativos:

CHISPAS III

Em torno da Moda. A “Saia-Calção”

Um fato tão quanto indiscutível é a adaptação da pele às condições do ambiente; calor, umidade, luz.

E o homem que observou, por exemplo, como os pêlos assumem importância higiênica brotando da pele de muitos animais, estabeleceu o uso do vestuário. Ele, vestindo-se, obedece a princípios da sã higiene do mesmo modo que demonstra cultura do sentimento do pudor.

Deixando à margem o discurso dos pesares sobre o velho tema de saber se foi o frio exclusivamente ou o pudor que obrigou o primeiro homem a vestir-se; fechando os ouvidos ao afirmar de Wandt pretendendo que o homem possui sempre um sentimento sexual de pudor, enquanto Forel sustenta pensar oposto: cumpre insistir em que no asseverar do velho Spencer, o adorno precedeu o vestuário.

Antes de vestir-se o homem enfeitou-se. Do homem primitivo das árvores até o civilizado atual verifica-se o predomínio propriamente dito, do agradável sobre o mais útil.

Ao marchar dos tempos, evoluçionando homens e coisas, o vestir sofreu modificações estéticas no tempo e no espaço e se instituiu a criação da Moda. [...]

Um pouquinho de reflexão e ter-se-á a convicção de que a moda tem lá sua razão de ser: ela gravita em torno dos interesses presos à vida sexual. O selvagem que se pinta, se utiliza da tatuagem, de anéis nos braços, se ornamenta dum modo esquisito equívale ao civilizado que usa de casaco ou vestido prenhe de rendas e arrebitos: um e outro empregam, destarte, meios de sedução amorosa, esforços na conquista do sexo oposto. Mesmo o civilizado conserva costumes do selvagem: pintura da face, argolas ou pulseiras são reliquias dos primitivos instintos.

É certo que a vaidade manifestou-se nos animais antes do homem; mas este é que é o vaidoso refinado, o majestoso pavão. Como se sabe, toda excitação tem limites, no fim de certo tempo de ação seu efeito já se não manifesta: aí o motivo das múltiplas variações da moda. A princípio determina irritações sensoriais a maneira das vestes; depois, esse modelo já não impressiona fazendo-se imprescindível sua substituição.

A mulher, certo mais influenciada que o homem, é a eterna ventoinha geradora do sopro das modalidades porque se revela a moda. No seu trabalho com afínco visando a atração do sexo forte, possuidora dos direitos ministrados pelo vestir, ostenta ela, muita vez dum modo impudico, o delineamento do seu corpo, pondo em destaque, principalmente, espáduas, seios e quadris.

É o poderoso instinto da espécie fervilhando-lhe nas veias que lhe dá o impulso na confecção das alfaias. Às ondulações luminosas e multicores do farol da moda a mulher permite que se lhe ofusque o bom senso: não compreende nem escuta o clamor da higiene e da moral.

[...]

Que nos dirá ela no que toca a higiene e a mora? Desconhecendo em seus detalhes os traços, as condições intrínsecas da nova caricatura da moda, ousa dizer; se precavida e prudente, querida leitora; medita um pouco antes do teu arrebatamento pelo turbilhão fascinado por esse acenar fogoso de Paris escandalosa.

Em vão: clamo no deserto.

Somos um povo talhado para a imitação, frouxo por índole e, por isso, incapaz de reação. Imitamos o estrangeiro não raro em nosso palpável prejuízo. É verão de dezembro; sob uma capela azul suspende-se um gigante candelabro de fogo – o sol a pino; nenhuma folha move-se balançada por ligeira corrente de ar; como que escarnecendo do calor exaustivo, o brasileiro encaderna-se em pesada roupa de lã ... Isto porque na Europa, nesse tempo reina o inverno, o homem, tiritando de frio, abriga sua pele...

E o que é mais curioso é que freqüente, muito moço, todo elegância e bom-tom, engolfado em incômodo “croisé” sob o peso dum cartolaço e de colarinho alto em espreque, discute insensato e distilando suor, assuntos de clima!

[...]

F.²⁷

O texto é sem dúvida rico em idéias e nele podemos identificar claramente diferentes leituras do autor, que se preocupa antes de mais nada em basear suas reflexões em

²⁷ CENEF - Jornal Folha do Norte, nº 77, de 09 de abril de 1911.

estudos e proposições *científicas*, como bem convinha a um discurso modernizador. Nesse sentido, chama atenção a menção quase que imediata a Spencer e a evidente influência deste na estrutura do raciocínio desenvolvido pelo sr. ‘F’. Esta estrutura conta com argumentos como as noções de *primitivo* e *civilizado*, utilizadas por Spencer para estabelecer etapas ou níveis de desenvolvimento do homem²⁸. No nosso caso, O sr. ‘F’ parece admitir que o primitivismo manifeste-se na sociedade, pela preservação de determinadas atitudes entre a população.

A referência à imitação, à qual estaríamos tão marcadamente condicionados seria uma indicação de nosso atraso, ainda segundo os postulados de Spencer, e revelaria a posição em que o sr. ‘F’ acreditava estarmos no percurso do *primitivo* ao *civilizado*. Ao mesmo tempo, porém, e sem destoar do pensamento de Spencer, o sr. ‘F’ aproxima-se também da idéia de que “somos um povo talhado para a imitação, frouxo por índole e, por isso, incapaz de reação”. Ou seja, há aqui um determinante intrínseco à natureza do ‘nosso povo’, uma índole que nos incapacita. Trata-se de raciocínio que vai ao encontro dos postulados de Gustavo Le Bon acerca das características das raças superiores e, no caso, inferiores, ‘grupo’ este no qual o nosso povo se encaixaria perfeitamente, haja vista ser entendido como a mistura (degenerescente) das três raças. Mistura da qual mesmo o ‘melhor’ de seus elementos (o europeu português) já seria, como herdeiro da cultura latina, o menos favorecido, o de *caráter* mais fraco ante os demais europeus²⁹.

Mas a aproximação com as idéias de Le Bon não se limita apenas a esta noção de índole ou caráter da ‘nossa raça’. No que parece ser uma interseção entre os princípios

²⁸ De acordo com Spencer, seria possível perceber outros grupos sociais como ‘representantes’ de etapas primitivas do desenvolvimento humano. O primitivo, o ‘antepassado’ estava assim bem ali, ‘ao alcance dos olhos’ do estudioso. Mas esse primitivo, esse representante vivo do passado era necessariamente o outro, o não europeu. Cf. SPENCER, Herbert. *Principes de sociologie*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1903. Especialmente o capítulo VII.

²⁹ LE BON, Gustavo. *Leis psicologicas da evolução dos povos*. Lisboa, Ed. Tip. Francisco Luis Gonçalves, 1910. p. 31-40 e 116-127.

defendidos pelos pensadores em questão, o sr. 'F' também apresenta a noção de que é a mulher mais influenciável pelos ditames da moda. Ora, para Spencer a capacidade de imitação é inversamente proporcional ao desenvolvimento intelectual, e uma consequência lógica da propensão à imitação é sujeição constante ao novo, neste caso, à moda. Essa lógica, que na prática coloca a mulher como intelectualmente inferior (dada a sua propensão à imitação), não é outra coisa senão a compreensão de Le Bon acerca das características inferiores das mulheres, mesmo entre as “raças superiores”³⁰.

Identificam-se, pois, os fundamentos de nosso atraso, através do pensamento daqueles autores junto aos meios intelectuais da elite feirense. Mediante seus postulados (baseados nas teorias raciais, que chegam ao Brasil por volta da década de 70 do século XIX³¹) reconhece-se, ainda que de modo confuso³², os elementos a serem superados, negados, combatidos, mesmo quando diluídos em temas ‘corriqueiros’ como as influências de “Paris escandalosa” na moda local. O passo seguinte era investir contra os problemas, educar a população, livrá-la de seu estigma racial: a mestiçagem, e garantir que seu comportamento estivesse o menos sujeito possível à sua natureza (intrinsecamente deficiente), o que se fazia

³⁰ Cf. LE BON, Gustavo. Op. Cit. p. 49-50.

³¹ Cf. SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Op. Cit. p. 14.

³² De um modo geral a argumentação do sr. 'F' reproduz as idéias dos pensadores europeus inclusive em suas incoerências, pois como aqueles, o sr. 'F' desenvolve suas análises e chegada a conclusões, a partir de pressupostos sem qualquer fundamento concreto. Esse é o caso do tema/proposta do artigo: a associação entre higiene e moral. Com efeito, como era de se esperar, dada a inconsistência fundamental do raciocínio, o autor conclui – sem concluir – estabelecendo uma suposta relação entre tais elementos, o que, por sua vez, justificaria um comportamento ideal (sobretudo por parte da mulher) de repulsa às novas modas. De fato, se se buscar relação de algum tipo entre a higiene e a moda, no texto do sr. 'F', esta só será encontrada não naquela salientada pelo autor, mas na moda masculina (mais levemente criticada), já que de acordo com o paradigma miasmático então vigente, os suores excessivos dos homens, inadequadamente vestidos, poderiam ser considerados como impróprios à saúde e, em última análise, anti-higiênicos. Assim sendo, o raciocínio do sr. 'F' não se aplicaria na verdade às mulheres (antes o contrário) já que, se o problema era a inadequação dos pesados trajes ao nosso clima tropical, seria recomendável exatamente que os trajes fossem mais leves. A “seminudez” seria assim algo a ser incentivada, se observados com rigor os tão caros preceitos da *higiene*. Naturalmente, porém, a questão aqui já não estava no âmbito de tais preceitos, mas da moral, o que implica, de fato, não na decantada harmonia entre higiene e moral, e sim no oposto. Ou seja, tudo que o sr. 'F' consegue apresenta-nos é, em verdade, a incompatibilidade entre tais elementos, é a impossibilidade de por em prática os ‘adequados preceitos da higiene’ por conta dos entraves impostos pela moral.

pela imposição de um outro princípio norteador: a superioridade e infalibilidade da racionalidade científica.

* * *

Da cidade sã à cidade civilizada

Se é através do artigo da coluna chispas – III em 1911, que temos uma indicação clara de como se articulava o pensamento dos dirigentes locais para identificação dos problemas relativos à civilidade da população, é certo que suas ações através da imprensa para reeducar tal população e viabilizar o processo civilizador em Feira, remontam ao despontar do séc. XX.

Na passagem do século já era clara, entre os intelectuais feirenses, a necessidade de fazer valer junto à comunidade os princípios positivos da racionalidade científica. Os avanços das ciências possibilitavam o progressivo domínio da natureza pelo homem em todas as áreas, em todos países ditos civilizados. Logo, o feirense deveria também livrar-se do ‘domínio pela natureza’. A cidade não poderia mais ser aquela em que a vivência e a saúde da população eram determinadas (ainda que positivamente) pelas forças do meio ambiente. Urgia desvincular a cidade da imagem de uma terra de natureza sã, pois esta não se podia controlar, sobre suas propriedades climáticas – por melhores que fossem – o homem e a ciência não podiam inferir, além disso essa era uma imagem da cidade herdada dos administradores do Império, o que a tornava uma etapa a ser suplantada por uma nova visão ‘republicana’ da sociedade. Assim, cumpria viabilizar a possibilidade de controle do ambiente pelo homem, de modo que a saúde, por exemplo, fosse o resultado não do clima, mas da

higiene pessoal e urbana, em última instância consequências do planejamento racional, da observância dos preceitos científicos para a vida em uma nova sociedade.

De fato, nesse sentido é emblemático que O Progresso tenha publicado, entre agosto e setembro de 1900, o conto “A saúde e a enfermidade”. Neste as figuras da saúde e da enfermidade se encontram e esta última é interpelada pela saúde sobre o motivo pelo qual se comprazia em disseminar a dor entre a humanidade. Ao que responde a enfermidade não ser ela que ia à humanidade, mas sim esta em sua procura. Para provar sua afirmação as duas figuras saem em viagem e a enfermidade vai demonstrando como as pessoas a buscavam, ao não observarem cuidados com a limpeza e tratamento dos ambientes, bem como por se permitirem viverem de forma desregrada, por cederem – no caso das mulheres – às exigências da vaidade e da moda, por se entregarem aos vícios entre outros ‘desvios’ de comportamento. Quando a saúde quase já se convencera da razão da enfermidade, surgem duas outras figuras. Eram a higiene (uma criança de pele rosada) e a moral (na figura de uma “velha matrona”), ambas apresentadas como aquelas que destruiriam o império da enfermidade³³. A mensagem, portanto, era clara: a população deveria ter na higiene e na adoção de um novo padrão de sociabilidade o seu ponto de segurança. Eram elas (e não a natureza) o novo referencial a ser buscado pela sociedade feirense.

Como já assinalamos, reeducara a população sobre sua terra e sobre os valores que a deveriam caracterizar, bem como orientar a conduta de seus filhos, foi a estratégia adotada para promoção da busca pela modernidade em Feira. Nesse sentido, um texto em específico bem poderia marcar um ponto de partida, por assim dizer, nesse processo. Trata-se de editorial publicado em O Progresso, por ocasião da comemoração do primeiro aniversário daquele periódico. A nota é também intitulada de “O Progresso”, e afirma:

³³ CENEF – Jornal O Progresso, n^{os} 16, 17, 18, 19 e 20, de 26 e 30 de agosto, 02, 06 e 09 de setembro de 1900, respectivamente. Ver a íntegra do conto, em anexo.

Pouco a pouco vai a cidade da Feira de Santana vestindo um caráter novo, mais artístico, mais adiantado, mais autônomo, e mais brilhante, não menos em relação aos seus diversos meios de desenvolvimento local e social, quanto ao desdobramento de sua culminância no futuro.

*À medida que esta ubérrima e luxuriante zona vai perdendo de sua primitiva beleza, da risonha campesina maravilha de seus viventes e amenos prados tão rendilhados de flores mil, de variados festões de lindas parasitas e encimados por uma passarada garrula e harmoniosa, entremeados matinais impregnados da aromática e saudabilíssima essência dos alecrins verdes floridos; a forma, a estética o ritmo, a arte em síntese, a civilização, ao influxo da larga e prodigiosa correnteza do progresso, vai, pouco a pouco, rasgando novos espécimes ao espírito público da Feira, dando-lhe um novo colorido material e social, estigmatizando os velhos preconceitos, criando, por vez, a sombra ingente de suas palmeiras, ao farvalhar [sic] libérrimo de suas cariciosas e higiênicas brisas, o amor da sentimentalidade própria e da evolução, por um ingente, bordado, por assim dizer, à luz das idéias práticas e da liberdade natural de suas gratas florestas, o azul esplêndido e puríssimo de suas futuras glórias. [...]*³⁴

Como se observa, o texto (cujo autor não é identificado) é rico em significados.

De imediato chama a atenção a observação quanto ao desabrochar de um novo tempo para a cidade, um tempo com um “novo caráter”, cujos traços marcantes são: ser artístico, adiantado, autônomo e brilhante. A explicação para a mudança é dada em seguida. Ela resulta do sucesso da sociedade em sobrepor a “civilização” à “primitiva beleza” da terra. Não que esta última seja vista como essencialmente negativa, pelo contrário. A referência aos elementos que fazem esta “primitiva beleza” é positiva, eles constituem em princípio uma qualidade inicial (e a mais) da terra. Ao mesmo tempo, as “flores mil”, os “festões de lindas parasitas”, a “passarada garrula” e, sintomaticamente, a “saudabilíssima essência dos alecrins” são todos elementos dados pela natureza, o que significa que sobre os mesmo o homem não têm inferência, não é responsável por eles, não resultam de sua ação.

³⁴ CENEF – Jornal O Progresso. nº 74, de 02 de junho de 1901.

Outros elementos apresentados, pelo contrário, constituem expressões próprias e emblemáticas da racionalidade humana, são indicativos de sua ação modificadora da natureza: a forma, a estética, o ritmo... a civilização, por fim. Eis aí a essência do novo caráter da Feira. Não por acaso o texto ainda ressalta o novo “espírito público” que progressivamente, “pouco a pouco”, vai se espalhando na sociedade e provocando a estigmatização dos “velhos preconceitos”. Estariam entre estes ditos “velhos preconceitos” as idéias sobre uma terra de natureza salubérrima? uma terra *sanatorium*? Talvez, o certo, porém, é que era sob as “cariciosas e higiênicas brisas”, e não mais sujeito a quaisquer ares salubres, que o nosso articulista de O Progresso esperava contemplar, como resultado natural da “evolução”, o “azul esplêndido e puríssimo [das] futuras glórias” da cidade.

Mais que preconizar uma tal mudança de postura pela sociedade, o editorial de O Progresso reflete uma realidade já presente na ocasião. Prova disto é que pouco antes de sua publicação, uma outra nota já ia de encontro à tradicional visão sobre a cidade. Em maio de 1901, na publicação do relatório do Intendente municipal apresentado ao Conselho Municipal, encontramos referências a um problema que até então não havia sido abordado de modo negativo pela imprensa. Trata-se da tuberculose, sobre a qual as únicas notícias veiculadas até o momento faziam referência a sua debelação pelo clima da cidade. Agora, contudo, partia da própria intendência municipal o reconhecimento de que a doença se achava “generalizada [...] em toda a parte, [pelo que ia] infelizmente ceifando vidas”³⁵.

Esta e outras notícias relacionadas a presença da tuberculose na região eram a expressão concreta de que, pelo menos no que diz respeito à imprensa, já não se reconhecia a especialidade da terra, o que, por consequência, tornava possível o reconhecimento daquilo que o ambiente não podia fazer: curar a tuberculose, admitindo de resto o seu fortalecimento

³⁵ Da transcrição do relatório da Intendência Municipal, apresentado ao Conselho Municipal, relativo ao exercício de 1900. Jornal O Progresso, nº 70 de 04 de maio de 1901.

entre a população³⁶. Do mesmo modo, se o clima não era capaz de debelar o mal, era necessário informar a população, educá-la sobre a forma correta, porque científica, para vencer a doença. Assim, temos os artigos que procuravam orientar a comunidade sobre as características e causas do mal, bem como sobre sua prevenção a partir dos preceitos da boa higiene³⁷.

Esta preocupação com a base científica de um pensamento ou avaliação foi, aliás, um outro importante elemento da mudança de postura da intelectualidade local para com o discurso sobre o ambiente urbano. Tão importante como assegurar que as características da cidade fossem resultantes da ação humana, era garantir que estas ações fossem determinadas por princípios científicos. Era a contraposição entre a percepção popular, associada agora a credices, e o saber formal dos homens da ciência, o novo credo do séc. XX³⁸.

Uma clara consequência dessa visão são os artigos que fazem referência a estudos médicos para vender novos produtos ou divulgar tratamentos inovadores para antigos males da saúde³⁹. Todavia, a maior contribuição que o pensamento científico tinha a dar à população, sobre questões de saúde no ambiente da cidade, é que esta resultaria de uma determinação em observar os preceitos da higiene.

Esta preocupação com a cientifização e, portanto, civilização da sociedade também encontra, em Feira, a sua dimensão social, a sua busca por “higiene moral”. Por isso nos é possível observar dentre os periódicos, em consonância com o que ocorria na capital

³⁶ Há artigos variados sobre a tuberculose (sejam de caráter educativo, sejam informativos), nos diferentes jornais feirenses de 1901 a 1927. O Progresso, por exemplo, aborda a questão nos números 64 e 69, do ano de 1901, nº 134, de 1902, nº 385 e 393 (este último abordando a tuberculose infantil), em 1907. Também o Folha do Norte discute o tema em seu número 912, de 1927.

³⁷ CENEF – Jornal O Progresso. nº 140, de 07 de setembro de 1902.

³⁸ Cf. Chalhoub, Sidney. Op. Cit. p. 35.

³⁹ Um artigo publicado pelo Folha do Norte, por exemplo, reproduzia a opinião de um certo Dr. Dumon, médico parisiense, acerca da ação anti-séptica do fumo na prevenção da febre tifóide ou do tétano. CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 134, de 27 de junho de 1902.

baiana⁴⁰, ou mesmo em outros centros urbanos do país, os artigos em defesa da moral, como o fez O progresso com a nota “Doidas”:

Vagam pelas ruas desta cidade duas infelizes mulheres de cor preta que, excitadas pela garotagem, desandam num vocabulário de obscenidades, além de andarem seminuas, ofendendo o pudor das famílias.

*[...] é necessário que se tome uma medida a fim de tais cenas [...] incompatíveis com a boa moral e civilização da Feira de Santana. Fazemos estas linhas certos de que o digno comissário de polícia providenciará como soe fazer, dando conveniente destino a essas criaturas que perdendo a lucidez do espírito tornaram-se prejudiciais aos semelhantes.*⁴¹

Além de evidenciar uma preocupação da sociedade com o procedimento inadequado, bem como a presença de ‘tipos’ que prejudicavam o aspecto comportamental do processo de civilização da comunidade, o “doidas” é particularmente interessante por ser um dos últimos registros em que podemos perceber uma certa unidade de interesses quanto à questão da modernização da cidade. Reconhece-se um problema concreto a ameaçar a moral e, por extensão, a civilidade da urbe, mas se vislumbra igualmente a possibilidade de resolução para esse problema: as providências do comissário de polícia. Nela o articulista tem certeza, a certeza de quem concebe o funcionamento dos poderes da municipalidade de forma ordenada, coesa.

Até então, portanto, a civilização da sociedade feirense havia sido viabilizada por uma estratégia de educação da comunidade sobre a superioridade dos preceitos da ciência, expressos pela observância às normas da higiene e da moral, o que pressupunha a ação articulada dos elementos responsáveis por tal processo educacional. Doravante, porém, essa unidade de interesses e a conseqüente relativa harmonia entre os elementos promotores da

⁴⁰ Cf. LEITE, Rinaldo C. N. Op. Cit. p. 46-48.

⁴¹ CENEF – Jornal O Progresso. nº 161, de 08 de fevereiro de 1903. p. 01.

modernidade não mais será percebida. O cenário político local passa por profundas alterações em seu tradicional ordenamento, rompendo-se exatamente a unidade de interesses que permitiu, durante tantos anos, a atuação sincrônica dos poderes sociais. Na prática, tal ruptura implica no desenvolvimento de discursos de inusitada violência contra as condições urbanas do município, que acabam por resvalar na imagem de cidade sã.

Desse modo, se a intenção de civilizar a sociedade feirense marcou o início do fim do discurso sobre a especialidade do ambiente, o término da unidade política entre seus protagonistas foi o seu atestado de óbito, determinando o seu absoluto abandono enquanto projeto dos dirigentes da sociedade local.

* * *

Líderes, chefes e administradores: reordenações políticas e implicações para o ideal de cidade saudável

Durante o Império e os primeiros anos da República o cenário político feirense manteve-se relativamente uniforme. Nomes como Joaquim de Melo Sampaio, José Freire de Lima, Agostinho Froes da Mota e Tito Ruy Bacelar compunham o conjunto das principais lideranças locais, ligadas à atividade pecuária e, em menor dimensão, ao comércio varejista. O jogo político então caracterizava-se pela alternância de facções constituídas por estes pelos proprietários rurais e grandes comerciantes no poder municipal, situação que permanece inalterada após a proclamação do regime republicano⁴².

⁴² Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 122-126.

Ocorre que por volta de meados da primeira década do então incipiente século XX, há uma ruptura no ceio do segmento dirigente feirense. Não nos foi possível perceber com clareza os motivos e as condições em que tal divergência se deu, mas é certos que das desavenças entre as forças políticas destaca-se então a figura de Abdon Alves de Abreu. Entre este e o Intendente Municipal (de 1904 a 1907), Coronel Tito Ruy Bacelar, seu adversário imediato e representante das forças tradicionais do município, estabeleceu-se uma aguerrida disputa, que teve como palco as páginas dos periódicos *O Progresso* e *A República*. Trocas de acusações, notas de desagravo, réplicas etc. são constantes (matérias certas), exibindo uma verdadeira queda-de-braço junto aos leitores. Destes jornais, porém, apenas *O Progresso* chegou até nós, de modo que somente por sua análise podemos especular sobre o conteúdo das investidas de *A República*.

A primeira das notas publicadas por *O Progresso* contra a figura de Abdon, data de dezembro de 1905, sob o título de “Maus de recalcitrantes”. Vejamos o seu conteúdo:

No tentame sempre inútil e indelicado de pretender convencer esta população que os atura pela excessiva condescendência de sua índole pacata e tolerante, que o sr. Abdon é o predestinado da divindade para engrandecer e felicitar a Feira de Santana, o turiferário requião, bem conhecido nos anais da patranha, não se cansa de atirar por sobre o nosso digno e prestimoso chefe, Coronel Ruy Bacelar, o insulto mais grosseiro, a calúnia mais torpe, o vilipêndio mais audaz. Infrutiferamente porém.

[...]

Quem não sabe da origem desse descontentamento contra nossos amigos, [...] [porque] a despeito da própria falta de competência, querem abiscoitar as posições do município para satisfação dos tenebrosos planos do camarilha vadia que infesta as ruas desta cidade?

O sr. Abdon, arrancado pelo Cel. Ruy do ostracismo em que o colocaram seu gênio invejoso e a sua inteligência tacanha de tabaréu boçal, com aparências vaidosas de quem vale alguma coisa para fazer parte da lista dos candidatos que teriam de constituir o conselho municipal desta cidade, julgou-se de transpor os umbrais do recinto ambicionando, com o direito de ser o primus interpores: repelida tal pretensão pela vontade unânime de seus

*colegas, não se fez demorar o seu despeito e daí a luta ignóbil
inglória que nos move. [...]
Culpa teve o Cel. Ruy querer, a despeito dos conselhos de seus
amigos, fazer de um ingrato um cidadão útil à sociedade feirense,
que pudesse colaborar na grande obra de seu progresso*⁴³.

Este artigo ao mesmo tempo em que dá o tom das agruras que marcaram aquele momento político em Feira de Santana, deixa escapar o que parece ter sido o estopim da disputa: sr. Abdon, tendo sido apadrinhado politicamente pelo Cel. Tito Ruy insurgira-se contra este quando, contrariando a vontade do seu mentor (de que ocupasse um lugar do conselho municipal), manifesta suas aspirações à intendência nas eleições que se realizariam dali a mais três anos.

Inusitadas até então, as acusações pessoais tornam-se uma constante e naturalmente deveriam ter como suposto fundamento a má condução dos negócios públicos. Mais interessante (e concreto) é a constatação de que tal radicalismo decorria em boa medida do fato de ser o sr. Abdon um dissidente político, alguém que havia quebrado um pacto, rompido com acordo, a estratégia mais civilizada para administrar eventuais divergências de interesse. Não por acaso o artigo faz alusão a uma cidade infestada pela camarilha vadia, uma imagem que se choca frontalmente com aquela, de comunidade que iniciava a sua vivência dos ares da civilidade, que o próprio Progresso anunciara anos antes.

Se a mera resposta de O Progresso, que era órgão pró situação, já implicou em depreciação da imagem da cidade, é certo que ação de A República causava bem mais estragos. E esta ação foi intensa, pelo que nos sugerem os reclames de seu opositor. Os artigos de resposta publicados por O Progresso quase sempre têm como argumentação inicial

⁴³ CENEF - Jornal O Progresso. nº 308, de 24 de dezembro de 1905.

exatamente a exposição do caráter ‘calunioso’ das acusações do outro. É o que constatamos, por exemplo, na nota “Pelo cós das calças”:

O artiguete estéril e desencabido do último número da a-re-pública, órgão espúrio do concubinato da mentira com a calúnia, e mais solene testemunho do cinismo, da insensatez, a mais completa manifestação da vasa da alma dos nossos pérfidos e caluniadores adversários.

[...]

A população desta terra, a qual não resgatamos os serviços do nosso patriotismo e da qual esperamos os castigos dos nossos erros está mais ciente da missão deponente do seu espúrio órgão – a re-pública – criado exclusivamente para engrossar vilmente os próceres da política dominante, na esperança pouco provável de conseguir as posições do município, para detratar da honra de seus adversários⁴⁴.

Os ataques de A República, porém, não cessam. E pelo que nos sugere O Progresso, eram feitos contra variados aspectos da administração do Cel. Tito Ruy Bacelar, o que podia abranger, além dos questionamentos à sua probidade, a evidenciação de problemas que depreciassem a cidade:

Na rude faina cancadiça de descobrir falhas onde elas não existem, aguçando a engenhosidade de suas faculdades em invencionar malbaratos de haveres públicos e condições humilhantes para a município, o pessoal dirigente d'A República perdeu excelente oportunidade de patentear o pujante valor político, as simpatias que alardeia, alto, em sustentidos. [...]⁴⁵.

Estes embates e por consequência as prováveis críticas às condições da cidade, por parte de A República, perduraram até abril de 1906, quando aquele periódico sai de circulação, fato anunciado com estardalhaço pelo Progresso na nota intitulada “Arrebentou de

⁴⁴ CENEF – Jornal O Progresso. nº 307, de 17 de dezembro de 1905.

⁴⁵ CENEF – Jornal O Progresso. nº 310, de 07 de janeiro de 1906.

raiva”, onde, em tom debochado afirmava-se: “Cuspinhando o fiel da paixão absorvente do poder que não lhes consentimos usurpar, de par com a lava nojosa e álgida do último acesso hidrofóbico, A República exalou o derradeiro alento”⁴⁶. O fechamento do jornal deveria equivar à morte política de Abdon de Abreu e seu grupo dissidente, por isso nesta mesma nota avalia-se o acontecimento como um momento em que a cidade conseguia livrar-se de uma ameaça a sua ordem e normalidade. Este pensamento é complementado ainda pela descrição de como seria uma (até então) hipotética presença de Abdon e seu grupo a frente da administração municipal:

Política de barulho, de comidela, de desmonta, de pilhagem e patronatos, de demissões a esmo, de tributos a granel para ressuscitar a abastança dos dias idos, visto não haver mais fumo a vender.

*Isso de uma parte, do outro corifeu da liberdade feirense, tornado caridade de pagode indiano, poder indiviso e renascença do feudalismo. Far-se-ia tiranete de opereta. O paço municipal era para logo transformado em casa de penhores, monte do socorro da Feira, a 10% a dezena, 30% ao mês, 360% ao ano. [...]*⁴⁷

Tenebroso é o quadro pintado por O Progresso. O problema maior, porém, é que o que nesse momento era apresentado como ‘aquilo do que os feirenses haviam se livrado’, haveria de se tornar, dentro de pouco tempo, uma incômoda realidade. Em 1º janeiro de 1908 Abdon Alves de Abreu assumiu a Intendência de Feira de Santana, permanecendo no cargo até 15 de outubro de 1912⁴⁸. Sua chegada à intendência, contudo, longe de ser um acontecimento recebido com resignação por seus adversários, caracterizou-se pelo clima tenso, que aliás marcaria todo o seu mandato. Sobre esse momento em particular Clóvis

⁴⁶ CENEF – Jornal O Progresso. nº 326, de 29 de abril de 1906. p. 01. Neste mesmo número um outro artigo sobre o fechamento de A República, informa que o periódico circulou por 21 semanas. Entre dezembro de 1905 e abril de 1906, portanto.

⁴⁷ CENEF – Jornal O Progresso. nº 326, de 29 de abril de 1906.

⁴⁸ Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 149.

Oliveira afirma que “o Coronel Abdom de Abreu tom[ou] posse na intendência municipal ‘assessorado’ por uma tropa da força pública estadual e vários correligionários armados até os dentes”⁴⁹.

Em outras palavras, o que antes era visto como uma ameaça superada, passaria a ser uma realidade. Realidade a ser combatida e denunciada, porque implicava (segundo a perspectiva do grupo derrotado) na falência administrativa da cidade. Cumpria, pois, a partir do momento da assunção de Abdon, evidenciar a toda sociedade o processo degenerativo no qual a municipalidade havia entrado. Era preciso deixar claro que se tratava de um tempo ruim para a cidade, pois seus dirigentes não estavam preocupados com o bem comum e com sua organização. Os problemas urbanos deveriam ser agora mais visíveis que em qualquer tempo, e também mais graves e insolúveis (pelo menos enquanto Abdon e seu grupo fossem os responsáveis por debelá-los). Na prática essa ‘estratégia’ implicava em depreciar ostensivamente as condições da cidade pois estes deveriam ser também a prova da incompetência e da má fé de seus administradores.

O período compreendido entre o final de abril de 1906 e a posse de Abdon, em 1908, contudo, é marcado pelo fim de A República e, conseqüentemente, pelo término da oposição pela imprensa, o que torna possível, nesse interregno, a retomada da idéia de promoção da civilização da população. Exatamente por isso, esse é o momento em que O Progresso se dispunha a divulgar a “higiene em dez máximas” (embora sejam apresentadas apenas nove, na verdade), a saber:

Higiene geral – ocupação
Higiene respiratória – alimentação e ar puro
Higiene gastrointestinal – frugalidade e salubridade
Higiene do sono – descanso suficiente
Higiene da pele e dos poros – limpeza pessoal

⁴⁹ OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. Op. Cit. p. 62.

Higiene do vestido – o vestido mais higiênico é o vestido decente
Higiene das habitações – a casa limpa
Higiene moral – exaltação e exercício das virtudes, recriminação e abandono dos vícios
*Higiene intelectual – conciliação das atividades intelectuais e físicas.*⁵⁰

Resumimos aqui a idéia central a cada “máxima” (a exceção da 6ª, dedicada ao vestido, que foi transcrita integralmente), mas em seu texto original estas apresentam-se como verdadeiro receituário de conduta para o habitante urbano, dando bem a idéia da dimensão pretendida para o alcance da ciência na vida do indivíduo comum. Mais significativo que isso porém é o fato de ser o artigo uma clara retomada da preocupação com a educação dos costumes da população e, por extensão, uma demonstração de que o grupo da situação acreditava ter anulado os esforços da oposição para chegar ao poder no município.

A ausência de uma oposição pela imprensa, contudo, não significava a inexistência desta, de tal forma que, como já o adiantamos, foram necessários menos de dois anos para que Abdon e seu grupo chagassem à intendência. E uma vez configurada a nova situação, O Progresso dá início quase que imediatamente a sua igualmente nova condição de órgão oposicionista, denunciando o que acreditava serem as mazelas da administração que se iniciava. De fato, de tal ordem foram os ataques do jornal à nova administração, que seus próceres parecem ter saído em sua defesa, ao que retrucou O Progresso na nota “vadios”, ao afirmar que “Muitos têm se incomodado a debandada tropilha do governo nesta infeliz terra com os nossos artigos, profligando erros, abusos e violências praticadas de 28 de dezembro do ano passado [ocasião das eleições municipais] até a presente data”.⁵¹

Novamente a imagem apresentada da cidade é negativa. O grupo no poder a havia tornado uma “infeliz terra”, nem civilizada, nem higiênica e muito menos salubre. O

⁵⁰ CENEF – Jornal O Progresso. nº 403, de 03 de novembro de 1907.

⁵¹ CENEF – Jornal O Progresso. nº 414, de 26 de janeiro de 1908.

periódico O Progresso, outrora preocupado em difundir os preceitos da higiene e da civilização, disponibilizavam agora suas páginas para evidenciar tudo de errado e negativo da cidade. Com o seu término, é o Folha do Norte, periódico que o sucede (inclusive politicamente) que assume tal papel⁵², ambos afastando progressivamente a imagem da cidade daquela que um dia a fizera especial, porque mais sã que qualquer outra.

O que era apresentado como negativo na cidade, ia desde a considerada má atuação ou negligência das autoridades para com problemas urbanos, até os reflexos destes descuidos no comportamento da população. No caso dos problemas com a má atuação temos como ilustração o artigo publicado em 18 de agosto de 1911, sob o título de “A avenida”, em que a principal questão discutida é a o preço (não relatado) da indenização das terras, que pertenceriam originalmente ao próprio intendente, para a abertura da avenida Araújo Pinho. Chama a atenção, todavia, que diante dos protestos contra alegados aspectos obscuros relativos aos custos para realização da obra, o jornal tenha lançado mão de um recurso a mais para minimizá-la: a diminuição de sua importância urbanística, ao afirmar:

*A denominação que lhe deu a gente do poder foi a de Araújo Pinho; mas o povo chismou-a [sic] de Flor do Arromba. Na sua filosofia amarga de mártir resignado, o povo entendeu que não precisa de tal avenida, ou antes de tal estrada, despovoada e inútil. Se lha deram foi para mascarar uma transação ignóbil. [grifo do original]*⁵³

Em sua disputa política, portanto, o Folha do Norte lança mão de um discurso cujos argumentos negam até mesmo o que seria um projeto de desenvolvimento urbano – idéia tão cara à concepção de progresso do início do séc. XX – chegando a apresentar a nova via como um elemento contrário a esse progresso, na medida em que esta é não uma avenida

⁵² OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. Op. Cit. p. 63.

⁵³ CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 81, de 18 de agosto de 1911.

(idealmente movimentada e urbanizada), mas tão somente uma estrada “despovoada e inútil”, uma área de atraso em meio ao núcleo urbano.

No ano seguinte a Folha do Norte atacava a administração de Abdon de modo mais ostensivo. Era a longa nota “Obra de Salvador”, em que com extrema ironia um quadro mais geral é apresentado, como sendo um indicativo de um processo de ‘descivilização’ da sociedade feirense.

As administrações anteriores que faziam? Cumpriam as leis, publicavam balancetes, iluminavam a cidade, varriam as ruas, facilitavam a implantação de melhoramentos materiais e também faziam outros, muitas vezes realizando, para isso, desapropriações, aquisitavam imóveis, trabalhavam pela instrução pública, sem falar no aterro de barrocaes, na drenagem de pântanos, nos calçamentos, nos concertos de estradas...

E, com isto, cavavam a nossa ruína e a nossa desgraça.

Não compreendiam a sã, a pura e verdadeira doutrina administrativa.

Vejamos:

A lei nos obriga a fazer coisas que não queremos e a não fazer outras que são de nosso gosto. E quem se esforça pelo bem do povo não pode ficar sujeito a tal escravidão. O 13 de maio já raiou a muitos anos. Somos livres! O primeiro gesto do intendente foi, pois, logo ali, à porta da intendência, um formidável pontapé nessa inútil papeleira de leis...

Os outros administradores publicavam contas, e balancetes, e uma porção de coisas preñhes de algarismos... Para que? Para distrair a tenção dos munícipes de seus negócios particulares e, ipso facto, prejudicá-los desalmadamente. O povo tem mais que fazer!

[...]

A iluminação... Já nesse ponto merecem desculpas as anteriores administrações. Elas não foram chefiadas por homens que tivesse [sic] feito batalhões patrióticos “M.C.” (Moreira Cesar, segundo uns e segundo outros Mata Cachorro), que tivessem estudados as plagas sertanejas e suas gênesis. Se assim fora saberiam então que o excesso de luz, de claridade, naqueles chapadões onde um sol de devastação, fere e queima com fúria, produz a hemerelopia, a moléstia que, no dizer de Euclides da Cunha, completa a desdita do sertanejo nas calamidades da seca.

E porque o não sabiam tocaram a iluminar muito a cidade. Estava a chegar a hora duma hemerelopia geral no povo desta terra. Se não fora ignorância daqueles administradores, seria requintada perversidade. Salvou-nos o grande homem rareando os

combustores e substituindo os belgas por fífos equivalentes a velas de sebo.

Varrer as ruas! Varrer as ruas duas ou três vezes por semana! Mas aqueles homens não compreendiam que estavam gastando as calçadas e os passeios? A suspensão do asseio se impunha como medida urgente de economia. O benemérito a adotou.

Esses grandes benefícios que aí ficam registrados não podem ser senão de um salvador. Mas não foram só estes. Há muitos outros ainda que até os nossos bisnetos, um dia, glorificarão.

Entre eles avulta esse, feito com o dinheiro que outras administrações empregavam em calçamentos, concertos de estradas, melhoramentos na cidade e nos distritos: a abertura da avenida, tapizada de matapastos, malícia e capim, para os passeios domingueiros do povo.

Outra coisa.

Se fora em qualquer das administrações passadas, de certo que o prédio escolar que o governo do Estado quer construir nesta terra já estaria feito; pois sem demora, a municipalidade forneceria o necessário terreno... Mas com a administração salvadora é que se não arranja isto.

Prédio escolar? Para que, se as escolas não estão funcionando na rua? Só para prejudicar os proprietários... Isto de prédios escolares é para Nazaré, Santo Amaro, São Felix etc. etc. Nada. Além de tudo não deram a preferência da construção ao intendente; portanto... a Feira não precisa de prédio.

E aí está a terra salva, e aí esta o povo redimido.

Finda-se a obra do benemérito. Ele vai sair.

*O povo, reconhecido e grato, há de recebê-lo à porta do Paço Municipal, e, por essas ruas onde a vegetação se exhibe vitoriosa, numa bela alfombra verde, rebentando das frinchas do calçamento, há de conduzir, em triunfo, o maior dos administradores deste município... E, então, em meio a uma apoteose dez vezes fulgurante, as multidões agradecidas sagrarão o sr. Abdon de Abreu o mais patriota de todos os patriotas, o mais benemérito de todos os beneméritos, o mais salvador de todos os salvadores.*⁵⁴

Caos administrativo é pois a gestão de Abdon, de acordo com a Folha do Norte. Período de inobservância das leis, de mal uso dos recursos públicos, de abandono dos cuidados de manutenção da urbe. Tal estado de coisas obviamente afetava a população que, sem um governo comprometido em preservar a ordem (ainda de acordo com o jornal),

⁵⁴ CENEF – Jornal Folha do Norte. nº 110, de 10 de março de 1912.

predispunha-se aos comportamentos amorais e, portanto, incivilizados. Esta relação nos é apresentada pela Folha do Norte em seus números seguintes, que pontuam os efeitos da “administração salvadora” para a população. Este é o caso do artigo “Código em abandono: animais soltos – tiros a esmo – garrafadas formidáveis”, que resumia o alegado quadro de abandono geral da cidade e apontava a conseqüente degeneração dos costumes entre os munícipes:

A atual administração do município – administração “salvadora”... – atira nosso código de posturas ao mais completo dos abandonos, para gáudio dos felizardos fiscais, cujo “trabalhinho” único é receber a “massa”...

Pelas ruas vagueia uma infinidade de animais de toda espécie, danificando a arborização e oferecendo a nossa urbes, para recreio dos que visitam esta cidade, um lindo aspecto de fazenda sertaneja.

Mas não é só isto:

Agora há coisa mais grave: tiros a esmo. Sim. Na praça Padre Ovidio, em certas noites, os transeuntes ficam ameaçados de ser vítimas do inocente e civilizado “brinquedo”.

Menos grave, embora mais abundantes, há também o divertimento formidáveis garrafadas, que explodem nas ruas mais transitadas, causando sobressalto às famílias.

*Decididamente: nós vamos em progresso...*⁵⁵

A degeneração dos costumes encontra ainda seu complemento no abandono das práticas da higiene. Novamente, porém, é a administração municipal quem dá o mau exemplo, desencadeando o desleixo da população para com tais práticas. Assim denuncia o problema a Folha do Norte, com o artigo “O asseio”:

Revolta o estado de abandono a que a administração “comedora”, queremos dizer... “salvadora”, atira esta pobre cidade.

O asseio é o pior que se pode imaginar. A praça do Comércio que depois das feiras semanais, fica imunda, sempre foi varrida no dia

⁵⁵ CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 112, de 23 de março de 1912.

*seguinte. Agora sé a começam varrer na quarta-feira...
Terminando na quinta! De sorte que além do mais, quando chove,
os restos de farinha que ficam na frincha do calçamento, apodrece,
desprendendo um péssimo cheiro.
Revolta o estado em que se acha a travessa que, paralela a praça
do comércio, liga a rua General Osório à Conselheiro Franco.
Aquilo está transformado em nojenta sentina.
E somos uma gente salva!...*⁵⁶

A Folha do Norte apresenta, portanto, número após número, uma cidade que se degrada material e socialmente. A idéia de civilização é por completo abandonada, ou antes, evocada para demonstrar a sua antítese na realidade feirense. Assim a cidade passa a ser um espaço representado como contingencialmente negativo, onde tudo de problemático e doentio podia ser observado, uma imagem que obviamente contrapunha-se, e mais, corroía a antiga visão de terra sã. Não se pode esquecer, porém, que se os ataques e a evidencia dos problemas urbanos, ao longo dos anos da administração de Abdon, têm como objetivo imediato atingir o intendente, acabam por ressoar sobre a população, acostumando-a a uma percepção contrária àquela idéia que, poucos anos antes, possuíam da cidade como terra especial, inclusive porque civilizada ou, no mínimo, que se civilizava.

Em outros temas, a disputa política entre os grupo de Abdon e os setores tradicionais da cidade determinam uma tentativa de mudança na ‘opinião pública’ local. Se durante a virada do século XIX para o XX, há um abandono da idéia de especialidade da terra em favor de uma nova concepção de terra civilizada sem que isso, contudo, implicasse em uma depreciação da cidade e da comunidade em si, havia agora uma situação em que além de se negar qualquer idéia de especialidade, investia-se pesadamente contra a imagem da cidade, assumia-se uma postura francamente agressiva e negativa para com esta, tornando possíveis

⁵⁶ CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 113, de 30 de março de 1912.

afirmações depreciativas antes impensadas, e com isso tornando a população (ou pelo menos uma parte desta, com certeza) receptiva a tais idéias.

Um indicativo claro desta mudança na percepção da cidade e na intenção última em representá-la negativamente nos é dado por um artigo da coluna Chispas: “tuberculose na Feira”, apresentado ao público no decurso da administração de Abdon. Este artigo, além de obviamente alertar para a presença da tuberculose na cidade, atacava duramente a tradicional visão da terra sã, deliberando-se em apresentar uma da imagem francamente contrária a da cidade *sanatorium*.

Esta cidade é no presente um dos maiores focos de tuberculose no Brasil.

Quem a vê em sua maior parte ampla e rasgada, varrida pelos ventos dominantes, lavada de sol, julgará, olhando de relance, regularmente estabelecidas as condições salutareas dos seus habitantes. Puro engano: se se observar, atento, o modo por que nela se executa a higiene, ter-se-á o constrangimento de verificar que a Feira está caminhando a passos largos na conquista do título tenebroso de antecâmara da morte.

[...]

Para os profissionais, para os que tomaram o pulso da população urbana, para os que podem ajuizar, consciente e criteriosamente, através do prisma científico, a situação sanitária da Feira é simplesmente aterradora.

[...]

Três são os principais fatores que determinam o espargimento da tuberculose na Feira: a inobservância dos preceitos higiênicos, a ignorância do povo no assunto e a invasão da cidade por doentes vindos de pontos vários – mormente da Bahia.

[...]

*Ao que parece, a juizar de muita gente a Feira pode e deve ser transformada no grande e suigeneris sanatório, e em se manifestando o morbus hei-los aqui entre nós tuberculosos de lugares diversos! Isso não espanta em absoluto; o que faz corar de pejo a indignação e o desleixo que absorve a sociedade feirense ante o perigo destes focos ambulante do mal a se intrometerem nos lares contaminando a tudo e a todos!*⁵⁷

⁵⁷ CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 88, de 07 de outubro de 1911.

Em momento anterior deste trabalho chamamos atenção para o teor deste artigo que, mesmo condenando a presença dos tuberculosos na cidade, acaba por reconhecer e atestar a força da imagem de terra sanadora, tanto por esta atrair indivíduos de “lugares diversos”, como pela forma despreocupada com que a população os recebe, permitindo que se “intromet[essem] nos lares”. O peso das críticas que faz à “situação sanitária” da cidade, todavia, não deve ser menosprezado. Aqui não há qualquer menção a propriedades climáticas que viessem a justificar a presença dos tuberculosos na cidade, mesmo reconhecendo indiretamente esta percepção por parte da população, o que demonstra uma clara intenção de negar aquela visão ainda presente.

Para isso não hesita em evocar a imagem do “sanatório”, outrora expressão mais emblemática da capacidade de bem fazer da terra, para convertê-la em justificativa para a assunção do aspecto de “antecâmara do morte”, pela cidade. Com a mesma irreverência, além do que se observa nos trechos transcritos, aponta outros problemas de higiene, criticando tudo: da água à vegetação “rasteira e nociva”, da ignorância do povo à falta de isolamento e de “expurgação” das habitações dos tuberculosos.

De fato, em seu conjunto o artigo apresenta uma visão tão amplamente negativa da situação da cidade, que podemos compreendê-lo como a expressão da busca por um ‘efeito’ de dessensibilização da sociedade para uma percepção positiva sobre Feira. Ao mesmo tempo, ele próprio já é um resultado dessa dessensibilização, uma vez que sua veemente negação do caráter especial da terra seria impensável em momentos anteriores. De qualquer forma, o que realmente importa destacar é que o artigo em questão demonstra a ascensão de um discurso diferenciado sobre a Feira, um discurso que mesmo não encontrando ainda respaldo total junto à população (para boa parte dela a cidade está apta a receber os tuberculosos), procura negar (e difundir essa negação), até por usar uma argumentação pautada num ‘prisma científico’, os resquícios do discurso sobre a salubridade feirense.

É preciso ter sempre em conta que a imagem negativa da cidade que se pretendia difundir estava indissociavelmente ligada a administração de Abdon de Abreu, de modo que o fim desta, ou antes o afastamento daquele do cenário político poderiam resultar numa relativa reversão do problemático quadro que se pintava da cidade. Essa era uma das mensagens presentes de modo subliminar nas notícias contra a administração municipal, de modo que, mesmo durante o período caóticos do governo de Abdon, podia-se vislumbrar na volta de seus opositores, os indícios do ‘antídoto’ para o caos.

E passado o caos, ou seja, iniciada a gestão de Bernardino da Silva Bahia⁵⁸, reapresentavam-se as condições para que, na lógica de seus próceres, se restabelecesse senão a imagem de terra sã, por certo a busca pela civilização da sociedade. Assim é que, a partir de 1913, reencontramos no jornal Folha do Norte, antes tão preocupado em evidenciar a má conduta da população, um esforço equivalente para retomar uma ‘campanha’ educadora da comunidade, outrora encampada por O Progresso. Ilustram bem essa nova atitude do Folha do Norte a nota sobre os “melhoramentos locais” publicada pouco depois de instaurado o novo governo. Trata-se de longuíssimo artigo que discute (e portanto informa, educa sobre) a importância da arborização para os climas em geral e, em particular, para o desenvolvimento de um bom ambiente urbano⁵⁹. Não menos significativa, é a notícia sobre casos de varíola na localidade Baraúnas, sobre o que “o Sr. Cel. Intendente [...], tomou logo as necessárias providências mandando remover a variolosa para o isolamento do Alto Gonçalves; providência esta que merece aplausos por evitar a propagação do contágio”⁶⁰. Ou seja, a cidade agora estava segura, já que bem cuidada. E nessa condição podia retomar seus esforços para educar a população, incutindo-lhe as adequadas noções de higiene e moral que a levariam à

⁵⁸ O Coronel Bernardino da Silva Bahia assumiu por duas vezes a intendência de Feira de Santana. Esta, a primeira, compreendeu o período de 15/10/1912 a 01/01/1916. A segunda gestão teve início em 11/01/1920, indo até 01/01/1924. Cf. POPPINO, Rollie E. Op. Cit. p. 149.

⁵⁹ CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 152, de 04 de janeiro de 1913.

⁶⁰ CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 160, de 02 de março de 1913.

verdadeira civilização. Civilizada, e praticante dos preceitos da higiene esta população poderia, ao contrário do que vivera até então, desfrutar do bem estar urbano.

Esta relação entre bem estar e higiene, de resto, serve bem aos interesses das novas conjunturas políticas, pois na medida em que o bem estar era determinado pela observância dos preceitos da higiene (ou pela execução deste por parte das autoridades), poderia ocorrer ou não, em consequência direta da boa condução da municipalidade por seus governantes. Desse modo, se as condições de vida na cidade estivessem boas, isto serviria para demonstrar a eficiência de alguém ou algum grupo no governo. Do mesmo modo, a detratção das condições da cidade serviriam para comprovar a incapacidade administrativa do adversário. Uma articulação semelhante não seria possível com a idéia de uma natureza especial, pois esta não seria suscetível aos contextos políticos.

* * *

Um outro olhar sobre a cidade, ou sobre a persistência de uma imagem especial da terra entre a população.

Temos discutido até aqui como se estruturou e como foi, décadas depois, abandonado o discurso que apresentava as terras feirenses como especiais. E neste ponto bem poderíamos dar por concluída a nossa tarefa não fosse um detalhe: ainda durante a fase de desconstrução da imagem especial da cidade, por volta da virada do séc. XIX para o XX, e mesmo quando aquela imagem já fora completamente abandonada enquanto discurso articulado, como resultado dos embates e estratégias políticas locais; permanecem surgindo notícias na imprensa que, de forma direta ou não, fazem referências à especialidade que se julgava esquecida.

Este é o caso da transcrição apresentada pela Folha do Norte, do verbete dedicado à Feira de Santana pela “Enciclopédia e dicionário internacional”, editada por Jackson Ine, em 1922. Neste faz-se a seguinte referência à cidade:

Feira de Sant’Anna [...], cidade, município e comarca do Estado da Bahia. [...] Com o seu ótimo clima a Feira de Sant’Anna constitui um delicioso ponto, situado a elevada altitude, numa zona montanhosa do Estado. A atmosfera tem ali uma frescura desconhecida na maioria das cidades baianas, que a tornam uma estação de verão muito procurada.[...] ⁶¹

O mesmo Folha do Norte publicava, em 1927, a transcrição de nota da “Revista dos municípios” acerca de Feira de Santana, em cuja introdução já se afirmava que a cidade era “a mais bela [...] do interior da Bahia sobre todos os pontos de vista — é a Petrópolis baiana, não há quem nos possa contestar”⁶². Também em 1927, o edital tratando do “problema das habitações na Feira”, era publicado pelo mesmo jornal Folha do Norte. Este não apenas permanece fazendo referência positiva à cidade, como também admite a persistência da procura de seus ares por forasteiros, a tal ponto que isso influenciava na disponibilidade de habitações na cidade:

A Feira de Santana, cuja salubridade em qualquer tempo torna-a a preferida, e, por isso, a presença constantes de forasteiros, muitos dos quais aqui vem residir, dividindo conosco as suas energias para o progresso local; esta cidade, não só pelo enunciado, mas por ser o início do sertão, fonte inesgotável de grandes recursos; por suas grandes feiras; por ser um importante comércio de gado, está com sua população crescida, nestes últimos tempos, de modo notável, com probabilidade de maior aumento[...] ⁶³

⁶¹ Nota reeditada pela coluna Vida Feirense, do Jornal Folha do Norte. Nº 2.223, de 16 de fevereiro de 1952.

⁶² CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 931, de 14 de maio de 1927.

⁶³ CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 947, de 03 de setembro de 1927.

Como explicar essa persistência? Como situar a continuidade desse discurso em uma sociedade que, já a algum tempo, esforçava-se, ou tinha pelo menos sua ‘elite intelectual’ engajada, para se livrar do ‘julgo da natureza’, ingressando assim em uma nova época de modernidade e civilidade urbana? Um primeiro indicativo de resposta nos é dado pelo próprio artigo sobre as habitações da cidade, pois, como já o afirmamos, o problema era em grande parte atribuído ao aumento populacional causado pelos “forasteiros” que procuravam Feira de Santana. De início, talvez pudéssemos ver nestas notícias indícios do que poderíamos chamar de um ‘efeito de inércia’ do discurso que, tendo sido difundido por décadas, ainda fazia a cidade conhecida como especial em outras terras (em 1922 a cidade continua sendo apresentada como especial em uma publicação que se pretendia “internacional”!). Estas populações “forasteiras” permaneceriam buscando assim a cidade por não saberem que esta já não se reconhecia como detentora de um clima especial, e mais, já não desejava este atributo.

Parecem reforçar esta especulação inicial especialmente os informes da chegada de doentes para temporadas de recuperação na cidade. Temos uma evidência dessa prática, nesse momento, no convite feito por Leolinda Bacellar de Mello Lima, à sociedade feirense para que esta “[assistisse] a missa que no dia dez [...] mandará celebrar pelo restabelecimento de sua dileta filha, senhorita Zilda de Mello Lima, que em convalescença, de há muito está nesta cidade”⁶⁴.

De fato, esta continuidade da procura pelos ares especiais da cidade por parte de pessoas advindas de outras localidades parece ter contribuído para retroalimentar uma imagem positiva de Feira, mesmo quando alguns dos seus mais expressivos segmentos buscavam o abandono de tais idéias. Contra os argumentos destes, o fato inegável da presença

⁶⁴ CENEF – Jornal Folha do Norte. Nº 181, de 03 de agosto de 1913.

dos “forasteiros” a reafirmar para a população que alguma coisa de impar sua terra possuía. Senão por que viriam tantos e de tão longe? Era, pois, na estação da estrada de ferro que as dúvidas sobre a condição incomum da Feira de Santana se dirimiam a qualquer cidadão, ao vislumbrar os tísicos que ali desembarcavam, ansiosos por experimentar os ares que, acreditavam, lhes restituiria a saúde.

Além desse evidente e significativo fenômeno de retroalimentação da imagem da cidade, porém, não podemos deixar de considerar uma outra questão: durante pelo menos trinta anos (da década de 70 do séc. XIX até a virada para o XX), tivemos um efetivo engajamento da sociedade para promover a imagem saudável da cidade. Isso significa que, no mínimo, duas gerações chegaram à maturidade, tomaram consciência do mundo portanto, ouvindo e acreditando que a Feira de Santana era uma cidade sã. Ora, esse fato isoladamente já explicaria em boa medida a continuidade daquela forma de ‘ver o mundo’. O contato prolongado influenciaria o processo de construção conceitual daquelas gerações, acerca da realidade que as cercava. Determinou assim sua forma de perceber a realidade urbana, identificando-a com aquela imagem da cidade desejada, e fazendo-o de tal forma que os eventuais discursos dissidentes encontravam pouca ou nenhuma resposta.

Ao considerarmos este viés explicativo, acabamos por incorrer na idéia de que a noção de uma terra especial serviu em grande medida (pelo menos para estes grupos que cresceram compreendendo-se habitantes de uma terra especial), como um forte elemento para a construção de uma identidade local. Um elemento de auto-reconhecimento construído a partir de elemento de uma referência comum à sociedade, a especialidade da terra. E nesse sentido pouco importava se esta especialidade fosse ou não real.

Foi sob a forma de versos que um dos mais enfáticos registros dessa identidade baseada na especialidade de clima feirense nos chegou. Referimo-nos ao trabalho de uma personalidade de reconhecido valor no campo das letras na Bahia, o poeta feirense Godofredo

Filho⁶⁵, autor do poema que leva o nome da cidade. Ali, ao recordar sua infância e mocidade, o poeta oferece-nos um testemunho perspicaz das impressões corriqueiras de um feirense sobre sua cidade.

Parte do longo e belo poema “Feira de Sant’Ana” já foi apresentada, como epígrafe, na abertura do primeiro capítulo, dando conta daquilo que podemos denominar como sendo o ‘espírito da cidade’: seu intenso comércio, o fervilhar de tipos humanos e a naturalidade de tais coisas para o filho da terra. Neste momento, porém, interessa-nos mais salientar a percepção de Godofredo Filho acerca do caráter ‘salutar’ da terra de sua juventude. Vejamos, pois, como e em que contexto se apresentava a ‘cidade *sanatorium*’ para o poeta:

a rua Direita evocava tanta gente acabada

*... e dos dias monótonos pacatos dos dias sem ninguém
quando cai do céu muito azul
uma grande sonolência igual sobre as coisas
cidade clara do clima generoso elixir de alegria
cidade onde os tuberculosos vão beber o ar que acalma as tosses
e passeiam a ver se coram nas manhãs luminosas*

a ver se coram

minha terra

lindamente chantada no planalto

tão alta minha cidade nova perto do céu

ali eu tive tudo

meus cinco anos

meus brinquedos todos

o automovinho que papai me trouxe quando veio da Bahia

a roça de meu avô com os carneiros as cabras os tanques

a cana

os caldeirões d’água

meus tios engraçados

os passarinhos

e o sol muito sol me tostando a pele vadia

casa da Rua do Senhor dos Passos da minha meninice

que fontes eu não cavei nos fundos do teu quintal

(o pé no chinelo manquejando

era pra remedar seu Antunes)

⁶⁵ Godofredo Filho (1904-1992), pertenceu a Academia Baiana de Letras e, nas palavras de Alceu Amoroso Lima, foi um “legítimo precursor do movimento modernista na Bahia”. Caderno A Tarde Cultural, 29/08/1992.

também a casa da minha tia Pombinha com o corredor escuro
lá eu morei
a vizinha era D. Olidia professora
o sobrinho dela Genaro
tinha um outro que me esqueci o nome
de noite na porta a gente
pintava o sete
— “Ribulêro”. — “Cabo duro”
— “Se pegá?” — “Tá seguro”
— “Ribulêro”. — “Cabo mole”
— “Se pegá?” — “Escapole”
sustos florindo risos dobrados
quase nunca me pegavam
trovoada depois da seca cinco horas da manhã
com o repique do sino
minhas primas filhas de meu tio que eu tinha medo dele
deshumbramento do meu primeiro beijo escondido
gostinho quente da primeira namorada
prima
foi numa volta da picula
*Você lembra?*⁶⁶

A referência – explícita – às qualidades da terra está, como observado, bem delimitada na primeira estrofe do trecho transcrito (que na verdade é a segunda estrofe do poema, dando seqüência ao trecho apresentado como epígrafe no primeiro capítulo). Nos versos seguintes o poeta começa a compartilhar suas experiências, momentos e imagens, elementos de um universo constituidor de sua (de uma) identidade feirense.

Importa destacar acerca dos fragmentos apresentados, a ordem dada por Godofredo Filho aos elementos do quadro que compõe. Primeiramente apresentando o ‘pano de fundo’, o ambiente da cidade, para em seguida situar ali sua vivência. Ao mesmo tempo reconhecendo a especialidade do lugar como algo básico para identificá-lo, defini-lo, e projetando sua ‘leitura’ do passado (do seu passado) para além do ambiente, focalizando por fim a sua relação com a cidade.

⁶⁶ GODOFREDO FILHO. *Feira de Sant Ana* (1926). Salvador: EGBA, 1999. p. 20-21.

A intencionalidade em evidenciar e enaltecer a terra natal é, para Godofredo Filho, uma dimensão da afirmação de sua própria identidade, portanto. E por isso mesmo esta intencionalidade manifesta-se não apenas na caracterização da cidade, ou seja, não apenas no reconhecimento do que ela é, mas principalmente no que ela permite ser, no que ela propicia ser. Nesse contexto, a referência à singularidade do clima da cidade ganha significado por ser necessária ao objetivo maior do poema – a afirmação de sua identidade.

Em outras palavras, o poema tem como propósito falar de identidade, mas para isso, ou talvez exatamente por isso, começa por reconhecer a especificidade da terra, o que, para nós, é tanto mais significativo, quanto mais percebemos o quão introdutória é tal menção frente à trajetória pessoal apresentada pelo autor no poema em sua íntegra. Nessa desproporção reconhecemos paradoxalmente a importância a tal referência, pois ela é elemento presente, mesmo enquanto contexto, era antes de mais nada o elemento de referência comum à comunidade.

Há que se considerar, porém, que este foi apenas um dos recursos utilizados pela sociedade feirense em seu processo de construção de identidade. De fato, ainda que tenha sido um dos mais bem sedimentados recursos empregados para este fim, talvez até mesmo o primeiro a ser concebido enquanto tal (ou seja como elemento de identidade), a idéia de uma terra saudável não foi o único dos recursos, nem se mostrou estanque ante as mudanças de valores e expectativas da sociedade.

Nesse sentido, vale lembrar, há que se considerar o já assinalado papel do comércio, donde provinha grande parte da riqueza gerada pelo município. Este fora o fator primeiro de seu desenvolvimento e mesmo o discurso sobre a especialidade da terra serviu, como vimos, ao propósito de beneficiá-lo. Se, porém, procuramos identificar o tipo de discurso que substitui a idéia de especialidade, é na noção de civilidade que progressivamente o encontraremos.

Com efeito, se durante as três décadas finais do séc. XIX a população foi ‘condicionada’ a reconhecer a especialidade de sua terra, o período iniciado com o séc. XX caracterizou-se pela valorização do progresso urbano e social, condicionando igualmente as gerações subsequentes. Daí a fase de transição em que, a identidade da cidade, no dizer de Sandra J. Pesavento, é ao mesmo tempo, concretude e representação⁶⁷. Momento em que, independente das disputas políticas e das eventuais detratações da antiga imagem de terra sã, através do apontamento ou evidenciação de seus reais problemas, esta imagem ainda faz sentido para uma parcela da população, ao mesmo tempo em que um outro segmento, provavelmente uma nova intelectualidade urbana, procura evidenciar a modernidade feirense. Para esta intelectualidade a nova referência para uma identidade social seria o desenvolvimento local, as avenidas retas e largas, seus automóveis, seu casario bem alinhado. Eis que surgem então as notas da imprensa local, como que dando conta de que a cidade rejuvenescia por sua inserção em ‘novos tempos’, como o fez o Folha do Norte, ao transcrever, como em outras ocasiões, notícia publicada sobre a cidade em outras terras. E era não menos que a imprensa carioca que se detinha em descrever Feira de Santana, ao que apressou-se em informar o Folha do Norte:

Na sessão ‘Vida dos Estados’ do conceituado jornal carioca ‘Gazeta de Notícias’, edição de 28 do pretérito, deparamo-se-nos os seguintes conceitos referentes a esta cidade [...]

Feira de Sant’Anna (Bahia)

Quem toma em Cachoeira o “chemins de fer” chaga, depois de duas horas de viagem, ao belo e extenso planalto, onde se estende “Feira de Sant’Anna”, uma das mais formosas cidades do interior do grande Estado da Bahia, já apelidada, por alguém, a adorante cidade dos cravos brancos.

*De fato, Feira de Sant’Anna nos dá a impressão de um belo jardim, com suas ruas muito direitas, muito asseadas, com seus prédios limpos e bem construídos.*⁶⁸

⁶⁷ Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário e a Mentalidade*. RBH, Vol. 15, nº 29, 1995, p. 16.

⁶⁸ CENEF – Jornal Folha do Norte nº 918, de 12 de fevereiro de 1927.

Também em Salvador, informava o *Folha do Norte* em 1939, o periódico *O Imparcial* fazia lisonjeios à Feira de Santana, referindo a esta como sendo o local “onde começa o sertão, com o ‘bucolismo’ risonho das suas avenidas que parecem não ter fim”⁶⁹. A outrora “Petrópolis baiana” era agora a “cidade dos cravos brancos”, pois que ordenada em avenidas sem fim, limpas e ‘bem moradas’, era pois tudo, menos salubre, menos terra de sã natureza. E tais novas características, no entender de uma intelectualidade sintonizada com uma outra realidade urbana carioca, em última instância parisiense, estavam mais em acordo como o progresso desejado, passando a ser o elemento em torno do qual a comunidade vai gradativamente se aglutinando.

E como a fase da terra sã teve em Godofredo Filho aquele que a registrou poeticamente, por ter vivido sua infância quanto os tuberculosos ainda caminhavam pelas ruas buscando o ar que lhes curasse, também a Feira civilizada teve o seu arauto, não menos talentoso e não menos importante para o cenário da literatura baiana. Trata-se de Eurico Alves Boaventura (1909-1974), contemporâneo de Godofredo Filho e, como aquele, um dos expoentes maiores do modernismo literário na Bahia, embora sua obra seja pouco conhecida por ter sido publicada tardiamente⁷⁰. Como Godofredo, Eurico Alves também escreve para sua cidade natal. De fato são vários os poemas que dedica, direta ou indiretamente, a Feira, ou que nela busca inspiração. Em nenhum daqueles com os quais tivemos contato, porém, há uma imagem comparável à Feira sã, à Feira que abrigava os doentes que a procuravam, como o descreveu Godofredo Filho. Na poesia de Eurico Alves a natureza está quase sempre presente, particularmente naquelas que Godet classifica como “figurações poéticas de uma cidade”⁷¹, mas ali a natureza é algo de idílica brandura, que nada lembra uma natureza

⁶⁹ Nota reeditada pela coluna *Vida Feirense*, do *Jornal Folha do Norte* nº 2.200, de 08 de dezembro de 1951.

⁷⁰ GODET, Rita Olivieri. *A poesia de Eurico Alves – imagens da cidade e do sertão*. Salvador: Sec. De Cultura e Turismo, Fundação Cultural, EGBA, 1999. p. 11.

⁷¹ GODET, Rita Olivieri. Op. Cit. p. 147.

imperiosa sobre a vida de gentes sãs ou doentias. A modernidade sim, esta aparece como força determinante em sua obra, seja ela aquela que visa enfocar a urbe tentacular, a grande cidade⁷², seja mesmo em relação a sua velha e interiorana cidade natal. Vejamos pois, como a Feira foi retratada por Eurico Alves em seu poema “A canção da cidade amanhecendo”, datado de 1937:

*Sob a cálida volúpia da noite do planalto,
a cidade fulgura e tremeluz
nas coroas de ouro das lâmpadas elétricas.*

*Cá da cidade as largas estradas como cabelos desnastros
de mulher que sonhasse...*

Feira de Santana, minha cidade adolescente!

*Entre a fidalga melancolia das ruas aristocráticas
e o alegre movimento do bairro comercial,
há vivo rumor que se espalha pelas tuas ruas largas e retas como
gargalhadas de sol,
encantadora polifonia de sibilinas sirenes serrando a carne
morena das
distancias,
latejar e choques de lépidas máquinas velozes, velocíssimas,
rodando, correndo, avançando,
febril alarido de vozes tumultuosas,
trauteando a canção triunfal da tua alegria. [...] ⁷³*

Este trecho do longo poema, já nos serve para reconhecer a ‘nova Feira’, a Feira marcada pela modernidade. Esta cidade de Eurico Alves é caracterizada pelas “largas estradas”, sua paisagem iluminada pelas “lâmpadas elétricas” e riscada por “máquinas velozes” e suas “sirenes”. É a imagem de uma cidade que se quer metrópole e que, como metrópole, vislumbra com entusiasmo a “movimentação do bairro comercial”, a multidão que

⁷² GODET, Rita Olivieri. Ver especialmente ‘Exaltação da urbe futurista’ e ‘A urbe alucinada e tentacular’ p. 111-120 e 127-137, respectivamente.

⁷³ BOAVENTURA, Eurico Alves. In. GODET, Rita Olivieri. Op. Cit. p. 154-155.

serpenteia pelas ruas (largas) da cidade, emblema da vida urbana, tal qual nos grandes centros, quem sabe até mesmo lembranças desejosas de um longínquo Rio de Janeiro, São Paulo.

Curiosamente, contudo, neste mesmo poema Eurico Alves acaba por reconhecer outros elementos que, tanto quanto a almejada modernidade, e a longo prazo até mais do que esta, definiriam a identidade da sociedade feirense. Vejamos pois o que diz o poeta na continuidade de “A canção da cidade amanhecendo”:

*Vozes de longe, de outras cidades perdidas no sertão e de cidades do mar,
Vozes desconhecidas, vivendo na algaravia musical das ruas da minha*

lirica cidade;

*vozes comerciais planejando negócios, calculando despesas,
vozes rudes dos sertões bravios e longínquos,
canariando na tua boca besuntada de sol;
vozes amigas confraternizando-se na alegria do encontro imprevisto,
de estudantes vindos de outras cidades, tagarelando a felicidade da adolescência de fazendeiros satisfeitos com a grita da chuva, que brinca sobre o corpo da terra, fecundando-a, florindo-a;
vozes dos operários, das fábricas dos fabricos humildes, dos lavradores*

*anônimos, dos choferes de autocaminhões
que varam o Nordeste, que rasgam a caatinga, o planalto, levando o perfume da minha cidade;*

*vozes do norte, do sul, do cento, de todas as terras produtoras em volta e, sobretudo,
bailando no ar aromal da cidade adolescente,
a voz sonora dos bairros elegantes, das vivendas de luxo dos jardins floridos.*

Colorido vozerio da cidade amanhecendo!

*Há na tua boca iluminada da arraiada
a volúpia, o calor das vozes criadoras que o eco espalha no teu horizonte.*

Oh! Poesia selvagem que vive no sonho de aventura desta multidão Heterogênea, que traz semanalmente nos olhos sonâmbulos e inquietos

e nos gestos decididos a música do sertão,

*desta gente bronzeada, destas mulheres cor da tarde, que derramam
na cidade*

a lembrança das terras apagadas no horizonte longínquo!...

*Na palma da tua mão anda o destino de tuas irmãs,
minha lírica cidade.*

*Sinto o abraço fraternal das incontáveis estradas de rodagem,
subindo,*

*descendo, rasgando montanhas; a festa de buzinas
agudas, fortes, fanhosas, fonfonando, ora sonoras,
cantarolando,*

no concerto dos campos abertos à vida criadora do teu povo.

Amo esta poesia que vive na alma clara e musical da minha cidade!

A poesia da madrugada do seu destino!

*A saborosa e fecunda poesia que aspiro da boca, do sonho das tuas
mulheres adolescentes, dos pianos nas ruas luxuosas enfeitadas de
senhorinhas elegantes;*

*a poesia dos dinamos, das serrarias, dos trapiches cheios da
carnação*

perfumadas das operárias novas;

*a poesia dos parques povoados de estudantes e de amores
sonhadores,*

a poesia colorida dos provocadores pomares inebriantes ,

*a poesia anacreônica dos tabuleiros multicores sob o sol vadio das
manhãs alegres;*

a poesia desses bois mansos que romperam distâncias

*e trazem o acre perfume selvagem do mato bravo, da terra pisada,
de chão*

virgem, de chapadões imensos...

*a poesia que vem do canto das tuas irmãs, trazido da música dos
motores*

*dos automóveis, que fica na pauta riscada da areia pelas rodas dos
autocaminhões peçados de carga dos carros luxuosos;*

*que vem no aboio dos que chegam tangendo de Minas e do
longínquo sudoeste;*

no pensamento comercial dos que saltam de Itaberaba, Mundo Novo,

Monte Alegre, Jeremoabo, de todo o Nordeste, do mar,

da mata, da caatinga, de toda parte,

trazendo nas mãos o perfil dos currais deixados lá longe;

das terras rudes e abruptas...

dos grotões profundos...

das serras nuas que bailam na valsa de espuma do luar...

Trepida as calçadas das ruas, como o latejar do teu pulso moço.

Passam os carros velozes, os autocaminhões do sertão para o mar,

*passam os carros para o sertão vindos do mar,
embalando a cidade como o cantarolar sonoro dos seus motores.*

*Amo esta sonora poesia selvagem que canta o ar trepidante da minha
cidade,*

*da minha cidade adolescente.*⁷⁴

Desnecessário dizer da plenitude de significados dos versos acima. É certo, porém, que em seu conjunto traduzem com vigor o que, nos primeiros momentos deste trabalho, procuramos palidamente esboçar: a identidade feirense. Uma identidade baseada no reconhecimento e na afinidade com a diversidade, num espírito comercial que propicia o ir e vir de gentes, de uma “multidão heterogênea”, mas que não causa espanto nem repulsa, pelo contrário, dá-lhe força e harmonia, a harmonia da fluída ambiência negociante.

Esta diversidade, esta movimentação são sentidos como atributos, virtudes propiciadas pelas “incontáveis estradas de rodagem”, que põem – fraternalmente – a cidade em contato com terras distantes e seus jeitos e riquezas. É a percepção de que a cidade vive em função de sua atividade, mas não apenas do ponto de vista econômico, e sim também social e culturalmente. Sempre perseguida, a identidade da sociedade feirense era agora, por fim, reconhecida naquilo que melhor a definia: o comércio, fosse ele o moderno, com seus “autocaminhões carregados” a riscar as estradas, ou aquele que, como nos primórdios do arraial de Santana dos Olhos D’Água fazia vir as boiadas do alto sertão.

Godofredo Filho e Eurico Alves Boaventura, contemporâneos e modernistas sintetizam, portanto, as duas visões mais expressivas sobre a cidade e sua natureza. Como modernistas, ambos buscaram recuperar, revalorizar os elementos de sua cultura original, por assim dizer. Tentaram redescobrir um Brasil, e por extensão uma Feira de Santana, que lhes era familiar e que lhes havia formado em grande parte. Não foram os únicos nem os primeiros

⁷⁴ BOAVENTURA, Eurico Alves. In. GODET, Rita Olivieri. Op. Cit. p. 155-156.

a se lançar neste reconhecimento das ‘coisas’ da terra (lembremo-nos, por exemplo, da ode à Feira), como aliás não o foram qualquer dos modernistas⁷⁵, mas foram aqueles que melhor souberam identificar os elementos que definiram, em momentos distintos ou mesmo para grupos, gerações distintas, um sentimento de afinidade comum, gerado pela vivência de experiências e percepções muito próprias ao povo e ao dia a dia de uma cidade entroncamento.

Mas enquanto os versos dedicados à cidade eram escritos, as antigas gerações passavam. Com elas, paulatinamente a antiga visão da terra sã ia sendo esquecida, suplantada pela imagem de uma cidade que se erguia ao ritmo frenético de uma nova fase comercial de maiores contatos, maior volume e rapidez. Por volta dos anos trinta do séc. XX, do que pudemos observar nas fontes consultadas, nem mesmo os tuberculosos vêm mais, não realimentam a idéia de uma terra sã, pois já se curam ou pelo menos se tratam em suas terras, em decorrência dos avanços da medicina. Daí a pouco tempo, a idéia de uma terra especial seria apenas a pálida lembrança de alguns velhos esquecidos, que quando interpelados sobre tal coisa, poderiam responder com hesitação “sim... quando criança ouvi dizer isso...”, mas logo desconversariam, pois também aprenderam que sua cidade era, isto sim, moderna e

⁷⁵ Sobre a questão, afirma Alberto da Costa e Silva: “no seu entusiasmo, os modernistas pareciam não aceitar que não se tivesse esperado por eles para proceder ao mapeamento do Brasil, um mapeamento que já começara a ser feito desde havia muito – e com dedicação e competência. Não punham o menor esforço em lembrar-se, por exemplo, de que Barbosa Rodrigues publicara na *Poranduba amazense* (1890) os contos indígenas que recolhera nas viagens pelo interior do Brasil, escrevera a importantíssima *Sertum Palmarum Brsiliensium* e deixara de herança a importantíssima *Iconographie des Orchidées du Brésil*. Era como se Celso de Magalhães nunca tivesse escrito *A poesia popular brasileira*, nem Silvio Romero, os seus *Cantos populares do Brasil* (1883), *Contos populares do Brasil* (1885) e *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1888). De relações praticamente cortadas com os mais velhos ou “passadistas”, não queriam dar-se conta de que um amigo desses, Rodolfo von Ihering, já havia publicado o *Atlas da fauna do Brasil* (1916), assim como a primeira versão do que viria a ser o seu *Dicionário dos animais do Brasil* (1914), e simulavam ignorar o *Folclore pernambucano* (1908), de Pereira da Costa, *O tupi na geografia nacional* (1901), de Teodoro Sampaio, ou *Cantadores* (1921), de Leonardo Mota. Mais: deixavam-nos na ignorância de que das páginas de *Rã-txa-hu-ni-ku-i ou a língua dos caxinauás* (1914), de Capistrano de Abreu, e das *Lendas em nheengatu e português* (1926), de Antônio Brandão de Amorim, vários heróis sem nenhum caráter acenavam para o Macunaíma que Mário de Andrade encontrou como um arecuná, em Koch-Grünberg, e transformou em arquétipo e metáfora. O que era novo nos modernistas era a maneira de olhar. E o meditar apaixonado sobre o que se olhava. E o escrever sem colete. A imagem que o brasileiro fazia de si próprio e de seu país começava a mudar.” Cf. SILVA, Alberto da Costa e. Quem fomos nós no século XIX – as grandes interpretações do Brasil. In. MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira* (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 25-26.

progressista. Mesmo esquecidas, porém, aquelas idéias ajudaram, tornaram possível a cidade moderna e progressista.

* * *

CONCLUSÃO

A cidade de Feira de Santana foi o palco de fenômenos distintos e complementares no decurso do período compreendido entre o ano de 1833 e o primeiro quartel do século XX. O primeiro destes fenômenos foi a existência de dois discursos, um negativo e outro favorável, em relação ao meio feirense e aquilo que, numa designação atual, podemos chamar de condições de vida na cidade. O segundo fenômeno, observado a partir da segunda metade do séc. XIX, compreendeu exatamente a transformação de um discurso para outro. Ou seja, de discurso negativo a um outro que, pelo contrário, enaltecia a cidade e seu ambiente como excepcionalmente benfazejos a quem se lhe submetesse.

Nesta transformação pudemos vislumbrar a articulação de idéias e ações em um nível que nos permitiram compreendê-las como sendo integrantes de um projeto, empreendido pela municipalidade, em prol do ideal de uma cidade sã. Projeto este que levava em conta tanto a produção de um ‘novo’ discurso sobre a qualidade do meio feirense, como uma série de ações administrativas visando adequar o ideal propalado pelo discurso à realidade da cidade, ou pelo menos de parte dela.

Constatamos também que a idéia de utilizar as características naturais e mais especificamente climáticas, para conferir especialidade a terra não foi um artifício exclusivamente feirense. Pelo contrário, em diferentes regiões tal estratégia constituiu um recurso comum, seja por parte dos ‘observadores’ que corriam as vilas e municípios baianos desde o período imperial, seja por parte das próprias localidades quando seus representantes buscavam descrevê-las. A análise das descrições das diversas localidades demonstrou que a idéia mais antiga e também a mais difundida para valorização da natureza dos locais em

questão era a da salubridade de terra, mas esta salubridade não estava rigorosamente associada as condições climáticas ou ambientais. Constituíam antes, por um lado, o resultado de percepções individuais e subjetivas daqueles que observavam um lugar. Por outro lado, enquanto elemento subjetivo, a idéia da salubridade era evocada como atributo de valor, referência a algo que se reconhecia ao lugar em função (e para efeito) de mérito – político e/ou social – de sua gente. Em todo caso, uma idéia persistente que só parece ter perdido espaço para a intenção de apresentar as terras baianas como uma extensão climática da Europa, bem ao gosto dos ideais eugênicos do final do séc. XIX e primeiras décadas do XX.

O que certamente distinguiu o caso de reconhecimento de salubridade das terras feirenses foi, além da longevidade do fenômeno, o fato de que neste município aquele atributo de valor tornou-se a base sobre a qual muitos dos principais interesses locais encontraram apoio para se fazer valer, razão pela qual a idéia da terra saudável foi cultivada, enriquecida, justificada e difundida como não parece ter ocorrido em outro local (pelo menos nenhum que, como Feira de Santana, não possuísse qualquer atrativo especialmente notável e passível de ser associado a práticas medicinais, como águas termais ou fontes minerais, por exemplo).

Certo é que, uma vez consolidado o discurso sobre a salubridade feirense, por volta da década de 70 do séc. XIX, a sociedade assumiu uma postura completamente antagônica àquela que, pouco mais de duas décadas antes, fazia com que vissem a Feira de Santana como um meio a se lidar com cuidado. Sim, pois a primeira noção desenvolvida acerca do meio ambiente feirense é negativa, porque negativos, perigosos eram então todos os ambientes urbanos. Tratava-se de uma visão originada nas concepções e no discurso difundidos pela política da medicina urbana, onde a cidade é um foco de males a ser controlado, disciplinado.

A motivação para a drástica mudança acerca das percepções sobre a natureza da cidade pode ser situada na metade do século XIX. Sua causa, a ocorrência da grande epidemia de *cólera morbus* em Feira de Santana, no ano de 1855. Aquela não era a primeira, nem seria a última das epidemias a abater-se sobre a população feirense, já acostumada a lidar com males endêmicos, como a varíola, a febre amarela e o tifo. Mas o cólera atacaria toda a Província a um só tempo, causando um número incomum de mortes, alterando hábitos e padrões de comportamento, despertando o terror da população impotente ante o mal desconhecido. Todo esse quadro de mortandade e de terror não é visto, porém, em Feira de Santana, onde a epidemia é excepcionalmente branda, o que suscita entre autoridades e população a idéia de que a sua terra fosse, talvez, privilegiada pela natureza, por resistir tão bem, quando outras tantas localidades maiores e mais desenvolvidas, sofreram significativamente mais.

Para a população aquela perspectiva trazia a tranquilidade ante o futuro, onde certamente também estariam as epidemias, sempre reincidentes. Para as autoridades, por sua vez, aquela idéia vinha ao encontro dos interesses da municipalidade, a cidade de natureza saudável, capaz de resistir à pior das epidemias, era também a terra segura para o tráfego, para as mercadorias e seus mercadores, numa palavra, para o comércio.

Nascida a idéia, não tardaria para que Feira passasse a ser conhecida por sua natureza privilegiada, o que garantia o fluxo do comércio e atraía curiosos e enfermos para seus ares. Dentre estes últimos, chegaria a Feira de Santana Joaquim dos Remédios Monteiro, médico que, em Feira, tornou-se também homem público. Este, uma vez inserido no poder municipal, implementa ações para adequar, como jamais havia sido feito antes, o discurso sobre a feira sã à sua realidade. Com o Dr. Remédios reforçar-se-ia, ainda, a difusão da idéia de que a terra era sã, através de seus escritos para jornais e revistas locais ou não.

Através das ações do Dr. Remédios, portanto, o projeto pela Feira sã fica evidente. Mas as omissões deste projeto também tornam ainda mais evidente a sua dimensão mais pragmática (embora não a única): garantir as condições necessárias à realização da atividade comercial. Pois as ações pela Feira sã tiveram como alvos bem definidos os elementos da cidade que estavam diretamente relacionados à atividade comercial, ficando as zonas desinteressantes, sob esta perspectiva, relegadas ao segundo plano.

Esta linha de ação, ao que constatamos, parece ter perdurado até a virada do século XIX para o XX, quando os avanços das ciências e a incorporação efetiva de novas tecnologias ao quotidiano das populações urbanas, despertam um sentimento generalizado de encantamento e fé no progresso, como elemento potencializador da civilização dos povos. Em Feira de Santana, a sociedade (ou pelo menos parte dela) também se lança na busca pelo progresso e, por extensão, pela civilidade. Mas isso significava, entre outras coisas, valorizar a percepção científica do mundo e, através desta, viabilizar o pleno domínio da natureza pelo homem. Esta idéia parece ter determinado então o princípio de que, para civilizar-se, a sociedade feirense não poderia estar sujeita às condições (ainda que especiais) da natureza. A noção de uma terra caracterizada por um clima que (independentemente da vontade de seus habitantes e dirigentes) provinha as boas condições de vida à população, deveria ser substituída por outra, em que o bem estar fosse o resultado da ação consciente, científica e civilizadora do homem. Eram elementos como a higiene e a educação da população, feita através do combate aos seus ‘maus costumes’, que garantiriam um ambiente propício à vivência comum.

Somente em meados década de dez do séc. XX, porém, ocorre o fato que solapa definitivamente as bases que sustentavam o discurso da terra sã. Nesta ocasião, o cenário político feirense passa por transformações até então inusitadas. Rompe-se a tradicional unidade política que permitira a convergência de esforços para promover a

imagem da cidade e, paralelamente, implementar as ações que buscavam conformar a situação da cidade ao que dela era dito. Com o racha, a disputa política torna-se mais acirrada e a estratégia de denegrir a imagem da cidade (ou apenas apontar seus problemas concretos), torna-se uma prática comum. O objetivo é então demonstrar à população o quanto o grupo opositor, no poder, era nocivo à cidade.

Evidenciar as mazelas urbanas, e até negar qualquer condição positiva ao ambiente urbano, foi pois o recurso usado para combater um grupo político dissidente, e só o seu efetivo afastamento pôs fim a tal prática por parte dos órgãos de imprensa ligados aos grupos políticos tradicionais. Estes, ao retomar o primeiro plano do cenário político, retomam a divulgação de informes positivos sobre a cidade, mas o teor desde informes é distinto daqueles que, anos antes, projetavam a especialidade climática de Feira. As novas notícias querem mostrar agora uma cidade desenvolvida e progressista, e isto é tanto reflexo das idéias difundidas sobre o progresso e a civilização da comunidade, como o resultado de uma percepção de que já não valia mais a pena projetar uma natureza sã, pois esta independe, também, da política. Ou seja, uma natureza especial não pode ser anulada por uma má administração. Consequentemente, é melhor que as adequadas condições de vida na cidade estejam sempre condicionadas à boa atuação de seus administradores. Desse modo a ‘constatação’ de problemas seria sempre (num eventual retorno de grupos dissidentes ao poder municipal) algo a ser denunciado como indicativo de má gestão, uma arma a ser novamente utilizada. Esta postura marcou o efetivo abandono da possibilidade de existência de um projeto articulado da edilidade, de um discurso promotor da imagem da cidade baseada na especialidade de seu clima.

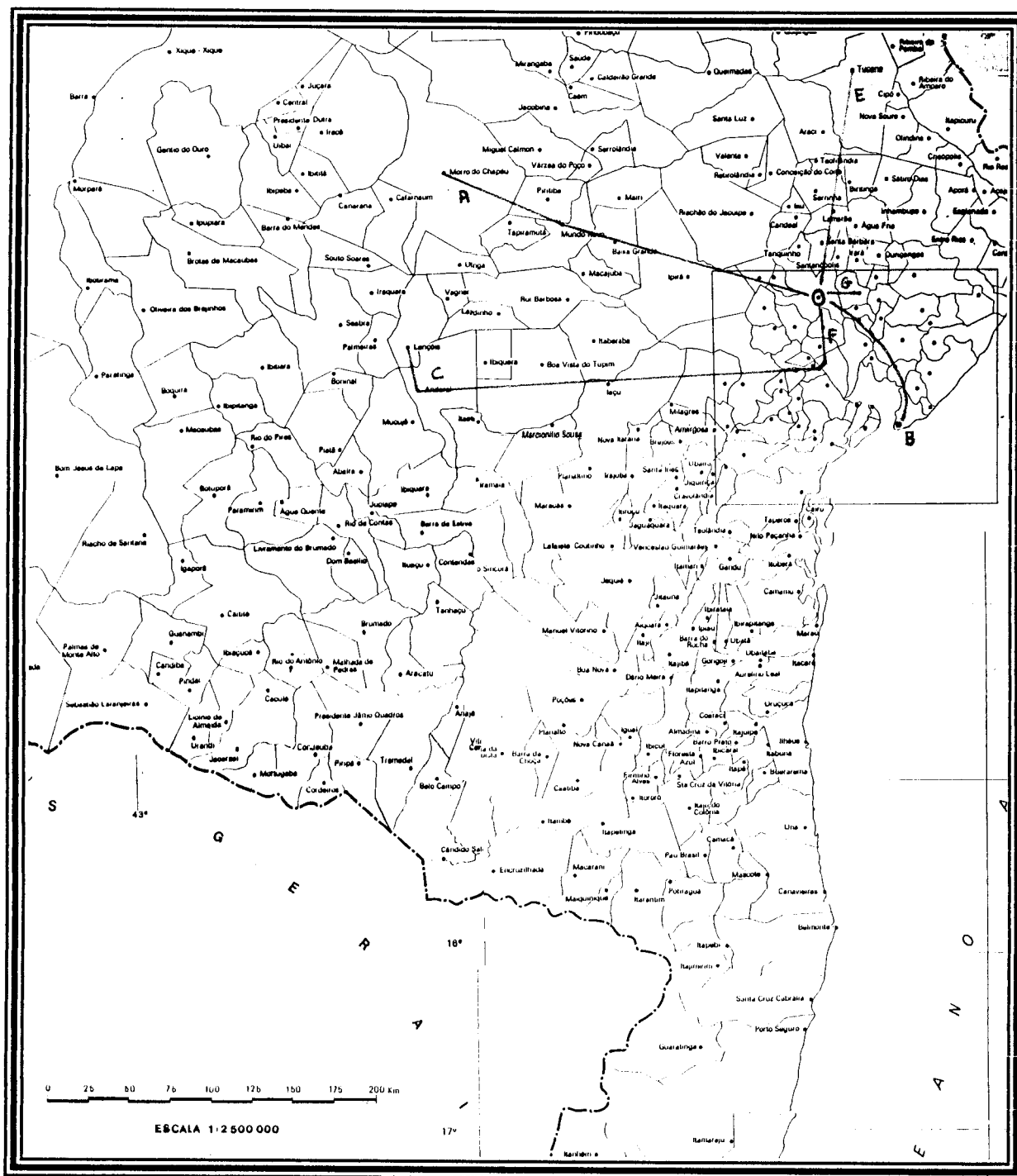
Por outro lado, pudemos também constatar que, a despeito do fim do discurso sobre a especialidade da terra enquanto projeto articulado, há uma persistência de tal imagem entre a população até, pelo menos, o final da década de 1920. Essa persistência se explicaria

pelo fato de que diferentes gerações se formaram conscientes de que sua terra possuía atributos especiais. E tal idéia concorreu para a construção de uma identidade local, por parte destas gerações. Isto, obviamente, era um fenômeno bem mais arraigado entre a população do que as questões políticas momentâneas, de modo que só o tempo e fim daqueles que reconheciam a cidade como especial, pode realmente apagar da memória comum da sociedade feirense a visão que outrora talvez a tenha feito invejada (ou pelo menos a sentir-se invejada), mas que certamente contribuiu para fazê-la mais forte em seu comércio e, portanto, naquilo que foi determinante para o seu desenvolvimento.

* * *

ANEXO 1

Mapa das vias que conduziām a Feira de Santana, construídas entre 1833 e 1898



A - 1837 - via unindo Feira à Morro do Chapéu;

B - 1847-1859 - estrada de Salvador a Feira;

C - 1856 - é concedido o direito de construção de uma estrada ligando São Félix e Conceição do Coité à Vila de Santa Izabel

D - de Paraguassu, com ramal para Lençóis, Andaraí, baixa do Capoeirussu [em Cacheira] e Feira de Santana;

E - 1858 - estradas entre Feira e Monte Alegre, e Feira e Tucano;

F - 1876 - inaugurado o tráfego ferroviário normal entre Feira e Cacheira;

G - 1883 - via para carroças entre Feira de Santana e Coração de Maria;

H - 1898 - pontes sobre o rio Pojuca, ligando os Municípios de Santo Amaro e Feira de Santana ao de Coração de Maria;

I - 1912 - início da construção da Ponte Rio Branco, sobre o Rio Jacuípe, ligando Feira à estrada de Mundo Novo;

J - 1913 - abertura do caminho para carros de Feira para o distrito de Maria Quitéria, chegando até Pacatú

ANEXO 2

QUADRO SÍNTESE - LEVANTAMENTO DOS ÓBITOS OCORRIDOS EM FEIRA DE SANTANA NOS ANOS DE 1868, 1869, 1874, 1878, 1882 e 1889

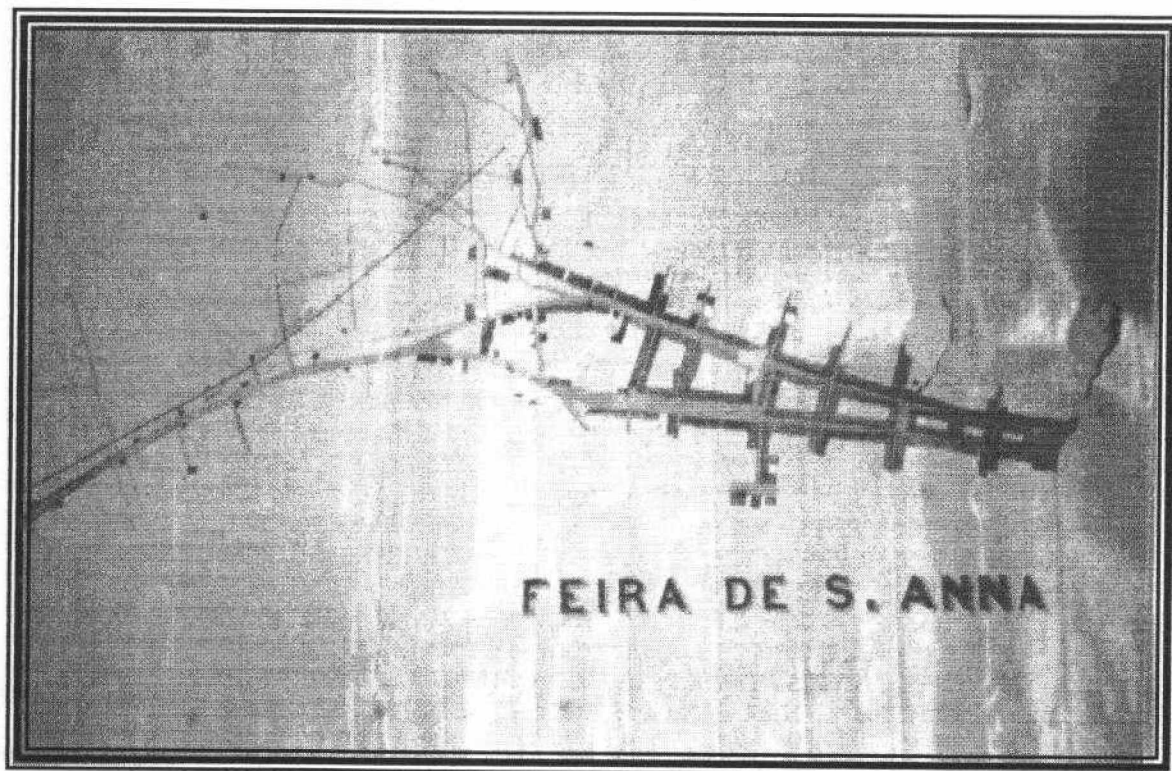
Fonte: Série de registros eclesiásticos de óbitos da Freguesia de Feira de Santana

Doenças mencionadas - <i>causa mortis</i> -	total de casos registrados ao longo dos anos selecionados
abscesso	3
anemia	13
aneurisma	1
anomia	1
antraz	2
aplinite	1
apoplexia	4
apostema	4
appilação	3
asmasmo	8
assassinato	10
asthma	20
beriberi	2
brochites	11
cancro venéreo	2
carbunculo	1
catarro	1
cólicas	1
congestão	47
constipação	19
coqueluche	7
coração	1
dentição	37
derramamento de sangue no cérebro	1
desconhecida	53
desintéria / diarreia	25
diahites	1
doença mental	1
envenenamento	1
epatite	10
epilepsia	1
erycipella	2
escorbuto	10
escropulas	1
esquinência	4
estupor	75
febres	200
ferida crônica	2
gálicos	1
gotta	3
hemorragia	1
hemorragia umbilical	3
hemorróidas	1
hydropesia	52
inanição	3
inchação do ventre	1
inflamação	17

Doenças mencionadas - <i>causa mortis</i> -	total de casos registrados ao longo dos anos selecionados
inflamação de figado	12
irritação dos intestinos	4
itericia	3
jatos	76
jatos de sangue	1
laringe	2
luliberi	1
moléstia crônica	4
moléstia de peito	13
moléstia de pele	13
moléstia de umbigo	3
moléstia do estômago	8
moléstia do sangue	1
moléstia do útero	6
moléstia interna	387
moléstia no coração	27
moléstia pulmonar	17
morte súbita	10
não identificados	42
paralisia	3
parto	13
pleuriz	15
pneumonia	6
polypo	1
postula	1
promomia	1
quebradura	1
queimadura	9
retenção	1
retenção de urina	1
rheumatismo	15
sarampão	2
sarampo	8
sarnas	1
sesão orgânica	1
suicídio	2
syphiles	10
tétano	18
tétano umbilical	61
thyzica	58
thyzica pulmonar	4
tosse convulsa	11
tuberculos	1
tumor	1
úlceras	9
variola	100
velhice	24
vermes	7
Total de casos	1.683

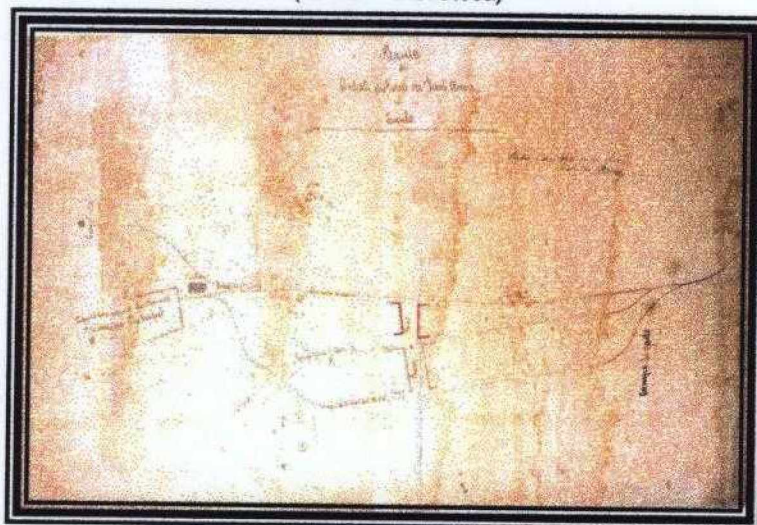
ANEXO 3 A

Plano (setor final) do Ramal entre a cidade de Cachoeira e Feira de Santana 1867
(APEB – Biblioteca)

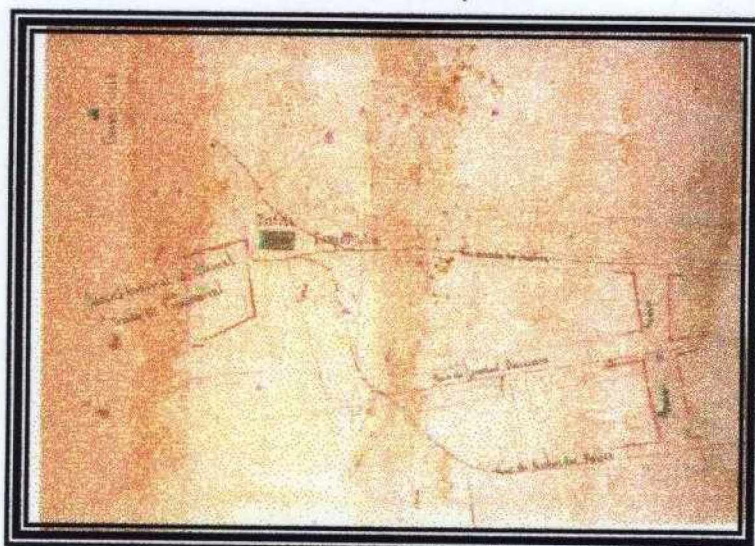


ANEXO 2 B

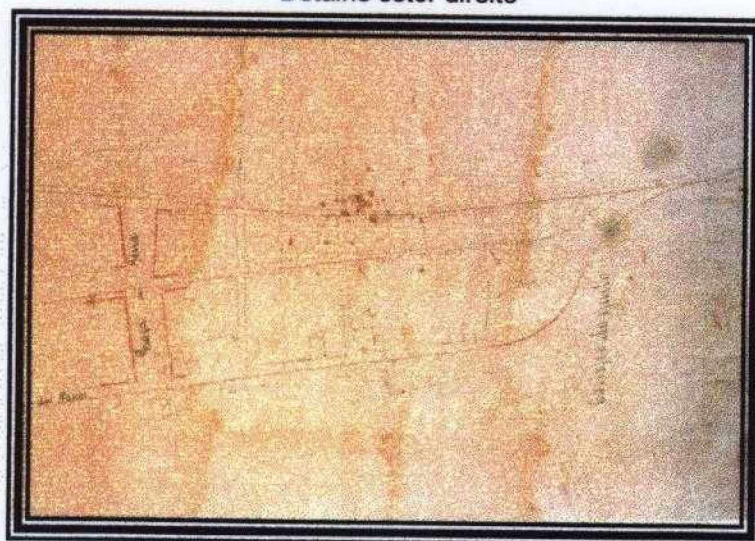
Planta da cidade de Feira de Santana – 1878
(APEB – Biblioteca)



Detalhe setor esquerdo



Detalhe setor direito



ANEXO 4

Conto
A Saúde e a enfermidade

Jornal O Progresso. nº 16, de 26 de agosto de 1900.

Encontraram-se um dia, casualmente a Saúde e a Enfermidade; a primeira toda corada, fresca e alegre; a segunda, pálida e muito triste. Mediram-se uma a outra com a vista, surpreendidas do mútuo encontro, e iam já passar ao largo, sem mesmo darem bons dias, quando a Saúde tomando da velha túnica da Enfermidade, disse para esta:

— Muito tempo, há Senhora, que ouço falar de vós, e verdade que desejava dizer-vos duas palavras. Podeis acaso escutar-me alguns minutos?

— Falai – respondeu, com voz sumida a interpelada.

— É, na verdade, bem difícil de compreender como consagrais vossa existência a produzir o mal nos outros; tendes bem desnaturado coração, ou sois uma infame e miserável egoísta, que sacrificais a felicidade de tantas pessoas à conveniência própria. Senão dizei-me: que fim vos propondes destruindo minhas obras? Porque deturpais a natureza? Que proveito vos advém de espalhar vosso hábito pestilento pelo mundo? Regozijai-vos, acaso em contemplar essas torrentes de lágrimas que fazeis correr por onde quer que passeis, u em ouvir os ais lacitantes dos que jazem no leito da dor? É assim que tendes conseguido fazer-vos odiada de todos, obrigando os mortais a fugir espavoridos mal entraís portas a dentro de suas moradas.

— Isso credes? – respondeu com manifesta ironia a Enfermidade. Julgais então que os homens fogem de min? Quanto vos enganais!

São eles, ao contrário, que me procuram, senão dizei-me; quantas vezes vos empenhastes em arrebatá-los a mim e ela, em lugar de fazer por vossa amiga, se lança frenética em meus braços?

A Saúde não ousou contestar-lhe.

A Enfermidade prosseguia:

— Para vos convencer que falo a verdade e não minto, vamos tentar uma prova.

— Que prova?!

— Viajemos ambas, e observemos.

— Aceito a proposta.

— A caminho, pois.

E puseram-se a caminho, a certa distância uma da outra, na direção de um povoado que não demorava longe.

Ao chegar lá encontraram um grande pântano. Era quase noite, e por sobre a superfície das águas ia-se uma como multidão de bruxas, lançando fogo pelos olhos. Algumas deixavam-se levar pelo vento até longa distância.

— Que maldito enxame é esse de asquerosas fantasmas? Perguntou a Saúde.

— São as *febres palustres*, respondeu a Enfermidade.

— Oh! Não poder eu exterminá-las...

— Não podeis vós, mas podem os homens.

— e de que modo?

— Dessecando este pântano.

* * *

Jornal O Progresso. nº 17, de 30 de agosto de 1900

A Saúde e a Enfermidade (continuação)

— Por que não o fizeram já?

— Porque isso custa dinheiro, e o que deveria ser empregado nessa obra foi gasto na construção de uma suntuosa praça de touros.

Mas notai ainda como passeia tanta gente bem perto daqui, sabendo assaz quão prejudicial seja isso ao seu bem estar.

— Infelizes, tornou a Saúde deveras indignada, vendo como algumas daquelas amarelentas bruxas se introduziam à maneira de fumo na boca dos transeuntes.

A Enfermidade sorriu-se ironicamente.

— Bem depressa vos começais a irritar, disse; prossigamos nossa caminhada.

Entraram no povoado era já noite. A Enfermidade colocou-se à esquina duma rua tortuosa, fazendo um ligeiro sinal a sua companheira para que permanecesse a seu lado.

Bem depressa distinguiram no escuro algumas sombras misteriosas; pouco depois começava de ouvir-se o zanguear de entoado duma guitarra, acompanhando uma voz rouquenha e aguardentada que cantava alegremente. A breve trecho estava armada uma desordem, um infernal estampido de paus, risadas desconcertadas, gritos láciantes, denunciavam claramente os efeitos da refrega; quatro corpos ficaram estendidos no solo, revolvendo-se no sangue, que lhes saia das feridas recebidas. Os restantes haviam-se retirado já, uns com a cabeça partida, outros com as costelas amolgadas.

— Vedes como me procuram? Disse a Enfermidade.

— Mas para que se puzeram estes infelizes em tão lastimoso estado?

— É a corrupção. Ignorais talvez que Cupido é quem me dá maior contingente de partidários?

Agora, que se tratavam de gente soez, foi à paulada e à navalhada, noutras ocasiões põe Cupido a disposição de seu adorador uma pistola ou um florete; ou mesmo um pouco de veneno. Crede-me: Cupido vem a ser meu secretário particular.

A Saúde baixou fronte, abismada em reflexões bem tristes.

* * *

Jornal O Progresso. nº 18, de 02 de setembro de 1900

A Saúde e a Enfermidade (continuação)

A Enfermidade porém sorria-se, deixando entrever uma dentadura amarela e cariada.

Saíram então do povoado no mais absoluto silêncio. Era meio dia, pouco mais ou menos, quando entraram numa grande cidade, a capital do país que andavam percorrendo.

— Aqui estou como em minha casa, disse a Enfermidade e vos desafio a que me mostreis nesta terra um único partido vosso.

— É precisamente nestes grandes centros de atividade humana que moram as pessoas instruídas e sensatas, acudiu a Saúde, deveras magoada pelas derrotas, que havia sofrido até ali.

— Vê-lo-emos, torna lacônica sua companheira, bem certa de ali mesmo levar de vencida a Saúde.

Entraram ambas num suntuoso teatro, literalmente cheio.

Observaram logo um grande elevação da temperatura.

— Que calor sufocante, diz a Saúde.

— Não tendes que estranhar; porque só no cenário mais de duzentas luzes, que, por sua combustão consomem mais oxigênio que o homem mais robusto. Vedes aquelas senhoras?

— Sim.

— E aquele menino, aquele jovem, mais aquele velho? Pois a todos esses os esperam lá à saída do teatro umas senhoras, que se chamam “pneumonias”. Observai agora a pouca ventilação deste edifício; mesmo ao meio dia é bem difícil entrar aqui um raio de sol.

— Que é aquilo? – pergunta sobressaltada a Saúde, observando certo movimento nos espectadores, e ouvindo alguns ais.

— Que é?! É que está aqui mais gente, do que o lugar comporta; por isso uma senhora acaba de desmaiar.

— Mas, porque não tomam providências fazendo abrir algumas janelas e ventiladores, escusando tantas luzes, e impedindo que a multidão se aglomere desta maneira?

— Oh! Se fizessem isso, não existiria eu, mas já vedes que me buscam.

Saíram do teatro e começaram a passear pelas ruas.

— Agora me lembra – disse a Enfermidade – vou ter a honra de vos apresentar uma de minhas partidárias mais dedicadas; chegamos à sua casa.

* * *

Jornal O Progresso. nº 19, de 06 de setembro de 1900

A Saúde e a Enfermidade (continuação)

A Saúde seguiu-a, subiu com ela alguns andares; cruzou várias habitações, e foi dar a uma alcova, onde uma jovem acabava de abandonar o leito. Bocejando ainda, começou a lavar-se com um líquido sedimentoso, que com tudo se parecia, menos com água clara.

— Com que se lava ela? Perguntou a Saúde.

— Com um preparo especial, que tem grandes vantagens para quem usa dele.

Prosseguiu depois sua *toilette*, passou pelo rosto uma certa substância esbranquecida, tingiu os lábios de carmim, pelos cabelos passou um outro líquido, que o converteu de castanho escuro alvirados, quase ruivos.

— Que parece? Disse para sua companheira a Enfermidade, tudo isso tem a vantagem de impedir a transpiração e destruir a epiderme.

Terminadas estas primeiras operações químicas, seguram-se as físicas. A *perimetre* atirou com as chinelas, esforçando-se por meter os pés numas botinhas homeopáticas.

Quase se ouviram as articulações do tarso. Afinal sempre conseguiu enfiar lá para dentro os infelizes.

A Saúde suspirava amargamente.

Calçadas assim as botas, graças as quais a nossa jovem cresceu alguns centímetros, chegou a vez do espartilho, que oprimiu perfeitamente os pulmões, o diafragma,

o estômago, o fígado e o baço, mas em compensação, converteu a infeliz numa vespa parecendo que ia a partir pelo meio.

Não teve mais paciência a Saúde para observar tantos dislates, e fugiu precipitadamente daquela insensata presumida, que assim tratava. A Enfermidade bem depressa se lhe reuniu.

— Como aquela, disse, há muitas.

Entretanto, passava a seu lado um homem acompanhado dum fantasma azulado e gasoso, que tão prestes se lhe adiantava, como lhe ficava atrás, como se confundia com ele. Quando o fantasma viu a Enfermidade, saudou-a com agrado.

— Que espectro é esse? Tornou a Saúde.

— É meu primo, o *Álcool*, que me presta bem avultados serviços.

Deu-se por convencida a Saúde do pouco que é apreciada pelos homens e quis despedir-se de sua companheira.

* * *

Jornal O Progresso. nº 20, de 09 de setembro de 1900

A Saúde e a Enfermidade (continuação)

— Esperai um pouco, disse esta. Ainda não fomos observar as casas de vizinhança, nem os cafés, nem os lupanares, nem os mercados... Não conheceis por certo as epidemias, nem as cloacas, nem...

— Não quero presenciar mais lástimas; tendes razão, na verdade a humanidade inteira lança-se em vossos braços. Não haverá nada no mundo que secunde meus nobres propósitos?

Aparece então em cena uma menina formosíssima, rosada e alegre: uma auréola deslumbrante cingia sua cabeça com mil raios de luz. Após ela, caminhava uma respeitável velha matrona, sobre cuja fronte se via oscilar uma auréola sagrada.

No ver a Saúde, aquela encantadora menina correu para ela e estreitou-a afetuosamente contra o coração.

— Quem doida é essa? Perguntou a Enfermidade.

É minha irmã, que vos há de exterminar. Não a conheceis, acaso? Chama-se Higiene.

— E essa outra senhora, que a acompanha?

— Bem a conheceis já... É a Moral, sem a qual não pode haver Higiene; sempre as vereis as companheiras uma da outra; ambas juntas destruirão seu império.

A Enfermidade mordeu com raiva os descoloridos lábios, como quem compreende assaz o grande poder daquelas suas fidalgas inimigas.

* * *

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana

— Livro de Atas das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Feira de Santana, 1883 - 1893.

Arquivo da Cúria Diocesana de Feira de Santana

— Registros Eclesiásticos de Óbitos da Freguesia de Feira de Santana, 1828 a 1889.

Arquivo Público do Estado da Bahia

Biblioteca

- Atos Expedidos pelo Presidente da Província da Bahia em 1862.
- Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia na abertura da Sessão Ordinária do ano de 1847 pelo Presidente da Província, o Conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo.
- Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia na abertura da Sessão Ordinária do ano de 1855 pelo Presidente da Província João Maurício Wanderly.
- Leis da Província da Bahia, 1856 - 1857.

Sessão Legislativa. Série Posturas

— Assembléia Legislativa Provincial do Estado da Bahia (Livro 857), 1835 - 1883.

Sessão Colonial e Provincial. Série Câmaras

— Correspondências recebidas. 1876 - 1889, maço 1313.

Sessão Provincial / Presidente da Província. Série Saúde

— Epidemia (correspondências recebidas). 1855 - 1856, maço 5361.

Arquivo Público Municipal de Feira de Santana

— Registro de Leis e Resoluções Promulgadas do Conselho Municipal de Feira de Santana, 1893 - 1902.

Biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia

- Gazeta Médica da Bahia - Série II - Vol. II Bahia: Officina Litho-Typographica de João Gonçalves Tourinho, 1877.
- Gazeta Médica da Bahia - Série III - Vol. II Bahia: Officina Litho-Typographica de João Gonçalves Tourinho, 1884.

Centro de Estudos Feirenses

- Hinário da Escola Normal de Feira de Santana, 1928.
- Jornal CIDADE DA FEIRA, 1888.
- Jornal CORREIO DE NOTÍCIAS, 1855 - 1856.
- Jornal FOLHA DO NORTE, 1923 - 1940.
- Jornal GAZETA DO POVO, 1893.
- Jornal O MUNICÍPIO, 1892 - 1910.
- Jornal O PORVIR, 1896.
- Jornal O PROGRESSO, 1901.
- Jornal O PROPULSOR, 1896.
- Memórias (manuscrito) do Dr. Joaquim Remédios Monteiro. DM – Mem – 01
- Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 17: Set. 1898.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia* - com declaração de todas as distâncias das cidades, vilas e povoações. Salvador: Tipografia do Diária da Bahia, 1888.
- ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarra nas ruas* – comemorações da independência na Bahia 1889 - 1923. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- AUGEL, Moema Parente. Tesouros Anônimos. *A Tarde*. Salvador, 27/04/2000. Caderno Cultural.
- ATHAYDE, Johildo Lopes. *Salvador e a Grande Epidemia de 1855*. Salvador, Publicações do Centro de Estudos Baianos 133 - UFBA, 1985.
- BAHIA, Governo do Estado. *A Bahia e os seus municípios*. vol. I. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.
- _____. *A Bahia e os seus municípios*. vol. II. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1917.
- BAHIA, SEPLANTEC. Centro de Planejamento da Bahia – CEPLAB. *Atlas do Estado da Bahia*. IIª etapa. Salvador: s/ed. 1978.
- BARBOSA, Mário Ferreira. *Anuário estatístico da Bahia – 1923* - estatística: financeira, econômica, demográfica, instrução, administrativa e judiciária, justiça civil e criminal, associações e de assistência. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.
- BARROS, Francisco Borges de. *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- BASTOS, Filinto. Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro – Biografia. *Revista do IGHB*, nº 17: Set. 1898.
- BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das cidades, um percurso, In. FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. São Paulo: Atual, 1994
- CAMPOS NETO, Joaquim Vieira de. Letrados em ‘A cidade das letras’. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, p. 205-209, jun. 1996. Resenha de: RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CASTRO, Hebe. História Social - evolução. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História* – ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril* – cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural* – entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos avançados* 11(5), 1991.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- COVA, Guimarães. *Os Municípios da Bahia* – descrição minuciosa, em 20 volumes, de tudo que possuem os municípios do Estado. Bahia: Tipografia Baiana, 1913.
- DAVID, Onildo Reis. *O Inimigo Invisível* - epidemia na Bahia do séc. XIX. Salvador: EDUFBA / Sarah Letras, 1996.
- FOLGUEIRA, Manoel Rodrigues. *Álbum artístico, comercial e industrial do estado da Bahia*. Bahia: s/e, 1930.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios* – na Bahia do século XIX. São Paulo / Salvador: HUCITEC / EDUFBA. 1996.
- FREIRE, Antonio. *Almanak da Província da Bahia*, Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881
- FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996* (Dissertação de mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.
- _____. *Terra prodigiosa* – livro regionalista que põe em evidência as maravilhas e riquezas naturais da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1934.
- GODET, Rita Olivieri. *A poesia de Eurico Alves* – imagens da cidade e do sertão. Salvador: Sec. De Cultura e Turismo, Fundação Cultural, EGBA, 1999.
- GODOFREDO FILHO. *Feira de Sant'Ana*. Salvador: EGBA, 1999.
- HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. *A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – BH –1907-1908*. Cadernos de história, Belo Horizonte, v. 2, p. 57-63, out. 1997
- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império* – história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo / Salvador: Hucitec / EDUFBA, 1996.
- LE BON, Gustavo. *Leis psycologicas da evolução dos povos*. Lisboa, Ed. Tip. Francisco Luis Gonçalves, 1910.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se* – ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador – 1912-1916. (dissertação de mestrado) Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.
- LE MOS, Carlos A. C. A Cidade que a República encontrou. In. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LIMA, J. F. dos Santos. Helminologia – nota sobre a filaria medinense (bicho da costa) – endemicidade d'este parasita na província da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia* - 2ª série. Vol. II, 1877.
- MACIEL, Laura Antunes. *A higiene como 'pedagogia do cidadão'*. R. História, São Paulo, nº 127-128, p. 85-96, ago-dez/92 a jan-jul/93.

- MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e Vizinhança – limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In. NOVAIS, Fernando e SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.) *História da vida privado no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- MATTOSO, Katia M. de Queiróz. *Bahia Século XIX - uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MONTEIRO, Joaquim Remédios. A Feira de Sant'Anna como 'sanatorium' da tuberculose pulmonar. *Gazeta médica da Bahia – Série III*, Vol. II. Bahia: Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, Junho / 1884.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
- OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório à princesa do sertão – projetos civilizatórios em Feira de Santana 1893-1937* (dissertação de mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. De árvores e cidades – ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In. SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- _____. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- _____. O Imaginário e a mentalidade. *Revista Brasileira de História*, Vol. 15, nº 29, 1995.
- _____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995.
- POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapoã, 1968.
- REIS, João José. *A morte é uma festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
- SARGES, Maria de Nazaré. Belém, um outro olhar sobre a “Paris dos trópicos”. In. SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. NOVAIS, Fernando A. e SEVCENKO, Nicolau. (orgs.) *História da vida privada no Brasil*. – República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- SILVA, Alberto Costa e. Quem fomos nós no século XIX – as interpretações do Brasil. In. MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

- SILVA, Aldo José Morais. *Terra de sã natureza* – a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana. 1933-1920 (monografia de especialização). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1997.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. – Fac-símile da Segunda Edição (1813). Rio de Janeiro: Oficinas da S.A. Litho Typographia Fluminense, 1922.
- SPENCER, Herbert. *Principes de sociologie*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1903.
- TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Poder e Saúde* – as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- _____. Imprensa e saúde pública no estado de São Paulo no século XIX. *História*, São Paulo, nº 15. p. 267-285, 1996
- TORQUÍNIO, Mário. *Revista do IHGBa*, vol. 60. ano de 1934.
- UZEDA, Jorge de Almeida. *A Morte Viglada*. – a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana. 1830-1930. (Dissertação de mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1992.
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia*. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1893.
- VIGARELLO, Georges. O trabalho dos corpos e do espaço. *Projeto. História*, São Paulo, nº 13, 1996.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar* – medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense. Bauru: EDUSC, 1999.